

2024

CAMPINAS - SP

ENTRE MAR E MATA

SUBSÍDIOS PARA UMA LEITURA DA PAISAGEM
CULTURAL INSULAR DE ILHABELA

BIANCA MAURI

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE
CATÓLICA DE CAMPINAS

Centro de Ciências Exatas CEATEC

DOUTORADO

Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo

BIANCA MAURI

ENTRE MAR E MATA:

subsídios para uma leitura da paisagem cultural insular de Ilhabela

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como requisito parcial para obtenção do título de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo.

Área de concentração: Teoria História e Crítica em Arquitetura e Urbanismo
Orientador: Profa. Dra. Jane Victal Ferreira

CAMPINAS – SP

2024

Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI
Gerador de fichas catalográficas da Universidade PUC-Campinas
Dados fornecidos pelo(a) autor(a).

M454e	<p>Mauri, Bianca</p> <p>Entre Mar e Mata : subsídios para uma leitura da paisagem cultural insular de Ilhabela / Bianca Mauri. - Campinas: PUC-Campinas, 2024.</p> <p>249 f.il.</p> <p>Orientador: Jane Victal.</p> <p>Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura, Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2024.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1. Paisagem Cultural. 2. Fenomenologia da Vida. 3. Ilhabela. I. Victal, Jane. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Escola de Arquitetura, Artes e Design. Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.</p>
-------	--

BIANCA MAURI

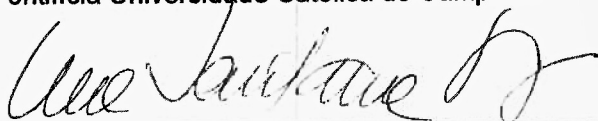
"ENTRE MAR E MATA: SUBSÍDIOS PARA UMA LEITURA DA PAISAGEM CULTURAL INSULAR DE ILHABELA"

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura, Artes e Design da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Doutora em Arquitetura e Urbanismo.
Área de Concentração: Urbanismo.
Orientadora: Profa. Dra. Jane Victal Ferreira

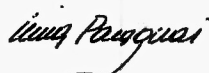
Tese defendida e aprovada em 27 de fevereiro de 2024 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



Profa. Dra. Jane Victal Ferreira
Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Vera Santana Luz
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Profa. Dra. Luísa Angélica Paraguai Donati
Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Documento assinado digitalmente
Almir Francisco Rels
Data: 16/03/2024 17:07:41-0300
CPF: ***.955.459-**
Verifique as assinaturas em <https://v.ufsc.br>

Prof. Dr. Almir Francisco Rels
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. André Munhoz de Argollo Ferrão
Universidade Estadual de Campinas

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por Se fazer presente nos dias de calma e, principalmente, nos dias de muita turbulência. Agradeço por me proporcionar afetos memoráveis com pessoas tão especiais durante essa jornada.

Agradeço à Dra. Jane Victal Ferreira, por ter me impulsionado a desbravar caminhos que eu ainda não havia explorado, independentemente do tamanho do desafio. Obrigada por toda a dedicação e carinho, por dividir comigo seus aprendizados e estar comigo a cada passo do caminho.

Com muito carinho, agradeço aos funcionários das bibliotecas de Ilhabela, em especial aos das sedes da Vila e da Barra Velha. Vocês foram fundamentais para esta pesquisa.

À PUC-Campinas, pela bolsa no início dessa pesquisa, aos funcionários e professores. Em especial, às professoras Dra. Vera Luz e Dra. Renata Baesso, que mesmo durante uma pandemia, transformaram a sala de aula virtual em um espaço acolhedor e de muito aprendizado. Muito obrigada a Paula, por todo suporte e dedicação durante esses 6 anos.

Minha gratidão e carinho à Dra. Ana Maria Vieira Fernandes e ao Dr. Clayton Galdino Rosendo dos Santos, que contribuíram imensamente à pesquisa no momento da qualificação.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. “This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

Agradeço também a Tânia e a Denaci, que confiaram em mim, deram suporte durante momentos difíceis e me presentearam com sua amizade.

Aos meus pais, Ednéia e Renato Mauri, por terem sido um abrigo, espaço de conforto e cura em momentos de dor, como também de incentivo e força, multiplicando sorrisos e afetos. Obrigada por embarcarem nas aventuras comigo, me ajudando e ensinando que a vida deve ser vivida com resiliência e doçura.

Ao meu esposo, Eduardo de Sá Campos, obrigada por cuidar de mim, obrigada pela sua amizade, confiança, carinho e amor. Por me dar coragem para continuar e leveza para me manter sã. Te amo a cada dia mais.

MAURI, Bianca. **ENTRE MAR E MATA**: subsídios para uma leitura da paisagem cultural insular de Ilhabela. Tese apresentada no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Linha de pesquisa: Teoria, História e Crítica em Arquitetura e Urbanismo. 267fl, São Paulo, 2023.

RESUMO

A pesquisa partiu de duas indagações principais: a possibilidade de inclusão dos apontamentos sobre a fenomenologia da vida, desenvolvida por Michel Henry, no debate sobre a fenomenologia do lugar; e a ênfase na relação entre a paisagem cultural insular e o habitante local na formação do sentido de lugar. Esta relação busca identificar possíveis subsídios metodológicos que possam contribuir para a análise e futuras proposições centradas no território de Ilhabela, no litoral do estado de São Paulo. Henry desenvolveu uma abordagem filosófica que reconhece a importância da vida afetiva e da subjetividade. Para o autor, a vida é uma realidade autorreveladora, que só pode ser compreendida em termos de experiência vivida e por meio da afetividade (Henry, 2005). Afetividade, a qual é reconhecida no paralelo realizado entre os estudos do filósofo e de Carl Gustav Jung; a contribuição da experiência arquetípica é reforçada na análise da vivência e histórico de Ilhabela. Com base na experiência vivida, a tese aponta a importância das feições do lugar – sobretudo relativas à condição de ilha – na formação da identidade e da memória de seus habitantes. Destacam-se as ameaças e a necessidade de preservar a relação tênue entre homem e lugar dentro de um cenário de desenvolvimento urbano e econômico. Assim, coloca-se a hipótese de que a experiência é uma condição primordial para a formação e preservação da paisagem e seus habitantes, como sendo estes os autênticos formadores, detentores e guardiões dessa cultura. Pretende-se enfatizar o caso de Ilhabela, tendo como fundamento a Teoria da Paisagem Cultural desenvolvida pelo Departamento de Ordenação do Território da Universidade Politécnica da Catalunha. Para isso, utiliza-se como exemplo de preservação da paisagem cultural insular a experiência ocorrida em Lanzarote, no norte das ilhas Canárias, visando entender os valores que forneceram as bases deste planejamento. A pesquisa, de natureza qualitativa, enfoca o sujeito, considerando os aspectos subjetivos da experiência e as diversas consequências resultantes de apropriações territoriais com lógicas divergentes. Como reflexão teórico-crítica, por exemplo, destacam-se as ações de agentes do mercado imobiliário que promovem o fechamento das praias prejudicando a fruição da condição original da paisagem e induzindo a população de baixa renda a moradias precárias. Conclui-se que a supressão da visualidade e do acesso direto ao mar e à paisagem original promovem a desconstrução da identidade e da autoestima da população autóctone, além de induzir a desintegração da coesão social; sendo que compreender um desenvolvimento sustentável pressupõe a preservação dos laços entre homem e paisagem cultural, enfatizando a experiência local e os símbolos de seus habitantes. Portanto, a pesquisa enfatiza a possibilidade de refletir, no âmbito da arquitetura e da ordenação do território, sobre a importância de preservar a paisagem para que o espaço não se torne esvaziado de sentido e permaneça vulnerável às ações predatórias no ambiente.

Palavras-chave: Paisagem Cultural, Desenvolvimento Sustentável, Ordenação Territorial, Fenomenologia da Vida, Ilhabela.

MAURI, Bianca. **BETWEEN SEA AND FOREST: Subsidies for Understanding the Insular Cultural Landscape of Ilhabela.** Thesis presented in the Graduate Program in Architecture and Urbanism at the Pontifical Catholic University of Campinas. Research line: Theory, History, and Criticism in Architecture and Urbanism. 267pp, São Paulo, 2023.

ABSTRACT

The research originated from two primary inquiries: the potential inclusion of insights on the phenomenology of life, developed by Michel Henry, in the debate on the phenomenology of place; and the focus on the relationship between the insular cultural landscape and the local inhabitant in forming the sense of place. This relationship seeks to identify possible methodological subsidies that can contribute to the analysis and future propositions centered on the territory of Ilhabela, on the coast of São Paulo state. Henry developed a philosophical approach that acknowledges the significance of affective life and subjectivity. According to the author, life is a self-revealing reality that can only be understood in terms of lived experience and through affectivity (Henry, 2005). This affectivity, recognized in the parallel drawn between the philosopher's studies and those of Carl Gustav Jung, underscores the contribution of the archetypal experience in the analysis of Ilhabela's living and history. Building on lived experience, the thesis highlights the importance of the place's features – especially those related to the island condition – in shaping the identity and memory of its inhabitants. It underscores the threats and the need to preserve the fragile relationship between man and place within a context of urban and economic development. Hence, it hypothesizes that experience is a fundamental condition for the formation and preservation of the landscape and its inhabitants, as they are the true formers, holders, and guardians of this culture. The case of Ilhabela is emphasized, grounded on the Cultural Landscape Theory developed by the Department of Territorial Planning at the Polytechnic University of Catalonia. As an example of the preservation of the insular cultural landscape, the experience in Lanzarote, in the north of the Canary Islands, is used to understand the values that provided the basis for this planning. The research, qualitative in nature, focuses on the subject, considering the subjective aspects of the experience and the various consequences of territorial appropriations with divergent logics. As a theoretical-critical reflection, for instance, the actions of real estate agents that promote the closing of beaches, impairing the enjoyment of the original landscape condition and inducing low-income populations to precarious housing, are highlighted. It concludes that the suppression of visibility and direct access to the sea and the original landscape promotes the deconstruction of the identity and self-esteem of the native population, in addition to leading to the disintegration of social cohesion; understanding sustainable development presupposes the preservation of ties between man and cultural landscape, emphasizing local experience and the symbols of its inhabitants. Therefore, the research emphasizes the possibility of reflecting, within the scope of architecture and territorial planning, on the importance of preserving the landscape so that space does not become devoid of meaning and remains vulnerable to predatory actions in the environment.

Keywords: Cultural Landscape, Sustainable Development, Territorial Planning, Phenomenology of Life, Ilhabela.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização Geográfica de Ilhabela. Fonte: Gomes, 1994.	81
Figura 2 – Praia do Oscar, localizada no sul de Ilhabela. Fonte: ilhabela.com	87
Figura 3 – Roteiro da viagem a Iperioj, segundo indicações da carta escrita pelo Padre José de Anchieta (1565). Fonte: Chastan, 1983.	90
Figura 4 – Lancha que fazia a travessia Ilhabela - São Sebastião, durante a década de 40. Fonte: Camargo, 2011.	100
Figura 5 – Mapas Individuais das Regiões Administrativas e Metropolitanas do Vale do Paraíba e litoral norte. Fonte: IGC, 2012.	104
Figura 6 - Mapa de Áreas de Risco (hidrogeológicos). Fonte: Geo Brasilis.	111
Figura 7 - Evolução Urbana de Ilhabela (em vermelho). Fonte: MapBiomias, 2023. Elaboração: Geo Brasilis, 2023.	114
Figura 8 – Evolução urbana em Ilhabela entre 1985 e 2020, com destaque para a área central (Perequê). Fonte: Fonte: MapBiomias, 2023. Elaboração: Geo Brasilis, 2023.	116
Figura 9 – Ilhabela – Evolução da Mancha urbana – 2011-2012. Fonte: Instituto Pólis, Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social.	118
Figura 10 – Participação da população nascida fora do estado de São Paulo, 2010. Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Geo Brasilis, 2023.	120
Figura 11 – Distribuição dos condomínios Fechados – 2012 e Renda Per Capita por Setores Censitários – 2010. Fonte: Instituto Pólis, Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social.	123
Figura 12 – Ilhabela – Áreas com Potencial para Ocupação Urbana em Ilhabela, 2012. Fonte: Instituto Pólis, Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social.	126
Figura 13 – Mapa potenciais riscos: (Re) – riscos a escorregamentos; (Ri) – riscos à inundação (IPT, 1994; 2010) e riscos à escorregamentos e inundação (IG-SP, 2006; UNESP, 2006). (b) Mapa do IPVS (2000) e (c) Mapa do IPVS (2010), ambos distribuídos por setores censitários. Fonte: Iwama, Batistella e Ferreira, 2014	128
Figura 14 – Maquete do transatlântico Príncipe das Astúrias, exposta no Museu Náutico de Ilhabela em 2023. Fonte: Fotografia realizada pela autora, fev/2023. ..	141
Figura 15 - Fotografia da praça Alfredo Oliane, em primeiro plano se encontra a escultura de Lata Cruz e Cristo do artista local Gilmar Pinna e ao fundo a fachada da	

Matriz Nossa Senhora D´Ajuda e Bom Sucesso. Fonte: Fotografia realizada pela autora, març/2022.....	180
Figura 16 - Fotografia da exposição sobre a Congada de Ilhabela, ocorrida em uma das salas do Centro Cultural Waldemar Belisário. Fonte: Fotografia realizada pela autora, març/2022.....	183
Figura 17 - Fotografia da exposição de artes plásticas contendo obras de diferentes meios artísticos, ocorrida em um dos corredores do Centro Cultural Waldemar Belisário. Fonte: Fotografia realizada pela autora, març/2022.....	184
Figura 18 - Registro da encosta de Ilhabela, vista do mar bloqueada pela fachada de uma pousada. Na lateral inferior direita se encontra a data do registro, as coordenadas do local e a altitude. Fonte: Acervo pessoal da autora	203
Figura 19 - Registro da encosta de Ilhabela, vista do mar bloqueada pela fachada de uma pousada. Na lateral inferior direita se encontra a data do registro, as coordenadas do local e a altitude. Fonte: Acervo pessoal da autora.	203
Figura 20 - Registro da encosta de Ilhabela, vista do mar bloqueada pela fachada de uma casa de veraneio. Na lateral inferior direita se encontra a data do registro, as coordenadas do local e a altitude. Fonte: Acervo pessoal da autora.	204
Figura 21 - Registro da encosta de Ilhabela, vista do mar bloqueada pela fachada de uma casa de uma pousada. Na lateral inferior direita se encontra a data do registro, as coordenadas do local e a altitude. Fonte: Acervo pessoal da autora.	204

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1. Lugar e o Ser: Reflexões Fenomenológicas na Arquitetura	12
1.1 A metodologia fenomenológica na construção do lugar	12
1.2 Contribuições para o estudo da fenomenologia do lugar a partir de Henry	15
1.2.1 Bases filosóficas de Henry.....	17
1.2.2 Fenomenologia da vida e suas implicações	21
1.2.3 Relação com o lugar.....	26
1.3 Imaginário coletivo	29
1.3.1 Contribuições de Carl Gustav Jung.....	32
1.3.2 Simbologia da vivência insular	33
2. Paisagens Culturais Insulares: Identidade e Sustentabilidade	38
2.1 Paisagem e processo de proteção ao patrimônio cultural	38
2.1.1 Patrimônio Cultural e Identidade.....	38
2.1.2 Paisagem Cultural	40
2.1.3 Paisagem cultural e o símbolo	43
2.1.4 Proteção da Paisagem Cultural	44
2.1.4.1 Síntese sobre a questão da paisagem como patrimônio: reflexões sobre sua proteção e valorização na contemporaneidade	44
2.1.4.2 Da proteção pelo tombamento à Paisagem Cultural Brasileira: um panorama do patrimônio no Brasil	46
2.2 Contribuições do DUOT – Joaquín Sabaté	49
2.2.1 Preservação cultural e a economia sustentável	52
2.2.2 Desenvolvimento sustentável a partir de Sabaté Bel.....	56
2.2.3 Passos da ordenação do território	59
2.2.4 O turismo no arquipélago	67

2.2.5 O exemplo do caso de Lanzarote	70
2.2.6 Alcançar o invisível em paisagens insulares	76
3. FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DE ILHABELA	80
3.1 Patrimônio natural.....	81
3.1.1 Localização e aspectos geográficos.....	81
3.1.2 Patrimônio Natural	84
3.2 Ocupação original de Ilhabela.....	85
3.3 Processo de Urbanização	104
3.3.1 Aspectos do Meio físico	104
3.3.2 Áreas de Risco na Ilha de São Sebastião	110
3.3.3 Expansão Urbana	112
3.3.4 Organização Socioterritorial – Paralelo entre Áreas de Risco e a classe econômica	121
3.3.5 Vulnerabilidade no contexto de Crise Climática	130
4. DO PATRIMÔNIO IMATERIAL À PRODUÇÃO DE ARTEFATOS.....	133
4.1 Patrimônio Imaterial – Lendas que permeiam o território	134
4.1.1 Cultura caiçara	134
4.1.2 Naufrágios e Narrativas: O Legado Misterioso de Piratas, Corsários e Tesouros Marítimos.....	137
4.2 Patrimônio arqueológico e cultural de Ilhabela	144
4.2.1 Patrimônio Arqueológico	144
4.2.2 Cultura tradicional e Saberes Locais de Ilhabela: Um Olhar sobre a Pesca, a Culinária e o Artesanato Local.....	148
4.2.3 Manifestações da cultura imaterial	154
4.3.1 Patrimônios.....	170
4.3.7 Esportes praticados no Município.....	186
5. DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO TURISMO: CASO DE ILHABELA	189
5.1 Desenvolvimento econômico e o turismo	189
5.2 Turismo Cultural e as Paisagens Culturais.....	195

5.2.1 Desenvolvimento da economia local	197
5.3 Turismo predatório	200
5.4 Planejamento e traços do turismo sustentável	209
5.4.1 Desenvolvimento a partir da Paisagem Cultural	210
5.4.2 Ordenamento territorial como propulsor da economia	215
5.4.3 Uso misto do patrimônio	217
CONSIDERAÇÕES FINAIS	222
REFERÊNCIAS	227

INTRODUÇÃO

A chegada do turismo, em diversos lugares, tem trazido ameaças as culturas presentes, como também ao patrimônio ambiental dessas cidades. O turismo tem transformado territórios e sobrecarregado a infraestrutura urbana pela quantidade predatória de turistas.

Por isso, há uma necessidade de um estudo multifacetado que relacione a paisagem cultural insular e a identidade dos habitantes de um determinado local, no caso desta pesquisa, Ilhabela, SP. Uma das possibilidades de análise é relacionar este estudo com a “fenomenologia da vida”, desenvolvida e contextualizada em várias áreas por Michel Henry, inclusive diante de uma possível abordagem metodológica, pois a pesquisa na fenomenologia henryana se dedica a explorar como a experiência vivida, as emoções e a subjetividade dos indivíduos interagem e se integram também com o ambiente insular.

Henry argumenta que a vida é uma realidade absoluta e irreduzível que se revela na experiência vivida e na afetividade. Esta perspectiva é fundamental para entender a relação dos habitantes de Ilhabela com sua paisagem, visto que os processos de desenvolvimento urbano e econômico, muitas vezes, ameaçam desestabilizar esta relação delicada entre homem e lugar. Este estudo é particularmente relevante dada a natureza única de Ilhabela, que, por ser uma ilha, possui características específicas que influenciam profundamente a vida e as práticas culturais de seus habitantes.

O trabalho em questão, examina a paisagem cultural insular de Ilhabela, não apenas como um mero cenário geográfico, mas como um entrelaçamento vivo de elementos naturais, históricos e sociais. Esta pesquisa se propõe a entender como essa paisagem tem sido protegida e como ela interage com o ambiente e seus habitantes. Essa abordagem é essencial para compreender os desafios e as possibilidades que emergem desenvolvimento durante a evolução urbana e econômica, e suas consequências que envolvem preservação cultural e ambiental.

A metodologia empregada na pesquisa é qualitativa e empírica, pois enfatiza a importância da experiência vivida. Inclusive diante das observações e análise documental, através da captação de nuances da interação humana com o espaço insular, e a voz aos habitantes se revela pelas camadas de significados que eles

atribuem ao seu ambiente. Tais ramificações podem ser analisadas através de significados que são relacionadas aprofundadas a partir da abordagem de Carl Gustav Jung e suas contribuições para a compreensão do subconsciente e os arquétipos experienciados na vivência insular.

O estudo também se beneficia de um olhar comparativo, diante da experiência de Lanzarote, nas Ilhas Canárias, como um caso de modelo de preservação da paisagem cultural insular. Nas ilhas Canárias pode se ver tal transformação acontecendo e a partir dessa análise, se fez possível uma nova abordagem, neste contexto a ilha de Lanzarote. O caso de Lanzarote é utilizado como ponto inicial de uma reflexão que visa procurar por soluções para outras paisagens insulares, tal como a apresentada no arquipélago de Ilhabela.

O departamento de urbanismo de Barcelona possui uma abordagem que se coloca como viável frente a estas questões apresentadas na contemporaneidade. É a partir da análise, deste departamento, feita do caso de Lanzarote, que o entendimento de uma experiência do lugar, que se propõe uma análise das possibilidades de uma ordenação territorial para as paisagens insulares brasileiras, especificamente falando de Ilhabela. Entende-se além desta distinção entre espaço e caráter, mas um questão mais ampla, um “espaço vivido”¹. Este espaço não possui uma estrutura fixa, a mudança é vista como natural e no caso das intervenções realizadas por Sabaté são positivas, estas mudanças não alteram ou anulam *genius loci*² presente, pelo contrário, valorizariam esta identidade local.

A pesquisa também lança um olhar crítico sobre as práticas do mercado imobiliário, destacando como ações voltadas para a lucratividade podem prejudicar a fruição da paisagem original e impulsionar a segregação social. Este aspecto é particularmente relevante no contexto de Ilhabela, onde a pressão do turismo e da especulação imobiliária tem transformado a paisagem e afetado a dinâmica social da região.

Conclui-se que a compreensão de um desenvolvimento sustentável em Ilhabela, passa necessariamente pela preservação dos laços entre homem e paisagem cultural. Esta pesquisa enfatiza a importância de refletir sobre a

¹ NORBERG-SCHULZ, Christian. O fenômeno do lugar. in NESBITT, Kate. (org.) Op. cit, 2006, p. 444-461, p. 449.

² Termo utilizado por Norberg-Shulz para determinar este espaço vivido, encontrado na ontologia da nota anterior.

preservação da paisagem no âmbito da arquitetura e da ordenação do território, destacando a necessidade de manter espaços que não sejam esvaziados de significado e que resistam às ações predatórias sobre o ambiente.

Entende-se que a discussão se coloca como imperativa, aprofundando-se em questões como a paisagem cultural insular de Ilhabela e em que lugar as experiências vividas por seus habitantes são formadas, mantidas e transformadas. Este estudo procura contribuir não só para o campo acadêmico, mas também no processo de planejamento e execução de políticas públicas para o território, que sejam sustentáveis e que se atentem ao patrimônio de Ilhabela.

1. Lugar e o Ser: Reflexões Fenomenológicas na Arquitetura

Este capítulo investiga a aplicação da metodologia fenomenológica na construção do conceito de lugar, enfatizando a contribuição de importantes pensadores como Husserl, Heidegger, Merleau-Ponty, Jung e Michel Henry. A fenomenologia, surgida com Husserl, busca compreender a experiência humana a partir da percepção direta e da intuição, desafiando o empirismo positivista do século XIX e suas limitações nas dualidades corpo-mente e sujeito-objeto. A abordagem fenomenológica prioriza a descrição da realidade a partir da experiência do indivíduo, contrapondo-se à metafísica tradicional focada na explicação abstrata do ser.

No contexto da arquitetura, a fenomenologia se revela como um método valioso para a compreensão do espaço e do lugar. Norberg-Schulz, por exemplo, enfatiza a necessidade de uma "fenomenologia do lugar" para aprofundar o conhecimento sobre a relação dinâmica entre o ser humano e seu meio ambiente.

Aborda-se o filósofo Michel Henry, que se destaca pela sua abordagem única focada na vida subjetiva e na experiência interior. Esta perspectiva oferece um contraponto às teorias filósofos anteriores a Henry, enriquecendo o entendimento fenomenológico do lugar na arquitetura e no urbanismo. A análise do lugar, portanto, é realizada sob a ótica fenomenológica, considerando a interação contínua e complexa entre os indivíduos e seus ambientes, moldada por percepções, memórias e significados que transcendem a materialidade física.

1.1 A metodologia fenomenológica na construção do lugar

A linha fenomenológica surge na filosofia e como metodologia de análise por meio de Edmund Husserl (1859 – 1958), em obras como “Investigações lógicas”, “A filosofia como ciência rigorosa”, entre outras. O autor é considerado o pai da fenomenologia, tendo influenciado diversos filósofos posteriores a ele, como os já muito estudados na área de arquitetura Martin Heidegger e Maurice Merleau-Ponty, como também o filósofo contemporâneo Michel Henry, cuja teoria é adotada como base da fenomenologia do lugar nesta pesquisa .

Ao introduzir a fenomenologia da vida tal como formulada por Henry, Aranha e Martins observam que a fenomenologia, conforme delineada por Edmund Husserl, se opõe ao empirismo positivista do século XIX, abordando a antiga dicotomia entre

mente e corpo, bem como a relação sujeito-objeto. Esta abordagem filosófica centra-se na experiência da consciência e na representação dos objetos tal como são percebidos. O termo "fenomenologia" deriva do grego "o que aparece", refletindo seu foco em como os objetos do conhecimento se manifestam à consciência. A fenomenologia rejeita a metafísica tradicional que se concentra em noções abstratas e vazias de ser, priorizando a explicação sobre a descrição. Em contraste, ela enfatiza a descrição da realidade a partir da perspectiva do ser humano, procurando compreender o que é vivenciado na experiência concreta. Assim, busca capturar a essência do que é vivido, descrevendo as experiências do ponto de vista de quem as vivência. Esta escola filosófica oferece uma maneira alternativa de entender a relação entre o ser humano e o mundo, propondo um método mais direto e imediato de engajamento com a realidade vivida. A fenomenologia, portanto, representa uma virada significativa no pensamento filosófico, afastando-se das abordagens mais teóricas e abstratas em favor da descrição e análise da experiência humana imediata.

A fenomenologia, conforme conceituada por Husserl, é abordada neste estudo como uma perspectiva filosófica que visa compreender a formação do conhecimento a partir da relação entre o indivíduo e o mundo. Essa análise enfatiza a importância da experiência subjetiva e da intuição no processo de aquisição do conhecimento, destacando uma interação hermenêutica e intencional entre sujeito e objeto. Esta escolha metodológica se baseia na capacidade da fenomenologia em explorar a profundidade das vivências humanas, contribuindo para um entendimento mais aprofundado dos fenômenos investigados no contexto científico.

Norberg-Schulz enfatiza a fenomenologia como instrumental na aquisição de conhecimentos relevantes ao projeto arquitetônico, propondo uma "fenomenologia do lugar" para uma compreensão aprofundada das interações espaciais. Este enfoque, conforme discutido por Strasser (2010), desafia a aplicação da fenomenologia em manter sua essência sem simplificar ou desviar de seus princípios fundamentais. A abordagem busca equilibrar a busca por um conhecimento autêntico com a preservação da integridade da fenomenologia.

Segundo Strasser (2010, p. 284), a essência de uma investigação fenomenológica apresenta três características principais: ser intuitiva, hermenêutica e dialética. A palavra "fenomenologia" deriva do termo "fenômeno", se estuda a essência do que se mostra. Na proposta original da fenomenologia, Husserl estabelece a

intuição como a fonte primária do conhecimento, sendo esta a percepção do fenômeno, que é dado pela primeira impressão de algo.

A questão do lugar é outro ponto abordado pela análise fenomenológica na área da Arquitetura e Urbanismo. Com base na reflexão de Reis-Alves (2007) é possível compreender a abrangência do termo lugar, que vai além de uma locação no espaço. Segundo Cervini (2020), o lugar é uma manifestação externa e física do habitar humano, e o mundo é formado por elementos que possuem significado aos indivíduos e suas gerações.

Cervini, (2020) complementa que:

Entendemos que o homem, para ser capaz de habitar sobre a terra deve tomar consciência que habita entre dois mundos dicotômicos, o céu e a terra, "sobre a terra já significa sob o céu", diz Heidegger. Por isso, cabe ao homem não somente compreendê-los separadamente, mas, sobretudo, entender a relação existente entre eles. O "entre" é a condição de existência que tece os caminhos entre objetividade e a metafísica (Cervini, 2020, p.57).

O homem obtém suporte existencial por meio da orientação e da identificação, possibilitadas pelos elementos complementares espaço (terra) e caráter (céu). A palavra "habitar" indica uma paisagem subjetiva, estabelecendo uma relação total entre homem e meio (Cervini, 2020).

Para iniciar, a identificação do sujeito com a paisagem é explicitada pela relação cognitiva, na qual a construção da memória do lugar é representada pelas atividades cotidianas em que se produzem formas de espaço culturalmente construídas. Cada indivíduo apreende o entorno, utilizando diversos registros de atividade cognitiva, construindo uma relação paisagem-memória que se manifesta em recortes territoriais. Nesse momento, o espaço torna-se lugar, é recortado afetivamente. Essa seria uma maneira de ver do exterior para o interior. Ou seja, aspectos do ambiente que são introjetados pelo indivíduo (Cervini, 2020, p.60).

Segundo Bourdin (2001), "o sentido de pertença é resultado do conjunto de recortes que especificam a posição de um ator social e a inserção de seu grupo de pertença a um lugar". Dessa forma, há uma convergência entre história e geografia da cidade, entrelaçada pela subjetividade de seus habitantes.

A acadêmica Giuliana Andreotti³, autora do livro *Paisagens culturais*, contribui para a discussão do tema, descrevendo a paisagem cultural como um processo em constante desenvolvimento e transformação, sendo parte integrante de uma civilização (Andreotti, 2013).

Pallasmaa (1986) argumenta que as reminiscências da primeira infância constituem um elemento crucial para a análise fenomenológica em arquitetura, uma vez que as experiências espaciais iniciais formam a base existencial do ambiente, mantendo a identidade pessoal e o impacto emocional ao longo da vida. A fenomenologia, portanto, busca explorar fenômenos dentro da dimensão da consciência humana, adotando uma perspectiva teórica pura.

Busca-se revigorar o entendimento autêntico da teoria analisada como um ato de "observação e contemplação", tendo em vista a importância de investigar e ponderar a arquitetura na sua capacidade de evocar a paisagem urbana: uma consciência tanto da experiência vivida quanto daquele que a vivencia. A investigação se direciona à decodificação da linguagem intrínseca de construção, reconstruindo assim sua dimensão de sentimento.

1.2 Contribuições para o estudo da fenomenologia do lugar a partir de Henry

Michel Henry (1922-2002) foi um filósofo cuja obra principal foca na vida subjetiva e na experiência interior. Ele abordou temas como a subjetividade, a fenomenologia da vida, a corporeidade e a afetividade.

Michel Henry, nascido em 1922 na Indochina Francesa, teve uma infância marcada por mudanças e tragédias, incluindo a perda precoce de seu pai (Mauri, 2019; Mauri, 2020). Sua mudança para a França aos sete anos e a subsequente influência de sua vida no Oriente foram fundamentais para o desenvolvimento de seu amor pelas civilizações asiáticas e pela arte (Wondracek, 2010).

A educação de Henry foi robusta, tendo estudado com renomados filósofos na França e desenvolvendo uma paixão que o levou a se dedicar à filosofia como profissão. As experiências durante a Segunda Guerra Mundial, incluindo seu envolvimento com a Resistência e o impacto da guerra em sua carreira filosófica,

³ Doutora em História da Idade Média e professora de Geografia Cultural da Universidade de Trento-Itália.

foram cruciais para a formação de seu pensamento, assim como sua interação com a obra de Heidegger (Wondracek, 2010; Mauri, 2020).

Henry foi o criador de “um pensamento filosófico original denominado fenomenologia da vida ou fenomenologia material” (Mauri, 2020). Sua filosofia enfoca a subjetividade, isto é, a “vida real de pessoas vivas, rejeitando a ignorância da vida como todos a experienciamos” (Mauri, 2020). Essa temática permeia toda a sua obra, embora aborde diversos assuntos (Henry, 2005; Mauri, 2020).

Ao longo de sua carreira, Michel Henry escreveu diversos livros e artigos, explorando temas que vão desde a metafísica e a ética até a arte e a cultura. Sua obra é caracterizada pelo interesse em compreender a experiência humana em sua totalidade, buscando ir além das abordagens tradicionais da filosofia, que se concentram apenas na racionalidade e na objetividade (Wondracek, 2010).

Um dos principais objetivos de Henry era desenvolver uma abordagem filosófica que reconhecesse a importância da vida afetiva e da subjetividade, em contraposição às abordagens que privilegiam a representação e a objetividade. Para ele, a vida é uma realidade absoluta, irreduzível e auto-reveladora, que só pode ser compreendida em termos de experiência vivida e afetividade (Henry, 2005).

Henry também explorou a relação entre a filosofia e a religião, especialmente o cristianismo, argumentando que a experiência da vida em sua plenitude só pode ser alcançada através da relação com o divino. Em obras como *Eu sou a Verdade* e *Palavras de Cristo*, ele buscou articular essa conexão, enfatizando a importância da fé e da revelação na compreensão da condição humana (Wondracek, 2010).

Em suas investigações filosóficas, Henry também se dedicou ao estudo de outros filósofos e pensadores, como Descartes, Kant, Hegel, Kierkegaard, Nietzsche e Heidegger. Ele procurou dialogar com esses autores, muitas vezes oferecendo críticas e reformulações de suas ideias, sempre com o enfoque de que a partir do diálogo, se alcançaria um entendimento mais profundo e abrangente da experiência humana (Wondracek, 2010).

Michel Henry faleceu em 2003, mas seu legado e contribuições à filosofia continuam a ser estudados e debatidos até hoje. Sua abordagem inovadora e original, focada na subjetividade e na afetividade, influenciou e inspirou diversos estudiosos e pensadores contemporâneos, consolidando-se como uma vertente importante dentro da tradição filosófica (Henry, 2005).

1.2.1 Bases filosóficas de Henry

A filosofia de Michel Henry, destacado pensador francês do século XX, tem como foco central a subjetividade e a vida em sua dimensão pré-reflexiva. Para que seja aprofundada a sua relação com a questão da análise da paisagem cultural, se torna necessário analisar as bases filosóficas de seu pensamento e as contribuições que ele oferece para uma compreensão mais profunda da condição humana. Henry é frequentemente associado ao movimento fenomenológico, embora sua abordagem seja distinta daquela de Husserl, Merleau-Ponty e outros representantes dessa corrente.

Em suas obras, Michel Henry critica o pensamento moderno, especialmente o racionalismo cartesiano, por sua ênfase na objetividade e na representação. Em contraposição, ele propõe uma compreensão da vida a partir da subjetividade, resgatando a importância do afeto e da experiência interna na constituição do ser humano. Nesse contexto, é relevante abordar a relação de Henry com outros filósofos, como Maine de Biran, a fim de traçar as influências e o posicionamento de seu pensamento no cenário filosófico contemporâneo.

Henry também foi influenciado pela filosofia transcendental de Kant, especialmente no que diz respeito à relação entre a subjetividade e a objetividade, como também sofreu influências sobre a filosofia existencialista de Kierkegaard tendo impacto nas reflexões de Henry sobre a subjetividade e a relação com o divino⁴.

Michel Henry, ao abordar a fenomenologia, estabelece um diálogo crítico com Descartes, Husserl e Mestre Eckhart, destacando os limites e as possibilidades de suas respectivas abordagens filosóficas. A relação de Henry com esses pensadores é complexa, marcada por tensões e convergências que enriquecem sua própria teoria.

Quanto a Descartes, Henry sustenta que, embora o filósofo francês tenha sido pioneiro na investigação da subjetividade, sua ênfase no *cogito* e na representação acabou por negligenciar a dimensão pré-reflexiva da vida: enquanto Descartes estabelece a existência a partir do pensamento, Henry argumenta que a existência é evidente em si mesma, não precisando ser pensada para ser confirmada. Henry

⁴ A abordagem de Henry a estes dois filósofos pode ser encontrada nos seguintes textos:
HENRY, M. **Genealogia da psicanálise**: o começo perdido. Tradução de S. M. M. Freitas. Curitiba: Editora UFPR, 2009.
HENRY, M. **Eu sou a Verdade**: para uma filosofia do cristianismo. Tradução de F. Martins. Lisboa: Vega, 1998.

afirma que "Descartes introduziu a subjetividade no coração do ser e do conhecimento, mas o fez de forma insuficiente e parcial" (Henry, 1990, p. 23).

Em relação a Husserl, Henry reconhece o valor de sua abordagem fenomenológica e sua preocupação em investigar a experiência imediata, livre de pressupostos teóricos. No entanto, Henry (2003, p. 17) critica a "intencionalidade" proposta por Husserl, argumentando que a vida é autoafetiva e não depende de um objeto externo para ser vivenciada. Portanto, a fenomenologia de Henry difere daquela de Husserl por sua ênfase na "vida absoluta" e na subjetividade pura, além da experiência intencional⁵.

Mestre Eckhart também foi base para os estudos de Henry. Mestre Eckhart foi um teólogo alemão do século XIV, referenciado por Henry como uma importante influência em seu pensamento. Eckhart abordava a experiência da vida como uma dimensão imanente e autoafetiva, em que o indivíduo encontra Deus em seu próprio ser (Eckhart *apud* Henry, 1998, p. 82), concepção também abordada por Henry⁶.

Heidegger também contribui para a análise da arquitetura, o filósofo também teve a pesquisa como uma das fontes estudadas por Michel Henry e se constitui através de aproximações e discordâncias entre os dois filósofos (Mauri, 2020).

Heidegger e Henry, por meio da fenomenologia, buscavam novas perspectivas para as artes. Heidegger levanta questionamentos sobre o construir e o habitar do ser, enquanto Henry, com base na obra *Ver o invisível*, propõe compreender os afetos e de que forma eles constituem a identidade do sujeito, e assim, se analisa a relação do ser humano e sua morada (Mauri, 2019; Mauri, 2020).

No entanto, suas abordagens se diferenciam quando tratam do foco de suas indagações. Heidegger se volta para a linguagem, o tempo e o meio, enquanto Henry enfatiza dialética entre o ser com os afetos da vida, que formam o ser fenomênico (Mauri, 2019)⁷.

Outra influência que deve ser citada entre seus estudos é a sua relação com Merleau-Ponty no que tange à fenomenologia da carne e do corpo. Os autores divergem em determinados aspectos, mas também apresentam pontos de

⁵ Veja Henry, 2003.

⁶ A concepção da autoafetividade será abordada e explicitada posteriormente nesta pesquisa.

⁷ Para uma abordagem da relação entre os dois filósofos e as suas contribuições para a área de arquitetura, remete-se à dissertação: MAURI, Bianca. As interfaces entre a arquitetura, o abstracionismo e a fenomenologia da vida. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2019.

convergência. De acordo com Michel Henry, a passividade é o movimento primordial da vida, que possibilita a Ipseidade original (Henry, 1963). Já Merleau-Ponty compreende a carne como a “substância” do Ser, sendo a experiência do existir atravessada e atada à alteridade (Merleau-Ponty, 1964). Enquanto Henry se opõe à ideia de que a carnalidade seja algo do mundo, Merleau-Ponty concebe a carne como estrutura do Ser, destacando a reversibilidade e a relação entre subjetividade e mundo.

A crítica de Henry a Merleau-Ponty se fundamenta na noção de que a relação entre tocante e tocado é inapropriadamente estendida ao mundo inteiro (Henry, 1963). Para Henry, o corpo está atrelado ao Ego e à Autodoação da Vida Originária. Em contrapartida, Merleau-Ponty compreende a carne como deiscência, ou seja, um processo de abertura, uma espécie de fenda ou divisão que, paradoxalmente, permite a união, uma maneira de ser geral, que se expressa na passibilidade e na reversibilidade entre a experiência corpórea e o mundo (Merleau-Ponty, 1964). Enquanto Merleau-Ponty enfatiza a relação entre subjetividade e mundo, Henry prioriza a passividade e a autodoação da Vida originária como fundamentos da experiência humana.

Contudo, é imperativo reafirmar que ambos reconhecem a importância do corpo para a discussão da experiência humana e que há uma contribuição valiosa desta análise para a fenomenologia.

Um dos temas que têm grande contribuição para o estudo atual, é o conteúdo que surge a partir da aproximação de Michel Henry com Espinosa, estudo realizado desde a época de sua monografia de faculdade.

Conforme Garibaldi Mauri (2014), é devido a estas contribuições que futuramente será desenvolvido o conceito de Fenomenologia da Vida Afetiva, que se da representação e da intensão já abordada por Husserl.

Há também a relação entre os estudos de Henry e a obra de Karl Marx, sendo essa complexa e multifacetada. Embora ambos compartilhem uma preocupação com a alienação e a desumanização presentes na sociedade, seus enfoques e metodologias são distintos. Contudo, é possível identificar algumas áreas de interseção e influência entre os pensamentos desses dois filósofos. Enquanto Marx analisa a alienação do trabalhador no contexto do capitalismo, Henry enfoca a alienação do indivíduo em relação à sua própria vida interior e à experiência humana autêntica. Nesse sentido, as obras de Marx podem ser vistas como um ponto de

partida para a reflexão de Henry sobre a alienação e a desumanização no contexto contemporâneo.⁸

Outra área de interseção entre os estudos de Henry e a obra de Marx é a crítica ao cientificismo e à racionalidade instrumental. Ambos os autores se opõem à crescente ênfase na objetividade e na eficiência, que pode levar à perda de contato com a subjetividade e a experiência humana. Marx denuncia a transformação do trabalho em mercadoria e a objetificação do trabalhador, enquanto Henry critica a subordinação da experiência vivida e da afetividade à lógica da racionalidade científica.

Ambos os pensadores expressam preocupações com a forma de viver do ser senciente. Enquanto Marx analisa a alienação do trabalhador no contexto do capitalismo, Henry enfoca a alienação do indivíduo em relação à sua própria vida interior e à experiência humana autêntica. Nesse sentido, as obras de Marx podem ser vistas como um ponto de partida para a reflexão de Henry sobre a alienação e a desumanização em seu contexto e ainda no presente momento, tendo em vista que as indagações de ambos os autores continuam sendo estudadas e aprofundadas diante da realidade atual por diversos teóricos contemporâneos.

Além disso, é possível identificar uma preocupação comum com a superação da alienação e a busca por uma sociedade mais humana e autêntica. Ambos os pensadores propõem formas de resistência e transformação. Marx defende a revolução proletária e a construção de uma sociedade comunista na qual a alienação e a exploração sejam superadas. Por sua vez, Henry propõe a revalorização da subjetividade e da experiência vivida como meio de resistir à barbárie e à desumanização.

Através de um diálogo crítico com filósofos como Descartes, Husserl, Mestre Eckhart, Espinosa, Kant, Kierkegaard, Heidegger, Merleau-Ponty e Marx, Henry desenvolveu uma teoria sobre a *vida absoluta* e a *afetividade*, influenciando diversas áreas científicas, inclusive a arte, "*Ver o Invisível*", e assim também adentrando na arquitetura. Sua abordagem oferece uma compreensão mais profunda das relações

⁸ Henry examinou as teorias de Karl Marx em seu livro intitulado *Marx: a filosofia da realidade* (*Marx: Une philosophie de la réalité*) e *Marx: a filosofia da economia* (*Marx: Une philosophie de l'économie*), ambos publicados pela primeira vez em 1976. Essas obras são uma leitura crítica do trabalho de Marx, enfocando as questões da alienação e a relação entre trabalho e realidade.

humanas e das estruturas sociais, destacando a importância do afeto e da experiência interna na constituição do ser humano.

Ao analisar as contribuições e influências de Henry no cenário filosófico contemporâneo, podemos perceber a relevância de seu pensamento para o estudo da subjetividade e da condição humana, sobretudo na relação do ser com o ambiente construído ou natural. A filosofia de Henry, portanto, não apenas enriquece o campo da fenomenologia, mas também fornece valiosas contribuições para o entendimento das complexidades da experiência humana, abrindo caminhos para novas perspectivas e questionamentos sobre a natureza da vida e a subjetividade.

1.2.2 Fenomenologia da vida e suas implicações

Michel Henry desempenhou um papel fundamental na ressignificação da fenomenologia ao desenvolver sua abordagem conhecida como "fenomenologia da vida" ou "fenomenologia material". A ressignificação da fenomenologia por Henry pode ser analisada em dois aspectos principais: a crítica à intencionalidade e à exterioridade levando à ênfase na vida subjetiva e a experiência interior (Prazeres, 2015).

A fenomenologia clássica, desenvolvida por Edmund Husserl e seguida por outros fenomenólogos como Martin Heidegger, se concentrava na intencionalidade e na exterioridade como aspectos fundamentais da experiência humana. Husserl defendia que a consciência é sempre intencional, ou seja, dirigida a um objeto (Husserl, 2006). Por outro lado, Heidegger propôs uma abordagem ontológica, focando no ser-no-mundo e na relação do indivíduo com o mundo (Heidegger, 1927).

Em contraposição a essa tradição, Henry propôs uma fenomenologia centrada na imanência e na autoafecção da vida. Ele enfatizou a importância da subjetividade e da experiência vivida, argumentando que a vida é o fundamento de toda manifestação e que a subjetividade é a condição necessária para a manifestação (Henry, 1963). Segundo Henry, a vida é essencialmente autoafetiva, ou seja, ela se experimenta e se manifesta a si mesma de forma imanente e pré-reflexiva, sem a necessidade de intencionalidade ou exterioridade (Henry, 1963).

Essa ênfase na vida subjetiva e na experiência interior levou Henry a propor uma nova compreensão da corporeidade e da afetividade. Enquanto a fenomenologia clássica tratava o corpo como objeto de percepção e como instrumento para a

interação com o mundo exterior, Henry considerava o corpo como o lugar onde a vida se manifesta de forma imediata e pré-reflexiva, através das sensações e emoções. Nessa perspectiva, a afetividade é entendida como a expressão fundamental da vida e como a condição primordial para a experiência humana (Henry, 1963).

O filósofo francês baseia sua teoria na noção de *vida absoluta*, conceito que transcende a mera biologia e se refere à experiência imediata e autoafetiva do ser vivo. Essa perspectiva se baseia na afecção do ser em si, geradora de relação, destacando a relevância dos estudos de Michel Henry sobre Descartes e Espinosa.

Segundo Garibaldi Mauri (2014), na "Ética" de Espinosa, na teoria dos afetos desenvolvida por Espinosa em sua obra *Ética*, o autor aborda que o afeto é abordado de forma que abranja não somente a marca no outro, mas o afeto também possibilita ser modificado pela própria ação e afeto produzido. O termo não é usado meramente como forma afetiva, e sim como marca, que pode ser analisada como positiva ou negativa, mas que continua a exercer sua influência de forma contínua na existência humana.

Karin Wondracek, acadêmica brasileira com contribuições na área da filosofia, especialmente com foco em temas relacionados à fenomenologia, entre outras questões, aborda o conceito de "afecção" ao afirmar o seguinte:

Afeto não é efeito de uma causa, é a matéria fenomenológica da Vida na qual somos investidos no corpo vivo, no qual somos possíveis e do qual não podemos nos libertar. Esse poder sentir no qual somos possíveis, que nos chega como afecção, afeto ou afetividade, remonta ao antigo conceito de *affectus* da Idade Média. Não se trata de uma esfera especial da vida, mas do que perpassa e funda a totalidade do agir (Wondracek, 2010, p.66).

Em fenomenologia da vida, conceito original de Henry, o autor afirma que, é por meio do do encontro, seja possível impactar o outro de maneira a gerar nele o afeto necessário, compreendendo a vida como um processo de existência repleto de encontros que fazem com que seja possível alcançar a felicidade no ser e no outro. A "fenomenologia da vida" apresenta a noção de que a vida é algo é experienciado no ser, que é a partir dela mesma que é possível ter uma autorrevelação, que não necessariamente se vincula a algo externo (Mauri, 2019; Mauri, 2020).

Esta autorrevelação da vida é também passível de reconhecimento nas abordagens feitas pelos professores da Bauhaus, como Kandinsky e Klee. A frase célebre de Klee, "a arte não reproduz o visível, ela torna visível", relaciona-se com a

questão da afetividade, sendo que a arte se torna um vetor de afeto e reconhecimento deste. Na arte, é a própria vida do *Sujeito* (Ser-no-mundo) que torna-se visível na obra, a sua vivência e experiência, seja do artista ou do observador da obra. Este elo entre a arte e a fenomenologia da vida é visto no trabalho intitulado *Ver o invisível*, de Henry. No livro, o filósofo postula que a arte, e conseqüentemente sua produção, não deveria ser considerada simplesmente como mimesis, já que a essência de uma obra não reside primordialmente em seu caráter representativo. Segundo o filósofo, Kandinsky materializa e revela a “Vida” por meio da utilização de formas e cores em suas composições.

Ver o invisível constitui uma análise minuciosa de Henry sobre o pensamento e as obras de Kandinsky, sob o prisma da fenomenologia da vida. O filósofo se concentra especificamente na figura de Kandinsky em razão da inovação radical que o pintor introduziu tanto em seu pensamento teórico quanto em suas realizações pictóricas.

Henry evidencia como a obra de Kandinsky, que se esquivava tanto da representação figurativa quanto da limitação geométrica, diferenciando o artista de vários outros ícones das artes de sua época. No livro *Ver o invisível*, bem como *Do espiritual na arte e Ponto, linha e plano*, reitera a ideia de que as propriedades ressaltadas por Kandinsky acerca da arte pictórica podem ser extrapoladas para outras expressões artísticas, inclusive a arquitetura (Mauri, 2020).

Na perspectiva de Henry, as obras de arte deveriam facilitar uma autoafecção, tal como Kandinsky propôs em seus trabalhos. Através da lente da fenomenologia da vida, a afecção é percebida como uma característica intrínseca à arquitetura, sendo esta característica aquela que detém o poder de provocar, no indivíduo, a experiência de uma transformação, ou seja, uma reconfiguração de seu senso de si mesmo e da vida como entendendo-a como uma totalidade. Em decorrência do constante processo de afecção mútua que caracteriza a existência humana, a arte – e por extensão, a arquitetura – detém o potencial de gerar mudanças profundas no âmbito pessoal e social por meio do espaço conscientemente projetado e criado.

Na abordagem de Michel Henry sobre a “Ética” de Espinosa, a investigação se concentra nos três “gêneros de conhecimento”: a representação ou imaginário, a racionalização e a beatitude. Ele propõe que, em Espinosa, a felicidade emerge do entendimento completo do afeto, tanto recebido quanto transmitido, em momentos de

"autoafecção" com a vida, enfatizando a imanência e a afetividade (Mauri, 2014; Mauri, 2020).

Ao criticar a intencionalidade e a exterioridade, Henry questionou o papel central que a fenomenologia clássica atribuía à linguagem e à representação. Segundo Henry, a linguagem e a representação são formas secundárias e derivadas da manifestação, que pressupõem a experiência vivida e a autoafecção da vida (Henry, 1985). Nesse sentido, Henry propôs uma fenomenologia que reconhece a importância da linguagem e da representação, mas que também enfatiza a dimensão pré-linguística e pré-representacional da experiência humana (Henry, 1985).

Para Michel Henry, a vida transcende a noção de ruptura ou reducionismo, manifestando-se imanentemente através do pathos e da afetividade inerente à própria carne, conforme explorado em sua fenomenologia da vida. Henry postula que é a vida que fundamenta o pensamento, contrapondo-se à ideia de que o pensamento precede e acessa a vida. Esta concepção coloca a carne como elemento central na experiência e compreensão fenomenológica, sublinhando a primazia da vida na prefiguração do pensamento.

O *pathos* refere-se às experiências afetiva, emocional e passional que caracterizam a essência da vida e a relação com a carne. Essa perspectiva singular do *pathos* na fenomenologia de Henry destaca a importância da vida em permitir a prefiguração do pensamento, em vez de o pensamento permitir o acesso à vida (Mauri, 2014).

Essa ênfase na vida subjetiva e na experiência interior levou Henry a propor uma nova compreensão da corporeidade e da afetividade. Enquanto a fenomenologia clássica tratava o corpo como objeto de percepção e como instrumento para a interação com o mundo exterior, Henry considerava o corpo como o lugar onde há a manifestação da vida em si, de forma imediata e pré-reflexiva, por meio das sensações e emoções. Nessa perspectiva, a afetividade é entendida como a expressão fundamental da vida e como a condição primordial para a experiência humana (Henry, 2000).

Ao criticar a intencionalidade e a exterioridade, Henry questionou o papel central que a fenomenologia clássica atribuía à linguagem e à representação. Segundo Henry, a linguagem e a representação são formas secundárias e derivadas de manifestação, que pressupõem a experiência vivida e a autoafecção da vida (Henry, 1985). Nesse sentido, Henry propôs uma fenomenologia que reconhece a

importância da linguagem e da representação, mas que também enfatiza a dimensão pré-linguística e pré-representacional da experiência humana (Henry, 1985).

Henry sustenta que "a fenomenologia é a ciência da essência dos fenômenos, isto é, de sua fenomenalidade pura. Em outras palavras, a fenomenologia não se atém aos objetos, mas à forma como eles se apresentam a nós, o seu modo de doação" (2009, p. 2). Desse modo, em última análise, o objeto da fenomenologia não consiste na forma como os objetos nos são apresentados, mas sim na maneira como ocorre a própria doação, a manifestação pura e a revelação.

Henry ainda afirma que:

Os homens afastados da Verdade da Vida mergulham nos enganos, nos prodígios em que a vida é negada, ridicularizada, troçada, simulada, ausente. Os homens são substituídos por abstrações, entidades econômicas, lucros e dinheiro. Os homens são tratados matematicamente, informaticamente, estatisticamente, contados como animais, sendo tidos em menor apreço do que estes. (Henry, 1998, p. 277).

Segundo Wondracek "*O amor de olhos fechados* e, depois em, *La barbarie* há uma crítica social que indica a decadência cultural resultante do esquecimento da vida. Afinal, se a cultura surge do incremento da vida, a decadência só pode ocorrer quando a vida é esquecida" (2010, p. 40). No contexto do romance filosófico abordado, a destruição de monumentos e símbolos estéticos é retratada como uma manifestação da perda de vitalidade dos indivíduos. Esta narrativa sugere que a essência da vida está intrinsecamente ligada à criação e à manutenção dessas obras. Portanto, a devastação da cidade simboliza não apenas a destruição física, mas também a extinção da força vital que impulsiona a criação cultural e artística, a vida em si.

A ressignificação da fenomenologia por Michel Henry tem implicações importantes para diversas áreas da filosofia, como a ética, a estética e a filosofia da religião. Ao enfatizar a vida subjetiva e a experiência interior, Henry ofereceu novas perspectivas sobre a essência da existência humana, a relação entre o indivíduo e o mundo, e a natureza da realidade em si. Essa abordagem original e inovadora trouxe contribuições relevantes para o debate filosófico e inspirou estudos em outras linhas de conhecimento também, como nas áreas de psicologia e artes. Esta é também a abordagem que nos interessa quando abordamos a paisagem cultural dentro do âmbito da teoria do urbanismo.

1.2.3 Relação com o lugar

Michel Henry sofre influências dos teóricos anteriores a ele, mas segue uma linha ainda não explorada na fenomenologia, caracterizando seu pensamento fenomenológico como radical e material, explorando também a vivência subjetiva. Sua filosofia se descreve como radical por se voltar para a raiz do que aparece, ao fundamento do fenômeno. Da fonte do que não se mostra, da busca do que significa ir à fonte da manifestação, ou seja, a vida em si (Henry, 2013). Seu aspecto material se caracteriza pela materialidade necessária, que se constitui a essência do fenômeno, como, por exemplo, os ingredientes necessários para a construção material de uma casa.

Henry tem como propósito aprofundar as discussões na fenomenologia através do estudo da raiz da manifestação, o que existe por trás da aparência da manifestação fenomenológica. Henry define a vida “manifestação originária” essência original (Mauri, 2016).

É por meio desta manifestação originária que Henry abrange a teoria da “fenomenologia da vida”:

Ao interpretar o afeto como uma marca, viver é estar e ser constantemente afetado pelo seu meio e pelo outro. Na fenomenologia da vida, Henry propõe que, através do encontro, se possa marcar o outro de forma que se possa produzir no outro o afeto que o outro precisa, entender a vida como um processo de existência que é repleto de encontros que possibilitam o alcance da felicidade no eu e no próximo.

A “fenomenologia da vida” sugere que a vida é tão-só aquilo que a experiência em si mesma, de modo que esta experiência é uma prova de si e não de outra coisa, uma auto revelação. A vida é uma afetividade originária e pura, a qual chamamos transcendental, pois é ela, com efeito, que torna possível o experimentar-se a si mesma. É nesta afetividade e como afetividade que se cumpre a auto revelação da vida.

A fenomenologia da vida mostra que a doação afetiva não é um simples efeito da Vida em nós: no poder em que somos investidos na experiência como este si efetivo que sou, um si que é por isso pessoa e enquanto tal tornando-se ele mesmo possibilidade efetiva de ação. O afeto não pode ser visto como efeito de uma causa, pois ele é a matéria fenomenológica da Vida, a qual é investida no corpo vivo, no qual sou possível e por isso não me posso libertar dele (Mauri, 2020, p.79).

Baseado em suas análises dos escritos de Espinosa, Henry sustenta que o ser é formado pela multiplicidade dos afetos que experiencia (Henry, 2005). Desta forma, a identidade do ser é igualmente moldada por esses afetos, que se manifestam no processo de existência e nas interações do indivíduo com os locais que percorreu. Assim, a arquitetura adquire um papel preponderante como fonte de influência na

identidade do sujeito, incumbindo o arquiteto da responsabilidade de produzir e reconhecer espaços que sustentam afetos basilares para a identidade de sua população. Lugares com capacidade de evocar afetos em níveis tanto individuais quanto sociais.

Neste contexto, a produção e a preservação do espaço assumem uma importância capital no processo de afecção, de maneira a transcender a mera relação mercantilista de troca de capital e promover um encontro significativo entre o indivíduo e o outro por meio do espaço concebido.

Quanto à função da arquitetura e seu papel a se desempenhar nessa discussão, Pallasmaa contribui para a discussão com sua obra *Os olhos da Pele*, um trecho a ser apontado seria:

Em seu modo de representar e estruturar a ação e o poder, a ordem cultural e social, a interação e a separação, a identidade e a memória, a arquitetura se envolve com questões existenciais fundamentais. Qualquer experiência implica atos de recordação, memória e comparação. Uma memória incorporada tem um papel fundamental como base da lembrança de um espaço ou um lugar. Transferimos todas as cidades e vilas que já visitamos, todos os lugares que reconhecemos, para a memória encarnada de nossos corpos. Nosso domicílio se torna integrado à nossa autoidentidade; ele se torna parte de nosso corpo e ser. Em experiências memoráveis de arquitetura, espaço, matéria e tempo se fundem em uma dimensão única, na substância básica da vida, que penetra em nossas consciências. Identificamo-nos com esse espaço, esse lugar, esse momento, e essas dimensões se tornam ingredientes de nossa própria existência. A arquitetura é a arte de nos reconciliar com o mundo, e esta mediação se dá por meio dos sentidos. (Pallasmaa, 2011, p.68).

A partir das reflexões de Kandinsky e Michel Henry, a disciplina de arquitetura e urbanismo se transforma em um campo fértil para a experimentação e inovação na prática arquitetônica, com potencial para influenciar questões sociais. O próprio Kandinsky complementa a discussão sobre a forma na arte e, em contrapartida, levando em conta o contexto de sua época, a ausência de discussão da forma na arquitetura (Kandinsky, 1996).

A arquitetura, situada na interseção entre a engenharia e a arte, apresenta desafios tanto estéticos quanto técnicos na prática arquitetônica. A palavra *krisis* pode ser usada para descrever esta situação de fronteira em que a arquitetura se encontra, oscilando entre as exigências voltadas à plástica e a funcionalidade.

Quanto a esta análise, Furtado argumenta que:

Por essa via, a arquitetura em crise deveria, retomando a experiência da moradia, rever seus conceitos mais fundamentais e originários. Para falar como Husserl, seria preciso pôr entre parênteses toda a formação e juízo não originalmente fundamentados sobre a intuição da coisa visada, em pessoa, no caso o próprio ato vivido de habitar. Evidentemente, a fenomenologia não poderia dar conta das infinitas práticas empíricas, sociais e históricas da habitação. O habitar sobre o qual nos debruçamos é, primeiramente, simples possibilidade eidética obtida por variação imaginária a partir da experiência fenomenologicamente compreendida de habitar, isto é, de uma experiência *própria*, da qual afastamos toda significação à qual não corresponda uma doação intuitiva imediata.

Então torna-se visível, antes de mais nada, e com evidência, a transitividade do habitar: *habitar é apropriar-se de um lugar do espaço do mundo ocupando-o em movimento* (não há existência sem movimento). A ocupação de um espaço de tal modo que haja um tomar posse se assentando e um 'projetar' das preocupações próprias ali faz dele justamente um *lugar*, isto é, espaço existencialmente determinado, com seus altos e baixos, seus lados, limites, proximidades e distâncias, luz e sombra e, por fim, seu teor afetivo (temeroso, confortável, etc.) [...]. Mas essas determinações do lugar habitado, a saber, o aqui, o agora e a tonalidade afetiva, só têm sentido em relação, evidentemente, à corporalidade. Por meio do seu poder de abstração, universalização e idealização, o pensamento nos abre para todos os mundos possíveis, para todos e nenhum dos lugares. Só o corpo enraíza. Portanto, o habitar designa essencialmente a apropriação do espaço que o determina, em referência à corporalidade vivida, como sítio ou lugar. O espaço geométrico, com seus pontos rigorosamente precisos, coordenadas absolutas e distâncias mensuráveis, pura construção do pensamento, não é habitável, ainda que se faça frequentemente uso de diversas ciências exatas na construção de casas, bairros, ruas e cidades, cujos conceitos de espaço são determinados a partir da geometria e, portanto, com frequência inumanos (Furtado, 2015, p. 116-117).

O artista e teórico aborda também a filosofia em suas obras, tendo dito eu a filosofia ainda iria investigar a questão da invisibilidade. É a partir desse contexto que a arte e a arquitetura se encontram na relação entre as teorias de Henry e Kandinsky.

Baseando-se nos princípios articulados por Kandinsky, a arquitetura conecta-se ao ser, oferecendo não só a possibilidade de afeto entre o exterior e o interior, mas além disso, na perspectiva do autoafeto – espaços que proporcionariam o encontro consigo mesmo.

Nesse sentido, Kandinsky esclarece em suas obras que cada forma de arte deve expressar, por meio de seus recursos, o que somente ela poderia manifestar. É dever de cada meio artístico desenvolver-se até os limites de suas capacidades, algo que pode ser realizado também em interação com outras formas de arte.

É na interseção da fenomenologia de Henry com a abordagem de Kandinsky que a arquitetura se volta o interior, para o invisível, pode transcender a materialidade do espaço. Os teóricos propõem novas diretrizes para uma arquitetura que se concentra no ser humano, promovendo a autoafecção nos indivíduos que interagem

com ela. Tal abordagem sugere que a arquitetura pode ser um veículo para transformação e desenvolvimento pessoal e social, ultrapassando tendências efêmeras e o mero consumo. Essa perspectiva enfatiza a importância de criar espaços que sejam verdadeiros ao seu tempo, contexto e criador. Assim, são criados espaços que, através do invisível, podem se comunicar atemporalmente com diferentes culturas e realidades, por meio de diferentes formas de arte – neste estudo, a arquitetura.

Henry afirma que:

Longe de ser a consequência da Força e seu desdobrar, a afetividade é sua pressuposição. É esse *páthos*, que funda toda força, que a pintura ‘expressa’: que está presente em toda cor e em toda forma, que por sua disposição impelem-no ao paroxismo. É então, efetivamente, que a arte aparece como a realização da essência da vida. É nisso que a arte difere da existência ordinária, em que essa força patética da vida, permanecendo inutilizada, transforma-se em angústia, determinando os comportamentos monstruosos da fuga e da destruição de si que estão matando nosso mundo (Henry, 2012, p. 160).

O afeto, na concepção fenomenológica de Henry (2009), constitui a essência da Vida, inerentemente ligado ao corpo vivo que facilita a existência do ser. Nesta perspectiva, o sofrimento é entendido não como resultado de causas externas, mas como manifestação do estado fundamental de ser do indivíduo, emergindo das circunstâncias específicas nas quais se encontra. Esta abordagem rejeita a noção de afeto como mero efeito, reafirmando-o como central na experiência vivida.

1.3 Imaginário coletivo

A relação entre sujeito e paisagem é demonstrada nos textos de Giuliana Andreotti, a qual afirma o reflexo da fala humana na percepção e definição da paisagem cultural.

Em todo caso, é elusivo, fugidio: isto porque, especificamente, a paisagem não pode ser separada do homem, do seu espírito, da sua imaginação e percepção. O homem inventou-a para falar de si mesmo através da imagem. Somos nós mesmos na nossa paisagem (Andreotti, 2012, p.6).

A partir da leitura de Henry vê-se que a identidade do ser é marcada por suas vivências. Poder-se-ia indicar que a afirmação de Andreotti vem colaborar com o entendimento do que propôs Henry, pois a vivência no espaço pelo sujeito afeta o seu

olhar para com a paisagem, a qual é continuamente, ao longo do tempo, modificada pela vivência humana, que afeta também as imagens do inconsciente e consciente coletivo.

A metodologia fenomenológica a partir da leitura do espaço é também vista nos escritos de Heidegger em suas reflexões realizadas na Floresta Negra, tendo como consequência suas análises do espaço, em *Construir, habitar e pensar*, como também uma obra, *O ser e o tempo*, muito utilizada para o estudo da fenomenologia do lugar pelos teóricos da arquitetura.

A paisagem cultural não somente reflete o homem presente, o qual a presença, como também é essência e fio condutor de suas gerações passadas. A paisagem cultural é discurso de memória, resgata o fio condutor de vivências, memórias e mitos de uma civilização inteira (Andreotti, 2012).

Quanto ao imaginário insular e a formulação destas imagens coletivas, Diegues afirma que:

Ainda no campo da Psicanálise e da Psicologia Analítica Junguiana, o símbolo ou a imagem marítimo-insular podem ser interpretados como pertencentes ao inconsciente coletivo da Humanidade e, como imagens profundas, pouco variariam de sociedade para sociedade. Já para a maioria das vertentes da Antropologia, o símbolo marítimo e insular é produzido socialmente, a partir de práticas sociais e simbólicas (1998a, p.41).

Segundo Andreotti, a leitura e descrição de uma paisagem irão consistir na dedução desta através da observação. Estas observações não são meramente descritivas, mas comportam uma intenção e emoção (Andreotti, 2012). A autora tem como base os estudos de Lehmann⁹ que versam sobre essa relação entre homem e paisagem, abordando também a descrição da paisagem por meio de uma análise que somaria, à descrição, o processo psicológico deste exame:

É importante esclarecer como a descrição em Lehmann pressupõe um necessário processo psicológico que não é um ato autônomo do sujeito, mas a soma, se assim se pode dizer, das emoções do sujeito e daquelas que o próprio sujeito transborda na paisagem quando esta, bem longe de ser uma entidade, é um pressuposto de uma relação. Uma soma que não é o resultado de duas parcelas – o sujeito e a paisagem – mas consiste em uma operação na qual o sujeito, que adquire uma psicologia no momento que observa a

⁹ Geógrafo alemão (1901-1971) que também se dedica, em seus estudos, a analisar a paisagem. Autor de reflexões voltadas à paisagem a partir de sua experiência nos locais examinados, aborda também questões voltadas à psicologia da paisagem, se aprofundando na relação entre o homem e a paisagem.

paisagem, avalia a realidade como um espelho no qual sua própria imagem está impressa naquela paisagem (Andreotti, 2013, p. 26).

Na esfera da psicologia, a análise se concentra em explorar os aspectos culturais e as conexões histórico-espirituais inerentes à paisagem. Esta abordagem permite transcender a visão da paisagem como um mero agrupamento de objetos físicos, promovendo uma compreensão mais profunda de seu significado e relevância cultural (Andreotti, 2012). Para uma descrição da paisagem a partir de Lehmann e Andreotti, é necessário levar em conta os aspectos que agreguem uma postura histórica e cultural somando, à análise, o *pathos* de onde surgiram os traços e emoções originais na experiência de um determinado lugar.

A paisagem, então, é vista como um agrupamento multifacetado composta por fatores visíveis, tais como elementos estéticos, de percepção, culturais e a temporalidade, e seus fatores integrados invisíveis são atrelados à psicologia.

Uma das possíveis abordagens a estes pressupostos psicológicos que agregariam na análise e descrição da paisagem seria a psicologia tal como abordada por Carl Gustav Jung. Alguns dos elementos visuais integrados na análise da paisagem podem ser interpretados pelos arquétipos abordados por Jung.

Gaston Bachelard, em sua obra *A Poética do Espaço*, argumenta que a imaginação humana é capaz de criar imagens poéticas e simbólicas do espaço e da paisagem que nos rodeiam. Ele enfatiza a importância do inconsciente e da memória na formação dessas imagens e argumenta que a paisagem é um espaço de significados simbólicos que nos conecta à nossa cultura e história¹⁰.

Essa visão de Bachelard encontra ecos nas teorias de Jung, que também enfatiza a importância do inconsciente e da memória na formação da psique humana. Jung argumenta que o inconsciente coletivo é composto de imagens arquetípicas, símbolos, histórias, signos e mitos que se repetem em diversas culturas e que se manifestam em nossas experiências individuais e coletivas.

A paisagem cultural, nesse sentido, pode ser vista como um reflexo dessas imagens arquetípicas e símbolos que habitam o inconsciente coletivo. Através da paisagem, podemos acessar esses símbolos e mitos que nos conectam a nossa cultura e história.

¹⁰ Veja Bachelard, 2013.

Por exemplo, em muitas culturas, a montanha é vista como um símbolo da transcendência e da busca espiritual. Através da paisagem da montanha, podemos acessar esses símbolos arquetípicos que estão presentes em nossa cultura e que nos conectam à nossa história e tradições.

1.3.1 Contribuições de Carl Gustav Jung

Os arquétipos são padrões universais de pensamento e comportamento que estão presentes no inconsciente coletivo de todas as culturas e que influenciam nossa percepção e compreensão do mundo. Carl Gustav Jung, argumenta que os arquétipos são "formas primordiais ou imagens universais que têm um efeito constante e direto sobre o psiquismo humano" (Jung, 2000, p. 43).

Define em seu livro *O homem e seus símbolos*, que:

O arquétipo é uma tendência para formar estas mesmas representações que podem ter inúmeras variações de detalhes – sem perder a sua configuração original. Existem, por exemplo muitas representações do motivo irmãos inimigos, mas o motivo em si conserva-se o mesmo. Meus críticos supuseram, erradamente, que eu desejava referir-me a “representações herdadas” e, em consequência, rejeitaram a ideia do arquétipo como se fosse apenas uma superstição. Não levaram em conta o fato de que se os arquétipos fossem representações originadas em nossa consciência (ou adquiridas por ela), nós certamente os compreenderíamos, em lugar de nos confundirmos e espantarmos quando se apresentam (Jung, 2000,p.69).

Esses arquétipos são expressos em imagens, símbolos e mitos que são comuns a todas as culturas e que refletem experiências e emoções humanas básicas. Segundo Jung, "os arquétipos são as imagens primordiais, as representações simbólicas de todas as experiências humanas possíveis" (Jung, 2000, p. 43).

Quanto à contribuição de Jung, Cervini ainda abrange a explicação de outras questões:

Na constituição primitiva do processo de hominização, o mundo material era repleto de desafios a serem vencidos, e o mundo onírico nos períodos de repouso se alternava e integrava. Para G. Jung (2008), as imagens visualizadas durante a vigília se transformavam e reapareciam em seus sonhos, definindo um “self”, originando as primeiras representações psicológicas dos indivíduos. As operações mentais individuais, direcionadas pela alma e pelo animus serão compartilhadas e produzirão representações, definindo o papel que cada indivíduo assumirá nos grupos humanos iniciais. Esses processos de alta complexidade contribuirão, no decorrer do tempo, para o aumento da encefalização, que se associa ao processo de hominização. Para Freud, este tempo também corresponderia ao

desenvolvimento do aparelho psíquico. O jogo de imagens diurnas e oníricas originaram representações individuais e coletivas, que se projetarão nas relações dos homens com seus semelhantes e com o mundo visível que o envolve, produzindo uma interpretação para o mundo não visível. (Cervini, 2020, p.63)

Na paisagem cultural, os arquétipos de Jung podem ser identificados através de imagens e símbolos que são comuns a todas as culturas e que possuem um significado simbólico e poético. Outro exemplo é o arquétipo da árvore, que apresenta a relação entre o campo celeste e terreno, como também a renovação da vida. Segundo Christopher Day, "a árvore é um arquétipo fundamental na paisagem cultural, simbolizando a conexão entre o céu e a terra, a vida e a renovação" (Day, 2007, p. 112).

Assim, os arquétipos de Jung são expressões universais de experiências e emoções humanas básicas, que podem ser identificadas na paisagem cultural através de símbolos e imagens poéticas e simbólicas. Esses arquétipos nos permitem compreender melhor nossa relação com a paisagem e nossa cultura.

1.3.2 Simbologia da vivência insular

A vivência insular humana é permeada por arquétipos, padrões universais de pensamento e comportamento presentes no inconsciente coletivo que influenciam a nossa percepção e compreensão do mundo. Esses arquétipos podem ser identificados em diversas culturas insulares ao redor do mundo e refletem experiências e emoções humanas básicas.

A relação entre o homem e a ilha é um tópico discutido em diferentes áreas do conhecimento, incluindo a psicanálise e a psicologia analítica. Para os psicanalistas, a relação entre o homem e a ilha pode ser vista como uma imagem primordial presente no inconsciente humano. Segundo Diegues (1998 p. 257), a imagem da ilha tem sido presente no imaginário humano desde a Grécia Antiga, quando a ilha era vista como o paraíso perdido e um lugar de transgressão moral. Algumas ilhas eram consideradas berços da civilização, enquanto outras eram vistas como lugares onde viviam povos excluídos do mundo conhecido. Um arquétipo comum na vivência insular é o da ilha como lugar de refúgio e segurança. Segundo Juhani Pallasmaa, "a ilha é um arquétipo da segurança e do isolamento, um lugar de refúgio e proteção" (Pallasmaa, 2011, p. 123).

A literatura tem sido uma importante fonte de estudo para compreender as imagens, símbolos e mitos relacionados às ilhas, especialmente quando essas imagens já não constituem mais a vivência das sociedades que as originaram. No entanto, para compreender a relação entre a vivência em um território insular e o território em si, é necessário considerar não apenas o isolamento geográfico, mas também as práticas econômicas, sociais e simbólicas envolvidas. O oceano pode ser visto como um obstáculo para o contato com sociedades continentais em algumas ilhas, enquanto, em outras, é uma via de comunicação. Isso depende das práticas econômicas, sociais e simbólicas adotadas pelos ilhéus.

A análise da percepção temporal entre os habitantes de Ilhabela, em contraste com indivíduos do continente, revela diferenças significativas. Segundo Diegues (1998, p. 260), a vivência temporal dos ilhéus é distinta, refletindo uma identidade insular que frequentemente se constrói em contraposição aos visitantes, especialmente durante os períodos turísticos (Diegues, 1998).

Em resumo, a relação entre o homem e a ilha é complexa e multifacetada, envolvendo não apenas o isolamento geográfico, mas também práticas econômicas, sociais e simbólicas, bem como questões temporais e de identidade. Estudos nessas áreas têm contribuído para uma compreensão mais aprofundada dessa relação e de como ela se desenvolve ao longo do tempo e do espaço.

Ao discorrer sobre os arquétipos relacionados à água, Jung explicita a relação entre mitos que apresentam a água como símbolo materno de nascimento e renascimento. Apresenta também interpretações que expressam sua associação com o inconsciente, o que se mantém nas profundezas do não saber e que, ao emergir, traz a consciência o conteúdo numinoso. (Jung, 2000).

Outro arquétipo presente na vivência insular é o da praia como lugar de transição e renovação. Segundo Steven Holl, "a praia é um arquétipo universal da transição, um lugar de renovação e transformação" (Holl, 2006, p. 56).

Além disso, o mar é um arquétipo presente na vivência insular, representando a imensidão, a incerteza e a mudança constante. Segundo Marco Bontje, "o mar é um arquétipo universal da imensidão, da mudança e da incerteza" (Bontje, 2018, p. 89).

O símbolo do mar pode ser interpretado a partir dos arquétipos de Carl Gustav Jung. Para ele, o mar é um símbolo do inconsciente coletivo, que contém as profundezas da mente humana e representa a origem da vida e o lugar dos mistérios (Jung, 2013). Essa interpretação pode ser observada na citação de Jean Chevalier,

que afirma que o mar possui o significado de origem dos nascimentos e renascimentos, lugar de transformação, sendo colocado como o lugar de mudança e transformação (Chevalier; Gheerbrant, 1988).

Além disso, Chevalier destaca que o mar é a imagem da vida e da morte, e os antigos gregos e romanos ofereciam sacrifícios de cavalos e touros, símbolos de fecundidade, ao mar. No entanto, o mar também pode ser visto como hostil, como apresentado na Bíblia, onde é considerado o símbolo da hostilidade de Deus, como em Ezequiel 26:19 (Chevalier; Gheerbrant, 1988).

Chevalier aponta que o mar pode ser interpretado como um símbolo do mundo e do coração humano, lugar das paixões, de acordo com a perspectiva dos místicos. Assim, o símbolo do mar pode representar tanto a fonte da vida e dos mistérios quanto a hostilidade e as paixões humanas, refletindo a complexidade e ambivalência da existência.

Por fim, a montanha é um arquétipo presente na vivência insular, símbolo também encontrado em Ilhabela. A montanha é um arquétipo universal da estabilidade e da conexão com o divino.

De acordo com Jean Chevalier, o simbolismo da montanha se relaciona com a questão da altura, como também do centro. Ele afirma que "na medida em que ela é alta, vertical, elevada, próxima do céu, ela participa do simbolismo de transcendência" (Chevalier, 1998, p. 665).

Segundo Chevalier, a montanha é representada graficamente pelo triângulo reto e expressa as noções de estabilidade, imutabilidade e pureza. Ela é considerada, de maneira geral, o centro e o eixo do mundo, sendo o lugar dos Deuses, e a ascensão até o topo da montanha se coloca como uma subida em direcionada aos céus, "como meio de entrar em relação com a divindade, como um retorno ao princípio".

O autor interpreta o pico de uma montanha não meramente como um elemento pictórico, mas como um símbolo carregado de significados profundos. Ele associa o pico à morada de divindades solares, à elevação das qualidades da alma, às funções vitais supraconscientes, à dualidade dos elementos terra e água, e ao percurso humano ascendente, do plano inferior ao superior. Essa análise simbólica reflete a complexidade e a riqueza de significados atribuídos a elementos naturais na construção de narrativas e simbolismos culturais.

Outro arquétipo encontrado em sociedades localizadas em ilhas ou em espaços costeiros é o da pesca. A pesca é um arquétipo que transcende o simples ato de

capturar peixes e pode evocar a ideia de busca do conhecimento e exploração do inconsciente. Além disso, a pesca também pode ser vista como uma metáfora para a busca de si mesmo, uma vez que o pescador está sempre em busca de algo que lhe é essencial, assim como o homem está em busca de sua identidade (Chevalier; Gheerbrant, 1988).

Essa interpretação do arquétipo da pesca também é compartilhada por outros estudiosos. Para Carl Jung, a pesca é uma das representações do "herói" em sua jornada de autoconhecimento (Jung, 2002, p. 154). Já Mircea Eliade destaca que a pesca pode ser vista como um símbolo de renovação, uma vez que os peixes representam a energia vital que é constantemente regenerada (Eliade, 1992, p. 151).

A presença do arquétipo da pesca em diferentes tradições religiosas é outro indicativo de sua importância simbólica. No Egito antigo, por exemplo, a pesca era um elemento central na história de Íris, que encontrou sua integridade graças a essa atividade (Eliade, 1992, p. 151). No Cristianismo, São Pedro é conhecido como o "pescador de homens", o que o torna um símbolo da pregação e do apostolado (Chevalier; Gheerbrant, 1988, p. 714).

Dessa forma, pode-se afirmar que a pesca é um arquétipo rico em significados e simbolismos, presente em diversas culturas e tradições. A atividade de pescar pode ser vista como uma busca pelo conhecimento, autoconhecimento e renovação, e está associada à ideia de encontrar algo que é essencial e vital para o ser humano.

Conclui-se que a paisagem cultural é um conceito que se refere à relação entre os seres humanos e o ambiente em que vivem, incluindo os aspectos naturais e culturais. Para Carl Gustav Jung, a paisagem pode ter um grande impacto na psique humana, sendo capaz de influenciar o desenvolvimento de arquétipos e a forma como os indivíduos se relacionam com o mundo (Jung, 2013). Nesse sentido, a vivência insular pode ser vista como um exemplo de paisagem cultural que pode influenciar a forma como os indivíduos se relacionam com os arquétipos.

Jean Chevalier destaca que os arquétipos são imagens e símbolos universais presentes no inconsciente coletivo e que transcendem a cultura e o tempo (Chevalier, 1998). A vivência insular pode ser vista como um exemplo de paisagem cultural que pode influenciar a forma como os indivíduos se relacionam com esses arquétipos, uma vez que a ilha é frequentemente associada a ideias de isolamento, introspecção e conexão com o mundo interior (Pallasmaa, 2012).

Assim, a relação entre a paisagem cultural, a vivência insular e a relação com os arquétipos pode ser vista como uma interação complexa e multifacetada. A paisagem cultural pode influenciar a forma como os arquétipos se desenvolvem e se manifestam na psique humana, enquanto a vivência insular pode criar um ambiente propício para a introspecção e a conexão com o mundo interior, favorecendo a relação com os arquétipos de forma mais profunda e significativa.

2. Paisagens Culturais Insulares: Identidade e Sustentabilidade

Para um aprofundamento na análise busca-se compreender a interação complexa entre paisagem, cultura e proteção ao patrimônio, desta forma, as Ilhas Canárias e as modificações ocorridas no seu território apresentam um exemplo rico para possíveis contribuições para o território insular brasileiro, com um foco específico na ilha de Lanzarote. A análise aborda desde a história de desenvolvimento turístico da região, ligada a fatores históricos, culturais e políticos, até a emergência de Lanzarote como um exemplo notável de turismo sustentável, influenciado fortemente pela visão do artista César Manrique.

A trajetória de Lanzarote, de uma economia baseada na agricultura e pesca para um destino turístico próspero, é explorada, destacando como a identidade cultural e as características geológicas da ilha foram preservadas e incorporadas ao seu desenvolvimento. O papel da fenomenologia na compreensão da paisagem cultural insular também é discutido, especialmente a contribuição de Michel Henry, que enfatiza a experiência direta e subjetiva da vida, proporcionando uma compreensão mais profunda e significativa da paisagem cultural de Lanzarote.

Por fim, o capítulo aborda as estratégias e políticas adotadas para o desenvolvimento sustentável do turismo em Lanzarote, focando na conservação do patrimônio cultural, educação, reinterpretação da história local, criação de espaços recreativos e desenvolvimento econômico. A análise de Lanzarote serve como um estudo de caso para outras regiões que enfrentam desafios semelhantes, destacando a importância de integrar elementos invisíveis da experiência humana para alcançar um desenvolvimento sustentável e culturalmente enriquecedor.

2.1 Paisagem e processo de proteção ao patrimônio cultural

2.1.1 Patrimônio Cultural e Identidade

Joaquín Sabaté Bel é um autor espanhol que tem se destacado no campo dos estudos sobre urbanismo e ordenação territorial. Sua contribuição nessa área tem sido amplamente reconhecida tanto na Espanha quanto em outros países. Em seus escritos, Sabaté Bel traz uma abordagem multidisciplinar que articula por meio de suas contribuições práticas e teóricas, para áreas diferentes do conhecimento.

Sabaté Bel (2005) defende que a paisagem é um elemento fundamental do patrimônio cultural, pois ela carrega em si as marcas da história, das tradições e das práticas culturais de um determinado lugar e de seu povo. Ele afirma que a paisagem cultural é um patrimônio vivo que está em constante transformação, fruto das dinâmicas sociais, econômicas e políticas que moldam a vida das comunidades.

Para Sabaté Bel (2005), a proteção da paisagem cultural é essencial para o cuidado da identidade cultural de uma comunidade. Ele enfatiza que o patrimônio cultural é um conjunto de referências simbólicas que definem a identidade de uma comunidade e seu lugar no mundo. Nesse sentido, a paisagem é um elemento essencial da identidade cultural, pois ela é a expressão visível e tangível da relação entre um povo e seu território.

Ao se colocar nessa discussão, Sabaté Bel (2005) se insere em um campo de estudos que tem crescido em importância nas últimas décadas. Nesse contexto, a sua contribuição tem sido relevante por trazer uma abordagem inovadora e interdisciplinar para a compreensão da paisagem como um elemento fundamental para a ordenação do território.

Segundo o autor, o patrimônio cultural e a identidade estão intrinsecamente ligados, sendo que o primeiro é um elemento fundamental na construção da segunda. Em seu livro *Paisaje cultural: patrimonio y recurso*, o autor aborda a importância do patrimônio cultural para a construção da identidade de um povo ou grupo social¹¹.

Sabaté Bel (2005) ainda afirma que é a partir do patrimônio que se acessa a representação história e cultura de um povo, sendo eles abarcados por fenômenos materiais ou não. Ele afirma que a preservação desses elementos é importante porque eles representam a identidade de um grupo social, suas tradições e valores. O autor destaca que a identidade cultural é uma construção social que é influenciada pelas experiências históricas e geográficas de um grupo, e que o patrimônio cultural é uma das principais formas de expressão dessa identidade.

Para o teórico, o patrimônio cultural é um recurso fundamental para a construção da identidade coletiva, pois ajuda a preservar a memória de um grupo e a manter vivas suas tradições. Ele ressalta que a identidade é um processo dinâmico que está em constante mudança e que o patrimônio cultural desempenha um papel importante na manutenção da continuidade e na evolução da identidade de um povo.

¹¹ Veja Sabaté Bel, 2008.

O autor destaca ainda que a relação entre patrimônio cultural e identidade é recíproca, ou seja, a preservação do patrimônio cultural contribui para a manutenção da identidade de um povo, mas também é a identidade de um povo que determina o que deve ser preservado como patrimônio cultural.

Dessa forma, é possível afirmar que o patrimônio cultural e a identidade estão intimamente relacionados, sendo que a preservação do primeiro é fundamental para a construção e manutenção da segunda. No entanto, como o tecido urbano deve recepcionar as dinâmicas dos processos de formação de novas identidades em seu fluxo em direção ao futuro, as intervenções necessitam ser cuidadosas para que não desestremem o caráter do lugar.

2.1.2 Paisagem Cultural

A paisagem cultural é um tema relevante e cada vez mais presente no debate sobre patrimônio e recursos naturais. Sabaté (2008), concebe a paisagem cultural como o resultado da interação entre natureza e cultura. Essa interação manifesta-se tanto em aspectos materiais — como construções, estradas e monumentos — quanto em elementos imateriais, abrangendo tradições, costumes e práticas culturais que influenciam a formação e a identidade do território.

Segundo o autor, a paisagem cultural se diferencia da paisagem natural e da paisagem construída, pois integra elementos da natureza e da cultura em uma só entidade. Essa integração torna-se ainda mais complexa, pois a atividade humana moldou a paisagem ao longo do tempo, criando uma história e uma identidade cultural específicas. Para o acadêmico, a paisagem cultural é "uma expressão da diversidade cultural e da adaptação humana à natureza" (2005, p. 28).

Uma das principais contribuições do autor é a sua definição de paisagem cultural como um recurso patrimonial, destacando que o turismo pode ser promovido a partir dos elementos patrimoniais. Para o autor, a preservação passa pela valorização das tradições e práticas culturais bem como pela conservação dos elementos materiais que compõem a paisagem.

Nesse sentido, o autor propõe uma metodologia de análise e gestão do território que envolve a identificação dos elementos que o compõem, valorizando-os em termos do patrimônio cultural. Segundo Sabaté Bel (2005), essa metodologia deve ser baseada em um enfoque multidisciplinar que integre conhecimentos de diversas

áreas. O autor destaca a importância da participação das comunidades locais na gestão da paisagem cultural, uma vez que são elas as responsáveis pela manutenção das tradições e práticas culturais que moldam o espaço.

Para Sabaté Bel (2005), além de ser um recurso importante para a intervenção e ordenação do território, é também fundamental para a promoção do turismo com desenvolvimento sustentável das regiões. No entanto, para que isso seja possível, é necessário que haja uma gestão adequada, que leve em conta a sua complexidade e diversidade cultural.

Em resumo, a definição de paisagem cultural proposta por Sabaté Bel envolve a integração de elementos naturais e culturais em uma só entidade, sendo que esta é o resultado dos hábitos, tradições e práticas das comunidades locais na manutenção da sua existência sobre uma determinada geografia ao longo do tempo.

É por meio da percepção desta paisagem que se constroem as memórias, as histórias que serão impressas na imaginação do sujeito e devolvidas à paisagem na formação do caráter do lugar. Há o interesse nesta paisagem exatamente por esta ter relação com o ser humano, sendo este constituinte dela. Suas características abrangem o seu sentido, valor e a utilização de seus recursos por seu usuário (Araújo, 2016).

Segundo Sauer (1925), a paisagem vai evidenciar a materialização da vivência humana, suas ações e pensamentos, e a partir disso é que se possibilita a análise da paisagem cultural. Esta não se limita somente à soma de características físicas, mas trata-se de uma geografia que se compõe por elementos distintos, que não são somente materializados e físicos, como também culturais. Desta forma cada paisagem se torna única, apresentando um misto de características gerais e individuais (Araújo, 2016).

Araújo complementa, sobre a contribuição de Sauer, que:

Para Sauer a paisagem acontece muito além do pitoresco e admirável, e sua aproximação se dá pela visibilidade, pela paisagem que se deixa ver e que desvenda as dimensões do humano. Antes de ser um olhar de contemplação, é um olhar intuitivo, gerado pelo conhecimento e pela experiência visual. Uma paisagem vista não como um ambiente fechado, mas como ambiente que se desdobra no horizonte, que se abre e se prolonga muito além do olhar humano. É um desdobramento que se faz na profundidade da vida e da existência humana. É o espetáculo da paisagem como expressão da ação humana, portadora de sentido pelo encontro do natural e do humano (2016, p. 36)

Ao abordar a paisagem cultural, Sabaté Bel, se afasta da definição da Unesco, do final do século XX, a qual se coloca como muito preocupada com uma função mais administrativa, preservacionista e política do espaço. Segundo ele, uma definição mais simples seria a seguinte:

(...) paisaje cultural es un ámbito geográfico asociado a un evento, a una actividad o a un personaje históricos, que contiene valores estéticos y culturales. O dicho de una manera menos ortodoxa, pero más sencilla y hermosa, paisaje cultural es la huella del trabajo sobre el territorio, algo así como un memorial al trabajador desconocido” (Sabaté Bel, 2010, p.19).

Segundo o teórico, a paisagem, em sua evolução contínua e dinâmica, não se caracteriza somente como uma consequência da ação humana, nem desempenha um papel passivo nas transformações. Ela é, de fato, um elemento basilar na expressão e comunicação da memória e identidade que constituem o ser humano (Cervini, 2020).

Em seu artigo “De la preservación del patrimonio a la ordenación del paisaje”, Joaquín Sabaté Bel debate a importância da preservação da paisagem cultural e sugere abordagens para sua conservação. Para o autor, a paisagem é um patrimônio coletivo que expressa a identidade cultural e histórica de um povo, e sua preservação é essencial para a manutenção da memória e da diversidade cultural.

O pesquisador propõe que a preservação da paisagem cultural seja abordada de maneira integrada, contemplando a conservação de monumentos e edifícios históricos, a proteção de recursos naturais, a promoção da educação patrimonial e o envolvimento da comunidade local. Ele enfatiza a importância da gestão participativa e da inclusão de diferentes agentes sociais no processo de preservação da paisagem.

Sabaté Bel também sugere métodos para a preservação da paisagem cultural, tais como pesquisa e documentação da paisagem, uso de tecnologias avançadas para análise e conservação, criação de rotas culturais e turísticas que valorizem a paisagem e promoção do turismo sustentável. Ele ressalta que a preservação da paisagem cultural é um processo contínuo e dinâmico que deve considerar mudanças sociais e ambientais e promover um desenvolvimento sustentável que valorize a história e a cultura do lugar, sem descuidar do futuro desenvolvimento urbano.

Em resumo, Sabaté Bel advoga pela importância do patrimônio coletivo da paisagem cultural e pela necessidade de uma abordagem integrada e participativa para a sua conservação. Sua visão dinâmica e responsável da preservação da

paisagem cultural contribui significativamente para a promoção da memória e da diversidade cultural global.

2.1.3 Paisagem cultural e o símbolo

O conceito de paisagem tem sido estudado por diversos pensadores ao longo do tempo. Na contemporaneidade, Simon Schama e Denis Cosgrove, aprofundam a questão associando cultura e simbolismo à paisagem. Schama (1995) discute em "Landscape and Memory" a noção de que a paisagem é uma construção cultural coletiva. Cosgrove amplia esse debate criticando a abordagem tradicional da geografia que ignora o simbolismo na análise das paisagens. Ele sugere uma nova categorização que diferencia "paisagens da cultura dominante" de "paisagens alternativas", enfatizando a importância de interpretar as paisagens não apenas por suas características físicas, mas também pelos significados culturais e simbólicos que elas representam.

Claude Raffestin (2005), contribui com a perspectiva teórica de que, a concepção de paisagem é gerada a partir de uma premissa denominada "programas de observação". Em suas reflexões, Raffestin argumenta que, em essência, a paisagem não consiste em uma entidade material, mas sim em uma construção cognitiva que explicita a inter-relação entre o ser humano e o território. Sua contribuição confirma que a paisagem possui uma relação intrínseca das imagens, entendendo estas de forma subjetiva (2005).

Cervini ainda expõe a visão de Duncan¹² concernente a esta discussão, quando afirma que:

Fazendo uma crítica precursora à escola proposta por Sauer, Duncan (2004) torna-se um dos integrantes dessa nova corrente e, em 1990, publicou sua obra "The City as a Text", na qual defendia a ideia de que a paisagem é subjetiva e que cada grupo a interpreta de uma forma diferente segundo seus próprios conjuntos de símbolos. É o fim da ideia de cidade como um projeto, propondo que ler o espaço podia significar um percurso, um esquema ou um mapa. Podem ser reconhecidos esses novos olhares em busca de lugares, pessoas e lembranças. O autor explica que "para compreender a natureza relacional do mundo precisamos 'completá-lo' com muito do que é invisível para ler os subtextos que estão por baixo do texto visível", abrindo para a noção de intertextualidade. O significado desses textos e subtextos muda com o tempo e com a mudança de perspectiva do intérprete (2020, p. 50).

¹² Veja Duncan, 2002.

A arquitetura também tem influenciado a discussão sobre a paisagem. Pellitero (2011) destaca o fascínio artístico que floresceu após meados do século XIX por nomes como Monet, Pissaro e Baudelaire pelas paisagens urbanas. Camillo Sitte despontava como um teórico urbano preocupado com a preservação das formas tradicionais das cidades europeias. A contribuição norte-americana para o tema é marcada pelos célebres arquitetos paisagistas Frederick Law Olmsted e Calvert Vaux (Pellitero, 2011).

Nesse contexto, é possível perceber que a paisagem é compreendida como um elemento complexo, que envolve questões culturais, simbólicas, de poder e influências diversas. Porém, essa visão sobre a paisagem é relativamente recente e pode ser entendida como resultado de transformações históricas e culturais que trouxeram novos elementos e preocupações para a análise da paisagem.

2.1.4 Proteção da Paisagem Cultural

2.1.4.1 Síntese sobre a questão da paisagem como patrimônio: reflexões sobre sua proteção e valorização na contemporaneidade

A questão da paisagem como patrimônio tem evoluído ao longo do tempo, refletindo mudanças na compreensão e na abordagem de sua proteção. A definição conceitual da paisagem como patrimônio mundial começou a ser discutida no século XX, com importantes marcos e documentos que moldaram essa perspectiva (Zanirato, 2020)

No início do século, a paisagem era compreendida como o domínio do visível, englobando não apenas volumes, mas também cores, movimentos, odores e sons. As transformações na paisagem, decorrentes das dinâmicas naturais e da intervenção humana, têm ocorrido em ritmo acelerado, especialmente nos últimos cem anos. A velocidade dessas mudanças dificulta sua assimilação e proteção (Santos, 1997; Lowenthal, 1998).

Os primeiros documentos internacionais relevantes que trataram da proteção da paisagem foram a Carta de Atenas, de 1931, e a Convenção para a Proteção da Flora, Fauna e das Belezas Cênicas Naturais dos Países da América, assinada em 1940. A Carta de Atenas buscava sistematizar normas para a proteção de bens em uma perspectiva multilateral, considerando a paisagem como parte do entorno dos monumentos a serem protegido. Já a Convenção de 1940 fazia referência clara à

proteção das paisagens, destacando sua grande beleza natural e condições primitivas pouco afetadas pela ação humana (Carta, 2004).

Em 1962, a Unesco proclamou a Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e do Caráter das Paisagens e Sítios, na qual a paisagem era concebida como espaços pouco modificados pelo homem, nos quais as obras humanas eram visíveis. O que tornava essas paisagens merecedoras de proteção era a singularidade da beleza encontrada nelas. A recomendação propunha formas diferenciadas de proteção, incluindo o planejamento urbano e regional para as paisagens modificadas pelo homem e reservas naturais pouco tocadas (Unesco, 1962).

Em 1972, a Unesco proclamou a Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, reconhecendo a interação entre natureza e cultura nas paisagens. Essa convenção abrangia paisagens produzidas intencionalmente, como jardins, e paisagens que eram manifestações da dinâmica natural ao longo do tempo. A partir dessa convenção, a paisagem foi considerada como um elemento fundamental do entorno humano, expressão da diversidade do patrimônio cultural e natural e base da identidade (Unesco, 1972).

Para melhor precisar o conceito de paisagem cultural, as Diretrizes para a Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, de 1992, definiram a paisagem cultural como uma obra conjugada do homem e da natureza. Essa definição inclui jardins, parques, paisagens históricas e vivas, que estão marcadas por sua história e associadas a elementos religiosos, artísticos ou culturais (Unesco, 1992).

No contexto europeu, a proteção das paisagens culturais foi abordada pela Recomendação R (95) 9, aprovada pelo Comitê de Ministros do Conselho da Europa em 1995. Essa recomendação levou à assinatura da Convenção Europeia da Paisagem, em 2000, que entrou em vigor em março de 2004. A convenção definiu a paisagem como qualquer parte do território percebida pela população, resultado da ação e interação de fatores naturais e/ou humanos. Ela ressaltou a importância da integração da paisagem em diversas políticas, como ordenação territorial, urbanística, cultural, ambiental, agrícola, social e econômica (Conseil de L'Europe, 2000).

Mais recentemente, em 2011, a Unesco incluiu o conceito de "paisagem histórica urbana" em sua 36ª Sessão da Conferência Geral. Essa definição reconheceu que a paisagem não se limita apenas aos espaços naturais, mas engloba o contexto urbano mais amplo e seu ambiente geográfico. Além dos elementos

visíveis, como topografia e ambiente construído, a paisagem histórica urbana abrange práticas, valores sociais, culturais, processos econômicos e dimensões intangíveis do patrimônio (Unesco, 2011).

No Brasil, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), responsável pela política de proteção do patrimônio nacional, absorveu e adaptou essas perspectivas de proteção da paisagem à realidade brasileira. O entendimento do processo de instituição da proteção da paisagem no país contribui para a compreensão dos desafios enfrentados na proteção da paisagem e do espírito do lugar.

Em suma, ao longo da história, a definição conceitual da paisagem como patrimônio mundial evoluiu, reconhecendo sua interação com a natureza e a cultura, sua mutabilidade, sua importância como direito das populações e sua integração em diversas políticas. A proteção da paisagem tem se tornado uma preocupação crescente, refletindo a necessidade de preservar e valorizar a diversidade cultural e natural que ela representa.

2.1.4.2 Da proteção pelo tombamento à Paisagem Cultural Brasileira: um panorama do patrimônio no Brasil

A questão da paisagem como patrimônio no Brasil tem uma história que remonta ao início do século XX. Desde então, houve um reconhecimento gradual da importância de proteger tanto os monumentos isolados quanto as paisagens em conjunto. No texto, é mencionado o projeto de lei nº 230/1930, proposto pelo deputado baiano José Wanderley de Araújo Pinho, que já contemplava a proteção dos sítios de beleza peculiar e típica. Embora essa proposta não tenha sido formalizada em medidas protetivas, a Constituição de 1937 estabeleceu a proteção dos monumentos históricos, artísticos, naturais e das paisagens, equiparando os atentados contra eles aos cometidos contra o patrimônio nacional (Brasil, 1937).

Em 1937, o Decreto-Lei nº 25 instituiu a política patrimonial no Brasil, estabelecendo o tombamento como meio de proteção dos bens considerados patrimônio nacional. O tombamento é um instituto jurídico pelo qual o poder público reconhece o valor cultural de elementos especiais e os conserva no interesse da coletividade. Essa medida restringe a alienação, a alteração da paisagem e a modificação do bem, obrigando o proprietário a conservá-lo (Brasil, 1937).

No contexto da proteção da paisagem, o Serviço de Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937, passou a gerir o tombamento e a proteção dos bens culturais no Brasil. Em 1946, a Constituição Federal reafirmou o reconhecimento da paisagem como patrimônio ao incluir obras, monumentos, documentos, monumentos naturais, paisagens e locais dotados de beleza particular como parte do patrimônio nacional (Brasil, 1946).

No entanto, até a década de 1970, foram protegidas poucas paisagens no Brasil pelo Sphan, que posteriormente se tornou o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), priorizando-se aquelas que expressavam formas de relevo notáveis regionalmente. A separação de competências para a proteção do patrimônio natural e cultural ficou mais evidente na década de 1970, quando foram criados organismos específicos para a proteção da cultura (Unesco) e da natureza (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA). Em 1973, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) para administrar a proteção do patrimônio natural, enquanto o Iphan ficou responsável pela proteção do patrimônio cultural (Pereira, 2020).

Essa divisão de responsabilidades dificultou a consideração da paisagem como um bem protegido, criando áreas com entendimentos e responsabilidades diferenciadas. As paisagens "naturais", com funções ecológicas preponderantes, ficaram sob a legislação de conservação da natureza, enquanto as paisagens de valor histórico e cultural ficaram sob a responsabilidade do Iphan. Essa divisão refletia o entendimento de que natureza e cultura eram campos separados (Pereira, 2020).

O Iphan concentrou seus esforços na proteção das paisagens ao redor de bens relevantes e daquelas que continham sítios arqueológicos, utilizando o tombamento como instrumento jurídico. No entanto, enfrentou dificuldades na aplicação do tombamento em grandes áreas e na necessidade de atuação conjunta com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), responsável pela proteção das paisagens com relevância ecológica (Pereira, 2020).

Em 1985, o Iphan criou a Coordenação de Patrimônio Natural e Arqueológico, buscando uma atuação conjunta com o IBDF. No entanto, a separação entre patrimônio cultural e natural foi reforçada pela Constituição de 1988, que atribuiu ao Ministério do Meio Ambiente a proteção das paisagens com processos ecológicos essenciais, fauna, flora e diversidade genética, enquanto o patrimônio cultural continuou sob a responsabilidade do Iphan (Brasil, 1988; Pereira, 2020).

Essa separação do patrimônio em dois campos, cultural e natural, reforçou a necessidade de encontrar meios mais adequados para a proteção da paisagem, que é mutável e está sujeita a processos naturais e ações humanas. O Iphan buscou formas de ação, como o estabelecimento de parcerias e a proposta de uma lei que dispusesse sobre a Política Nacional do Patrimônio Cultural, integrando toda a legislação relacionada ao patrimônio cultural brasileiro, incluindo a proteção da paisagem (Pereira, 2020).

A concepção da paisagem como patrimônio passou por uma evolução ao longo do tempo, envolvendo a definição do conceito e a criação de instrumentos de proteção e gestão. O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desempenhou um papel fundamental nesse processo, promovendo ações para reconhecer e preservar a paisagem como um bem cultural.

Em 2007, o Iphan promulgou a Carta da Paisagem Cultural Brasileira, também conhecida como Carta de Bagé. Nessa carta, a categoria de paisagem foi definida de maneira mais abrangente, abarcando o meio natural que recebeu as marcas das ações humanas e formas de expressão. A paisagem cultural resulta da interação entre o ser humano e a natureza e pode ser lida de maneiras específicas e temporais. Ela engloba uma variedade de sítios de valor histórico, pré-histórico, étnico, geológico, científico, artístico, literário, entre outros (Iphan, 2007).

A proteção da paisagem cultural foi estabelecida por meio da Portaria nº 127, de 2009, que propôs a criação de um novo instrumento de proteção e gestão territorial: a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Esse dispositivo complementaria os instrumentos de promoção e proteção já existentes. A portaria destacou o caráter dinâmico da cultura e da paisagem, enfatizando a importância de conciliar o desenvolvimento social com a preservação e a valorização do patrimônio (Brasil, 2009).

O objetivo da chancela era promover a gestão compartilhada do território reconhecido como paisagem cultural. Isso exigia um pacto entre o poder público, a sociedade civil e a iniciativa privada, envolvendo diversas entidades e órgãos públicos e privados. A integração dos instrumentos legais existentes, como os de registro e tombamento do Iphan e os definidos pela legislação ambiental, seria essencial para a proteção da paisagem cultural (Brasil, 2009).

No entanto, a implementação das ações previstas nos pactos e planos de gestão encontrou dificuldades, como a falta de incentivo para a elaboração do plano

de gestão e a fragilidade do instrumento legal da portaria interna. Diante desses desafios, a chancela da paisagem cultural foi suspensa em 2013 para se repensar a operacionalidade da gestão do território. Em 2015, o Iphan elaborou o Memorando nº 384, que orientou a eliminação da proposta de chancela da paisagem (Iphan, 2015).

A complexidade da proteção da paisagem levou o Iphan a instituir um grupo de trabalho em 2017, com o objetivo de avaliar e propor aprimoramentos para o instrumento da chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Esse grupo trabalhou ao longo de 2017 e 2018 e apresentou um relatório técnico que ressaltou a importância da vontade dos grupos produtores da paisagem cultural na sua preservação e gestão. O pacto entre os diversos atores envolvidos seria fundamental para a proteção e gestão da paisagem cultural reconhecida (Iphan, 2018).

A proposta de redação da minuta de portaria, aberta para consulta pública em 2019, enfatizou a relação entre os grupos sociais e a natureza na paisagem cultural brasileira. O reconhecimento da chancela seria condicionado à identificação das áreas institucionalizadas, dos projetos e ações em execução e em planejamento, bem como à elaboração de um plano de gestão formalizado entre as partes envolvidas. A consulta pública teve como objetivo colher contribuições para a elaboração da normativa, visando à resolução de possíveis conflitos futuros (Iphan, 2019).

Em suma, a história da paisagem como patrimônio no Brasil envolveu a definição do conceito, a criação de instrumentos de proteção e gestão e a busca por uma gestão compartilhada do território reconhecido como paisagem cultural. O Iphan desempenhou um papel central nesse processo, promovendo ações e buscando o envolvimento dos grupos produtores da paisagem na sua preservação e gestão. No entanto, a implementação prática dos instrumentos e a superação dos desafios enfrentados ainda são questões em aberto.

2.2 Contribuições do DUOT – Joaquín Sabaté

O Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori (DUOT) da Universitat Politècnica de Catalunya (UPC) desempenha um papel de destaque no cenário internacional devido às suas contribuições teóricas e práticas no campo do urbanismo e ordenamento do território.

Uma das principais contribuições do departamento está relacionada ao avanço da pesquisa acadêmica em temas relevantes para o contexto urbano contemporâneo.

Por meio de investigações interdisciplinares, o Duot promove o desenvolvimento de conhecimentos teóricos e metodológicos que embasam abordagens inovadoras e sustentáveis no planejamento urbano.

Além disso, o departamento estabelece parcerias e colaborações com instituições e pesquisadores de renome internacional, possibilitando a troca de experiências e a disseminação de boas práticas. Essas colaborações contribuem para a internacionalização das pesquisas realizadas no Duot e para a criação de redes de conhecimento e cooperação em escala global.

Outra contribuição relevante do departamento é a formação de profissionais altamente qualificados e preparados para atuar em contextos internacionais. Os programas educacionais oferecidos pelo Duot fornecem aos estudantes uma base sólida de conhecimento teórico e prático, além de habilidades analíticas e de resolução de problemas valorizadas internacionalmente.

Ademais, o Duot é reconhecido por suas publicações científicas e participação em conferências internacionais, o que amplia a visibilidade de suas pesquisas e ideias. A disseminação do conhecimento produzido no departamento contribui para a influência das abordagens e práticas desenvolvidas pela UPC em âmbito global. Essa influência se estende não apenas ao meio acadêmico, mas também ao campo prático do planejamento urbano e ao desenvolvimento de políticas públicas.

As contribuições do Duot para o cenário internacional são decorrentes do avanço da pesquisa acadêmica, das parcerias internacionais, da formação de profissionais qualificados e da disseminação do conhecimento produzido. Essas contribuições têm impacto tanto na esfera teórica como na prática, influenciando o campo do urbanismo e o ordenamento do território em nível global.

Algumas das principais áreas de contribuição e pesquisa incluem:

1. Planejamento urbano sustentável: O Duot se dedica ao estudo e desenvolvimento de estratégias e abordagens para o planejamento urbano sustentável. Isso envolve a análise e a proposição de soluções inovadoras para questões como eficiência energética, mobilidade urbana, uso eficiente do solo, qualidade ambiental e resiliência urbana.
2. Desenvolvimento regional: O departamento investiga as dinâmicas de desenvolvimento regional, buscando entender os processos socioeconômicos, as relações territoriais e as políticas públicas que influenciam o crescimento e a

sustentabilidade das regiões. Isso envolve o estudo de fatores como desenvolvimento econômico, infraestrutura, emprego, coesão social e equidade territorial.

3. Governança urbana: O Duot analisa as práticas e as estruturas de governança urbana, investigando como as decisões são tomadas, implementadas e avaliadas no contexto urbano. Isso envolve o estudo das relações entre os atores envolvidos, como governos locais, comunidades, setor privado e sociedade civil, e a busca por modelos de governança participativa e transparente.

4. Paisagem urbana: O departamento pesquisa sobre a paisagem urbana, buscando compreender as relações entre os elementos naturais e construídos que compõem o ambiente urbano. Isso envolve o estudo da identidade cultural, dos valores estéticos e históricos, das percepções e das experiências das pessoas em relação à paisagem urbana, bem como a busca por estratégias de preservação e melhoria da qualidade paisagística.

5. Políticas públicas e planejamento estratégico: O Duot investiga as políticas públicas e o planejamento estratégico no contexto urbano, analisando como esses instrumentos podem contribuir para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida nas cidades. Isso envolve o estudo das estratégias de planejamento, dos instrumentos de gestão, das políticas setoriais e das avaliações de impacto e efetividade das políticas públicas.

O departamento conta com diversos acadêmicos renomados que têm contribuído significativamente para o campo do urbanismo e ordenamento do território, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Entre os acadêmicos destacados, podemos mencionar Joaquín Sabaté, que tem se dedicado a pesquisas sobre planejamento urbano e paisagem urbana, com enfoque na integração entre patrimônio cultural, ordenação do território e desenvolvimento sustentável. Sua produção científica tem recebido reconhecimento internacional.

Outro acadêmico de destaque é Joaquín Torné, especialista em planejamento e gestão urbanística, cujas contribuições abrangem políticas públicas e desenvolvimento territorial. Ele tem investigado questões relacionadas à governança urbana, participação cidadã, planejamento estratégico e desenvolvimento regional. Sua atuação tem envolvido colaborações com instituições acadêmicas em diversos países e participação em redes internacionais de pesquisa.

Anna Badia é uma pesquisadora cuja linha de pesquisa se concentra no planejamento urbano sustentável e na transformação urbana. Suas contribuições

abarcam temas como mobilidade urbana, eficiência energética, regeneração urbana e políticas de sustentabilidade. Ela tem ampla experiência na apresentação de suas pesquisas em conferências internacionais e na publicação de artigos científicos relevantes.

Carles Crosas é especialista em paisagem urbana e desenvolvimento territorial, dedicando-se à análise da paisagem urbana como elemento central para o planejamento e a qualidade urbana. Sua pesquisa se concentra na relação entre forma urbana, identidade cultural e percepção da paisagem, e suas contribuições têm impacto internacional na área.

Por fim, Agustí Jover é pesquisador com expertise em planejamento urbano estratégico e desenvolvimento sustentável. Sua pesquisa abrange questões como planejamento integrado, inovação urbana, governança multinível e políticas de sustentabilidade. Sua abordagem holística e prática do planejamento urbano tem recebido reconhecimento internacional.

Esses acadêmicos e suas respectivas linhas de pesquisa contribuem para o avanço do conhecimento no campo do urbanismo e ordenamento do território, sendo amplamente reconhecidos por suas contribuições teóricas e práticas. Suas pesquisas e publicações são referências importantes no cenário acadêmico internacional, sendo citadas e discutidas por outros pesquisadores e profissionais da área.

2.2.1 Preservação cultural e a economia sustentável

A cultura desempenha papéis significativos em diferentes dimensões da sociedade, indo além de seu aspecto econômico. Enquanto o aspecto econômico da cultura se relaciona com os mercados tradicionais, sua faceta simbólica está intrinsecamente entrelaçada na estrutura da sociedade e se manifesta em todas as esferas humanas. Um desses aspectos é o político, que se torna evidente durante períodos de repressão dos direitos democráticos, incluindo a restrição das manifestações e expressões culturais. A cultura também se manifesta nas organizações democráticas das comunidades locais, que permitem a expressão dos valores comunitários e influenciam a direção da sociedade.

Além disso, a importância da cultura também se estende às relações geopolíticas, onde se torna necessário reafirmar seu valor, estabelecendo conexões entre setores antes vistos como distintos e fazendo da cultura a linguagem comum

nesse espaço compartilhado. A promoção da diversidade cultural e a inclusão de países sem grande peso comercial nas negociações multilaterais destacam a relevância da cultura em um contexto global. No entanto, a cultura muitas vezes é negligenciada nas negociações comerciais, pois é um tema transversal que é afetado pelo que é acordado em outras áreas de negociação.

Atualmente, busca-se maior transparência nos processos sociais e um olhar mais abrangente para o desenvolvimento, considerando suas várias dimensões (cultural, social, política, econômica etc.). Isso leva a uma redefinição do papel da cultura nas estratégias de desenvolvimento. Em diferentes países, essa mudança de paradigma é praticada por meio de abordagens inovadoras, como o programa Capitais Europeias da Cultura, e o fomento à economia criativa. A cultura passa a ser vista como uma promotora não apenas de benefícios econômicos, mas também de benefícios sociais e políticos.

No contexto brasileiro, é urgente encontrar um caminho nesse novo mapa de possibilidades e arranjos internacionais. A busca por ferramentas e métodos que possibilitem a inovação, a integração e a ação transversal dos diversos atores envolvidos na Economia Criativa é fundamental para acessar essa alavanca estratégica de desenvolvimento. Apenas assim será possível evitar a dependência de soluções paliativas e explorar plenamente o potencial da cultura como um impulsionador do desenvolvimento.

O turismo cultural sustentável é reconhecido como uma alternativa promissora para impulsionar o desenvolvimento econômico, gerar riqueza, empregos e promover a distribuição de renda. Além disso, esse tipo de turismo desempenha um papel fundamental na preservação e promoção do patrimônio cultural e das manifestações culturais locais, contribuindo para elevar a autoestima das comunidades e reforçar sua identidade. Dessa forma, o turismo cultural sustentável oferece um pacote completo de benefícios, abrangendo aspectos culturais, sociais e econômicos.

Em um mundo globalizado, no qual a infraestrutura de comunicações está cada vez mais desenvolvida, o acesso à informação é amplamente disponível e a rede integrada de transportes facilita a mobilidade, o turismo cultural se torna uma importante ferramenta para fortalecer as identidades locais. No entanto, é necessário destacar os riscos que o turismo cultural pode trazer para a preservação do patrimônio e para a sustentabilidade desse setor.

O World Travel and Tourism Council destaca a importância de produtos e serviços turísticos que demonstrem sensibilidade em relação ao meio ambiente, à cultura tradicional e à população local. O crescimento descontrolado do turismo, que pode impor pressão adicional nos ambientes natural, cultural e socioeconômico, representa um risco para a qualidade da experiência do visitante. Portanto, é fundamental que o crescimento da demanda por experiências turísticas seja planejado e gerenciado de maneira adequada, de modo a garantir a sustentabilidade social, econômica e ambiental do setor.

O dilema do turismo cultural reside na necessidade de extrair os benefícios econômicos dessa atividade, como investimentos em infraestrutura, criação de empregos e valorização de produtos artesanais, sem reduzir a cultura a uma mera mercadoria, sem causar danos ao patrimônio cultural e sem descaracterizar as manifestações tradicionais. Evitar esse ciclo de vida breve, no qual benefícios de curto prazo são obtidos em detrimento da preservação da identidade cultural, é essencial para garantir a continuidade e a sustentabilidade do turismo cultural.

Um exemplo elucidativo dos desafios enfrentados pelo turismo cultural é o caso do Camboja, que se abriu ao turismo na década de 1990, após duas décadas de isolamento. No entanto, o aumento imprevisto do turismo trouxe consequências negativas para a vida da população, que não estava preparada para lidar com os impactos decorrentes desse fluxo repentino. A falta de um plano abrangente e efetivo de desenvolvimento do turismo resultou em uma situação caótica e prejudicial ao patrimônio e à cultura local.

Diante disso, é essencial que o planejamento do turismo cultural seja abordado de forma sustentável, envolvendo desde o mapeamento das potencialidades culturais até a implementação e avaliação das ações adotadas. Esse planejamento deve ser intrinsecamente integrado às comunidades locais, respeitando sua participação e envolvimento. O turismo cultural pode ser um importante fator de desenvolvimento sustentável, desde que os potenciais impactos negativos sejam identificados e controlados por meio de estratégias eficazes de gestão. À medida que o turismo se consolida como um dos setores econômicos mais relevantes em escala global, a atenção dedicada ao respeito e à preservação do patrimônio tangível e intangível se torna ainda mais crucial para garantir o equilíbrio entre o desenvolvimento socioeconômico e a salvaguarda da cultura.

São significativas as consequências de um modelo econômico com posturas predatórias dos recursos naturais, como a concentração de poder em uma pequena parcela da população. Desta forma, torna-se geradora de pobreza e desigualdade social. Com isso, surge o conceito de desenvolvimento sustentável, discutido desde a década de 80 do século XX, com o propósito de estabelecer um modelo econômico, político, social, cultural e ambiental que possa satisfazer as necessidades e permitir o desenvolvimento da geração atual, sem comprometer as gerações futuras.

Um marco relacionado a essa questão foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento ocorrida em 1992 no Rio de Janeiro. Nessa conferência, foram discutidos e aprovados documentos, como a Agenda 21, que faziam parte de um plano mundial para modificar a realidade já consolidada (Aquino, 2011).

Além do âmbito ecológico, que visa minimizar os efeitos já comprovados ao meio ambiente, outros aspectos são abordados nessa mesma discussão, tais como sustentabilidade social, econômica, cultural, espacial, política e ambiental.

Entende-se que, para que haja a possibilidade de suprir as necessidades humanas agora e no futuro, é necessária uma discussão interdisciplinar que envolva não apenas as questões ambientais, mas também a melhoria da qualidade de vida da população diante de sua economia, disponibilidade de oportunidades equitativas, respeito à história e cultura de diferentes povos, fortalecimento da democracia, entre outras questões abordadas nesse planejamento.

É nesse âmbito que surge a oportunidade de analisar o território a partir de um olhar que respeite sua história e cultura, mas que também permita um desenvolvimento econômico e político. Lanzarote se insere nessa discussão como um recorte possível para analisar uma das diferentes abordagens para a resolução de problemas apresentados em decorrência do sistema já estabelecido.

Como resposta a essa necessidade, surge uma análise interdisciplinar e transgeracional pelo Departamento de Urbanismo e Ordenação do Território da UPC, de Barcelona. Esse método de investigação é liderado pelo professor Joaquín Sabaté Bel em diversos projetos realizados pelo setor de pesquisa. Segundo Bueno, a análise feita pelo departamento segue o seguinte parâmetro:

A análise do território e da paisagem centra-se nas relações históricas de seus elementos e na compreensão das permanências e transformações ocorridas no processo de estruturação espacial. A partir da leitura histórica

de sua ocupação, percebe-se que, além da dicotomia campo-cidade, os ambientes urbanos, rústicos e naturais são elementos de uma complexa relação de continuidade, formando uma paisagem que reflete o processo de formação sócio-espacial (2006, p.75).

Essas diretrizes são novamente abordadas em um artigo de Joaquín Sabaté Bel e Joaquin Franquesa, ao concluírem sobre o departamento e a forma de ensino, afirmam que:

The challenges, therefore, are not minor, since they address the new dynamics that the profession shows, the need for a suitable teaching that is adjusted to this changing context and to the European arena, the search for new programs – and the transformation of current ones – that will make it possible to train students to recognize and appreciate the relevance of urbanism in the construction of our cities and in the improvement of our society's quality of life" (Franquesa; Sabaté Bel, 2019, p. 16).

A prerrogativa utilizada pelo departamento em suas análises e projetos segue também a linha abordada pelos planos de sustentabilidade vigentes, como, por exemplo, as diretrizes incluídas na Agenda 21 que relacionam essa forma de desenvolvimento à qualidade de vida humana. A paisagem cultural e as tradições e memória da população afetada são também levadas em conta, a partir de uma abordagem que não apenas preserva, mas valoriza e incentiva a economia por meio de sua cultura.

2.2.2 Desenvolvimento sustentável a partir de Sabaté Bel

Joaquín Sabaté Bel desempenha um papel significativo na discussão da ordenação do território a partir de uma visão sustentável. Seu trabalho, aborda a importância de adotar uma abordagem abrangente e participativa na gestão e preservação do patrimônio e na ordenação da paisagem (Sabaté, 2010).

Sabaté Bel destaca a necessidade de considerar não apenas os aspectos físicos e estéticos do território, mas também as dimensões sociais, culturais e econômicas. Ele argumenta que a ordenação do território deve ser orientada por uma visão sustentável, buscando equilibrar o desenvolvimento socioeconômico com a proteção e valorização dos recursos naturais e culturais.

Outra contribuição significativa de Sabaté Bel é a promoção de uma abordagem participativa na ordenação do território. Ele enfatiza a importância de envolver a população do local, no processo de escolha. A metodologia participativa fortalece a

conexão entre a população local e seu território, permitindo que as decisões tomadas reflitam as necessidades e aspirações das comunidades, promovendo uma análise abrangente dos desafios e potencialidades do território.

Além disso, Sabaté Bel (2005) enfatiza a necessidade de considerar o patrimônio cultural e natural como ativos importantes na ordenação do território. Ele destaca que a valorização e preservação desses recursos contribuem para a identidade local, o turismo sustentável e inclui também a melhora da comunidade local. Nesse sentido, a ordenação do território deve incluir estratégias para a conservação dos sítios históricos, das paisagens culturais e dos ecossistemas naturais, integrando-os de maneira harmoniosa no planejamento e no desenvolvimento territorial.

Sabaté Bel (2005) também ressalta a importância de uma abordagem interdisciplinar na ordenação do território. Ele argumenta que a complexidade dos desafios territoriais requer a colaboração entre diferentes áreas de conhecimento, como arquitetura, urbanismo, geografia, antropologia, ecologia e economia. Essa abordagem interdisciplinar permite uma compreensão mais profunda das dinâmicas territoriais e ajuda a identificar soluções integradas e sustentáveis para os problemas enfrentados.

Joaquín Sabaté Bel desempenha um papel relevante na discussão da ordenação do território a partir de uma visão sustentável. Suas ideias e contribuições são valiosas para orientar políticas e práticas de ordenação do território que buscam um equilíbrio entre o crescimento socioeconômico e a preservação dos recursos naturais e culturais, visando o bem-estar das comunidades e a sustentabilidade a longo prazo.

Os parques patrimoniais e as paisagens culturais têm se tornado cada vez mais relevantes no contexto do desenvolvimento territorial sustentável. A abordagem de Sabaté sobre esses temas proporciona uma visão abrangente e rica em conhecimento, destacando a necessidade da preservação do patrimônio seja ele cultural ou natural, bem como o papel dos parques patrimoniais como estratégias de desenvolvimento territorial.

Sabaté (2005) afirma que a noção de paisagem cultural surgiu no final do século XIX, com historiadores e geógrafos alemães e franceses. Através de suas reflexões, percebe-se a relação intrínseca entre formas culturais de vida e os territórios

específicos em que estão inseridas. Essa conexão entre paisagem e comunidade é fundamental para um pensamento sustentável na ordenação do território brasileiro.

Ao analisar os trabalhos de Carl Sauer (1925) e John Brinckerhoff Jackson (1984), fica evidente a importância de entender o território como uma construção humana, moldada pela cultura e pelas ações sociais ao longo do tempo. Essa perspectiva ressalta a necessidade de valorizar e preservar os elementos patrimoniais, reconhecendo-os como registros do trabalho do homem sobre o território.

A iniciativa de criar parques patrimoniais como estratégia de desenvolvimento territorial ganhou força, principalmente nos Estados Unidos, devido à extensão de seu patrimônio industrial e aos esforços para a sua revalorização. Esses parques têm mostrado que a compreender e utilizar os elementos patrimoniais de um local podem impulsionar o desenvolvimento econômico, atraindo turismo, investimentos e gerando empregos. Além disso, eles fortalecem a autoestima da comunidade, promovendo um senso de pertencimento e identidade cultural.

No contexto brasileiro, essa abordagem pode contribuir significativamente para um pensamento sustentável na ordenação do território. O país possui uma rica diversidade cultural e natural, com paisagens e patrimônios únicos que podem ser valorizados e preservados por meio da criação de parques patrimoniais. Esses parques podem se tornar importantes polos de desenvolvimento, promovendo o turismo, gerando empregos e impulsionando a economia local.

É essencial que a criação e gestão desses parques patrimoniais sejam baseadas em princípios sustentáveis. Isso envolve a adoção de práticas de conservação e preservação adequadas, o envolvimento da comunidade local, a promoção de atividades educativas e a busca por fontes de financiamento diversificadas e sustentáveis.

Além disso, é necessário um planejamento cuidadoso que leve em consideração a integração dos parques patrimoniais com o território ao seu redor. Isso implica estabelecer conexões e itinerários que permitam a exploração dos recursos patrimoniais de forma integrada, valorizando as histórias e mensagens que esses espaços comunicam.

Ao adotar uma abordagem de parques patrimoniais e paisagens culturais, o Brasil pode fortalecer sua identidade cultural, preservar sua diversidade natural e histórica e promover o desenvolvimento sustentável em diferentes regiões do país.

Essa abordagem requer um compromisso conjunto entre os governos, a comunidade local, os especialistas em patrimônio e os diversos setores da sociedade.

2.2.3 Passos da ordenação do território

O planejamento de paisagens com desenvolvimento sustentável é uma abordagem que busca integrar diferentes funções, como preservação, educação, lazer, turismo e desenvolvimento econômico, em um território específico. Nesse contexto, os parques patrimoniais têm desempenhado um papel significativo. Esses projetos, que visam preservar e valorizar o patrimônio cultural e natural de determinadas áreas, têm sido analisados e estudados em diversas partes do mundo, como nos Estados Unidos e na Europa.

O estudo apresentado por Souza e Sabaté tem como objetivo apresentar algumas lições aprendidas a partir da análise de cerca de 50 projetos de parques patrimoniais, com ênfase nos conceitos, métodos e instrumentos utilizados em seu planejamento. A partir da análise efetuada pelos autores que se torna possível uma ponte realizada por meio da metodologia utilizada para outras possíveis realidades de paisagens culturais.

A pesquisa teve início em 1998, por meio de uma colaboração entre professores do Massachusetts Institute of Technology e da Universidade Politécnica da Catalunha, e posteriormente se expandiu para incluir o projeto do eixo patrimonial do rio Llobregat (Souza e Sabaté, 2017).

As lições apresentadas a seguir são fundamentais para o planejamento eficiente e eficaz de parques patrimoniais. Elas abrangem desde a definição clara dos objetivos da intervenção até a criação de uma estrutura física bem delineada, passando pela importância da narrativa histórica, da participação da comunidade e do reconhecimento oficial do projeto (Souza e Sabaté, 2017).

Definição clara dos objetivos básicos da intervenção:

O primeiro passo para o planejamento de um parque patrimonial é estabelecer com clareza os objetivos fundamentais da intervenção. Esses objetivos geralmente envolvem a integração de diferentes funções, como preservação, educação, lazer, turismo e desenvolvimento econômico. É importante que os objetivos sejam definidos de forma concisa e abrangente, estabelecendo as bases para a colaboração entre diferentes administrações, instituições e partes interessadas.

Os principais objetivos frequentemente mencionados são: promover a cooperação entre comunidades, oferecendo oportunidades de lazer, preservação e educação; desenvolver mecanismos de proteção dos recursos patrimoniais; interpretar esses recursos e as histórias associadas para residentes, visitantes e estudantes, integrando o patrimônio aos programas educacionais locais; envolver os residentes no parque patrimonial e desenvolver programas de revitalização econômica que utilizem o patrimônio para atrair turistas e investimentos públicos e privados (Souza e Sabaté, 2017).

A conservação, a educação, o lazer, o desenvolvimento econômico e a colaboração entre diferentes partes interessadas são palavras-chave frequentes nesses objetivos. Estabelecer objetivos claros e específicos é essencial para orientar o desenvolvimento do parque patrimonial e garantir a sua efetividade em relação aos propósitos estabelecidos.

Importância da narrativa histórica:

Cada território possui uma história específica que deve ser considerada na definição do parque patrimonial. A narrativa histórica é essencial para criar uma conexão emocional e cultural entre os visitantes e o local (Souza e Sabaté, 2017).

O parque patrimonial deve contar a história de forma clara e envolvente, por meio de elementos como placas informativas, trilhas interpretativas, exposições e atividades educativas. A narrativa histórica deve abranger desde a história mais antiga do local até os acontecimentos mais recentes, enfatizando os aspectos que são relevantes para a compreensão do patrimônio e sua importância na identidade local.

Além disso, a narrativa histórica também deve incluir histórias e testemunhos das comunidades locais, dando voz aos residentes e reconhecendo suas vivências e contribuições para o patrimônio. Isso ajuda a fortalecer a identidade local e promove uma maior participação e engajamento da comunidade no parque patrimonial.

Envolvimento da comunidade:

O envolvimento da comunidade é um dos pilares fundamentais para o planejamento de parques patrimoniais bem-sucedidos. A participação ativa e engajada da comunidade local desde as fases iniciais do projeto até a sua implementação é crucial para garantir o sucesso e a sustentabilidade a longo prazo do parque (Souza e Sabaté, 2017).

A comunidade deve ser consultada e envolvida na definição dos objetivos, na identificação e preservação do patrimônio, na tomada de decisões e na gestão do

parque. Isso pode ser feito por meio de reuniões públicas, grupos de trabalho, workshops, consultas online e outras estratégias participativas. É importante garantir que diferentes segmentos da comunidade sejam representados e tenham voz nas decisões relacionadas ao parque patrimonial.

Além disso, é essencial procurar incentivar a educação dos habitantes locais, promovendo a compreensão do valor do patrimônio e a importância de sua preservação. Isso cria o sentimento de pertencimento da população, tanto quanto o senso de responsabilidade compartilhada, incentivando a comunidade a se tornar defensora ativa do parque patrimonial (Souza e Sabaté, 2017).

Reconhecimento oficial e parcerias:

Para garantir a sustentabilidade e a proteção a longo prazo do parque patrimonial, é fundamental buscar o reconhecimento oficial e estabelecer parcerias com instituições governamentais, organizações não governamentais e outros atores relevantes (Souza e Sabaté, 2017).

O reconhecimento oficial pode ser obtido por meio de legislação específica, que define a área do parque, seus objetivos e as medidas de proteção necessárias. Isso ajuda a assegurar que o parque patrimonial seja considerado uma prioridade nas políticas públicas e receba recursos e apoio contínuo (Souza e Sabaté, 2017).

Além disso, estabelecer parcerias com diferentes atores, como governos locais, agências de turismo, instituições acadêmicas e organizações da sociedade civil, traz benefícios significativos para o parque patrimonial. Essas parcerias podem envolver a colaboração em atividades de preservação, pesquisa, promoção turística, captação de recursos e desenvolvimento de programas educativos (Souza e Sabaté, 2017).

Ao envolver múltiplos atores, o parque patrimonial se beneficia de diferentes perspectivas, experiências e recursos, aumentando sua capacidade de proteger e promover o patrimônio de forma sustentável (Souza e Sabaté, 2017).

Análise e crítica:

A avaliação contínua é essencial para garantir a eficácia do parque patrimonial e possibilitar ajustes e melhorias ao longo do tempo. Algumas práticas importantes nessa área incluem:

Coleta de dados: é necessário estabelecer sistemas de coleta de dados relevantes para monitorar diferentes aspectos do parque patrimonial, como visitação, conservação do patrimônio, satisfação dos visitantes e participação da comunidade.

Isso pode ser feito por meio de pesquisas, questionários, registros de visitação, entre outros métodos adequados.

Análise e interpretação de dados: estes devem ser analisados para identificar tendências, pontos fortes e fracos, desafios e oportunidades. Isso permite uma compreensão mais aprofundada do desempenho do parque patrimonial e auxilia na tomada de decisões informadas.

Compreender o impacto da intervenção: a avaliação é importante para compreender as consequências das ações realizadas no parque patrimonial. Isso pode envolver a avaliação dos efeitos socioeconômicos, ambientais e culturais das atividades desenvolvidas no local. É necessário avaliar se essas ações estão alcançando os objetivos desejados e se estão causando algum impacto negativo significativo (Souza e Sabaté, 2017).

Monitoramento participativo: o envolvimento da comunidade e de partes interessadas no monitoramento do parque patrimonial é fundamental. Isso pode ser feito por meio de parcerias com instituições locais, grupos de voluntários ou programas de monitoramento participativo. Essa abordagem promove a coleta de informações mais abrangentes e diversificadas, além de fortalecer o senso de pertencimento e a responsabilidade compartilhada pelo patrimônio (Souza e Sabaté, 2017).

Ajustes e melhorias: com base nos resultados do monitoramento e da avaliação, é importante realizar ajustes e melhorias contínuas no parque patrimonial. Isso pode envolver a implementação de novas estratégias, o aprimoramento da gestão, a revisão das políticas e ações, entre outras medidas necessárias para otimizar o desempenho do parque e garantir sua sustentabilidade a longo prazo (Souza e Sabaté, 2017).

Ao adotar práticas eficazes de monitoramento e avaliação, o parque patrimonial terá uma base sólida para aprimorar sua gestão, garantir a preservação do patrimônio e promover experiências enriquecedoras para os visitantes e a comunidade local.

Implementar um sistema para monitorar e avaliar de forma contínua é crucial para garantir o sucesso e a sustentabilidade do parque patrimonial. Isso envolve a coleta de dados relevantes, análise e interpretação dos resultados, avaliação de impacto, monitoramento participativo e a implementação de ajustes e melhorias. Com essa abordagem, o parque patrimonial estará preparado para enfrentar os desafios e promover o valor do patrimônio cultural e natural que protege (Souza e Sabaté, 2017).

Educação e sensibilização:

A educação e a sensibilização desempenham um papel fundamental na gestão de um parque patrimonial. Através de programas educativos e de sensibilização, é possível promover a conscientização da importância do patrimônio cultural e natural, envolver a comunidade e os visitantes, e incentivar práticas sustentáveis. Algumas estratégias importantes nessa área incluem:

Programas educativos: desenvolver programas educativos voltados para diferentes públicos, como escolas, famílias e grupos comunitários. Esses programas podem incluir visitas guiadas, oficinas temáticas, palestras e materiais educativos. O objetivo é fornecer informações sobre o patrimônio, suas histórias e significados, despertando o interesse e a curiosidade das pessoas (Souza e Sabaté, 2017).

Interpretação do patrimônio: utilizar técnicas de interpretação do patrimônio para transmitir informações de forma envolvente e significativa. Isso pode incluir o uso de placas informativas, sinalização interpretativa, trilhas temáticas e mídias interativas. A interpretação do patrimônio visa criar conexões emocionais e intelectuais entre os visitantes e o local, incentivando a apreciação e o cuidado com o patrimônio (Souza e Sabaté, 2017).

Engajamento da comunidade: envolver ativamente a comunidade local no parque patrimonial por meio de consultas públicas, grupos de trabalho e projetos colaborativos. Ao incentivar a participação da comunidade, é possível criar um senso de propriedade compartilhada e responsabilidade pelo patrimônio, fortalecendo a identidade local e promovendo o envolvimento contínuo.

Sensibilização ambiental: além do patrimônio cultural, é importante promover a sensibilização ambiental e a conservação da natureza dentro do parque. Isso pode ser feito por meio de programas de educação ambiental, eventos de limpeza, campanhas de conscientização sobre a importância da biodiversidade e práticas sustentáveis, como reciclagem e uso consciente dos recursos naturais.

Parcerias com instituições educacionais: estabelecer parcerias com instituições educacionais, como escolas e universidades, para desenvolver programas conjuntos de pesquisa e educação. Isso permite a troca de conhecimentos, o acesso a recursos acadêmicos e a oportunidade de envolver os estudantes no estudo e na proteção do patrimônio, além disso, ao incitar o interesse e o respeito pelo patrimônio nas gerações mais jovens, garante-se a continuidade da proteção e conservação a longo prazo (Souza e Sabaté, 2017).

Monitoramento e avaliação:

Para garantir a eficácia da gestão de um parque patrimonial, é essencial estabelecer sistemas de acompanhamento e crítica. Isso envolve acompanhar regularmente o estado de conservação do patrimônio, as atividades realizadas, o impacto das intervenções e o nível de satisfação dos visitantes. Algumas medidas importantes nessa área incluem:

Monitoramento do patrimônio: realizar monitoramentos periódicos para avaliar o estado de conservação do patrimônio cultural e natural. Isso pode envolver inspeções visuais, análises científicas, estudos arqueológicos e levantamentos de biodiversidade. O monitoramento regular permite identificar problemas precocemente, implementar ações corretivas e garantir a proteção do patrimônio (Souza e Sabaté, 2017).

Monitoramento de visitação: acompanhar o fluxo de visitantes e as atividades realizadas no parque. Isso pode ser feito por meio de contadores de visitantes, pesquisas de perfil e comportamento e registros de incidentes. O monitoramento da visitação permite avaliar a demanda, identificar áreas de maior pressão e planejar medidas de controle e distribuição adequada dos visitantes (Souza e Sabaté, 2017).

Avaliação de impacto: realizar avaliações de impacto das intervenções e atividades realizadas no parque. Isso envolve analisar os efeitos das ações de conservação, restauração, construção de infraestruturas e programas de educação. A avaliação de impacto permite verificar se as ações estão alcançando os resultados desejados e se estão causando algum efeito negativo significativo no patrimônio ou no ambiente (Souza e Sabaté, 2017).

Pesquisas de satisfação dos visitantes: realizar pesquisas regulares para medir o nível de satisfação dos visitantes em relação às instalações, serviços, interpretação do patrimônio, segurança e outras questões relevantes. Essas pesquisas fornecem feedback valioso para aprimorar a experiência dos visitantes e identificar áreas que precisam de melhorias (Souza e Sabaté, 2017).

Avaliação de desempenho: realizar avaliações periódicas do desempenho da gestão do parque patrimonial. Isso envolve analisar o cumprimento de metas e objetivos, o uso eficiente de recursos, a eficácia das estratégias adotadas e o impacto alcançado. A avaliação de desempenho permite identificar pontos fortes e áreas que precisam ser aprimoradas na gestão do parque.

Promoção e divulgação:

A promoção e divulgação de um parque patrimonial são fundamentais para atrair visitantes, conscientizar a comunidade e promover a importância da conservação do patrimônio cultural e natural. Algumas estratégias eficazes nessa área incluem:

Marketing e publicidade: desenvolver estratégias de marketing e publicidade para promover o parque e suas atrações. Isso pode envolver a criação de materiais promocionais, como folhetos, guias, vídeos e websites, além da divulgação em mídias sociais, jornais locais, rádio e televisão. É importante destacar as características únicas do parque, seus eventos especiais, programas educativos e qualquer outra informação relevante que possa atrair visitantes (Souza e Sabaté, 2017).

Parcerias e colaborações: estabelecer parcerias com instituições locais, como agências de turismo, hotéis, restaurantes e empresas culturais, para promover o parque como um destino turístico. Essas parcerias podem incluir pacotes turísticos especiais, descontos para visitantes, eventos conjuntos e outras iniciativas que aumentem a visibilidade do parque e incentivem a visita (Souza e Sabaté, 2017).

Programas educativos e eventos especiais: desenvolver programas educativos e eventos especiais para atrair diferentes públicos e promover a conscientização sobre o patrimônio. Isso pode incluir visitas guiadas, oficinas, palestras, exposições temporárias, festivais culturais e atividades interativas. Essas iniciativas não apenas fornecem uma experiência enriquecedora para os visitantes, mas também reforçam a importância da preservação do patrimônio (Souza e Sabaté, 2017).

Engajamento com a comunidade: envolver a comunidade local no parque por meio de atividades participativas, consultas públicas e programas de voluntariado. Isso cria um senso de propriedade e pertencimento, além de promover a conscientização sobre a importância da conservação do patrimônio. É fundamental ouvir as opiniões e preocupações da comunidade e envolvê-la nas decisões relacionadas ao parque (Souza e Sabaté, 2017).

Financiamento e sustentabilidade:

Um aspecto crucial da gestão de um parque patrimonial é garantir o financiamento adequado para a sua operação, manutenção e desenvolvimento contínuo. Algumas estratégias comuns para alcançar a sustentabilidade financeira incluem:

Diversificação de fontes de receita: buscar diferentes fontes de financiamento, como recursos governamentais, parcerias público-privadas, doações, patrocínios,

taxas de entrada, serviços comerciais e venda de produtos relacionados ao parque. Diversificar as fontes de receita reduz a dependência de uma única fonte e aumenta a estabilidade financeira do parque (Souza e Sabaté, 2017).

Captação de recursos: elaborar projetos e propostas para buscar financiamento em organizações internacionais, fundações e programas de financiamento para projetos de conservação do patrimônio. É importante destacar a importância do parque, seus valores únicos e os benefícios para a comunidade e para o turismo.

Planejamento financeiro estratégico: desenvolver um plano financeiro de longo prazo que leve em consideração os custos operacionais, a manutenção, a conservação, os investimentos necessários e as metas de desenvolvimento do parque. O planejamento financeiro ajuda a estabelecer prioridades, alocar recursos adequadamente e garantir a sustentabilidade financeira a longo prazo.

Eficiência na gestão de recursos: adotar práticas de gestão eficientes para maximizar a utilização dos recursos disponíveis. Isso inclui a otimização do uso de energia, a gestão adequada de resíduos, a redução de custos operacionais desnecessários e o uso de práticas sustentáveis em todas as atividades do parque.

Monitoramento contínuo e adaptação:

A gestão de um parque patrimonial é um processo contínuo e dinâmico. É essencial realizar um monitoramento constante, avaliar os resultados e fazer adaptações conforme necessário. Isso envolve:

Revisão periódica do plano de gestão: realizar revisões regulares do plano de gestão para garantir que ele esteja alinhado com as necessidades atuais do parque e com as mudanças no ambiente externo. Essas revisões permitem atualizar metas, objetivos, estratégias e ações conforme necessário.

Aprendizado e melhoria contínua: promover uma cultura de aprendizado e melhoria contínua na equipe de gestão do parque. Isso envolve compartilhar conhecimentos, realizar capacitações, acompanhar as melhores práticas em gestão de parques patrimoniais e incorporar feedback dos visitantes e da comunidade.

Adaptação às mudanças: estar preparado para lidar com mudanças e desafios, como novas regulamentações, ameaças naturais, demandas da comunidade e tendências turísticas. A capacidade de se adaptar e responder efetivamente a essas mudanças é essencial para garantir a sustentabilidade do parque a longo prazo.

Em suma, a gestão eficaz de um parque patrimonial requer a implementação de estratégias abrangentes que envolvam planejamento, conservação, envolvimento

da comunidade, monitoramento, promoção, sustentabilidade financeira e adaptação contínua. Ao adotar essas abordagens, os gestores de parques patrimoniais podem garantir a preservação adequada do patrimônio cultural e natural, proporcionar experiências enriquecedoras aos visitantes e promover o desenvolvimento sustentável da região (Souza e Sabaté, 2017).

2.2.4 O turismo no arquipélago

Ilhas Canárias, comunidade autônoma espanhola formada por 7 ilhas, ilhéus e rochedos. Localiza-se no oceano Atlântico, a oeste do litoral africano, e possui cerca de 2 milhões de habitantes.

O desenvolvimento turístico das Ilhas Canárias está intrinsecamente ligado a diversas circunstâncias históricas, culturais e políticas. A Europa do século XVII, por exemplo, retomou o uso da água como recurso natural para fins terapêuticos, um fato que eventualmente resultou no surgimento de estações termais e banhos de mar como terapia. Durante o século XIX, este tipo de atração consolidou-se em costas europeias que ofereciam condições propícias, aliando o lazer à cura.

Nesse contexto, em 1841, Thomas Cook fundou a primeira agência de viagens, que inicialmente organizava viagens de ida e volta de trem para vários destinos e, mais tarde, expandiu-se para locais mais distantes, incluindo as Ilhas Canárias. Embora a data exata varie, o turismo nas Canárias começou a surgir quando os ingleses começaram a visitar as ilhas em busca de turismo de saúde no século XIX.

A presença inglesa nas Canárias não ocorreu por acaso, pois ela foi alimentada por uma longa experiência temporal que remonta à incorporação das Canárias à Coroa de Castela entre os séculos XIV e XV. As Canárias se tornaram atraentes devido a suas características singulares, incluindo seu clima, agricultura favorável e localização geográfica estratégica entre a Europa, a África e a América.

Outros fatores também contribuíram para o estabelecimento definitivo do turismo nas Canárias, como as políticas expansionistas da Alemanha e do Reino Unido, a atividade econômica ligada aos produtos agrícolas, o Real Decreto de 1852 que estabeleceu os Portos Francos nas Canárias, e a construção de instalações portuárias estáveis e seguras.

Os primeiros grandes empreendimentos turísticos nas Canárias começaram a surgir em Tenerife e Gran Canária, geralmente localizados em áreas portuárias ou em

locais com características paisagísticas e de acessibilidade atraentes. Várias construções e hotéis históricos foram estabelecidos, como o Hotel Turubull (1876), o Hotel Marquesa (1883) e o antigo Gran Hotel Orotava. Apesar da interrupção do desenvolvimento turístico durante a Primeira Guerra Mundial, o interesse nas Canárias continuou crescendo.

Os governos locais também começaram a se empenhar na promoção do turismo, visando atrair não apenas turistas de saúde, mas também turistas de lazer. Diversas associações de promoção turística surgiram, como a Sociedade de Fomento e Turismo de Gran Canária (1915) e a Comissão de Fomento do Turismo de Tenerife (1919).

A consolidação do turismo nas Canárias foi marcada por desafios, como o déficit de infraestrutura de transporte e a contínua tensão entre a valorização do patrimônio histórico e a introdução de novas abordagens arquitetônicas e urbanísticas. Isso levou a um período de turismo em massa no século XX. O turismo se torna um fenômeno mais abrangente devido a progressos sociais, culturais e tecnológicos, bem como à democratização da indústria de viagens.

A Espanha também tomou medidas para promover o turismo, como a criação do Ministério da Informação e Turismo em 1951 e a introdução de medidas econômicas para atrair investimentos estrangeiros. Apesar de alguns obstáculos, a indústria turística continuou a crescer e a se adaptar, moldando as Ilhas Canárias como um destino turístico atraente e bem-sucedido.

O desenvolvimento turístico das Canárias foi o resultado de uma série de fatores, que incluem seu clima atraente e localização geográfica, políticas de turismo favoráveis e melhorias contínuas na infraestrutura de transporte. Embora tenha havido desafios, o compromisso com a promoção do turismo e a adaptação às mudanças sociais e tecnológicas permitiram que as Canárias se tornassem um destino turístico popular e próspero.

Durante as décadas de 1950 e 1960, o turismo nas Ilhas Canárias se concentrou principalmente em duas áreas principais. Este desenvolvimento conduziu a um consumo de terras cuja oferta rapidamente escasseou, gerando uma tendência de aumento de preços, que foi ainda mais exacerbada pelo tamanho limitado das parcelas. Isso, por sua vez, resultou em processos de congestionamento e saturação de assentamentos como o Puerto de la Cruz, que alcançou seu ápice em 1964. Esta situação estimulou a criação de novos espaços turísticos.

Concomitantemente, em meados dos anos 1960, surgiu uma segunda tipologia turística, consequência da mudança qualitativa e quantitativa do produto turístico que se deu após a Segunda Guerra Mundial. A partir disto, surgiram as cidades de férias como alternativa às cidades tradicionais, com a criação de novos assentamentos para o turismo, cujos principais atrativos eram a praia e o clima. Esta nova abordagem começou no sul de Gran Canaria com o concurso Maspalomas Costa Canaria em 1962.

Posteriormente, este processo de criação de assentamentos se estendeu às ilhas de Lanzarote e Fuerteventura e ao sul de Tenerife. O caso de Lanzarote é particularmente digno de menção, pois também iniciou seu ciclo turístico através de planos especiais. Nas demais ilhas, o fenômeno turístico permaneceu anedótico. A grande maioria dos projetos turísticos aderiram à linguagem regionalista proposta pelos "tipistas". Graças a figuras como Néstor de la Torre e Marrero Regalado, a arquitetura típica foi se promovendo, interligando diferentes gerações de arquitetos que instauraram esses designs nos empreendimentos turísticos.

Nos anos 1950, o turismo se estabeleceu em Las Palmas, pois essa cidade possuía uma tradição turística que garantia os serviços mais básicos para os visitantes. Contudo, a cultura dominante de "sol e praia" modificou o comportamento espacial do turismo em busca de novos espaços onde satisfazer esses gostos. Dentro da capital, essa função foi assumida pela praia de Las Canteras. As novas estruturas turísticas transformaram seu ambiente urbano de forma radical. Em contraste com as antigas localizações hoteleiras, prevaleceu um critério de proximidade com a praia.

Através de um plano especial para acomodações hoteleiras e extra hoteleiras, tanto o antigo calçadão de 2 níveis como sua área de influência foram transformados, permitindo a construção de edifícios de maior altura. Os efeitos desta operação, embora limitados pelo tamanho das parcelas, provocaram uma profunda metamorfose do caráter, dos usos e um notável aumento do volume construído. As antigas casas de terraço e uma lista de construções mais significativas foram substituídas por edifícios de 7-8 andares que coexistiram com os edifícios antigos, cujo design atendia mais ao uso turístico do que a uma concepção e elaboração arquitetônica adequada.

De igual modo, os dados apontam que tanto a edificabilidade como a densidade de habitantes por hectare se tornaram os maiores da ilha em termos absolutos. Não existiam espaços públicos coletivos, além disso, o centro da cidade e outros serviços foram expulsos para a periferia. Este vazio foi ocupado por equipamentos privados,

como centros comerciais, que nunca conseguiram se tornar marcos urbanos devido à sua arquitetura banal, implantação aleatória e desvinculação ao entorno.

Todo esse conjunto evidencia um total descaso com o paisagem, incluindo o marítimo. Áreas naturais, tramas agrícolas, entre outros, foram ignorados em prol de um contínuo urbanizado incapaz de estabelecer relações com o território. Nem mesmo a dependência do mar levou a um espaço de transição pertinente entre as 2 situações. No final desta etapa, os dados são irrefutáveis: em 1973, a edificabilidade e a densidade de habitantes em Gran Canaria estavam muito acima das obtidas no resto da província. Ainda mais preocupantes eram as previsões de vagas de alojamento potencial, as quais permitiam um crescimento exponencial do turismo não só em Gran Canaria, mas em toda a província.

2.2.5 O exemplo do caso de Lanzarote

A ilha de Lanzarote localiza-se nas extremidades orientais do arquipélago, com 846 km² de superfície territorial e com cerca de 90 mil habitantes. Apresenta uma identidade cultural e uma história robusta que emanam de sua situação geográfica e geológica singular, bem como de sua evolução socioeconômica distinta.

A ilha começou a ser referenciada em registros históricos a partir do século XVI por viajantes que a visitavam por razões comerciais, de saúde ou científicas. A obra "Descrição das Ilhas Canárias", de 1764, escrita por George Glas, um comerciante, é notável por ter sido uma das primeiras a retratar a ilha em detalhes, oferecendo informações sobre o clima, o território, as tradições e os costumes locais.

Conhecida pelo seu clima, território e costumes peculiares, a ilha é também marcada pela sua natureza vulcânica, com duas erupções em 1730-1736 e 1824, que devastaram grande parte de sua superfície. Estes eventos de grande magnitude resultaram em lava e cinzas cobrindo três quartos da superfície da ilha, o que levou a mudanças significativas para os residentes locais. A transformação do solo de fértil para inóspito resultou em pobreza extrema e um aumento na emigração em massa da população local.

A falta de água e de terra produtiva apresentou um desafio substancial, no entanto, em face da adversidade, os habitantes da ilha se adaptaram, usando a cinza vulcânica para fertilizar seus campos de cultivo e revitalizar a agricultura, sua principal atividade econômica.

Descobriu-se que a cinza vulcânica poderia ser utilizada para fertilizar o solo e reter a umidade noturna, permitindo a retomada da agricultura. Este método inovador permitiu o cultivo de vinhas, barrilha¹³ e nopal¹⁴, proporcionando um breve período de prosperidade no início do século XIX. No entanto, essa prosperidade foi de curta duração devido à instabilidade econômica insular e a várias crises subsequentes, incluindo uma segunda erupção vulcânica em 1824 e o advento da indústria química.

As consequências dessas crises resultaram no aumento da atividade pesqueira, graças à declaração de portos francos em 1852 e à transferência da capital da ilha para o porto costeiro de Arrecife. Mesmo assim, a vida na ilha continuava precária, alternando entre a agricultura e a pesca, com longos períodos de seca e um modo de subsistência que priorizava o dia a dia.

Lanzarote, um território periférico e afastado das rotas marítimas tradicionais, permaneceu relativamente isolada em comparação com outras ilhas, como Gran Canaria e Tenerife, onde o turismo começou a florescer no final do século XIX. A ilha permaneceu isolada dos principais circuitos turísticos por um longo período devido à sua localização periférica e à falta de infraestruturas adequadas.

Apesar das dificuldades, alguns viajantes europeus do século XIX começaram a apreciar a beleza e a singularidade da paisagem de Lanzarote, reconhecendo locais como as Montanhas do Fogo, os Jameos del Agua e a Bateria del Río como pontos de interesse especial. Essas apreciações iniciaram uma mudança gradual na percepção das Canárias, sendo abandonada a imagem idílica em favor de uma representação mais realista, que valorizava a identidade local.

No início do século XX, tentativas foram feitas para promover Lanzarote como um destino turístico. Em 1936, Casto Martínez publicou folhetos que descreviam a história e os pontos turísticos da ilha, embora a ênfase principal ainda não fosse a paisagem e o modelo "sol e praia". A obra de Agustín Espinosa, um escritor do movimento vanguardista das Canárias, também ajudou a valorizar a paisagem insular através de uma leitura atenta de sua simbologia e estética.

Após a Guerra Civil Espanhola, a situação em Lanzarote não mudou substancialmente. A pesca tornou-se o principal motor econômico, e a maior parte da população permaneceu dedicada às atividades primárias. A ilha continuou a lutar

¹³ Também conhecida como erva-do-orvalho, erva-gelada e planta-de-gelo, é uma pequena erva rasteira de valor ornamental e de consumo alimentício.

¹⁴ Planta da família dos cactos.

contra uma infraestrutura insuficiente e a falta de desenvolvimento em áreas como educação, nutrição e fornecimento de água.

A falta de desenvolvimento de Lanzarote e as dificuldades enfrentadas por seus habitantes deram origem a iniciativas destinadas a aliviar a pobreza endêmica. O turismo foi visto como uma oportunidade potencial, aproveitando o clima, as praias e as características únicas da paisagem de Lanzarote. Contudo, para aproveitar plenamente esse potencial, seria necessário desenvolver e adequar a infraestrutura existente.

O potencial de Lanzarote para o turismo se deu a partir do seu clima favorável, praias, vulcões e arquitetura vernacular. Considerando a valorização adequada desses atributos e a necessidade de adaptar-se à realidade turística, a possibilidade de crescimento econômico significativo através do turismo se colocou presente.

As dificuldades geradas pela natureza da ilha levaram a ações humanas para seu estabelecimento no local, como a reacomodação do solo, a escassez de água e a procura por proteção contra os fortes ventos (Reis e Sabaté Bel, 2018). A arquitetura de Lanzarote também responde à busca por abrigo gerada pelas condições do meio:

"Fruto da necessidade e da pobreza, a ilha possui também um patrimônio arquitetônico que demonstra o processo de adaptação humana às condições do meio, onde o branco das arquiteturas, contrastando com o acentuado cromatismo dos solos insulares, cria contrastes de grande força plástica e paisagística, expressando a riqueza cultural do ilhéu." (Reis e Sabaté Bel, 2018, n.p.)

Devido às dificuldades no setor agrícola e na pesca, realizou-se um processo de transformação do território para a implementação do turismo na ilha. Diferentemente do turismo de sol e mar realizado em outras ilhas do arquipélago, as obras em Lanzarote afastaram-se desse modelo, visando evitar riscos territoriais e culturais no desenvolvimento turístico. A partir das dificuldades econômicas da ilha, a administração e as lideranças locais buscaram elevar os padrões de vida da população e preservar o patrimônio ambiental e paisagístico por meio do turismo. Para executar esse projeto audacioso, o artista plástico César Manrique foi escolhido (Reis e Sabaté Bel, 2018).

É neste cenário em que o artista César Manrique se insere como possibilidade de desenvolvimento turístico a parte da arte e identidade local. César Manrique Cabrera, nascido em Arrecife (1919-1992), artista plástico e ativista pelo desenvolvimento da ilha de Lanzarote. Sua produção artística multifacetada,

englobando valiosas obras pictóricas, escultóricas e arquitetônicas, foi impulsionada pelo desejo de defender os valores de sua terra natal, e assim, promover um desenvolvimento de turismo sustentável.

Suas ações no desenvolvimento da ilha influenciaram Lanzarote, sendo hoje designada como uma Reserva da Biosfera. Na sua produção, ele buscou estabelecer uma relação de harmônica entre a arte e a natureza, considerando esta última como um campo fértil para a criatividade. Ao longo de sua carreira, Manrique foi reconhecido com vários prêmios, incluindo o Prêmio Mundial de Ecologia e Turismo e o Prêmio Europa Nostra (Reis e Sabaté Bel, 2018).

Manrique se distingue como o agente principal na concepção da proposta turística dos anos 1960, paralelamente a José Ramírez. Este artista estabelece uma conexão ativa com a diretriz turística, prevendo, em publicações da Antena e outros periódicos onde foi entrevistado, algumas concepções que viriam a moldar o futuro desenvolvimento turístico. Mesmo estabelecido em Madrid nesta fase, Manrique manteve um vínculo emocional e profissional inalterado com sua terra natal. Com efeito, ele incorporou a força criativa emanada por Lanzarote como a principal fonte de inspiração para desenvolver todas as suas manifestações artísticas (Reis e Sabaté Bel, 2018).

No âmbito dessas manifestações, uma preocupação com a dimensão territorial começou a surgir a partir da metade dos anos 1950. Manrique expressa abertamente críticas à arquitetura produzida nas Canárias, defendendo uma construção que se integre à paisagem em contraposição aos modelos tradicionais impostos no arquipélago. Ele até antecipou algumas das ideias que, posteriormente, comporiam o projeto territorial.

Manrique, profundamente comprometido em conscientizar a população local sobre o turismo, iniciou sua trajetória mais "tectônica" com a ascensão de seu amigo íntimo, José Ramírez, à prefeitura de Arrecife. Embora ele já tivesse feito alguns murais, participado da decoração do Parador de Arrecife e desenvolvido o estande de exibição do escritório de turismo onde foram exibidas fotos dos lugares mais atraentes da ilha, foi somente em 1959 que, junto ao arquiteto Manuel de la Peña, Manrique teve a oportunidade de intervir diretamente na concepção do projeto para o parque municipal de Arrecife. Juntos, eles executaram a primeira intervenção espacial do artista para uma instituição pública, com Manrique dirigindo-a a distância e por correspondência.

José Ramírez estava familiarizado com as ideias de Manrique para Lanzarote e os locais onde deveria intervir com sua proposta artística. Quando ele assumiu a presidência do Cabildo, ele se comprometeu definitivamente com o turismo e as possibilidades da ilha, apesar da incompreensão de muitos de seus habitantes.

Ao discutir sobre o artista, Reis e Sabaté Bel afirmam que "seu compromisso com a paisagem da ilha vem desde sua infância, desfrutando de sua geografia peculiar e considerando o considerável trabalho de seus moradores para tornar o local habitável" (Reis e Sabaté Bel, 2018, n.p.).

Os procedimentos adotados foram baseados em uma visão completa da ilha, abrangendo sua paisagem e suas características geográficas únicas, bem como sua identidade cultural, de forma que os processos de alteração não colocassem em risco seus valores identitários. Foram realizados investimentos em infraestrutura para valorizar e consolidar a identidade da ilha. Esses investimentos foram distribuídos ao longo da ilha, criando um percurso que proporciona uma visão integral, seja pelo conceito ou pela estética das obras guiadas por Manrique. Os projetos também enfocaram a questão socioambiental como área de proteção. Os Centros de Arte, Cultura e Turismo (CACT) foram empreendimentos relacionados à estratégia inicial da administração e das lideranças locais.

O artista convidado para realizar as propostas na ilha criou, a partir das linguagens visuais da ilha e de seus moradores. As paisagens da ilha, que antes não eram destacadas, passaram a ter uma nova narrativa no espaço, com cuidado para que o destino da ilha fosse diferenciado das demais ilhas do arquipélago e não houvesse um consumo excessivo e indiscriminado do território. As obras buscavam expor e valorizar as principais características morfológicas e paisagísticas da ilha, além de estabelecer diretrizes para a atuação no território, com uma rede de proteção para recuperar terrenos degradados e impulsionar o desenvolvimento futuro da ilha.

Por meio de sua abordagem metódica de análise territorial, estrutura de intervenção e execução de vários projetos, Joaquín Sabaté Bel, juntamente com outros estudiosos, como Almir Francisco Reis e Antonio Zamora Cabrera, conduziu um exame meticuloso das intervenções implementadas na região de Lanzarote. Essa análise abrangente investigou tanto o desenvolvimento desencadeado na ilha, quanto a metodologia adotada para a implementação do projeto.¹⁵

¹⁵ As análises citadas se encontram nos seguintes estudos:

Ao discutirem sobre as obras realizadas em Lanzarote, Reis e Sabaté afirmam que:

A obra construída por Cesar Manrique vai muito além da construção dos Centros de Arte, Cultura e Turismo destacados acima, expandindo-se também para outras localidades espanholas, como mirantes em La Gomera, equipamentos turísticos e parques em Tenerife e Ceuta, entre outros. O destaque dado aos Centros de Arte, Cultura e Turismo construídos em Lanzarote deve-se tanto ao ineditismo estético e paisagístico desses conjuntos quanto à importância de seu papel como estruturadores de um roteiro de visitação e preservação da ilha como um todo. (Reis e Sabaté, 2018, n.p.)

Eles reiteram ainda que:

A criação do espaço turístico contemporâneo tem se dado, majoritariamente, a partir da construção de verdadeiros espaços de ficção, criando simulacros que nada têm da realidade em que se implantam. A opção imaginada e construída em Lanzarote, em tempos já remotos, vai na contramão dessa tendência, reconhecendo que a paisagem não constitui mero suporte, mas fundamento imprescindível de qualquer transformação que, reforçando valores identitários locais, enfrenta as dinâmicas homogeneizadoras globais (Reis e Sabaté Bel, 2018, n.p.).

Compreendendo a história e a transformação de Lanzarote, é evidente que a ilha, apesar de suas adversidades geográficas e socioeconômicas, tem uma capacidade resiliente e adaptativa que foram cruciais para o desenvolvimento local. As nuances de sua trajetória, desde uma economia dependente da agricultura e da pesca até a implementação do turismo como principal setor econômico, indicam a dinâmica complexa entre o meio ambiente e as atividades humanas. A obra e influência de César Manrique, em particular, exemplificam um compromisso com a preservação da identidade e do patrimônio da ilha, enquanto se integra com o desenvolvimento turístico sustentável. Neste sentido, Lanzarote representa um exemplo ilustrativo de como a identidade cultural, a história e a geologia podem coexistir com o progresso econômico de uma forma ecologicamente consciente e

ZAMORA CABRERA, A. **La propuesta implícita:** paisaje, arte y turismo en la construcción territorial de Lanzarote (1960-74). 2014. Projecte Final de Màster Oficial - Escola Tècnica Superior d'Arquitectura de Barcelona, Departament d'Urbanisme i Ordenació del Territori, UPC, 2014.

Disponível em: <http://hdl.handle.net/2099.1/22737>. Acesso em: 1 jun. 2023.

REIS, Almir Francisco; SABATÉ BEL, Joaquín. Arte, arquitetura e paisagem. César Manrique e a construção da identidade contemporânea de Lanzarote. **Arquitextos**, São Paulo, ano 19, n. 223.00, Vitruvius, dez. 2018. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.223/7245>. Acesso em: 1 jun. 2023.

culturalmente preservacionista, indicando um caminho viável para outros territórios que enfrentam desafios semelhantes.

2.2.6 Alcançar o invisível em paisagens insulares

Através de um olhar fenomênico, é possível analisar as obras realizadas em Lanzarote de forma a entender as relações ocorridas entre o projeto de valorização da ilha e as experiências que o inspiraram, as quais são preservadas e fomentadas por ele. O estudo fenomenológico se afasta de uma visão empirista do século XVII e da dicotomia na concepção entre corpo-mente abordada desde Descartes.

A fenomenologia, conforme apresentada por Aranha e Martins, concentra-se na descrição da realidade, priorizando a experiência humana como ponto de partida para o entendimento. Essa abordagem procura compreender a realidade a partir da perspectiva do indivíduo que vivencia uma situação específica, analisando o que é experienciado de forma concreta e direta (Aranha & Martins, 2009).

O pensamento filosófico de Michel Henry, especificamente seus pontos de vista sobre fenomenologia, pode proporcionar perspectivas significativas ao examinar a Paisagem Cultural Insular. A fenomenologia de Henry enfatiza a experiência direta e subjetiva da vida, desviando-se das visões tradicionais que objetivam a realidade, e esta abordagem pode ser relevante ao considerar a paisagem cultural das ilhas.

Henry propõe uma maneira radicalmente diferente de compreender a realidade que prioriza a vida em suas manifestações mais imediatas e viscerais (Henry, 2012a). Ele argumenta que a realidade está além da mera temporalidade ou intencionalidade, e que é imediatamente vivenciada e sentida de maneira subjetiva. Portanto, na análise de uma paisagem cultural insular, não seria suficiente considerar apenas sua realidade física e objetiva; seria necessário, também, apreciar as experiências imediatas e subjetivas das pessoas que habitam e interagem com essa paisagem.

A perspectiva de Henry também é relevante ao considerar a arte e a cultura. Para Henry, a arte não é apenas uma representação da vida, mas sim uma expressão viva e imediata dela. Dessa forma, a cultura de uma ilha – suas tradições, artefatos e práticas cotidianas – pode ser vista não apenas como representações simbólicas, mas como manifestações imediatas e significativas da vida insular.

Henry (2012b) discorre sobre as diversas teorias e obras de Kandinsky e a questão da obra de arte não somente representar a vida em diversas linhas artísticas, mas de apresentar, como diria Paul Klee, a própria vida para o sujeito.

No livro em questão, o filósofo faz a distinção entre visível e invisível paralelamente às teorias de Kandinsky sobre interior e exterior na arte. O invisível, segundo Henry, Kandinsky se reporta a esse interior dito por Henry, compreende-se o fenômeno se encontra na vivência visível e invisível (Mauri, 2020).

[...] experimentamos constantemente com um fenômeno que justamente nunca nos abandona: nosso corpo. Pois de um lado, vivo interiormente esse corpo, coincidindo com ele e com o exercício de cada um de seus poderes: eu vejo, cheiro, movo mãos e olhos, tenho fome, frio, de tal modo que eu sou esse ver, esse ouvir, esse cheirar, esse movimento, essa fome, que eu me precipito inteiro em sua pura subjetividade, a ponto de não poder me diferenciar deles – fome, sofrimento, etc. – em nada. De outro lado, e ao mesmo tempo, eu vivo exteriormente esse mesmo corpo por ser capaz de vê-lo, tocá-lo, representá-lo a mim mesmo como objeto, realidade exterior próxima aos outros objetos (Henry, 2012b, p.14).

Henry entende por exterior algo além de figurativo ou somente um objeto. Designa na verdade não somente o conteúdo do fenômeno, mas a maneira pela qual o fenômeno se revela. Desta forma, o fenômeno deixa de se submeter ao visível, ou meramente ao que se mostra. A arte teria o papel de não se subordinar ao exterior, não sendo uma réplica da vida, afirma que:

Como então se revela o Interior, se nem se assemelha a um mundo? Como a vida. A vida é sentida e experienciada imediatamente, coincidindo consigo em cada ponto de seu ser, totalmente imersa em si e, esgotando-se nesse sentimento de si, ela se cumpre como *páthos*. A “maneira” pela qual o interior revela-se a si mesmo, a vida se vive a si mesma, a impressão se impressiona imediatamente a si mesma, o sentimento se afeta a si mesmo – precedendo todo olhar e independentemente dele –, é a Afetividade. Assim, defrontamos com a primeira formulação da grande equação kandinskyana que sustentará tanto sua obra quanto sua pesquisa teórica: *Interior = interioridade = vida = invisível = páthos* (Henry, 2012b, p. 105, grifo do autor).

Defende que, precedente à expressão artística, existe a vida, por isso a réplica dela seria somente uma tentativa superficial de cópia (Henry, 2012b). Henry argumenta que a vida, quando não se coloca como representativa e assim, superficializada a partir do objeto, torna-se o verdadeiro conteúdo da arte de maneira abstrata e invisível. Kandinsky ecoa esse pensamento, destacando a importância de apresentar a vida de forma abstrata na arte, evitando sua objetificação.

A visão de Kandinsky e Henry podem ser utilizadas para a análise da postura tomada nas propostas de intervenção nas Ilhas Canárias e no contexto de uma possível análise em Ilhabela. Lanzarote é um exemplo de obras que foram planejadas e estruturadas a partir da identidade e das vidas que ali se concentravam, enfatizando a questão da visibilidade para atingir a invisibilidade, apresentada por Henry. Sabaté Bel (2005) analisa, para além da própria experiência do local, a importância de se valorizar o lugar, dando-lhe significado e protegendo-o de um possível uso que o esvaziaria de significado, o que fora visto em outras ilhas do arquipélago. Na perspectiva das obras realizadas, diante da própria geografia e suas características únicas, ressalta-se o desenvolvimento econômico da ilha através de uma estratégia que leva em consideração a ilha como um todo e a vida como conteúdo da arte, pois uma não pode existir sem a outra. A partir de Henry, em suas obras que abordam Kandinsky e Espinosa, é possível compreender que a arte é parte fundamental da vida, pois a arte é resultados dos afetos vividos, tanto quanto é também fonte de autoafecção¹⁶ do observador e do artista.

A vivência e experiência do artista de Lanzaroti, César Manrique, foi implementada na intervenção ocorrida, externalizou assim uma arte integrada ao lugar. Sabaté, após conhecer respeito à intervenção na Ilha, desenvolveu seu estudo atrelado a própria metodologia de ordenação do território.

A aplicação desta abordagem fenomenológica à leitura da Paisagem Cultural Insular permite uma compreensão mais rica e profunda desta. Não apenas os elementos físicos e visíveis da paisagem são considerados, mas também as experiências subjetivas e vivas das pessoas que a habitam. Esta perspectiva ressalta a interconexão entre o ser humano e o seu ambiente e enfatiza a importância de compreender e respeitar a maneira única pela qual a vida se manifesta em diferentes contextos insulares.

Assim, ao aplicar as ideias de Henry, é possível considerar a paisagem cultural de uma ilha de maneira mais holística e significativa. Este enfoque permite não apenas uma compreensão mais profunda da paisagem cultural em si, mas também destaca a necessidade de abordagens de desenvolvimento que respeitem e valorizem a singularidade da experiência insular.

¹⁶ Termo utilizado por Henry para denominar o afeto que o sujeito produz em si.

A compreensão de um desenvolvimento sustentável, com diversas facetas e dinâmicas, realizado de forma interdisciplinar, é urgente para que exista a possibilidade da melhoria da qualidade de vida, que seja algo atingível e real diante de uma perspectiva e não somente desejada para diversas parcelas da sociedade. Seria também a possibilidade de refletir – no âmbito da arquitetura, da ordenação do território, especificamente na questão da paisagem cultural – sobre preservar sem que o espaço fique ocioso ou esvaziado de sentido, tal como abordado por Sabaté Bel (2008).

O objetivo desta pesquisa está intrinsecamente relacionado à exploração da possibilidade de conduzir uma reflexão que culmine em uma prática, visando potencializar experiências humanas frente ao processo de objetificação ao qual a sociedade submete o indivíduo. Assim, ao antever um futuro promissor para o estudo da paisagem, é proposta, através de experiências afetivas, a inversão do fluxo da compreensão sensível para que possamos integrar elementos invisíveis em direção ao visível, nas vivências humanas. Espera-se que, a partir dessas reflexões, se possa construir um futuro novo e melhor, ao se compreender e integrar os elementos invisíveis presentes na paisagem.

Conclui-se que compreender a necessidade de planejamento sustentável é urgente para que exista a possibilidade da melhoria da qualidade de vida, que seja algo atingível diante de uma perspectiva real e não somente desejada para diversas parcelas da sociedade, tendo, como fio condutor da proposta, a conservação do patrimônio cultural, educação e reinterpretação da história do local, espaços para a recreação e, por fim, o desenvolvimento econômico tal como abordado por Sabaté Bel (2010). Enfatiza-se a possibilidade de refletir – no âmbito da arquitetura, da ordenação do território, especificamente na questão da paisagem cultural – sobre preservar sem que o espaço fique ocioso ou esvaziado de sentido, assim como abordado nas análises realizadas em outros sítios problemáticos semelhantes ao arquipélago brasileiro.

3. FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO DE ILHABELA¹⁷

Este capítulo tem como objetivo discutir os aspectos geográficos, ambientais e socioeconômicos do Arquipélago de Ilhabela, situado no litoral norte do Estado de São Paulo. Ilhabela, reconhecida como um dos principais destinos turísticos do Brasil, é também um território que expressa a interseção de diversas temáticas ambientais e sociais, constituindo-se como um cenário de estudo e pesquisa de relevância acadêmica.

Formado por um conjunto de ilhas, com a Ilha de São Sebastião como sua maior representante, este arquipélago se destaca por sua paisagem acidentada, característica do relevo jovem da região costeira brasileira. O cenário é composto por uma combinação de montanhas, praias, e uma rica biodiversidade, parte integrante do bioma Mata Atlântica. Esta configuração geográfica não só molda o perfil natural da região, mas também influencia diretamente no desenvolvimento socioeconômico e na organização urbana do município.

Neste capítulo, busca-se analisar a relação intrínseca entre a geografia de Ilhabela e seus desdobramentos sociais e ambientais. A análise contempla, portanto, a interação entre os aspectos naturais e as intervenções humanas, abordando a complexidade de temas como a conservação ambiental, o desenvolvimento turístico, e as práticas de ocupação territorial.

Além disso, há de ser dada determinada importância histórica e cultural do arquipélago, ressaltando a presença de comunidades tradicionais caiçaras¹⁸ e a herança indígena e colonial que permeiam a identidade de Ilhabela. A discussão também inclui as questões contemporâneas que emergem em face do crescimento turístico e do desenvolvimento imobiliário, considerando os impactos sobre o meio ambiente e a vida social local.

¹⁷ O termo “Ilhabela” será utilizado no estudo com referência à Ilha de São Sebastião e sua mancha urbana. Para mencionar a totalidade do município de Ilhabela, será utilizado a expressão “arquipélago”.

¹⁸ O uso do termo caiçara será utilizado também para o morador local que não possui descendência de diversas gerações no Município de Ilhabela. Propõem-se que seja feita futuramente uma pesquisa com o escopo de conceituação do termo. Caso o leitor queira um maior aprofundamento, sugere-se que busque a bibliografia organizada por Antônio C. Diegues na “Enciclopédia Caiçara”.

3.1 Patrimônio natural

3.1.1 Localização e aspectos geográficos

O município do Arquipélago de Ilhabela encontra-se no litoral norte do estado de São Paulo, distante 210 km da capital paulista e 350 km do Rio de Janeiro. Há três opções de acesso, entretanto os percursos mais recomendados são pelas rodovias Ayrton Senna, Carvalho Pinto e Tamoios, as quais conectam São José dos Campos a Caraguatatuba. Ao alcançar Caraguatatuba, prossegue-se pela Rodovia Manuel Hipólito do Rego (SP-55) na direção sul até São Sebastião.

Os trajetos pelas rodovias Rio-Santos ou Mogi-Bertioga perpassam grande parte da costa do litoral sudeste e constituem alternativas atrativas para aqueles que apreciam a paisagem das praias. As balsas estabelecem a conexão entre o município de São Sebastião e a Ilha de São Sebastião, onde se situa a zona urbana de Ilhabela, em uma travessia com duração aproximada de 15 minutos (Ilhabela, 2020).

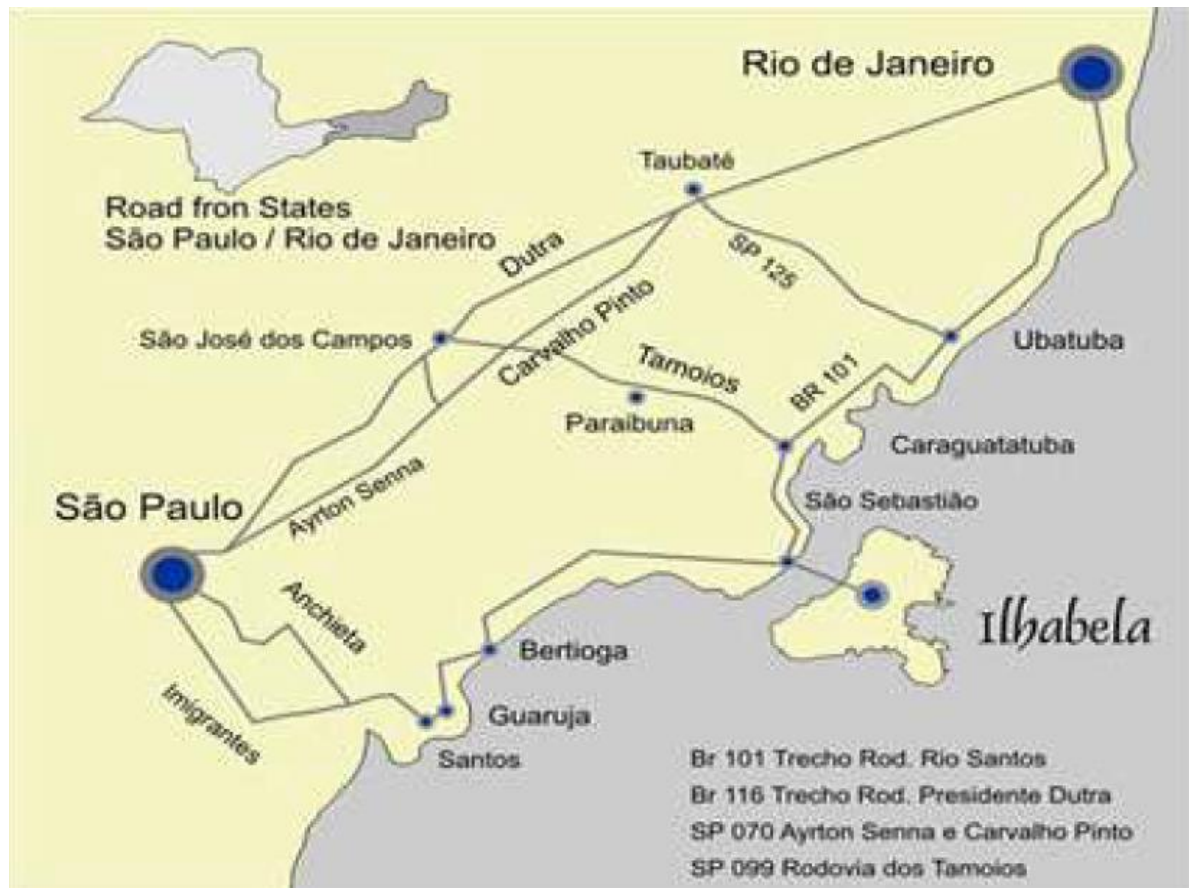


Figura 1 - Localização Geográfica de Ilhabela. Fonte: Gomes, 1994.

Ilhabela é um município singular no Brasil devido ao seu território formado por um arquipélago marítimo composto por diversas ilhas. Esse município também possui uma paisagem acidentada, característica do relevo jovem da região costeira brasileira.

Este território possui uma topografia acidentada e sofre constantes mudanças a partir do crescimento das cidades, o que, em certos casos, pode colocar em risco recursos naturais abundantes (Aquino, 2011). Diante desse processo, que pode implicar no esgotamento dos recursos naturais da ilha de Ilhabela, há uma tendência a uma degradação desses espaços, o que leva a uma segregação urbana e à periferização nas suas cidades (Silva, 2007).

A maior ilha do arquipélago é a Ilha de São Sebastião, com uma área de 337,5 km² (IBGE, 2010), sendo a maior ilha do litoral sudeste brasileiro. Essa ilha está separada do continente pelo canal do Toque-Toque, que possui aproximadamente 18 km de comprimento e variação de largura entre 2 e 5 km. A orla da Ilha de São Sebastião possui cerca de 130 km de extensão e é caracterizada por um relevo com reentrâncias e mergulhos, com 45 praias principais e outras praias menores localizadas irregularmente ao pé das escarpas (Ilhabela, 2020).

“A Ilha de São Sebastião é formada pelo maciço de São Sebastião, pelo maciço da Serraria e pela península do Boi” (Silva, 2009), o que lhe confere a aparência geral de um conjunto montanhoso. Destaca-se como um dos acidentes geográficos mais elevados e proeminentes do litoral paulista, com o pico de São Sebastião (1379 metros de altitude), o Morro do Papagaio (1307 metros) e o Morro da Serraria (1285 metros) como alguns dos pontos mais altos (Ilhabela, 2020).

Atualmente, o Arquipélago de Ilhabela abrange uma área total de 347,537 km² e é constituído por 19 ilhas, ilhotes e lajes. As ilhas que constituem o arquipélago são as seguintes: São Sebastião, Búzios e Vitória. Já os ilhotes são: Serraria, Sumítica, Cabras, Castelhanos, Lagos, Galhetas, Figueira e Prainha. A maior parte da população está localizada na ilha de São Sebastião, que possui como limites o canal e o Oceano Atlântico (Aquino, 2011).

A área urbana do município de Ilhabela está localizada inteiramente na Ilha de São Sebastião e existem 18 comunidades tradicionais de pescadores, conhecidas como caiçaras, ao longo do arquipélago, algumas se encontram em locais de difícil acesso. Uma característica notável do Arquipélago de Ilhabela é a predominância da Mata Atlântica, um dos biomas mais ricos e ameaçados do planeta, do qual restam

apenas 7,8% do que existia no país no momento da chegada dos portugueses ao Brasil (Aquino, 2011).



Figura 2 – Município de Ilhabela. Fonte: Caponero, 2009

A Mata Atlântica do município foi declarada reserva da biosfera e patrimônio natural da humanidade pela Unesco e é protegida em grande parte pelo Parque Estadual de Ilhabela, uma unidade de conservação integral criada em 1977 pelo governo de São Paulo, que abrange 77,6% do território do arquipélago, um pouco mais de 270 km² de área, incluindo grande parte da Ilha de São Sebastião e toda a extensão das demais ilhas. Entre todos os municípios brasileiros abrangidos pela Mata Atlântica, Ilhabela tem sido aquele que mais preserva a floresta nas últimas décadas (Aquino, 2011).

O Parque Estadual é uma das unidades que constituem o Projeto de Conservação da Mata Atlântica (PPMA¹⁹). Neste local, os membros da própria comunidade são capacitados para serem monitores e guias para acompanharem os turistas na circulação pela ilha, como, por exemplo, pelas dezenas de trilhas que

¹⁹ Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Ilhabela.

permeiam o território insular. O ecossistema de Ilhabela é vasto, abrange mangues, restingas, praias e florestas ombrófilas, com reservas de água doce com diversas nascentes, córregos e riachos (Aquino, 2011).

Cerca de 85% do município é coberto pela floresta latifoliada tropical úmida de encosta, que abriga diversas espécies da fauna e flora da Mata Atlântica. O clima do arquipélago é tropical 1, apresentando normalmente temperaturas altas, mas não excessivas. A pluviosidade anual varia entre 1300 e 1500 mm, enquanto a umidade do ar é elevada, especialmente na face voltada para o mar aberto e nas montanhas. A temperatura média oscila entre 22° e 23°C.²⁰

Segundo Aquino, há uma relação intrínseca entre homem e natureza na constituição da história recente de Ilhabela. Suas características geográficas influenciam um determinado “desligamento” entre os principais centros urbanos e comunidades mais isoladas no arquipélago.

3.1.2 Patrimônio Natural

O município de Ilhabela é reconhecido por ser a única localidade brasileira cuja totalidade territorial está situada dentro de um arquipélago marinho. Este território engloba uma extensão insular de Mata Atlântica, composta por floresta, montanhas, falésias, cachoeiras, enseadas, baías e pequenas ilhotas²¹.

Localizado próximo ao Trópico de Capricórnio, o arquipélago situa-se na fronteira da zona tropical, com uma circulação atmosférica influenciada pela interação das massas de ar, tanto polares quanto tropicais. A Ilha de São Sebastião é a principal deste conjunto, e seu relevo é recortado pela Serra de Ilhabela. Esta formação geográfica é esculpida por uma rede de rios e cachoeiras que integram as formações rochosas. Outras ilhas habitadas incluem Búzios e Pescadores, mas somente São Sebastião possui praias. Ao todo, há 45 praias principais e outras menores, com morfologias variadas.

A Ilha de São Sebastião é caracterizada por sua vegetação, fauna e correntes fluviais. Diversas trilhas estão localizadas no Parque Estadual de Ilhabela ou em seus arredores. É recomendável que a exploração destas trilhas seja acompanhada por guias ou monitores credenciados. A região possui clima tropical úmido, influenciado

²⁰ Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Ilhabela, São Paulo, 2015.

²¹ Ibidem.

pelos picos do Baepi, Papagaio e São Sebastião, o que resulta em precipitações periódicas²².

A biodiversidade local inclui uma variedade de mamíferos, aves e outras espécies. Algumas espécies são endêmicas da região, como o cururuá. Adicionalmente, as ilhotas ao redor de Ilhabela servem como pontos de parada para aves migratórias (Simões, 2005).

O Parque Estadual de Ilhabela, criado em 1977, possui uma área de 27.025 hectares, que representa 77,6% do território arquipelágico. Pesquisadores têm documentado as 73 praias de Ilhabela, e suas informações são regularmente atualizadas²³. A biota local, abrangendo fauna e flora, ainda está em fase de pesquisa. A partir da década de 1970, com a acessibilidade ao litoral norte aumentada, medidas foram tomadas para regular o desenvolvimento da área.

Além de Ilhabela ser caracterizada por sua biodiversidade e geografia distinta, o município possui relevância ecológica da Mata Atlântica e do Parque Estadual de Ilhabela, o local possui vestígios arqueológicos e patrimônios edificados. Esta combinação de patrimônios natural e cultural oferece uma visão ampla da região, indicando as interações humanas com o meio ambiente ao longo da história.

3.2 Ocupação original de Ilhabela

Para além do atrativo de paisagens naturais, Ilhabela também apresenta contribuições culturais diversas. Sua população ainda mantém tradições indígenas de seus antepassados:

Os caiçaras vivem hoje espalhados por todo o arquipélago, em vários núcleos, alguns deles isolados, como os das ilhas de Búzios e Vitória e das praias do sul da ilha, em frente ao mar aberto, entre elas a Praia do Bonete. Eles conservam suas tradições, nas festas folclóricas, no artesanato e na fabricação de canoas. Sobrevivem basicamente de recursos naturais como a pesca e a agricultura (Moreira, 2009, p. 49).

Sua cultura abrange também a memória vinculada à escravidão, tendo sido porto de desembarque de escravizados até após a proibição do comércio negreiro. Desta época, ainda se mantêm as arquiteturas de casarões, fazendas de cana-de-açúcar e café. De outros períodos, se mantêm também a memória dos diferentes

²² Ibidem.

²³ Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Ilhabela, São Paulo, 2015.

naufrágios que ocorreram no arquipélago, da mesma forma recorda-se também da presença de navios piratas em sua história (Moreira, 2009).

O desenvolvimento artístico-cultural na ilha também se apresenta em forma de artesanato, e, quanto a esta questão, o pesquisador Platon afirma que:

Assim vejo o artesanato de Ilhabela. Com raízes na cultura indígena, valendo-se da vegetação nativa e outros, aliada a motivos estéticos africanos e europeus, os hábeis caiçaras procuram manter a tradição dos antepassados ao encontrar no meio ambiente seus recursos, especialmente a taboa e o guapuruvu, para criarem utensílios domésticos e meios de transporte.[...] Com o guapuruvu – uma árvore da região – os índios faziam canoas escavando seu tronco, técnica repetida posteriormente pelos caiçaras (2006, p. 49).

Desde a festa folclórica de São Benedito à preservação de seu território natural, o arquipélago apresenta diferentes atrações turísticas que constituem grande parte de sua economia. Este setor é responsável por alterações significativas no seu território, levando a um crescimento desordenado da cidade e, desta forma, sobrecarregando a infraestrutura urbana.

Diante deste cenário, se coloca como imperativo um planejamento urbano do arquipélago que respeite suas culturas e tradições e que permita o desenvolvimento econômico sustentável. Que não seja pautado de forma tão veemente no turismo, tendo em conta a crise propiciada pela pandemia de covid-19 e das questões apresentadas pela crise climática vigente, mas que mantenha uma economia que se desenvolva e se sustente de forma mais autônoma.



Figura 2 – Praia do Oscar, localizada no sul de Ilhabela. Fonte: ilhabela.com

3.2.1 Breve história da origem de Ilhabela

Anterior à chegada dos navegadores portugueses, o município hoje conhecido como Ilha de São Sebastião, cuja maior ilha é popularmente conhecida como Ilhabela, recebia dos indígenas o nome de Maembipe ou Meyembipe. Esse termo, oriundo do idioma Tupi, significava "local de intercâmbio de mercadorias e resgate de cativos", denotando a sua função como uma espécie de região neutra utilizada por diferentes tribos para transações comerciais. Este hábito tribal ainda se manifesta contemporaneamente em regiões da África, Ásia e Oriente Médio.

Os membros da primeira expedição de exploração, organizada por Portugal, desembarcaram na Ilha de Maembipe em 20 de janeiro de 1502, o dia de São Sebastião. Esta expedição, composta por três caravelas e contando com a participação de Américo Vespúcio, notório navegador italiano, nomeou Maembipe em homenagem ao santo do dia (Ilhabela, 2020).

Segundo relatos de missionários e cronistas do século XVI, a maioria dos indígenas brasileiros pertencia ao tronco linguístico Tupi, especificamente à família

linguística tupi-guarani, distribuída em quase todo o território nacional, com ênfase nas regiões litorâneas.

Com a chegada da armada de Pedro Álvares Cabral à Terra de Santa Cruz, várias tribos Tupis e Guaranis, além de outras do grupo linguístico Macro-Jê, ainda competiam por território no litoral brasileiro. Tais conflitos seculares pelo controle das faixas costeiras decorriam da necessidade de dominar nichos ecológicos ricos em alimentos, como peixes e entre outros animais marinhos.

Os Tupi eram predominantes na zona costeira entre o Ceará e Cananéia (São Paulo), enquanto os Guaranis se estabeleciam abaixo do Trópico de Capricórnio, controlando a faixa litorânea de Cananéia, ao sul, até a Lagoa dos Patos (Rio Grande do Sul), além de importantes regiões no interior desse espaço. Algumas etnias de outros troncos e famílias linguísticas persistiam em trechos litorâneos que foram de seus antepassados, em enclaves localizados no Rio de Janeiro, Bahia, Espírito Santo e sul de São Paulo (Souza, 2014).

A ilha era utilizada como escolha de um local neutro para a troca de prisioneiros e mercadorias, um antigo costume tribal vigente até hoje em alguns países. A explicação pode residir no nome dado pelos Tupi à Ilha de São Sebastião, Maembipe, que, segundo Luiz Caldas Tibiriçá, significa "local de trocas e resgates, local de entendimento entre os Tamoios e os Tupiniquim"²⁴.

O arquipélago possui variados sítios arqueológicos, pesquisas arqueológicas recentes indicam que algumas das ilhas que compõem o município de Ilhabela já eram habitadas mesmo antes de 1500, com a chegada dos portugueses. Foram identificados pelo menos 15 sítios arqueológicos ocupados por seres humanos antes de 1500, ano de chegada da armada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil. N Ilha de São Sebastião, dos Búzios e da Vitória, os sítios encontrados são denominados "sítios concheiros", caracterizados pela presença de espinhas de peixe, restos de crustáceos, ossos de aves e de pequenos mamíferos e, principalmente, conchas de diversos tipos de moluscos que constituíam a base da alimentação desses primitivos habitantes do arquipélago.

As múltiplas expedições sucedidas após o dia 6 de janeiro de 1500 culminaram em importantes descobertas. Em um desses eventos, os exploradores encontraram Angra dos Reis, posteriormente nomeada em 3 de janeiro como Rio Jordão e, em 17

²⁴ TIBIRIÇÁ, Luíz Caldas. Dicionário Guarani-Português. São Paulo: Traço Editora Ltda, 1989.

de janeiro, o Rio Santo Antônio. Avistaram, mais adiante, em águas que eventualmente fariam parte do litoral paulista, uma vasta ilha – a maior até então descoberta em sua viagem – a qual os Tupis denominavam Maembipe. Era o dia 20 de janeiro, consagrado a São Sebastião, por isso a ilha foi batizada em sua homenagem (Souza, 2014).

Quanto a este período, Caponero ainda acrescenta:

O passado da ilha, integrado desde o séc. XVI à conquista e ocupação da faixa litorânea entre Santos e Rio de Janeiro, encontra-se muito mal documentado. Constata-se que a história colonial de Ilhabela tenha começado em 20 de janeiro de 1502, quando a primeira expedição exploradora enviada por Portugal à Terra de Santa Cruz chegou a Maembipe e batizaram a ilha com o nome de São Sebastião, por ser costume na época nomear a descoberta com o santo do dia. Após a passagem dessa expedição, a região permaneceu completamente desabitada por quase cem anos (Caponero, 2009, p.128).

Por 30 anos, sem interesse de colonizar a terra descoberta por Cabral, a coroa portuguesa transformou-a numa imensa plantação de pau-brasil, prontamente arrendada à iniciativa privada. Para colonizar o país, Portugal implementou o sistema de capitanias hereditárias, repetindo o que já havia feito nas ilhas do Atlântico e na costa africana, dividindo o Brasil em grandes faixas de terra. Os capitães donatários, por sua vez, estabeleceram o modelo de colonização portuguesa denominado de sesmaria (Caponero, 2009).

Em 1532, Martim Afonso de Souza fundou a vila de São Vicente e, logo depois, a vizinha Vila do Porto de Santos. Ambas podem ser consideradas como o berço da civilização brasileira. Quando a partilha do Brasil começou, provavelmente em dezembro de 1533, Martin Afonso de Souza e seu irmão, Pero Lopes de Souza, escolheram 5 das 15 capitanias criadas pelo rei português Dom João III.

Este período inicial de colonização do litoral brasileiro resultou na morte de milhões de indígenas, a maioria integrantes das tribos Tupi. A Mata Atlântica começou a ser derrubada em larga escala para o plantio de cana e produção de lenha para as fornalhas dos engenhos de açúcar.

Este período também marcou o início da miscigenação entre os colonizadores brancos e os indígenas, resultando em uma mestiçagem. Muitos aspectos da cultura e da culinária Tupi foram assimilados pelo homem branco, especialmente aquele que habitava o litoral, e que, com o passar do tempo, passou a ser chamado de caiçara,

palavra Tupi que designa uma cerca de galhos e troncos erguida em torno da aldeia para protegê-la de ataques de animais e de outros índios (Caponero, 2009).

Ao longo do primeiro século após a chegada de Cabral, a região, atualmente conhecida como litoral norte de São Paulo, não contava com a presença de colonos. A primeira iniciativa de colonização na região, que acabou por fracassar, surgiu em 1586, quando uma sesmaria localizada na atual costa sul de São Sebastião foi concedida aos portugueses Diogo Jerônimo Leitão e José Adorno. Somente em 1608 os primeiros colonos, conhecidos como sesmeiros, lograram estabelecer-se com sucesso em ambas as margens do canal. No mesmo ano, as sesmarias na atual costa sul de São Sebastião foram atribuídas aos portugueses Simão Machado e Gonçalo Pedroso.



Figura 3 – Roteiro da viagem a Iperioig, segundo indicações da carta escrita pelo Padre José de Anchieta (1565). Fonte: Chastan, 1983.

Em relação a este período, Caponero afirma que:

Em 1603, ocorreu a mais antiga doação de terras que se tem notícia em Ilhabela. Os primeiros sesmeiros da ilha foram Diogo de Unhate e João de Abreu, burocratas portugueses oriundos da Vila do Porto de Santos (atual Santos) que se estabeleceram em ambas às margens do canal do Toque-Toque (hoje canal de São Sebastião). Posteriormente, em 1608, chegou a família do português Francisco Escobar Ortiz para povoar a Ilha de São Sebastião, construindo o primeiro engenho de açúcar da ilha e tornando o plantio da cana e a produção de açúcar a atividade principal exercida pelos colonos, que utilizavam exclusivamente mão-de-obra escrava, na época comercializada livremente (Caponero, 2009, p. 128).

Em 1609, Miguel Gonçalves recebeu uma sesmaria às margens do rio Juqueí. Na época, a produção dos colonos era empregada com mão-de-obra escravizada, principalmente a produção de cana-de-açúcar (Souza, 2014). Durante o período da escravidão, fazendeiros da ilha investiram na compra de indivíduos escravizados para desempenhar atividades agrícolas, incluindo as plantações de café, cana-de-açúcar e banana. Essas atividades se tornaram as principais fontes econômicas da cidade, sendo que algumas fazendas de Ilhabela chegaram a ter cerca de 200 escravos como mão de obra (Souza, 2014, p. 81). Os escravizados eram obtidos através de contrabandistas portugueses, sendo transportados por trilhas em Ilhabela após desembarcarem de navios negreiros. Subsequentemente, fazendeiros negros oriundos de Santos iniciaram investimentos em Ilhabela, como engenhos de cana-de-açúcar e fazendas cujos produtos eram transportados para o porto de Santos.

A formação do povoado que originou o atual centro histórico de São Sebastião é atribuída a Francisco de Escobar Ortiz e sua esposa, Inês de Oliveira Cotrim, conforme Pedro Taques, embora essa informação seja contestada por J. Jacinto Ribeiro. Em 16 de março de 1636, o povoado se emancipou da Vila de Santos, passando por várias denominações até ser conhecido como Vila de São Sebastião (Caponero, 2009).

Ortiz, após tentativas infrutíferas de se estabelecer na Ilha da Vitória, fundou os primeiros engenhos de açúcar na Ilha de São Sebastião. Paralelamente, destacou-se no comércio de escravizados angolanos, utilizando um navio próprio. A ilha, subordinada à Vila de São Sebastião até o início do século XIX, teve Ortiz como um dos seus primeiros vereadores eleitos, evidenciando sua influência na administração e economia locais.

Depois de se tornar um município, a Vila de São Sebastião se desenvolveu rapidamente, impulsionada pela riqueza proveniente dos engenhos de açúcar, desta forma, o número de habitantes subiu de forma expressiva. Entretanto, o mesmo não

ocorreu na Ilha de São Sebastião, onde a ocupação demográfica ocorreu de maneira mais lenta do que no continente adjacente.

Outro marco temporal para a história da Ilha de São Sebastião no século XVIII, quando um assentamento incipiente emergiu. Em 1785, esse aglomerado foi promovido à categoria de Capela, se chamando de Capela de Nossa Senhora D'Ajuda e Bonsucesso – uma figura sagrada que já era reverenciada pela população local desde, ao menos, a transição dos séculos XVII para XVIII.

Nessa conjuntura, o relevante ciclo econômico do açúcar já manifestava indícios de esgotamento, enquanto a pesca de baleias se encontrava em pleno apogeu. Componentes do animal, como as barbatanas e o óleo – este último aplicado na iluminação e na construção civil –, eram amplamente aproveitados. As baleias capturadas eram processadas em um tipo de estabelecimento designado como armação. Uma das principais armações do litoral de São Paulo situava-se no norte da Ilha de São Sebastião, na área outrora conhecida como Armação das Baleias, e hoje denominada Bairro da Armação (Souza, 2014).

Com a queda acelerado do ciclo do açúcar no final do século XVIII, muitos engenhos foram efetivamente abandonados no litoral norte. Naquela época, a Ilha de São Sebastião possuía uma população dispersa por todo o seu território, com uma contagem próxima a 3 mil habitantes, que se dedicava à agricultura e aos engenhos de aguardente, tendo como único núcleo de urbanização a Capela Nossa Senhora D'Ajuda e Bonsucesso (Moreira, 2009).

No século XIX, sob o auspício da coroa portuguesa, foi iniciada a atividade de caça às baleias, dada a sua presença recorrente nas praias litorâneas. Os mamíferos marinhos eram levados para o matadouro situado no bairro da Armação. O nome "Armação" deriva da construção de um galpão edificado para essa atividade específica. Escravizados envolvidos na operação processavam a carne para comercialização e extraíam o óleo das baleias para alimentar as luminárias residenciais e públicas. Os restos eram descartados em uma área que se tornou conhecida como "rabo azedo", atualmente referida como "ponta azeda" (Souza, 2014).

Com o advento do século XIX, a economia da cidade começou a florescer notavelmente, em parte devido ao empreendedorismo do português Francisco de Escobar Ortiz. Ele foi um dos pioneiros na colonização da ilha, sendo responsável

pela construção de vários dos engenhos de açúcar ali existentes na época. Tal iniciativa fomentou um crescimento acelerado do comércio local (Souza, 2014).

Em 1805, a Ilha de São Sebastião, anteriormente subordinada ao município de São Sebastião, foi elevada ao status de município. A pedido dos residentes da ilha, foi então denominada Villa Bella da Princesa, tendo a sua sede estabelecida em terras da Capela de Nossa Senhora D'Ajuda (Caponero, 2009).

Em 1806, com o estabelecimento formal da localidade, foram erigidos edifícios como a cadeia e o fórum. Posteriormente, em 1809, a câmara, a cadeia, e o pelourinho foram instituídos. Tais estruturas políticas e administrativas tornaram-se indispensáveis para a pequena Capela, termo utilizado para referenciar o diminuto povoado da Ilha situado próximo à igreja (Souza, 2014).

Foi precisamente nessa fase, mais especificamente em 1803, que o capitão-general – título equivalente ao de governador – da capitania de São Paulo, António José da Franca e Horta, decidiu visitar a vila de São Sebastião e a extensa ilha que compunha parte do seu território, separada do continente pelo Canal do Toque-Toque (atualmente denominado Canal de São Sebastião). Durante essa visita, Franca e Horta recebeu, dos habitantes da ilha, um documento pleiteando que a Capela de Nossa Senhora D'Ajuda e Bonsucesso fosse elevada à condição de Freguesia e que fosse estabelecida uma nova Vila na Ilha de São Sebastião, emancipada política e administrativamente da Vila de São Sebastião (Souza, 2014).

A iniciativa para a transformação da Capela em vila foi líderes locais, que conseguiram sensibilizar o capitão-general Franca e Horta. Em decorrência, em 1805, foi emitida uma portaria que promoveu a Capela à condição de vila, a qual foi nomeada Villa Bella da princesa. O nome da nova vila foi selecionado pelo próprio Franca e Horta. Muitos pesquisadores acreditam que isso representou uma homenagem à princesa da Beira, Dona Maria Tereza Francisca de Assis, filha mais velha dos monarcas portugueses D. João VI e D. Carlota Joaquina, e, portanto, irmã de D. Pedro I. Este tipo de deferência a membros notáveis da coroa portuguesa era frequente naquele tempo (Caponero, 2009).

Villa Bella da Sereníssima Princesa Nossa Senhora, como foi denominada, foi oficialmente inaugurada com cerimônias em 23 de janeiro de 1806, pelo Ouvidor-geral Joaquim Procópio Picão. Julião de Moura Negrão foi nomeado seu primeiro capitão-mor, e Antônio Lourenço de Freitas, como um de seus fundadores e também presidente da Câmara. No dia seguinte, uma missa de ação de graças foi realizada

na presença do Ouvidor-geral, autoridades e habitantes da nova vila e da Vila de São Sebastião (Souza, 2014).

Em 8 de agosto de 1807, o Conselho Ultramarino, instituição sediada em Lisboa encarregada de padronizar a administração das colônias ultramarinas portuguesas, ratificava a independência de Villa Bella da Princesa. Entretanto, durante esse interlúdio, os habitantes de Vila de São Sebastião estavam se organizando na tentativa de reverter a emancipação de Villa Bella da Princesa.

Como naqueles tempos era grande a influência da Igreja sobre o Estado, os sebastianenses apoiaram-se no vigário titular da paróquia de Vila de São Sebastião, à qual Vila Bela da Princesa continuava subordinada eclesiasticamente mesmo depois da instalação solene em 23 de janeiro de 1806; e portanto, sem ter um vigário titular (que na época era chamado vigário colado) para rezar missa para os vilabelenses (Simões, 2004, p.24).

A câmara de Vila de São Sebastião, em 17 de agosto de 1808, após dois anos e meio da instalação de Villa Bella da Princesa, encaminhou ao Desembargo do Paço um abaixo-assinado, que apontava o vigário de São Sebastião como autor, solicitando não somente que fosse revogada a criação do município de Villa Bella da Princesa, como também que não se formasse ali uma paróquia. O abaixo-assinado mencionava que apenas um pequeno grupo de cidadãos, instigados por Julião de Moura Negrão, apoiava a criação de Villa Bella da Princesa.

Moura Negrão se mobilizou novamente junto às instâncias oficiais da Coroa, até que a Mesa da Consciência e Ordens aprovou a Resolução de Consulta nº 34, datada de 15 de agosto de 1809, determinando a construção da Igreja Paroquial de Nossa Senhora da Ajuda e Bonsucesso da Villa Bella da Princesa, designando o Padre David da Graça da Silva Veiga como vigário colado, com uma cômputo anual de 100 mil réis (moeda brasileira da época).

A resolução foi finalmente ratificada em 20 de setembro de 1809 pelo Príncipe Regente e Marquês de Angeja. Durante esse período, começava a emergir, em Villa Bella da Princesa, um novo ciclo econômico: o do café, cuja plantação, colheita, descasque, secagem, torrefação, ensacamento e embarque eram realizados exclusivamente por escravizados. Naquela época, o comércio de escravizados era clandestino, a região era utilizada para o contrabando de escravizados. A economia era eminentemente agrária e apoiava-se neste tipo de mão de obra. Durante este

século, a população da ilha ultrapassou 10 mil habitantes e, da mistura cultural e étnica, surgiu um grupo populacional distinto, os caiçaras (Calvente, 1999).

Villa Bella da Princesa, depois que foi emancipada, vivenciou uma fase de crescimento e fortalecimento econômico por oitenta anos, impulsionada primordialmente pela agricultura e, em especial, pela produção de café. As cerca de trinta fazendas localizadas nas ilhas de São Sebastião e dos Búzios foram fundamentais para esse desenvolvimento, contribuindo para um aumento da população local. No entanto, o plantio extensivo teve como consequência a degradação ambiental à Ilha de São Sebastião, onde dezenas de cafezais se estendiam do litoral e subiam as encostas até uma altitude de aproximadamente 600 metros, fenômeno que se repetia nas demais cidades da região, notoriamente carentes de planícies.

A produção extensiva e insustentável, ecologicamente falando, teve como consequência não só grande desmatamento da Mata Atlântica, mas também provocou a extinção de diversas espécies do arquipélago (Calvente, 1999).

A emancipação da Vila de Santo Antônio de Caraguatatuba, efetivada em 20 de Abril de 1857, ocasionou uma redução significativa do território da Vila de São Sebastião. No entanto, ao longo do século XIX, as vilas de São Sebastião e Ubatuba tornaram-se proeminentes enquanto portos exportadores de café. A movimentação nesses portos começou a declinar a partir de 1867, quando uma estrada de ferro foi inaugurada, conectando a vila de São Paulo e o porto da Vila de Santos.

Além disso, em 1877, foi estabelecida uma conexão ferroviária entre São Paulo e Rio de Janeiro. Essas duas novas infraestruturas ferroviárias foram fatores decisivos para tornar inviável a produção de café. O excesso de produção e a facilidade de escoamento do café oriundo do Vale do Paraíba e do interior da província de São Paulo resultaram na queda abrupta do preço do produto, desmotivando os fazendeiros do litoral norte paulista (Calvente, 1999).

Em Villa Bella da Princesa, assim como no restante de sua região, o golpe final no ciclo cafeeiro ocorreu com a abolição da escravatura em 1888. O censo demográfico de 1890 revela que mais da metade da população, predominantemente escravos, abandonou a cidade.

A monocultura da cana-de-açúcar foi substituída ainda no século XIX pela do café. Nesse período, mesmo com a proibição do tráfico de escravos, estes

continuavam chegando à Ilha através de pequenos portos clandestinos como o Sombrio. As atividades de subsistência, como a pesca, agricultura e caça, garantiam a sobrevivência da produção local. A cultura do café entra em decadência e é promulgada a abolição da escravatura, assim ocorre um êxodo na Ilha de São Sebastião e a população cai para quase 7.000 pessoas. Retornam os engenhos de cachaça, a única atividade local da época que não era de subsistência (Calvente, 1999 apud Aquino, 2011 p.67).

Os primeiros 200 anos de colonização do litoral norte foram marcados por dois grandes ciclos econômicos baseados em monocultura extensiva (cana-de-açúcar e café), desenvolvidos sem qualquer suporte ambiental.

As consequências econômicas e ambientais para Villa Bella da Princesa foram significativas. Após a promulgação da Lei Áurea, que aboliu a escravatura no país, a produção cafeeira tornou-se inexoravelmente inviável, e as mais de três dezenas de fazendas cafeeiras espalhadas pela ilha de São Sebastião foram sendo gradativamente abandonadas. Os estabelecimentos comerciais fecharam suas portas. Mais da metade da população, aproximadamente 5 mil pessoas, em sua maioria escravizados, abandonou a cidade em menos de dois anos.

Quem navegasse pela região no final do século XIX e início do século XX encontraria uma ilha de São Sebastião com sua floresta reduzida, algo maior que a metade em relação à cobertura original. A devastação da Mata Atlântica foi contida em parte devido ao relevo extremamente inóspito da Serra de Ilhabela, cujo ponto culminante é o pico de São Sebastião. No entanto, a perda em termos de biodiversidade foi um marco, sendo percebida na paisagem ainda hoje.

A população remanescente em Villa Bella da Princesa continuou a subsistir por meio da pesca e da agricultura de subsistência, desenvolvida ao longo do ano devido à abundância de chuvas, ainda que o solo, naturalmente pobre e esgotado após quase três séculos de atividades agrícolas sem suporte ecológico, apresentasse dificuldades.

A partir da última década do século XIX, as culturas mais promissoras em roças itinerantes passaram a ser de mandioca, feijão, milho, cana-de-açúcar, batata doce, banana, arroz, café e fumo, todos fornecendo elementos integrantes da subsistência caiçara. Dentre essas, a cana-de-açúcar tornou-se também objeto de cultivo com o objetivo comercial de produção de cachaça (Calvente, 1999).

É importante acrescentar que, neste período, especificamente fim do século XVIII, a região litorânea possuía somente dois faróis em funcionamento: um situado próximo ao porto de Santos e o outro na fronteira com o Paraná. Em decorrência das conhecidas propriedades magnéticas do arquipélago, tomou-se a decisão de erigir um farol na Ponta do Boi, localizada a sudoeste de Ilhabela (Simões, 2005).

O início das obras se deu no ano de 1898, e o projeto enfrentou dificuldades substanciais de locomoção até o local designado. A construção dependia da tranquilidade relativa das águas costeiras, assim como do estabelecimento de um sistema teleférico complexo para o desembarque de equipamentos pesados. Quando as condições marinhas eram desfavoráveis, o desembarque de outros materiais era realizado na área mais calma do Saco do Sombrio. No entanto, tal operação exigia uma caminhada árdua, que poderia durar até 5 horas em terreno inóspito, repleto de serpentes, até o sítio designado para a instalação do farol. Desde o ano de 1900, o farol, com seus 17 metros de altura, tem projetado sua luz a uma distância de 22 milhas.

Por volta da segunda década deste século ocorre a instalação de imigrantes japoneses na Ilha, trazendo inovações no sistema da pesca, como as redes de cerco e os barcos a motor. A pesca costeira com finalidade comercial atrai também os homens nativos, e vários povoados de pescadores caiçaras surgem nas pequenas planícies litorâneas (Calvente, 1999 apud Aquino, 2011 p.68).

No ano de 1914, o governo do estado de São Paulo, embasado no projeto original do arquiteto da Secretaria de Viação e Obras Públicas, Giovanni Battista Maron, erigiu o edifício que viria a ser as referências atuais de antiga cadeia e fórum. A construção era composta por múltiplas salas, incluindo um tribunal, espaços para testemunhas, juiz, e delegado, que conjuntamente controlavam a segurança da ilha.

Em 1918, a geração de energia elétrica em algumas residências da ilha foi possível através de pequenos geradores a diesel. Esse método perdurou até 1922, quando foi instituída uma pequena hidrelétrica no arquipélago, anteriormente situada ao final da Rua Dona Alzira, no centro de Ilhabela. Esta usina foi desenvolvida pela prefeitura local com geradores movidos pelas águas da Cachoeira Nossa Senhora D'Ajuda. A barragem pertencia à Villa Bella, e, durante períodos de escassez de chuvas, a energia era insuficiente para a produção (Souza, 2014).

A produção de cachaça começou a se intensificar no primeiro quarto do século XX, com três estabelecimentos dedicados à produção desta bebida na Ilha de São Sebastião, a maioria impulsionada por rodas hidráulicas. Com uma produção anual que chegou ao pico de 500 mil litros, a cachaça era escoada principalmente para Santos, em barris transportados por uma flotilha de grandes canoas, juntamente com os excedentes agrícolas produzidos por plantações de subsistência (Calvente, 1999).

Durante a entressafra da cana-de-açúcar, os proprietários dos engenhos aproveitavam a força motriz e a mão-de-obra para a fabricação de farinha de mandioca, um elemento essencial na culinária caiçara. A crise econômica de Villa Bella da Princesa e do litoral norte atingiu seu apogeu em 1929 com a queda da bolsa de valores de Nova Iorque. A crise econômica no setor cafeeiro fez com que os fazendeiros buscassem novas formas de subsistência, levando à retomada econômica de Ilhabela com a produção de cachaça. Naquela época, os proprietários de terras residiam em grandes casarões situados próximos às sedes, que abrigavam os barracões que serviam como senzalas. De acordo com o livro *Viagens Ecológicas e Culturais*, de Fernanda Lupo e Márcio Bortolusso, Ilhabela possuía 30 fazendas de café e 3 engenhos de pinga (Souza, 2014).

Confrontados com a situação econômica cada vez mais grave, representantes políticos dos municípios do litoral norte começaram a demandar ações das autoridades da província de São Paulo. A resposta oficial só chegou em 1933, quando Armando de Salles Oliveira, presidente da província de São Paulo, sugeriu que a população caiçara deveria migrar para o interior do estado, onde seria bem recebida "pelos irmãos do planalto paulista".

Diante da crise econômica, que continuava se agravando, e após a estruturação feita pelo governo de São Paulo, Villa Bella passou a ser um distrito de São Sebastião, pois não havia recebido arrecadação o suficiente (Aquino, 2011).

Essa extinção do município, no entanto, foi de curta duração. A revolta foi tão significativa que, apenas 7 meses depois, o governo estadual se viu forçado a restaurar o status de município para Villa Bella. Em 1938, Adhemar Pereira de Barros promulgou o Decreto Estadual nº 9.775, determinando que Villa Bella fosse renomeada como Vilabela a partir de 1º de janeiro de 1939.

Pouco mais de um ano depois, em 2 de abril de 1940, o Presidente da República, Getúlio Vargas, emitiu o decreto-lei nº 2.140, ordenando que 6 governos

estaduais alterassem o nome de algumas vilas e distritos, além de 2 cidades, incluindo Villa Bella, que deveria passar a se chamar Formosa.

O nome Formosa, no entanto, não foi bem recebido pelos residentes da extinta Villa Bella, particularmente porque havia sido imposto pelo governo de Getúlio Vargas. Relatos sugerem que um professor, Malachias de Oliveira Freitas, liderou o movimento contra o nome Formosa. Após 4 anos de protestos, o governo estadual atendeu aos pedidos da população e, pelo decreto-lei em 1944, determinou que, a partir de 1º de Janeiro de 1945, Formosa seria renomeada como Ilhabela.

No entanto, em junho de 1942, o sistema marítimo foi fortalecido com um contrato com empresa AM Teixeira e Cia Ltda. e o governo de São Paulo, para apoiar a travessia e locomoção de passageiros. Em 1952, esse contrato foi modificado pelo governador Lucas Nogueira Garcez, resultando na renomeação da companhia para Companhia de Navegação Santense Ltda. Sob a supervisão da Assembleia Legislativa do estado de São Paulo, foram disponibilizadas lanchas grandes de madeira com motores a diesel (Souza, 2014).

Estas lanchas, com 25 metros de comprimento, inúmeras janelas e assentos para os passageiros, permaneciam ancoradas nas águas próximas às praias do Perequê e Barra Velha. Não havendo atracadouros, um caiçara a bordo de uma canoa finalizava a viagem, recolhendo os passageiros e suas bagagens e os conduzindo até a margem. A situação perdurou até a instalação dos chamados trapiches ou pontões, pequenas estruturas de madeira construídas nessas localidades.



Figura 4 – Lancha que fazia a travessia Ilhabela - São Sebastião, durante a década de 40. Fonte: Camargo, 2011.

A partir da segunda metade dos anos 1950, a indústria da cachaça iniciou um declínio progressivo, culminando em um quase completo encerramento de suas atividades por volta da metade dos anos 1970. A região – percebida como inviável do ponto de vista econômico devido à pequena extensão das plantações, pouca população, dificuldade de acesso e ao relevo acidentado – acabou criando condições favoráveis para que a natureza promovesse a sua própria recuperação significativa, em particular do ecossistema da Mata Atlântica.

Atualmente, é possível encontrar antigas plantações de café, agora abandonadas, que ostentam a aparência de "floresta virgem" graças à extensa recuperação ambiental. Árvores centenárias com diâmetros que atingem quatro ou cinco metros podem ser vistas onde antes existiam grandes áreas para a secagem do café ou no local dos alicerces remanescentes das casas sede das fazendas.

Em 1958, o governador Jânio Quadros autorizou a implantação de uma linha única e definitiva entre Ilhabela e São Sebastião, culminando na construção da primeira balsa de madeira no litoral norte. Essa embarcação, batizada de FBI (FB de *ferry boat*), foi construída no estaleiro do Departamento de Estrada e Rodagem (DER) no Guarujá e era capaz de transportar até 8 veículos, realizando as travessias de 2 em 2 horas.

O serviço de travessia funcionava até meia-noite, e, na bacia do porto de São Sebastião, foi fixado o terminal de chegada. Em Ilhabela, o terminal foi estabelecido no bairro da Barra Velha, com o Farol de São João de Barra Velha servindo como referência às travessias. A FBI foi inicialmente administrada pela DER5, sendo posteriormente transferida para a DER6, em Taubaté, devido à proximidade (Souza, 2014).

Em 1958, uma instalação elétrica de maior envergadura foi estabelecida pela Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista (SUDELPA) e gerida pelo Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE). Utilizava-se da Cachoeira de Água Branca até o fim dos anos 1960, quando o Daee começou a operar com geradores a diesel da Sudelpa. O som das turbinas tornava-se perceptível aos habitantes nas primeiras horas da manhã.

Com o aumento da população de Ilhabela e o crescimento no número de visitantes, era comum que a energia elétrica se esgotasse duas a três vezes ao dia, especialmente durante as épocas festivas (Natal, Ano Novo, Carnaval), já que os geradores existentes não supriam a demanda (Souza, 2014).

Em 1959, com a autorização do governo do estado, foi introduzida a balsa FB2 em Ilhabela. Comparada à primeira embarcação, a FB2 possuía um design mais avançado, permitindo uma operação de 15 minutos, com capacidade para 18 veículos. Posteriormente, as balsas começaram a operar de hora em hora, atendendo à crescente demanda.

Com o aumento do tráfego de caminhões, foram instaladas estruturas flutuantes de aço nas travessias, permitindo atracções laterais e melhorando o atendimento. Em 1975, os atracadouros foram transferidos, e melhorias foram realizadas, incluindo a construção de diques para aterro hidráulico. Durante as décadas subsequentes, ocorreram vários desenvolvimentos, incluindo a implantação de embarcações adicionais, a criação de uma linha de passageiros entre o continente e a ilha e a construção de novas balsas com maior capacidade. Em 1989, os serviços de transporte foram cedidos em concessão para a Dersa, que iniciou uma série de melhorias nas embarcações, aumentando sua demanda (Souza, 2014).

Investimentos contínuos em infraestrutura, como a construção de dolphins de atracção, substituição de pranchas flutuantes e instalação de iluminação, fortaleceram ainda mais o sistema de travessia.

Em 1960, com o aumento do turismo em Ilhabela impulsionado pelos serviços de travessia de balsas, embora ainda fossem embarcações simples e com pouca segurança, a economia local cresceu significativamente. Apesar das estruturas precárias, o Taba Hotel, um dos primeiros a oferecer serviços de hospedagem, foi estabelecido e, apesar das mudanças, ainda permanece, embora esteja inativo desde a morte do proprietário. Na mesma avenida, em 1989, foi fundado o Chalés e Camping de Ilhabela, que ainda se mantém ativo no mercado de hospedagem.

Em 1969, a empresa Companhia Energética de São Paulo (CESP) adquiriu as ações da Daee e, em quatro anos, implantou uma nova metodologia de distribuição de energia, investindo na instalação de cabos submarinos para transmitir energia do continente para a ilha (Souza, 2014). A partir dos anos 1970, as estradas que ligam São José dos Campos a Caraguatatuba foram melhoradas e o turismo começou a emergir como um importante motor econômico em Ilhabela e região.

Estima-se que, em meados da década de 1970, Ilhabela contava apenas com quatro soldados, em uma época em que a criminalidade era substancialmente menor do que nos dias atuais. Naquela época, os problemas eram quase trivialmente resumidos a furtos de frutas, galinhas e cigarros nos armazéns, ou a detenções relacionadas a conflitos domésticos.

Especificamente na época do Carnaval, a prisão de civis tornava-se uma espécie de detenção preventiva, em especial devido a alterações no “Caiçara Clube”. Os detidos, muitas vezes apreendidos por embriaguez ou brigas familiares, eram liberados temporariamente durante o dia, retornando por vontade própria às suas celas (Souza, 2014).

Com o passar do tempo, as atividades no prédio foram transferidas, e a cadeia no prédio histórico foi desativada, dando lugar a outros órgãos públicos, como a Delegacia da Mulher, a Câmara Municipal e a Diretoria de Trânsito (Diretran). O espaço, inclusive, chegou a ser utilizado como cenário para filmes de época (Souza, 2014).

Em abril de 1974, foi inaugurado esse sistema, e os cabos foram enterrados abaixo do nível do mar para evitar danos por âncoras de navios. Contudo, incidentes como o envolvendo o navio petroleiro “NT Joinville”, da Petrobras, ocorrido em 1997, causaram interrupções temporárias no fornecimento.

A partir do século XX, na sexta década, a abertura da Rodovia Tamoios que liga a Ilha à capital paulista e a instalação dos serviços de travessia de balsa (DERSA) trouxe os primeiros turistas que chegavam às férias e feriados prolongados desencadeando um processo de urbanização da região, com o aparecimento das residências de veraneio, posteriormente na década de 70 ocorre a abertura da Rodovia Rio-Santos, que vem intensificar ainda mais este processo. Nesse período também ocorreu a implantação do Terminal Petrolífero de São Sebastião (PETROBRAS), essas atividades portuárias e turísticas estão na origem da expansão imobiliária do litoral norte (Calvente, 1999 apud Aquino, 2011 p.68).

A pavimentação da SP-55, Rodovia Dr. Manoel Hypólito do Rego, nos anos 1980 desencadeou um significativo aumento nas atividades de turismo e comércio, atraindo uma ampla gama de imigrantes de diversos estados brasileiros para Ilhabela e outras cidades do litoral norte. Desde os anos 1990, a cidade e a região têm experimentado um dos maiores crescimentos demográficos do estado, levando a uma expansão urbana não planejada e desorganizada.

Em novembro de 2005, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) financiou um projeto para a restauração do patrimônio histórico, o qual perdurou até julho de 2006. As restaurações foram meticulosamente efetuadas pelo arquiteto Franco Luciano Polloni, que se empenhou em preservar elementos originais e intactos, como ladrilhos hidráulicos e células. Todas essas ações foram aprovadas pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT), garantindo a preservação da autenticidade histórica do local (Souza, 2014).

Após alterações em 2006, a distribuição de energia foi assumida pela Elektro, que manteve suas instalações no local original. Também foi criado o Parque da Usina, aberto ao público, que oferece oportunidades para apreciar a fauna e flora locais, além de outras atrações turísticas. Em 2014, o Museu Náutico de Ilhabela foi inaugurado no galpão da antiga usina, antes de ser transferido para a antiga cadeia.

Em 2015, a Prefeitura de Ilhabela investiu 4,4 milhões de reais na aquisição de 3 lanchas, estabelecendo o sistema Aquabus, marcando mais um passo significativo na evolução dos serviços de transporte marítimo na região (Souza, 2014).

Ao longo do século XX, o setor hoteleiro de Ilhabela se desenvolveu, particularmente no bairro de Barra Velha, devido à localização do terminal da chegada

da Balsa. Os hotéis Neves e Ibel foram dois dos primeiros estabelecimentos, seguidos pelos Hotéis Caiçara e Nhá Chica, que posteriormente deixaram de existir. Estabelecimentos mais sofisticados, como o Taba Hotel, o Chalé e Camping Palmar e o Hotel Mercedes, que também foi usado como localização de filmagem, ganharam destaque (Souza, 2014).

3.3 Processo de Urbanização

3.3.1 Aspectos do Meio físico

A Ilha de São Sebastião, conforme Silva *et al.* (1977), é reconhecida como a maior ilha do sudeste litorâneo do Brasil, estendendo-se por uma área de cerca de 336 km². O arquipélago de Ilhabela é composto também por diversas ilhas e ilhotas.

A configuração geológica de Ilhabela favoreceu a criação de distintas feições topográficas através da erosão diferencial. Nota-se, na ilha, altitudes chegando a 1.375 metros e abarcando aproximadamente dois terços da área total, caracterizadas por inclinações acima de 30%. Estas últimas, apresentando gradientes mais suaves, são mais susceptíveis à erosão e formam um relevo mais atenuado (Silva *et al.*, 1977).

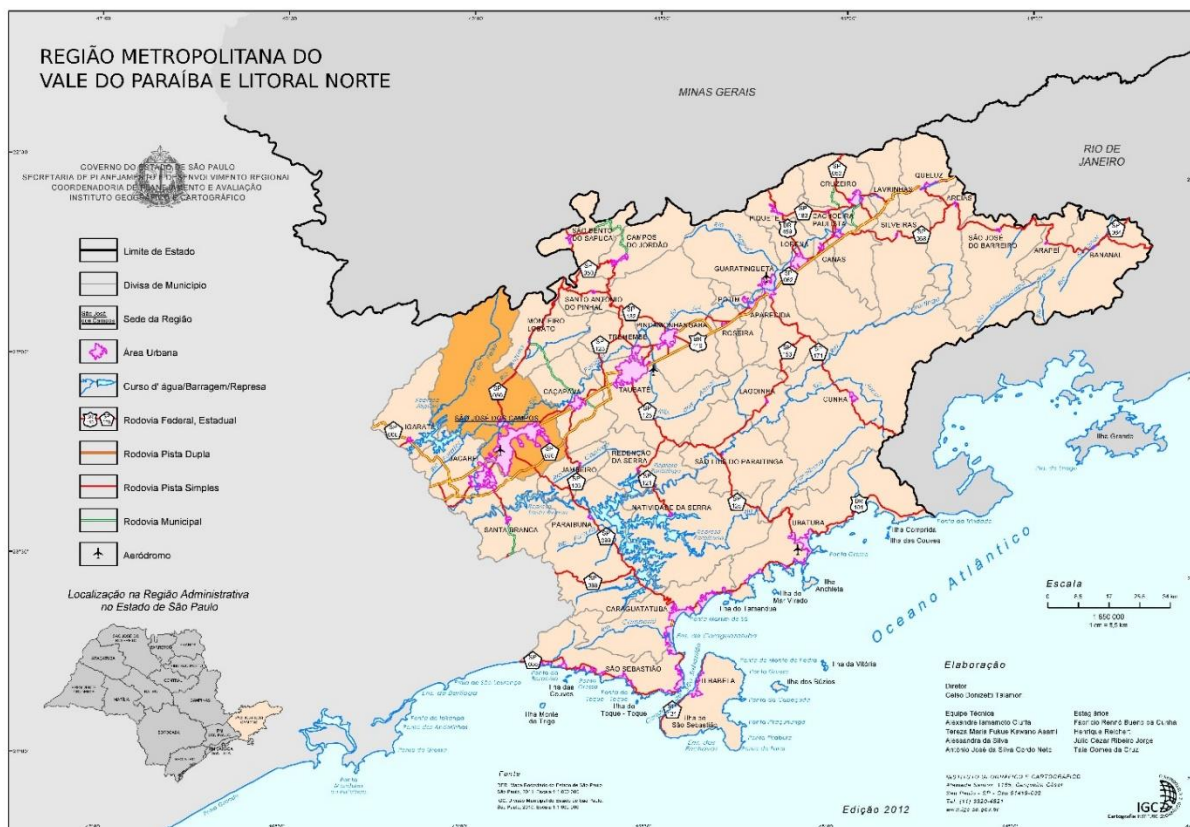


Figura 5 – Mapas Individuais das Regiões Administrativas e Metropolitanas do Vale do Paraíba e litoral norte. Fonte: IGC, 2012.

Quanto ao clima, no contexto de Ilhabela, situada na zona de transição tropical, a interação entre sistemas atmosféricos tropicais e polares estabelece o ritmo climático predominante na região (CBH/LN, 2016). De acordo com a classificação de Köppen, o clima é identificado como Am, isto é, tropical úmido, caracterizado por uma estação chuvosa de verão, em que se observa uma concentração de 37% do volume total de chuvas, com o mês de janeiro frequentemente apresentando a maior precipitação (CBH/LN, 2016; PMI, 2015).

A precipitação média anual na Ilhabela é registrada em torno de 1.677,3 mm, segundo dados de 2023 do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo (SIGRH²⁵), com a estação de verão manifestando-se como a mais chuvosa, atingindo médias de 299,6 mm em dezembro de 2021. Por outro lado, o inverno contrasta com médias de 53,08 mm em agosto do mesmo ano, indicando uma variação sazonal significativa (SIGRH, 2023).

O microclima de Ilhabela é particularmente afetado pela geomorfologia local, com a presença de massas rochosas imponentes que impactam diretamente a umidade relativa entre as vertentes da ilha. Estas estruturas geológicas atuam como uma barreira física aos fluxos úmidos marítimos, induzindo um processo de ascensão e resfriamento que resulta em condensação e precipitação (CEPAGRI, 2015). Esta dinâmica resulta numa atmosfera menos úmida na vertente continental em contraste com a oceânica (Milanesi, 2007).

Em termos de temperatura, a variação sazonal em Ilhabela e no litoral norte paulista é moderada devido à influência de fatores geográficos, como topografia e correntes marítimas. Os meses mais quentes ocorrem no verão, com temperaturas médias superiores a 24°C, enquanto os meses de inverno apresentam temperaturas médias que variam entre 17 e 20°C (CBH/LN, 2016).

Ilhabela é uma importante componente da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do litoral norte (UGRHI-3). A configuração hidrográfica dessa região é caracterizada por uma vasta rede de cursos d'água, que flui da Serra do Mar em direção ao Atlântico sem um curso fluvial principal que se sobressaia (Hogan *et al.*, 2009).

A dinâmica demográfica da área está entre as mais aceleradas do estado, o que acarreta um aumento das ocupações desordenadas e impõe desafios

²⁵ Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

significativos à infraestrutura de saneamento básico existente. Durante os períodos de alta temporada, quando o turismo está em seu auge, a população temporária se expande, dobrando a demanda por recursos hídricos e amplificando a produção de resíduos sólidos e efluentes (CBH-LN, 2015).

Uma análise realizada pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) em 2000 destacou a urgência em desenvolver estratégias eficazes de gestão dos recursos hídricos, especialmente porque os índices de comprometimento das águas em algumas sub-bacias excedem 50% durante os períodos de maior afluxo turístico. Tal cenário reflete uma infraestrutura de abastecimento de água que se mostra inadequada diante do rápido crescimento populacional e urbano, o qual não foi acompanhado por investimentos proporcionais em saneamento e recursos hídricos (IPT, 2000).

A SABESP²⁶, encarregada pelo fornecimento de água, cobre 78% da população, deixando uma parcela significativa de 22% dependendo de sistemas alternativos de abastecimento, número este que é inferior à média de cobertura no estado de São Paulo, segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) de 2013. Por meio de seus 3 sistemas principais – Pombo, Água Branca e Armação -, a Sabesp luta para suprir as necessidades hídricas da população de Ilhabela (PLANSAN, 2013).

Preocupações adicionais surgem com o aumento de 65% nas outorgas de uso de água entre 2010 e 2015 na sub-bacia Rio Paquera-Cego, um indicativo claro da crescente pressão sobre os recursos hídricos locais (CBH-LN, 2015). A prática de captações irregulares e de sistemas privados de abastecimento, como os observados nas áreas de Veloso e São Pedro, agrava os conflitos pelo uso da água e implica riscos à saúde pública devido ao consumo de água não tratada diretamente de nascentes e rios (Formaggia, 2008).

A situação é ainda mais agravada pela ineficácia dos sistemas de coleta e tratamento de efluentes, que resulta na contaminação dos corpos hídricos e afeta a balneabilidade das praias, como foi reportado pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB) em 2014, sendo que nenhuma praia de Ilhabela foi considerada totalmente adequada para banho ao longo do ano. Ademais, a prática de disposição de efluentes no mar através de emissários submarinos tem falhado em

²⁶ Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.

atenuar a presença de poluentes, como demonstrado pela alta Demanda Bioquímica de Oxigênio nas águas litorâneas (Cetesb, 2014).

Frente a essas questões, torna-se imperioso não apenas a implementação de uma gestão de recursos hídricos mais eficiente e de um sistema de saneamento ampliado, mas também o investimento em infraestrutura para tratamento de água e esgoto. Tais medidas são cruciais para atender às exigências da crescente população, assim como para a proteção e conservação do frágil ecossistema insular de Ilhabela.

Para a avaliação da qualidade das águas doces, Cetesb emprega múltiplos índices que contribuem para a gestão ambiental, relacionando o impacto das atividades humanas com a dinâmica dos ecossistemas aquáticos²⁷. É relevante notar a ausência de monitoramento por parte da Cetesb das águas subterrâneas na região do litoral norte, apesar da presença de vários poços regulamentados pelo Daee. Fato que também é reconhecido pelo Plano Municipal de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica de Ilhabela (SP) de 2015.

O IQA, específico para águas destinadas ao abastecimento público, baseia-se em parâmetros como temperatura, pH, oxigênio dissolvido, demanda bioquímica de oxigênio, entre outros, sendo calculado bimestralmente²⁸. Este índice apresenta uma classificação que varia de "ótima" a "péssima". Os quatro pontos situados em Ilhabela indicam uma degradação progressiva da qualidade da água desde 2012²⁹.

Embora a maioria dos corpos d'água da UGRHI-3 seja classificada como "boa", aqueles atravessando áreas urbanas densamente povoadas demonstram uma diminuição na qualidade. Com o crescimento populacional em Ilhabela, enfatiza-se a necessidade de iniciativas de infraestrutura e saneamento básico integrados para a preservação e melhoria da qualidade da água.

O IAP³⁰ reflete a contaminação proveniente do processo de urbanização e industrialização e segue um padrão semelhante ao do IQA³¹ em Ilhabela, com a classificação "ótima" desaparecendo a partir de 2010 e a "regular" surgindo em seu lugar. O IAP inclui o IQA e o Índice de Substâncias Tóxicas e substâncias que modificam as características organolépticas da água (ISTO)³², considerando

²⁷ Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB). "Qualidade das Águas Interiores no Estado de São Paulo".

²⁸ Ibid.

²⁹ Ibid.

³⁰ Índice de Qualidade das Águas Brutas para fins de Abastecimento Público.

³¹ Índice de Qualidade das Águas

³² Índice de Substâncias Tóxicas e Organolépticas

elementos como trihalometanos, cianobactérias e metais pesados. Na região, quatro dos cinco mananciais foram avaliados com "boa" qualidade, incluindo o Córrego das Tocas, em Ilhabela, que também sofreu degradação após 2009 (Geo Brasilis, 2023).

O IVA³³ é destinado à avaliação da qualidade da água quanto à proteção da fauna e da flora. A análise desse índice é dificultada pela variação no número de pontos monitorados, o que pode levar a uma interpretação equivocada de melhoria com o aumento dos pontos classificados como "ótimo".

O IET³⁴ visa identificar o nível de eutrofização dos corpos d'água, sendo essencial para compreender os impactos na balneabilidade das praias e na biodiversidade aquática. A metodologia de monitoramento do IET sofreu alterações, especialmente no critério de seleção dos rios monitorados em 2014. O Rio Quilombo é um dos locais monitorados em Ilhabela que exige atenção prioritária devido aos seus índices (Geo Brasilis, 2023).

A perda de qualidade hídrica é corroborada pela infraestrutura inadequada de esgotamento sanitário no litoral norte, evidenciada pelo impacto da disposição imprópria de efluentes domésticos. O Canal de São Sebastião, afetado pelos efluentes de emissários submarinos de Itaquanduba e Araçá, demonstra ineficácia na remoção de coliformes termotolerantes. Adicionalmente, a falta de um plano diretor de saneamento em Ilhabela agrava a situação, com somente 50% do esgoto coletado e tratado até 2018³⁵.

Relevo, Geologia e Pedologia

A Ilha de São Sebastião tem 95% de seu território constituído por montanhas e morros da Serra do Mar, enquanto as planícies costeiras e praias compõem cerca de 5% de sua área (PM-PEIb, 2015). O perfil geomorfológico da região sofreu influência de fenômenos tectônicos e processos de erosão, sedimentação e oscilações eustáticas durante o Período Quaternário, com alterações na linha costeira que variaram em 100 metros acima ou abaixo do nível atual do mar (Diniz, 2015). Este histórico geomorfológico é evidenciado por um mosaico de morros escalonados e

³³ Índice de Qualidade das Águas para Proteção da Vida Aquática.

³⁴ Índice de Estado Trófico Aquático.

³⁵ ILHABELA. Plano Municipal de Saneamento Básico nos Componentes: Água, Esgoto e Drenagem Urbana. Ilhabela, 2018.

planícies encaixadas, característico da Província Costeira e suas subdivisões (FF, 2015).

O solo da Ilha de São Sebastião possui características de baixa fertilidade, acidez e variações na drenagem. O restante do solo é composto por areias praias e afloramentos rochosos (Guimarães, 2006; Oliveira, 1999).

Aproximadamente 79,7% da Ilha de São Sebastião situa-se acima de 100 metros de altitude, com os pontos mais altos, como o Pico de São Sebastião e o Morro do Papagaio, excedendo 1.300 metros (Bendazzoli, 2014).

A interação entre as inclinações topográficas e os processos morfogenéticos é capturada pelo mapeamento de declividades, o qual ressalta a relevância das inclinações para a dinâmica geomorfológica. A vulnerabilidade ambiental da região, destacada pela susceptibilidade à erosão e deslizamentos de terra, especialmente em áreas onde a vegetação foi removida, exige estratégias de gestão do território e medidas de contenção para prevenir danos ambientais e mitigar riscos (Bendazzoli, 2014).

Relevante também para essa discussão é o estudo realizado pelo Instituto Pólis, parte do projeto "Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social", constitui uma síntese do Diagnóstico Urbano Socioambiental Participativo de Ilhabela. Esse diagnóstico incorpora duas abordagens: uma leitura comunitária, focada na percepção dos moradores sobre as transformações em curso no litoral, suas expectativas de desenvolvimento e futuro do município, e uma leitura técnica. A metodologia incluiu pesquisa qualitativa com moradores, mapeamento de organizações sociais, entrevistas com lideranças de diferentes setores e a realização de uma oficina de debates.

Neste mesmo processo de entrevistas foi também abarcado o tema de transporte público, o qual teve a seguinte devolutiva:

Foi consenso entre os entrevistados das organizações e participantes das oficinas que o transporte público precisa melhorar, sendo avaliado como deficitário tanto para o uso dos moradores como para o uso dos turistas. Mesmo a troca da empresa de transporte não teria ocasionado a mudança esperada na qualidade do serviço. A mobilidade se constituiria em um problema que deveria ser equacionado, através do incentivo a novas formas de transporte adequadas à realidade da ilha e à atividade turística, como o transporte hidroviário. Foi apontado que o plano de mobilidade nunca havia sido implementado e que deveriam ser criadas condições para diminuir a entrada de carros na ilha.

Também entre os moradores participantes dos grupos de pesquisa, a situação do transporte foi considerada muito insatisfatória. A demora nos

pontos de ônibus e inexistência de transporte coletivo/ linhas de ônibus em alguns bairros foram queixas correntes. (Instituto Polis, 2012, p.34)

3.3.2 Áreas de Risco na Ilha de São Sebastião

A morfologia e a dinâmica geodinâmica da Ilha de São Sebastião, devido à sua configuração topográfica, apresentam uma elevada suscetibilidade geomorfológica, resultando em uma considerável propensão a eventos como deslizamentos de terra e inundações (Rossi *et al.*, 2005). A região é marcada por variações topográficas acentuadas, com declives variando de 15 a 30 graus e, em certos pontos, superando 45 graus, contribuindo para a fragilidade do terreno. Essas condições são intensificadas pelo fraturamento rochoso e pela estrutura do solo, com particular vulnerabilidade nas Enseadas do Poço e das Enchovas, na Baía dos Castelhanos e nas áreas centrais da ilha (Plano de Manejo do PEIb, 2015).

A composição e estrutura geológica têm implicações diretas na estabilidade do solo e na ocorrência de movimentos gravitacionais de massa, com 99,56% do território da ilha exposto a tais riscos, sendo uma grande proporção dessa área classificada como de alta suscetibilidade (76,23%). As áreas urbanizadas de Ilhabela também refletem uma preocupante distribuição de risco, com 5% apresentando alta suscetibilidade a deslizamentos e aproximadamente 10% com alta vulnerabilidade a inundações (PMI, 2015).

Pesquisas adicionais realizadas pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC) em 2006 examinaram 27 setores de risco em Ilhabela, determinando que a maioria era suscetível a deslizamentos, e evidenciaram 451 moradias em áreas de risco, majoritariamente ameaçadas por escorregamentos (Cedec, 2006). O Comitê de Bacias Hidrográficas do litoral norte (CBH/LN), em 2016, categorizou mais de 50% do território de Ilhabela com um perigo "Alto" de deslizamento, e áreas com "Muito Alto" risco de deslizamento estão situadas especialmente na região centro-norte e sul da ilha (CBH/LN, 2016).

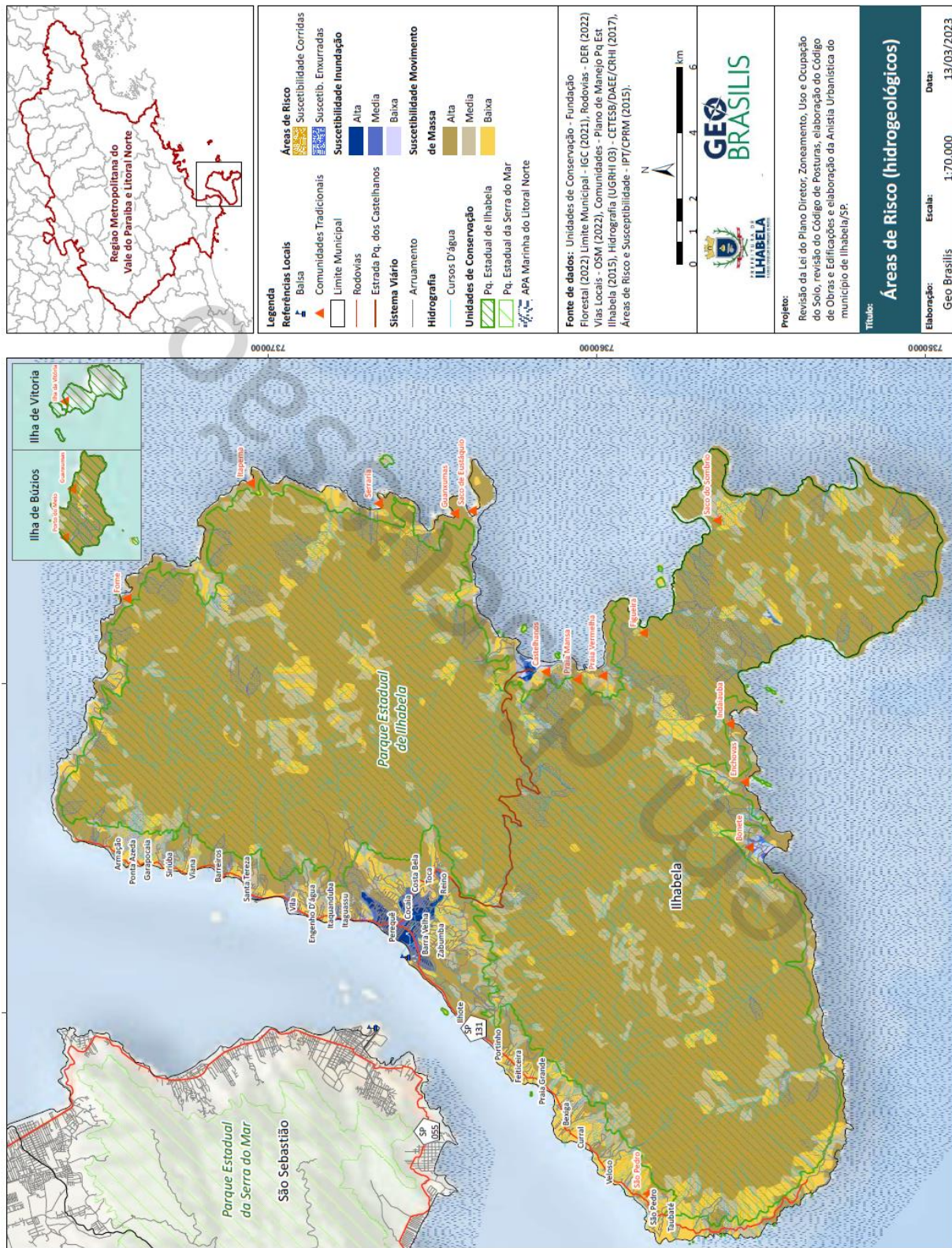


Figura 6 - Mapa de Áreas de Risco (hidrogeológicos). Fonte: Geo Brasilis.

Os riscos são exacerbados por fatores antrópicos que promovem a erosão acelerada, tais como a retirada da cobertura vegetal, contribuindo para a formação de voçorocas, que são indicadores de processos erosivos intensos (Rocha, 2007). O PEIb (2015) documenta a existência de oito voçorocas, algumas situadas dentro dos limites do parque estadual, indicando a necessidade de medidas mitigatórias para prevenir a progressão da erosão.

Diante dos desastres naturais ocorridos no início de 2023, há a necessidade de a administração municipal atualizar os dados de mapeamento de áreas de risco, visando um planejamento estratégico e uma gestão do uso do solo que possam efetivamente mitigar os riscos e reduzir a vulnerabilidade social (PMI, 2015), além de analisar as movimentações das manchas de habitação na cidades, compreendendo os diversos fatores que induzem a moradia nas áreas classificadas como de risco, informações com o objetivo de minimizar os impactos e promover a segurança pública.

3.3.3 Expansão Urbana

Pesquisas arqueológicas sugerem a existência de sociedades de pescadores-coletores ao longo do litoral. A documentação histórica revela que, durante a primeira expedição exploratória ao Brasil, em 1552, Américo Vespúcio desembarcou na ilha de São Sebastião (Ilhabela, 2020). Com a instalação da Villa Bella da Sereníssima Princesa Nossa Senhora, em 23 de janeiro de 1806, seguiu-se um período de mudanças administrativas culminando com a restituição do status de município independente em 1934, após uma breve incorporação ao Município de São Sebastião. A localidade sofreu alterações toponímicas até adotar o nome de Ilhabela em 1945 (Ilhabela, 2023b).

Segundo França (1951, *apud* Geo Brasilis 2023), analisando a trajetória econômica de Ilhabela, em 1854, Ilhabela abrigava 10.769 habitantes, 215 fazendas de café e 1.725 escravizados, refletindo a importância da cafeicultura para a ocupação efetiva do território.

Com o ocaso da cafeicultura no final do século XIX, exacerbado pela abolição da escravidão e a consequente perda da força de trabalho predominante no setor, Ilhabela enfrentou uma recessão econômica. O início do século XX foi marcado pela produção de cachaça, com 13 engenhos operantes até meados da década de 1970, quando a atividade entrou em declínio (Ilhabela, 2023b). Posteriormente, o turismo

emergiu como agente de recuperação econômica, consolidando-se como a principal atividade econômica da região.

Do ponto de vista urbano, o núcleo histórico da Villa, situado em planícies litorâneas, e a topografia do entorno delinearão os primeiros assentamentos urbanos. Além disso, a baía dos Castelhanos é notória não apenas por sua história como um ponto de atracção de navios negreiros, mas também pelo subsequente desenvolvimento de comunidades tradicionais na região.

A evolução urbana do município de Ilhabela até a década de 1950 era caracterizada por uma ocupação espontânea, derivada de práticas tradicionais e de uma estrutura social simples e familiar, como observado por Aquino (2011). A mobilidade da população dependia principalmente da navegação, dada a quase inexistência de malha viária, e as construções típicas caiçaras se distribuíaam ao longo das enseadas, incluindo habitações e ranchos de pesca.

O serviço de balsas era parte de um processo de abertura do litoral norte paulista para o restante do Estado de São Paulo. Até o final da década de 1950 a região era bastante isolada e inacessível. Em 1955 é criado o porto de São Sebastião, que viria a funcionar plenamente em 1963. Ao longo da década de 1960 a Petrobrás constrói o Tebar (Terminal Almirante Barroso), para o transporte de petróleo e derivados e nesse mesmo período são consolidadas as ligações rodoviárias à região — Rodovia Rio- Santos (parte da rodovia federal BR 101) e Rodovia dos Tamoios, que liga o litoral norte ao Vale do Paraíba (Silva, 2009, p.65).

Posteriormente, houve um aumento no número de veranistas que optaram por adquirir imóveis no arquipélago, facilitando suas frequentes visitas à área. A transformação urbana de Ilhabela na década de 1960 representou uma mudança significativa na configuração do município, que anteriormente era composto por uma série de vilarejos caiçaras isolados ao longo da costa leste da Ilha de São Sebastião. Conforme relatado por Simões (2005), esses vilarejos eram conectados principalmente pelo mar, utilizando canoas caiçaras, ou por trilhas terrestres. O centro da cidade, que hoje é reconhecido como um núcleo turístico e histórico, funcionava como o principal ponto comercial da época, possuindo um trapiche que atuava como um porto para a exportação de produtos locais, predominantemente peixe e farinha.

A implementação do serviço de travessia marítima, em 1958, marcou o início do desenvolvimento da malha viária de Ilhabela. Esse serviço permitiu a chegada dos primeiros veículos ao município, o que levou à expansão das antigas trilhas caiçaras para acomodar o tráfego automobilístico. Em 1963, foi inaugurada a primeira linha de ônibus urbano, estabelecendo uma rota de aproximadamente 7 quilômetros entre a Barra Velha e o centro da cidade (Simões, 2005).

A economia local, no século XX, foi marcada pela produção de cachaça, cuja relevância declinou na década de 1970, dando lugar ao turismo como novo vetor econômico (Ilhabela, 2023b).

O processo de urbanização de Ilhabela acelerou-se em 1970, principalmente por causa do turismo sazonal, restringindo-se majoritariamente a uma faixa de 7 km do centro da cidade. Em 1980, o município experimentou uma expansão urbana ao longo da orla, partindo do núcleo central e se estendendo tanto para o norte quanto para o sul (Instituto Polis, 2012).

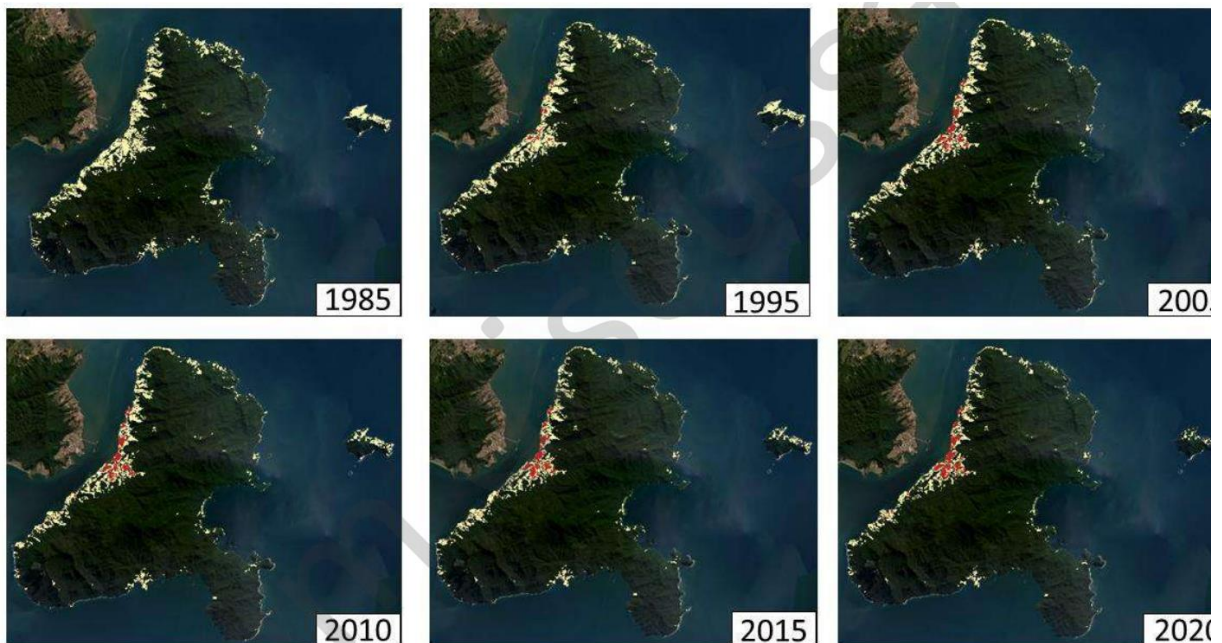


Figura 7 - Evolução Urbana de Ilhabela (em vermelho). Fonte: MapBiomias, 2023. Elaboração: Geo Brasilis, 2023.

Com o advento do turismo, a morfologia urbana de Ilhabela sofreu transformações significativas. Aquino (2011) destaca que a influência dos veranistas introduziu novas formatações arquitetônicas na região. Além disso, a importação de

mão-de-obra e a adoção de técnicas construtivas inovadoras permitiram a expansão urbana para além da planície central, estendendo-se ao longo das faixas litorâneas norte e sul.

Este período também marcou a chegada de trabalhadores migrantes da construção civil, muitos provenientes das regiões Norte e Nordeste do Brasil, que se estabeleceram em habitações com infraestrutura precária. Aquino (2011) relata que, segundo dados disponíveis, 17,63% dos domicílios em Ilhabela estavam situados em aglomerados subnormais.

O crescimento urbano de Ilhabela se deu principalmente a partir da segunda metade do século XX, com a urbanização evidente entre 1985 e 1995 e um crescimento significativo na década seguinte, conforme imagens de satélite (Ilhabela, 2020).

A expansão se originou no centro e se espalhou para as extremidades norte e sul da ilha. O desenvolvimento imobiliário favoreceu as áreas com infraestrutura e acessibilidade, enquanto a topografia impôs um padrão de assentamento menos denso nas regiões periféricas. Posteriormente, essa expansão desacelerou, limitada por fatores ambientais. A expansão urbana iniciou-se no centro da cidade, Perequê, estendendo-se para as extremidades norte e sul, com um adensamento notável nas áreas de Barra Velha/Cocaia/Reino/Itaguassu/Itaquanduba (Aquino, 2011).

Houve a expansão urbana no ano de 1990, que alcançou a orla que se dá para o continente, intensificando-se nos bairros mais antigos e com população de renda mais baixa, que se fixava predominantemente próximo ao centro. Assentamentos precários surgiram, sobretudo nos bairros de Barra Velha e Itaguassu, distantes das praias. A ocupação das áreas de orla mais afastadas do centro começou a ascender pelos morros (Silva, 2009).

O início do século XXI foi marcado por um ritmo mais lento de expansão urbana, limitando-se às áreas já urbanizadas anteriormente e progredindo em direção ao morro, nas proximidades do Parque Estadual, sem novas frentes de expansão. Até 2011, a orla de Ilhabela voltada para o continente já estava amplamente ocupada, porém de maneira descontínua, com espaços não desenvolvidos intercalados entre regiões urbanizadas. Essas lacunas representam uma oportunidade significativa para valorização no setor imobiliário, sobretudo no segmento de residências secundárias de luxo (Instituto Polis, 2012).

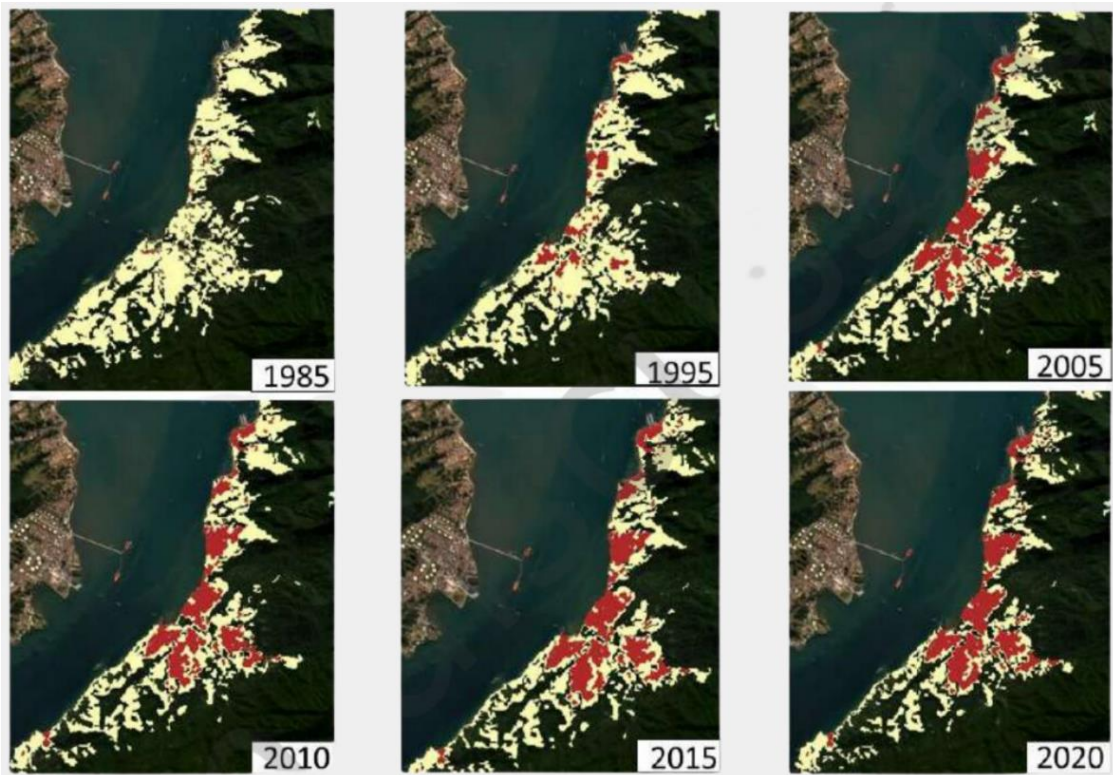


Figura 8 – Evolução urbana em Ilhabela entre 1985 e 2020, com destaque para a área central (Perequê). Fonte: Fonte: MapBiomas, 2023. Elaboração: Geo Brasilis, 2023.

A questão das comunidades tradicionais caiçaras, conforme relatado por Silva (2019), é crucial para compreender a dinâmica socioeconômica de Ilhabela. A existência de 16 comunidades tradicionais que preservam a cultura caiçara é um elemento fundamental da identidade local, embora sua sobrevivência e práticas culturais tenham sido impactadas pela criação do Parque Estadual de Ilhabela (PEIb). A regulamentação ambiental restringiu tanto o uso da terra quanto o acesso a recursos naturais essenciais para essas comunidades (Silva, 2019).

Até 2011, a ocupação da orla voltada ao continente estava completa, embora fragmentada, apresentando espaços vazios entre as áreas urbanizadas, com potencial valorização para o mercado imobiliário, especialmente para imóveis de segunda residência de alto padrão.

De acordo com Christian Deni Rocha e Silva, a expansão urbana em Ilhabela tem sido uma resultante da evolução de suas atividades econômicas e da interação entre o desenvolvimento econômico e a configuração geográfica. A transição de uma economia baseada na agricultura para o turismo delineou um novo contorno na

urbanização, fomentando uma distribuição populacional e um aproveitamento territorial distintos das fases anteriores (Silva, 2009).

As regiões norte e sul de Ilhabela, compreendendo as áreas entre Engenho e Armação e entre Barra Velha e São Pedro, respectivamente, são as mais valorizadas pelo mercado imobiliário em razão da melhor infraestrutura e acesso. A topografia acidentada dessas áreas menos centrais resultou em um modelo de assentamento fragmentado e de baixa densidade, contrastando com a região de Perequê, caracterizada por uma heterogeneidade no uso do solo que inclui residências, comércio e serviços. Adicionalmente, Perequê apresenta uma concentração de aglomerados subnormais e núcleos urbanos informais, reflexo do elevado adensamento populacional na área (Aquino, 2011).

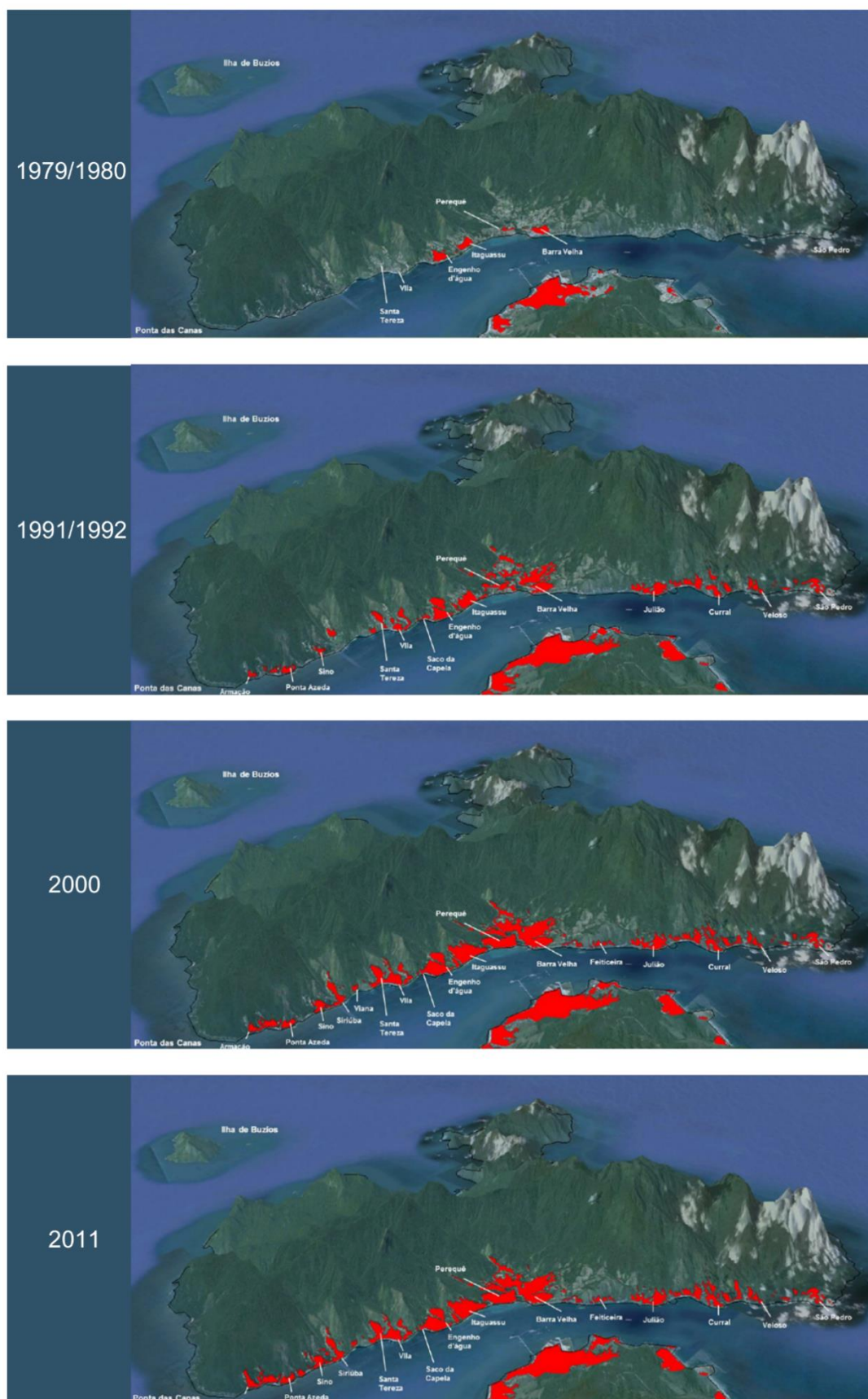


Figura 9 – Ilhabela – Evolução da Mancha urbana – 2011-2012. Fonte: Instituto Pólis, Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social.

Na análise do desenvolvimento urbano de Ilhabela, observa-se também uma dinâmica social e demográfica complexa, influenciada significativamente não somente pelo veranismo como também pela migração. Um aspecto notável é a limitada participação dos veranistas nas decisões municipais, decorrente, em parte, da ausência de voto na localidade ou desinteresse. Considerando a predominância de residências de veraneio em muitos bairros, esta dinâmica resulta em planejamentos e desenvolvimentos urbanos quase sem envolvimento popular, o que pode gerar desafios tanto para áreas específicas quanto para a cidade como um todo. A cidade, portanto, corre o risco de ser percebida e desenvolvida como uma coleção de zonas urbanas fragmentadas, não refletindo a realidade interconectada de seu tecido urbano (Silva, 2009).

No entanto, a falta de envolvimento dos veranistas nas ações públicas não significa que as áreas com predominância de residências de veraneio sejam negligenciadas pela administração municipal. Em alguns casos, as ações nesses locais são influenciadas pelos empreendedores imobiliários, dependendo da importância dos empreendimentos para a região ou para a cidade (Silva, 2009).

Além do veranismo, a migração também desempenha um papel crucial na evolução urbana de Ilhabela. O aumento no número de turistas e veranistas gera uma demanda crescente por mão-de-obra. Diferentemente dos veranistas, que se mudam para Ilhabela em busca de melhor qualidade de vida e têm uma condição financeira estável, os migrantes são atraídos por oportunidades econômicas e profissionais, geralmente sem conhecerem profundamente a cidade antes da mudança. A renda média dos migrantes é tipicamente inferior à dos turistas e veranistas, indicando que a migração ocorre sem reservas financeiras significativas ou uma carreira consolidada. Os migrantes, ao buscar por uma qualidade de vida melhor, comumente provindos de regiões do norte de Minas Gerais e sul da Bahia, que são social e economicamente menos desenvolvidas do que o litoral norte paulista (Silva, 2009).

Este aspecto da população se reflete nos dados do Censo Demográfico de 2010, a população de Ilhabela apresentou características demográficas específicas em termos de migração. Observou-se que 34,3% dos residentes eram provenientes de fora do estado de São Paulo, um número que excede a média estadual, que era de 20,6%. Este dado reflete um padrão de migração distinto para Ilhabela, indicando uma alta taxa de atração de indivíduos de outras regiões para o município.

Essa migração e o veranismo resultam em uma ocupação diferenciada do território de Ilhabela: enquanto as extremidades sul e norte da cidade são ocupadas por casas de veraneio, devido às suas qualidades exclusivas e atratividade imobiliária, existem bairros com forte presença de migrantes. A coexistência desses dois grupos é uma realidade em algumas áreas, delineando o panorama social e demográfico da cidade.

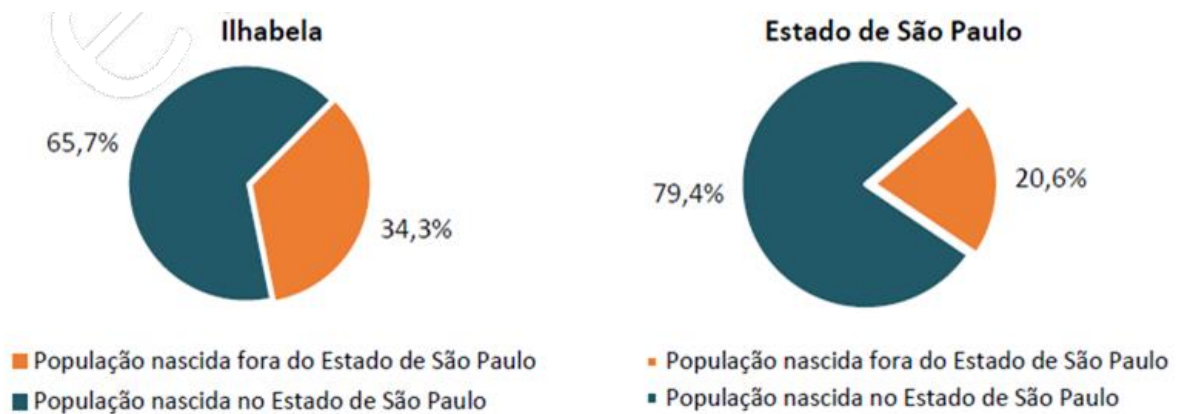


Figura 10 – Participação da população nascida fora do estado de São Paulo, 2010. Fonte: IBGE, 2010. Elaboração: Geo Brasilis, 2023.

Os dados censitários revelaram que 13,4% dos residentes de Ilhabela estavam no município há menos de 5 anos, uma taxa que excede a média do estado de São Paulo, fixada em 7,6%. Este indicador sugere que o aumento populacional do município foi significativamente influenciado pela migração de outras localidades. É relevante notar a potencial influência da pandemia de covid-19 neste fenômeno, particularmente considerando a adoção do regime de trabalho de "home office". Contudo, uma avaliação precisa deste impacto será possível apenas após a divulgação dos resultados do Censo Demográfico 2022 do IBGE.

A extensão territorial de Ilhabela ultrapassa 34 mil hectares, sendo que a maioria dessa área compreende unidades de conservação, resultando em uma densidade populacional de apenas 0,8 habitantes por hectare (Instituto Polis, 2012). A região urbanizada ocupa 831 hectares, com uma densidade populacional de 33,9 habitantes por hectare, evidenciando uma distribuição populacional concentrada principalmente na proximidade da área de desembarque da balsa.

3.3.4 Organização Socioterritorial – Paralelo entre Áreas de Risco e a classe econômica

A morfologia urbana de Ilhabela, uma cidade insular no estado de São Paulo, é fortemente influenciada por sua insularidade, que impõe limites geográficos e dificuldades de acesso rodoviário, enquanto a topografia acidentada limita a viabilidade de construção e expansão urbanas em muitos locais. Além disso, o Parque Estadual de Ilhabela, ao designar grande parte do arquipélago como área de preservação permanente, restringe o crescimento urbano à uma faixa estreita próxima à orla (Silva, 2009).

O crescimento urbano de Ilhabela pode ser entendido como o resultado da interação entre forças propulsoras, como o veranismo e a migração, e as forças modeladoras mencionadas anteriormente. Um exemplo claro dessa interação é observado no Morro dos Mineiros, sub-bairro do Itaguassu, formado a partir da década de 1980 em resposta ao desenvolvimento econômico e populacional do município, sobre ele Silva acrescenta que:

Além de ter sua origem diretamente relacionada com o crescimento econômico e populacional de Ilhabela, o Morro dos Mineiros decorre também da tensão entre a necessidade de novas áreas de expansão para pessoas de baixa renda e as restrições físicas e legais a esse crescimento. A ocupação desordenada é consequência direta da tensão entre necessidade e restrições (Silva, 2009, p.74).

O histórico de ocupação de Ilhabela destaca a questão dos conflitos fundiários, especialmente em relação às comunidades tradicionais caiçaras. Estas comunidades enfrentaram a usurpação de seus territórios por meio de práticas de grilagem, bem como mudanças em seu modo de vida devido às restrições impostas pelas áreas de conservação que se sobrepõem aos seus territórios. Essa problemática revela a complexidade dos desafios enfrentados pelas comunidades locais diante das políticas de uso do solo e preservação ambiental.

Durante a década de 1950, Ilhabela começou a experimentar um aumento significativo na chegada de turistas, o que fomentou também a especulação imobiliária da região. Conforme relatado pelo historiador e jornalista Nivaldo Simões, antes da criação do Parque Estadual de Ilhabela, diversos loteamentos foram estabelecidos em

toda a Ilha de São Sebastião, incluindo áreas que atualmente fazem parte do Parque. Neste período, a estrutura urbana de Ilhabela era composta principalmente por vilarejos caiçaras, localizados nas enseadas costeiras, conhecidas localmente como “sacos”, onde as famílias caiçaras se estabeleceram por gerações. Muitos negócios imobiliários da época envolviam a compra de terras dos caiçaras a preços baixos e sua posterior revenda a potenciais veranistas, apesar da falta de um serviço de balsas que conectasse o município ao continente (Silva, 2009).

Paralelamente, o aumento populacional nos grandes centros urbanos, exemplificado pelo crescimento da Grande São Paulo e intensificado por processos migratórios, gerou uma demanda crescente por destinos turísticos. Além disso, melhorias na infraestrutura rodoviária e a ampliação da disponibilidade de meios de transporte contribuíram significativamente para facilitar o deslocamento interurbano, tornando os destinos turísticos mais acessíveis.

Essas condições favoreceram o aumento do interesse turístico na região do litoral norte, atraindo investidores interessados no desenvolvimento de empreendimentos imobiliários com custos relativamente baixos. A melhoria dos acessos rodoviários a Ilhabela e a consolidação do turismo como uma atividade econômica central na região, impulsionaram uma expansão notável no setor da construção civil (Simões, 2005).

Em 1977, o Parque Estadual de Ilhabela (PEI) foi criado e representou um marco além de promover a conservação ambiental, resultou na valorização imobiliária e na intensificação das atividades turísticas na área urbana da ilha. Esse desenvolvimento teve um impacto significativo na paisagem de Ilhabela, com a preservação de grande parte de seu território (Silva, 2009).

O turismo em Ilhabela foi beneficiado pela existência de extensas áreas de Mata Atlântica preservadas, atraindo um público interessado em ecoturismo. Simultaneamente, os empreendimentos imobiliários se expandiram, com a construção dos primeiros condomínios fechados, marcando uma mudança na vivência do ilhabelense, principalmente concernente quanto a urbanização e a natureza. Esta época evidenciou uma tendência em que os atrativos principais de Ilhabela não eram as intervenções urbanas, mas sim as áreas que permaneceram distantes destas intervenções.

Apesar desses desenvolvimentos, a cidade enfrentou desafios relacionados à ocupação desordenada e à poluição ambiental, por conta dos aspectos físicos

limitantes do território insular. O turismo e o mercado imobiliário, por muitos anos, operaram sem planejamento adequado e sem regulação legislatória. A situação inicou a mudar no final do século XX, com o início das discussões para a elaboração do primeiro Plano Diretor, sinalizando a necessidade de um turismo e mercado imobiliário mais planejados e regulados (Silva, 2009).

A ocupação ocorrida nesse período se desenvolveu desordenadamente, e acaba se agravando, com impactos negativos generalizados, incluindo a poluição ambiental, especialmente dos córregos que atravessam os bairros, afetando as praias próximas. O caso do Condomínio Palmares, por exemplo, evidencia os desafios enfrentados pela poluição de um córrego originário do Morro dos Mineiros, resultando em inconvenientes como mau cheiro e prejuízos financeiros para estabelecimentos turísticos.

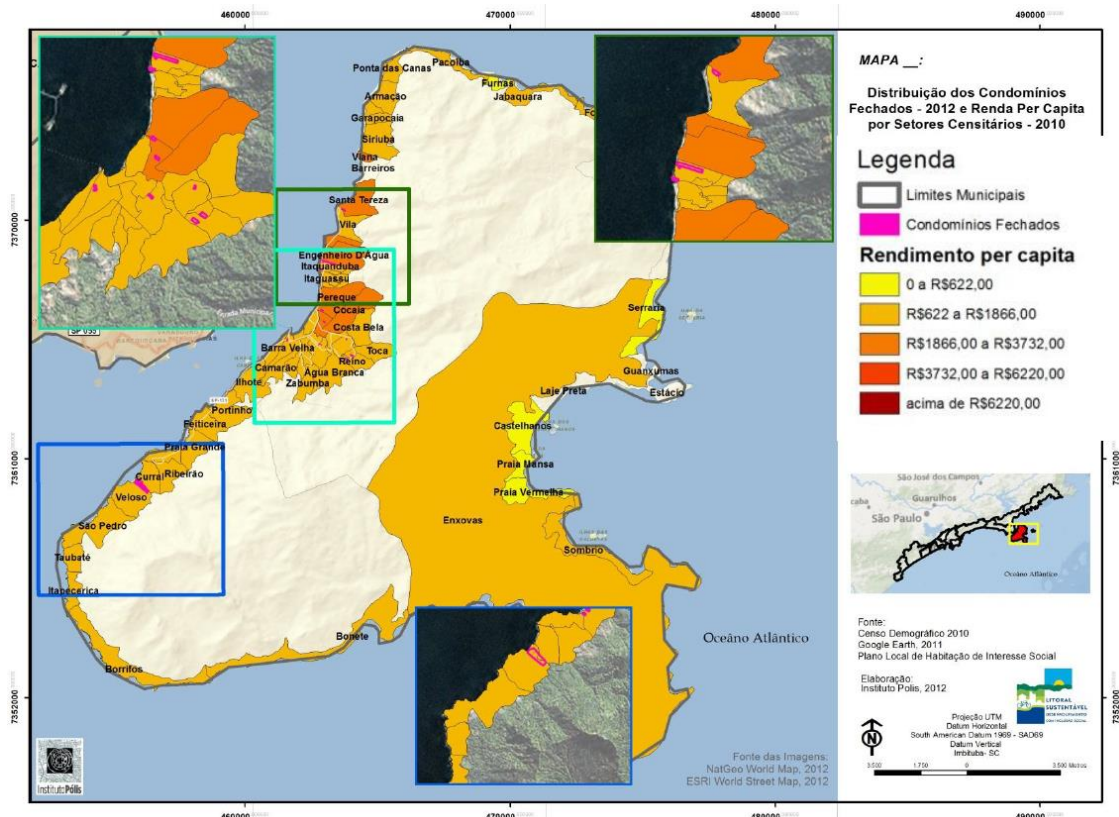


Figura 11 – Distribuição dos condomínios Fechados – 2012 e Renda Per Capita por Setores Censitários – 2010. Fonte: Instituto Pólis, Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social.

O crescimento contínuo de Ilhabela não se limita ao Morro dos Mineiros, mas também se observa em outras áreas, como o bairro da Barra Velha. Nas regiões onde a orla estava ocupada, a expansão urbana avançou para áreas mais altas,

frequentemente com construções irregulares devido à fiscalização limitada, revelando padrões de ocupação que impactam negativamente o meio ambiente e o patrimônio natural (Simões, 2005).

A evolução do turismo em Ilhabela, especialmente a partir das últimas três décadas do século XX, tem sido marcada por uma série de desafios relacionados à hospedagem informal, exemplificada pelo fenômeno dos chalés. Essas estruturas, apesar de proporcionarem opções de hospedagem mais acessíveis, manifestam um conjunto de problemas significativos para o município. Entre eles, destaca-se a irregularidade na construção, frequentemente em desacordo com as normativas legais vigentes. Essa prática era apoiada na ineficaz fiscalização municipal, em que discrepâncias entre o projeto apresentado e a construção real eram corrigidas posteriormente, regularizando assim construções que não atendiam às normas urbanísticas (Silva, 2009).

A informalidade é outra consequência direta da irregularidade destes chalés. Sua existência não formalizada impede a sua integração no sistema tributário do município, privando a administração local de receitas fiscais importantes. Além disso, a falta de formalização dificulta a coleta de dados estatísticos precisos sobre o perfil turístico da região, complicando o planejamento e a gestão do turismo em Ilhabela. Essa situação resulta na exclusão tanto dos chalés quanto dos turistas que utilizam essas formas de hospedagem das estatísticas oficiais e dos planos de desenvolvimento turístico do município (Silva, 2009).

A ocupação do território de Ilhabela nas décadas de 1950 e 1960 reflete uma mudança fundamental na relação das pessoas com a terra. Com o desenvolvimento do turismo e a emergência do mercado imobiliário, essa relação passou a ser guiada pelo valor comercial do território. O território deixou de ser fundamentalmente um meio de subsistência para tornar-se um objeto de transações comerciais e transformação pela atividade humana. Esta mudança resultou em uma divisão acentuada entre o homem e a natureza, evidenciada pelo foco do mercado imobiliário em explorar as características naturais do local para fins comerciais.

Somente no final da década de 1990 é que a Prefeitura Municipal de Ilhabela, por meio de sua Secretaria de Obras, começou a implementar uma avaliação mais rigorosa dos projetos de construção, em uma tentativa de controlar a prática generalizada de "maquiagem" de projetos. No entanto, os chalés, assim como outros empreendimentos imobiliários desenvolvidos na região, refletem uma mentalidade,

comum no município, que prioriza a exploração econômica das terras. Esta abordagem, focada na obtenção de ganhos econômicos imediatos, muitas vezes à custa da preservação ambiental, levou a intervenções que desrespeitaram os limites das áreas de preservação permanente e promoveram uma ocupação desordenada da orla de Ilhabela. Consequentemente, essa postura resultou em uma série de desafios ambientais e urbanísticos, incluindo a degradação das belezas naturais da região e a intensificação da especulação imobiliária, exacerbando a problemática de um turismo e um mercado imobiliário mal planejados e regulados (Silva, 2009).

A paisagem urbana de Ilhabela tem sido profundamente influenciada pelas práticas do mercado imobiliário, em particular a valorização da vista para o mar nas decisões de construção e desenvolvimento de terrenos. Desde os primeiros passos da ocupação imobiliária na região, profissionais do ramo e proprietários têm priorizado locais que oferecem vistas panorâmicas para o mar, o que frequentemente resulta em escolhas de projeto e implantação que podem não ser as mais adequadas para o contexto urbano e ambiental circundante.

Os problemas enfrentados por Ilhabela, como filas na balsa, falta de água no período de alta temporada e a poluição que tem como consequência o baixo índice de balneabilidade dos anos anteriores, fatos que evidenciaram a necessidade de uma abordagem mais holística e sustentável para o desenvolvimento turístico e imobiliário. Além disso, a construção de chalés como uma forma de hospedagem informal tornou-se comum nas décadas de 1980 e 1990, refletindo a busca por fontes alternativas de renda pelos moradores locais, apontando para a relação entre o apoio governamental para o setor imobiliário e a falta de atenção às consequências ambientais e sociais dessas atividades (Silva, 2009).

No mercado imobiliário de Ilhabela, a vista para o mar se tornou um critério crucial para determinar o valor e a exclusividade de um imóvel. Esta busca incessante por vistas privilegiadas conduziu a uma transformação significativa da paisagem natural original da ilha e a uma valorização do mercado imobiliário. Quanto mais ampla e numerosa a vista para o mar, maior o valor atribuído ao imóvel, o que tem sido um fator decisivo para compradores potenciais.

A situação habitacional em Ilhabela, especialmente após os eventos climáticos severos de fevereiro de 2023, evidencia a vulnerabilidade de assentamentos irregulares em áreas de risco. Com enchentes e desabamentos resultando em desalojamentos e fatalidades, a análise aponta que 17,63% dos domicílios são

classificados como aglomerados subnormais, muitos situados em zonas perigosas. Esta realidade ressalta a necessidade urgente de implementar estratégias eficazes para assegurar a função social da propriedade e mitigar riscos associados à habitação inadequada e insegura (Geo Brasilis, 2023).

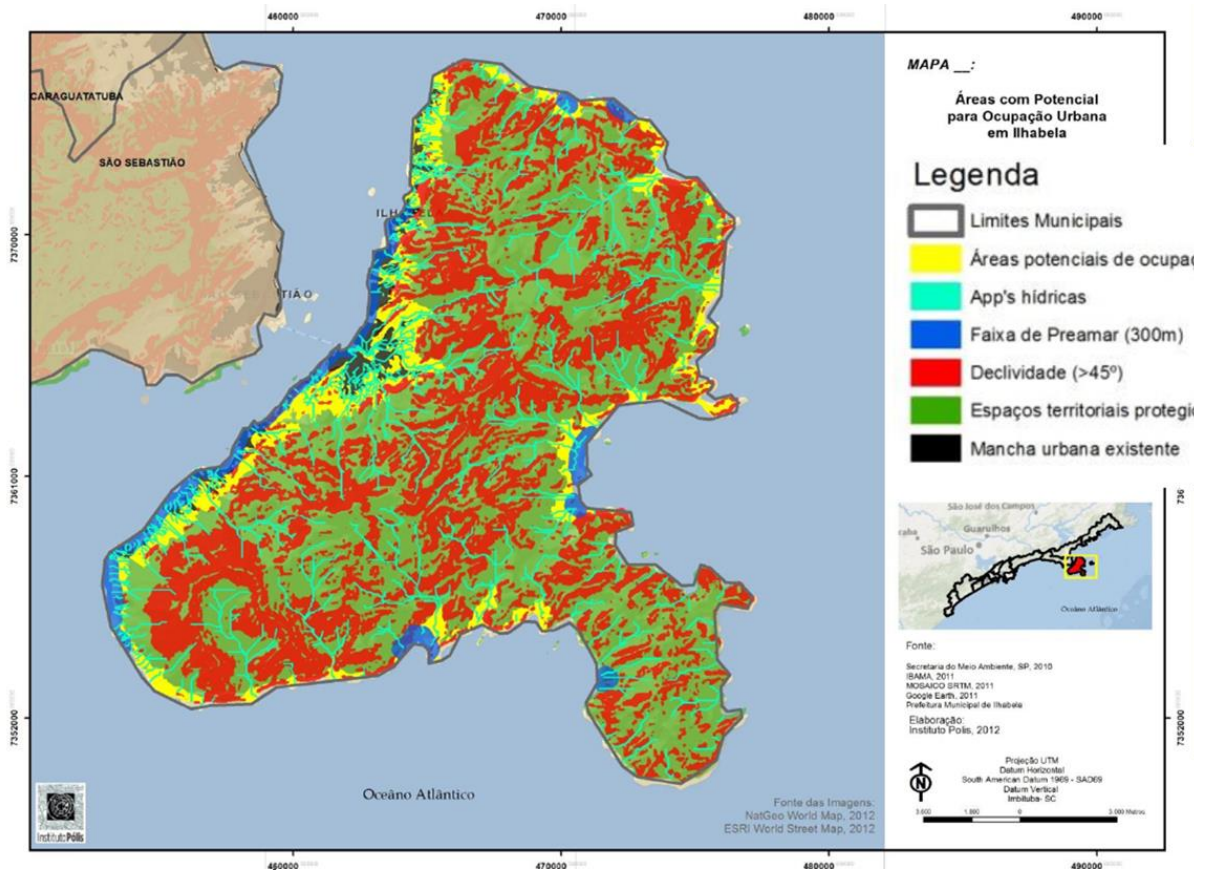


Figura 12 – Ilhabela – Áreas com Potencial para Ocupação Urbana em Ilhabela, 2012. Fonte: Instituto Pólis, Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social.

Na ilha, uma análise geográfica revela uma vulnerabilidade significativa, atribuível, em parte, às inclinações do terreno, que variam entre 15 e 30 graus e, em certas áreas, ultrapassam 45 graus. Esse fenômeno é particularmente evidente em espaços como Castelhanos e Enchovas, onde as características geológicas, como fraturamento, aumentam a fragilidade da região. Além disso, a composição e a espessura dos solos, especialmente na região central da ilha, contribuem para esta condição. As áreas ao norte e nordeste da ilha também apresentam características geológicas que intensificam essa fragilidade (PMI, 2015).

Em termos de susceptibilidade a eventos naturais, foram mapeados 428,01 hectares de território vulneráveis à inundação, correspondendo a 1,23% da área total da ilha. Essas áreas são predominantemente localizadas na região central e na Praia

dos Castelhanos. Paralelamente, 34.463,12 hectares, ou 99,56% do território da ilha, estão sujeitos a movimentos gravitacionais. A maioria destas áreas é classificada como "Alta susceptibilidade" (76,23%), uma condição associada às inclinações mais acentuadas do terreno (PMI, 2015).

Analisando especificamente a área urbanizada de Ilhabela, constata-se que 5% está classificada como de alta susceptibilidade a movimentos de massa, 20% como média, e 74% como baixa. No que se refere à susceptibilidade à inundação, aproximadamente 10% desta área urbanizada está em alto risco de alagamento (PMI, 2015).

O "Mapa Áreas de Risco" (Figura 6 localizada na página 111 deste estudo) detalha as regiões de Ilhabela susceptíveis a movimentos gravitacionais e inundações. Complementarmente, o "Plano de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte" (CBH/LN, 2016) referencia um estudo do Instituto Geológico de 2014, que identificou mais de 50% do município com alto risco de deslizamento devido às suas características geomorfológicas. Áreas com perigo "Muito Alto" estão principalmente localizadas nas regiões centro-norte e sul da ilha. Contudo, nas áreas urbanizadas, predominam regiões com risco de perigo de muito baixo a nulo. Especificamente, as sub-bacias 27 – Córrego de Jabaquara – e 32 – Córrego Sepituba/Tocas – apresentam, respectivamente, 88,11% e 49% de suas áreas urbanas classificadas com alto e muito alto risco de perigo (PMI, 2015).

A discussão ainda recebe contribuição da análise realizada por Allan Yu Iwama, Mateus Batistella e Lúcia da Costa Ferreira em Riscos Geotécnicos e Vulnerabilidade Social em Zonas Costeiras: Desigualdades e Mudanças Climáticas, de 2014, explora-se a interação entre riscos geotécnicos e a vulnerabilidade social em zonas costeiras, com ênfase na região do litoral norte de São Paulo, Brasil. A pesquisa destaca como fenômenos ambientais, tais como deslizamentos de terra e inundações, se entrelaçam com dinâmicas socioeconômicas, impactando a vulnerabilidade das comunidades locais. O estudo sublinha a influência da urbanização desigual e a necessidade de gestão e planejamento integrados para atenuar tais riscos e salvaguardar as populações mais suscetíveis (Iwama, Batistella e Ferreira, 2014)

Neste contexto, Ilhabela surge como um exemplo pertinente, enfrentando desafios ligados a riscos geológicos e vulnerabilidade social. Devido à sua localização geográfica e características naturais, Ilhabela está sujeita a eventos como deslizamentos de terra e inundações. Além disso, a urbanização e o desenvolvimento

turístico na região podem aumentar a vulnerabilidade de certas comunidades locais. Esses fatores tornam Ilhabela um caso relevante para estudos de riscos geotécnicos em zonas costeiras e a necessidade de uma gestão e planejamento eficazes para mitigar esses riscos.

A análise dos riscos geotécnicos em Ilhabela, particularmente os relacionados a deslizamentos de alta suscetibilidade tendo riscos concentrados na região. Essa situação é exacerbada pela presença de áreas propensas à ocupação no Parque Estadual de Ilhabela. Este dado sugere a necessidade de uma avaliação cuidadosa e de estratégias de gestão do território para mitigar os riscos associados, considerando as particularidades ambientais e de uso do solo na área (Iwama, Batistella e Ferreira, 2014)

O estudo ainda contribui para a análise a partir do seguinte mapa realizado:

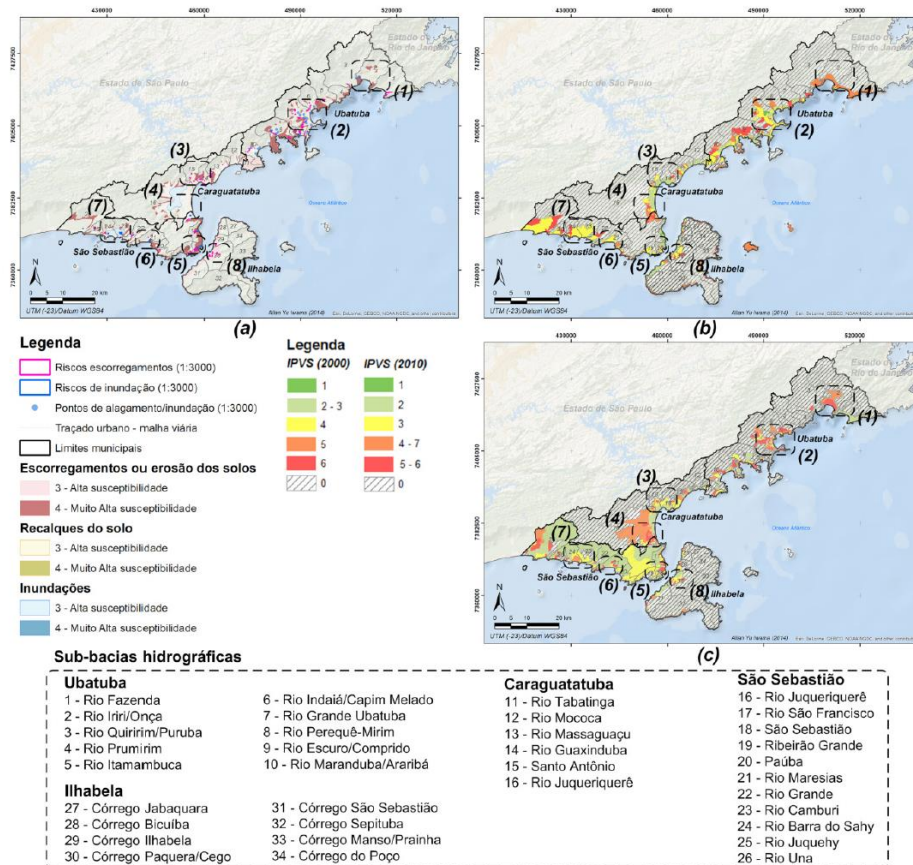


Figura 13 – Mapa potenciais riscos: (Re) – riscos a escorregamentos; (Ri) – riscos à inundação (IPT, 1994; 2010) e riscos à escorregamentos e inundação (IG-SP, 2006; UNESP, 2006). (b) Mapa do IPVS (2000) e (c) Mapa do IPVS (2010), ambos distribuídos por setores censitários. Fonte: Iwama, Batistella e Ferreira, 2014

“em Ilhabela, há predominância de riscos associados a escorregamentos e quedas de blocos (IG/SP, 2006a). Nota-se que, em relação aos outros municípios, a variação no índice de vulnerabilidade social não teve setores com expressivas alterações no período de 2000-2010. Se por um lado

algumas áreas obtiveram um aumento da vulnerabilidade social (nas sub-bacias do córrego São Sebastião e Ilhabela, por exemplo), por outro, houve áreas que mantiveram a alta ou muito alta vulnerabilidade entre os anos 2000-2010. No polígono indicado como (8) na Figura 4, que está inserido na sub-bacia do córrego Paquera/Cego, o principal acesso a Ilhabela, as áreas de alto risco de escorregamento estão situadas em setores censitários que mantiveram a característica de alta vulnerabilidade social (incluem bairros como Reino, Barra Velha e Itaquanduba, em locais como Buraco do Morcego, Green Park e Morro dos Mineiros)” (Iwama, Batistella e Ferreira, 2014, p. 262).

Em entrevistas realizadas pelo Instituto Polis (2012) como consequência de um processo participativo junto às organizações da sociedade civil, foram feitas as seguintes afirmações sobre a questão da moradia no município de Ilhabela:

“No que tange à temática da moradia, acreditava-se que esta estaria estreitamente vinculada ao ‘crescimento desordenado’ e à ‘ocupação irregular’.

A especulação imobiliária, a ausência de políticas de moradia para a população de baixa renda, brechas na legislação municipal, a ausência de zoneamento e de destinação de áreas para habitação de interesse social no Plano Diretor, agravariam esta problemática e dificultaria a resolução do déficit habitacional.

A perspectiva de ampliação do Porto de São Sebastião aumentaria esta preocupação entre os entrevistados, na medida em que isso atrairia mais gente à procura de moradia na ilha, por sua proximidade com o porto e pela qualidade de vida em Ilhabela.

Na pesquisa de opinião a questão da moradia parece pouco sensibilizar os participantes, possivelmente pelo fato de parte dos entrevistados trabalharem como caseiros e morarem nas residências de veraneio dos seus contratantes” (p. 34).

Ao analisar a dinâmica de Ilhabela, observa-se uma interação complexa entre os riscos geotécnicos e o desenvolvimento urbano. Os desafios enfrentados por essa região, marcados por deslizamentos de alta suscetibilidade e questões de moradia, conforme discutido pelo Instituto Polis (2012), são amplificados pela abordagem mercantilista do território. Esta perspectiva é aprofundada por Silva (2009), que destaca como os empreendimentos imobiliários influenciam a configuração urbana e social de Ilhabela. A dualidade no impacto ambiental, dividido entre os mais e menos abastados, ressalta as desigualdades socioambientais intrínsecas ao desenvolvimento da cidade.

Os empreendimentos imobiliários em Ilhabela, apesar de não serem formalmente projetos de urbanismo, têm um papel ativo na configuração da cidade, tanto ao estabelecer novas divisões físicas quanto ao direcionar certos segmentos do mercado, reforçando assim as divisões sociais. Esta abordagem mercantilista do

território ilustra uma transformação mais ampla, em que o valor econômico do sítio passa a definir as relações entre os indivíduos, grupos e o meio ambiente, levando a impactos significativos tanto na paisagem urbana quanto na vida social da cidade (Silva, 2009).

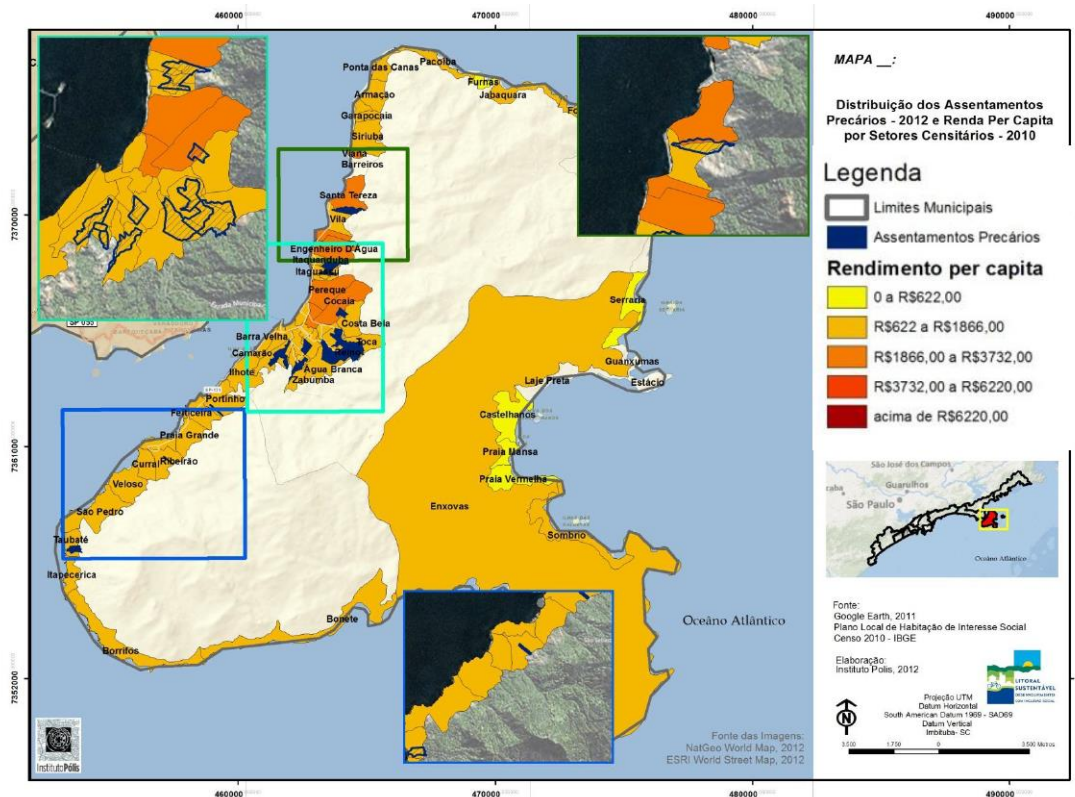


Figura 15 – Ilhabela – Distribuição de Assentamentos Precários – 2012 e Renda Per Capita por Setores Censitários – 2010. Fonte: Instituto Pólis, Litoral Sustentável – Desenvolvimento com Inclusão Social.

O desenvolvimento urbano de Ilhabela é marcado por uma divisão socioambiental, onde indivíduos de diferentes classes sociais impactam o meio ambiente de formas distintas. Aqueles com mais recursos tendem a criar espaços fechados, preservando uma parcela da Mata Atlântica, enquanto os menos abastados consomem rapidamente os recursos naturais disponíveis para a construção habitacional. Em ambos os casos, o patrimônio natural de Ilhabela é progressivamente degradado, comprometendo tanto a qualidade de vida do habitante.

3.3.5 Vulnerabilidade no contexto de Crise Climática

No Brasil, a recorrência de impactos socioeconômicos devido a desastres hidrometeorológicos ressalta a urgência de incluir essa questão nas políticas públicas.

A prevenção requer uma abordagem multidisciplinar envolvendo proteção civil, habitação, infraestrutura, educação e saúde. Apesar de avanços significativos, como o Plano Nacional de Gestão de Risco e Resposta a Desastres, a eficácia na redução de desastres ainda não é satisfatória. A interação entre processos geológicos e hidrológicos naturais com a urbanização em áreas de risco leva à vulnerabilidade a deslizamentos e inundações. Sistemas sociais bem-preparados podem mitigar esses impactos, enquanto sistemas despreparados enfrentam dificuldades mesmo com eventos de baixa magnitude (Costa e Pimentel, 2017).

Na discussão sobre desastres, os conceitos de ameaças e vulnerabilidade são fundamentais. Ameaças, sejam naturais ou induzidas por atividades humanas, têm o potencial de afetar sistemas sociais, causando perdas de vidas, impactos socioeconômicos ou degradação ambiental. A vulnerabilidade refere-se à susceptibilidade de indivíduos, comunidades ou sistemas serem afetados por essas ameaças, considerando fatores físicos, sociais, econômicos e ambientais. O risco de desastre, portanto, envolve a avaliação potencial de perdas em um sistema, levando em conta a ameaça, a exposição, a vulnerabilidade e a capacidade (UNISDR, 2017).

Conhecer as ameaças e vulnerabilidades é crucial, permitindo medidas estruturais e não-estruturais e uma compreensão diferenciada dos impactos de ameaças sobre diferentes grupos sociais. Dados sobre exposição ao risco e informações socioeconômicas e demográficas são fundamentais para preparar uma possível resposta aos desastres (Cutter, 2011).

A região de Ilhabela enfrenta transformações significativas devido à implementação da indústria de petróleo e gás. O espaço é caracterizado por limitações geográficas, com áreas continentais próximas a zonas de conservação e sujeitas a riscos geológicos para ocupação (SMA/CPLA, 2011a).

A análise dos dados indica a presença de áreas de risco geotécnico sobrepostas a zonas de alta vulnerabilidade social em Ilhabela, uma situação também observada em outros contextos nacionais e globais, conforme destacado por Tominaga, Santonoro e Amaral (2009), UNISDR (2004; 2011). Embora inicialmente desvinculado das mudanças climáticas, o aumento da frequência e visibilidade de eventos climáticos extremos pode agravar as desigualdades preexistentes, como argumenta Beck (2010). Em face das incertezas associadas às mudanças climáticas, Hogan (2009) sugere a adoção de medidas preventivas para que as consequências da crise climática sejam mitigadas (Saito *et al.*, 2019).

Os dados indicam que, as áreas de risco geotécnico classificadas como de “Muito Alta” ou “Alta suscetibilidade” distribuídas especialmente em locais onde comunidades ou moradias estão expostas a infraestrutura básica insuficiente ou em situação habitacional precária. Destaca-se a persistência da vulnerabilidade social ao longo de uma década, evidenciando a desigualdade social e a exclusão de parte da população sem intervenções efetivas para mitigar os impactos ante desastres iminentes (Saito *et al.*, 2019).

Observa-se que as respostas aos "desastres" têm sido predominantemente remediadoras, pós-evento, devido a fatores como insuficiência de equipes de defesa civil para abrangência municipal e políticas institucionais mais focadas em reconstrução do que prevenção. A partir da análise de Iwama, Batistella e Ferreira (2014), nota-se que é fundamental considerar as dimensões humanas, entendendo a vulnerabilidade como um processo e realizando estudos em múltiplas escalas para identificar a heterogeneidade das vulnerabilidades.

4. DO PATRIMÔNIO IMATERIAL À PRODUÇÃO DE ARTEFATOS

Para a continuação do presente estudo, nota-se a importância do exame da cultura caiçara, elemento crucial para a análise da história ecológica da zona costeira do Brasil. A construção de uma historiografia sobre essa cultura enfrenta desafios metodológicos significativos devido à escassez de registros escritos. A documentação disponível tende a focar a administração das vilas e órgãos governamentais municipais, sendo omissa quanto às comunidades residentes em áreas mais afastadas. No entanto, a riqueza imaterial da cultura caiçara se manifesta nas narrativas e práticas transmitidas oralmente, que sustentam o conhecimento ambiental tradicional e a identidade cultural dessas comunidades.

Visando explorar o acervo cultural imaterial dos caiçaras e sua correlação com a criação de artefatos artesanais, foi realizado um levantamento bibliográfico que apresentasse o conteúdo que abrange dados materiais e que fizesse referência aos arquétipos, encontrados em Ilhabela, do imaginário coletivo sobre o repertório de lendas e práticas culturais, assim como sobre os métodos de confecção de objetos tradicionais. Paralelamente, efetuou-se uma revisão documental em arquivos e bibliotecas, visando enriquecer o entendimento sobre as tradições caiçaras e sua interação com o meio natural.

A metodologia adotada se apoia no paradigma fenomenológico, privilegiando as experiências subjetivas dos indivíduos. A análise de conteúdo foi utilizada para examinar os dados coletados, permitindo identificar temas e padrões recorrentes, nas narrativas apresentadas, das vivências dos sujeitos.

Os resultados apontam para uma vinculação profunda entre as tradições orais e a fabricação de artefatos característicos da cultura caiçara, ambos essenciais para a conservação de sua identidade cultural e para a continuidade de suas práticas. Os artefatos são confeccionados com materiais naturais, tais como palha de bananeira e bambu, e desempenham funções vitais nas atividades cotidianas, incluindo pesca, agricultura e construção habitacional. O estudo também identifica desafios contemporâneos que as comunidades enfrentam, tais como a urbanização acelerada e o turismo, e que ameaçam tanto a integridade cultural quanto o equilíbrio ecológico dessas regiões.

Em face dessas constatações, a pesquisa enfatiza a necessidade de políticas públicas direcionadas à proteção da cultura caiçara e à promoção dos artefatos

artesanais, assim como a importância de iniciativas educacionais que visem conscientizar a população sobre a preservação desse patrimônio cultural e ambiental. Essas intervenções são vitais para assegurar a sustentabilidade do modo de vida caiçara e valorizar a pluralidade cultural do Brasil.

4.1 Patrimônio Imaterial – Lendas que permeiam o território

4.1.1 Cultura caiçara

A elaboração da historiografia caiçara se revela uma tarefa complexa, tendo em vista a escassa evidência de sua representação nos registros históricos relacionados à região litorânea. Nota-se que os registros formais se concentram primordialmente na narrativa das vilas e câmaras municipais, relegando à margem menções relativas aos habitantes que residiam fora dessas circunscrições, mesmo considerando a significativa parcela de produtores que viviam nessa condição. Historiadores locais, como Antônio Paulo de Almeida, demonstram maior sensibilidade em relação à trajetória dos caiçaras, contudo tais abordagens são exceções (Diegues, 2005).

Em contrapartida, a partir da década de 1940, trabalhos de geógrafos e antropólogos, incluindo Maria da Conceição Vicente Carvalho³⁶, Gioconda Mussolini³⁷ e Emílio Willems³⁸, voltaram suas atenções para os pescadores e caiçaras do litoral sudeste, sobretudo nas primeiras décadas do século XX. Conclui-se que a história caiçara requer uma pesquisa mais aprofundada, utilizando recursos como inventários, testamentos, registros de terras, documentações judiciais locais e registros civis.

A metodologia empregada engloba aspectos da história ecológica, analisando as interações entre os caiçaras e o meio ambiente, as quais apresentam nuances distintas ao longo de diferentes períodos históricos. A relação dos caiçaras com a mta, de onde extraem inúmeros recursos, transcende o aspecto meramente econômico, estando impregnada de práticas sociais e simbólicas, conforme elucidado por Schimidt em *A Lavoura Caiçara* (1958).

De acordo com Diegues (2005), campo disciplinar da história ecológica teve início nos anos 1970 nos EUA com contribuições de Richard White e R. Nash,

³⁶ Veja Carvalho, 1968. Carvalho, 1944.

³⁷ Veja Mussolini, 1980. Mussolini, 1946.

³⁸ Veja Willems, 2002.

enquanto na França, já se manifestava desde os anos 1930 com Lucien Febvre e Marc Bloch. No Brasil, embora existam trabalhos pioneiros notáveis, a literatura sobre a percepção e os valores intrínsecos à conservação da natureza é ainda embrionária.

Diegues (2005), concebe a cultura caiçara como resultante da confluência de contribuições europeias, africanas e indígenas. Nesse contexto, práticas associadas tanto ao mar quanto à terra distinguem os caiçaras dos caipiras, estes últimos com ênfase na agricultura. Segundo ele, essa cultura se caracteriza por um conjunto coeso de valores e signos que guiam as interações com o ambiente e a sociedade, manifestando-se em produtos tangíveis e intangíveis. O modo de vida caiçara é articulado com base na organização material, relações sociais e espiritualidade (Diegues, 2005).

A tradição caiçara, ao mesmo tempo em que é herança dos antepassados, é dinamicamente atualizada e transmitida através da oralidade. A tradição não é estática, mas é reinterpretada e incorporada diante de novos contextos. Vivendo entre o mar e a mata, os caiçaras se organizaram no território com uma rica variedade cultural (Diegues, 2005).

Finalmente, os caiçaras enfrentaram estereótipos urbanos da mesma forma que outras culturas tradicionais brasileiras. Este preconceito pode originar-se de suas práticas econômicas menos intensivas e da dependência dos ciclos naturais para a subsistência.

No dicionário online de Michaelis, identificam-se referências ao termo "caiçara" que os associa a conceitos como "malandro", "vagabundo", "pessoa muito estúpida", "bronca", "inútil", "sem serventia" (Caiçara, 2023).

O território caiçara é definido como a faixa litorânea onde se manifestou uma vivência pautada pela produção artesanal, unindo agricultura de pequena escala e pesca, aliado a elementos culturais distintos. Este território pode ser compreendido como uma parcela do espaço e da natureza sobre a qual uma determinada sociedade reivindica e assegura direitos de acesso, controle ou uso, tanto total como parcial, dos recursos naturais presentes. Tal espaço não só provê as necessidades básicas do ser, mas também estabelece as bases para as relações sociais de uma comunidade (Godelier, 1984 *apud* Diegues, 2005).

A despeito de características recorrentes nas comunidades caiçaras, nota-se uma significativa diversidade cultural entre os litorais do Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Estas variações são influenciadas pelas distintas integrações econômicas e

por diferentes contribuições culturais, refletindo-se, por exemplo, nos modelos de embarcações utilizadas, adaptadas às necessidades locais e à influência de culturas vizinhas.

As atividades econômicas regionais são executadas em praias e regiões circunvizinhas por uma população que descende da combinação de indígenas, colonizadores portugueses e, em menor escala, escravos africanos. Esta população, distribuída ao longo da costa, estava integrada a ciclos econômicos, geralmente caracterizados pela monocultura, abastecendo centros urbanos como Iguape e Parati com produtos essenciais como farinha de mandioca e peixe (Diegues, 2005).

A formulação de uma identidade caiçara na história contemporânea encontrou desafios, sobretudo diante de perspectivas urbanas muitas vezes tendenciosas. Para uma compreensão integral, é imperativo considerar além dos aspectos geográficos e étnicos do termo, adentrando o domínio simbólico e as materialidades surgidas das interações dos caiçaras enquanto coletividade e com o ambiente em que estão inseridos. Logo, é crucial explorar as dimensões culturais formuladas e experienciadas pelos caiçaras.

É evidente que o simples fato de nascer no litoral não credencia alguém como caiçara; é primordial também partilhar conhecimentos e técnicas inerentes à sua cultura. Esse imperativo é reforçado pela expressão de um caiçara, ao afirmar, por exemplo, que alguém não pode autodenominar-se caiçara se não domina a preparação do prato típico, o azul marinho. Esse argumento ressalta a significância dos territórios terrestres e marítimos na edificação cultural dos caiçaras, visto que os ingredientes para tal prato são oriundos da terra e floresta (Mansano, 2004).

A partir das décadas de 1970 e 1980, inicia-se uma consolidação da identidade caiçara oriunda das resistências à especulação imobiliária, fonte de tensão e exclusão no território insular.

Outra tendência recente é a mobilização de comunidades em ONGs, como a "Movimento São Sebastião tem Alma", e instituições de pesquisa vinculadas a universidades, como o NEPAM (Núcleo de Estudo sobre a População e Meio Ambiente) da UNICAMP. Estas entidades têm organizado congressos e encontros caiçaras frequentemente, envolvendo líderes caiçaras para debater e solucionar questões comuns.

Observa-se ainda um renascimento de grupos que cultivam o Fandango e as danças caiçaras. Essa valorização cultural tem fortalecido o sentimento de

pertencimento e orgulho da identidade caíçara entre os moradores tradicionais da região.

A “autoidentificação” muitas vezes se configura como uma identidade (re)construída em resposta a atritos crescentes com a sociedade urbana. Os conceitos ambientalistas de áreas naturais protegidas, desabitadas, têm auxiliado na fortificação da identidade cultural (Diegues, 2005).

4.1.2 Naufrágios e Narrativas: O Legado Misterioso de Piratas, Corsários e Tesouros Marítimos

Durante o século XVI, o litoral brasileiro presenciou um aumento significativo das atividades piratas. Durante esse período, corsários guiaram embarcações com a intenção de atacar naus, galeões e caravelas adversárias, visando apropriar-se de cargas valiosas como ouro, pedras preciosas e indivíduos escravizados. Estes atos visavam ampliar os recursos dos corsários para suas jornadas marítimas, durante as quais se utilizavam de instrumentos como lunetas e bússolas na exploração de mares desconhecidos.

A pirataria representou, historicamente, uma das maiores inquietações para as Capitânicas localizadas no litoral de São Paulo. Após o início da tomada do território em 1500, a notícia se disseminou rapidamente, conduzindo às águas do Atlântico Sul uma onda de embarcações piratas que identificaram, no litoral, abundantes riquezas e pontos estratégicos para realizar seus ataques.

Os portos comerciais dessas cidades costeiras careciam de guarnições adequadas para defender as vilas e mercadorias contra possíveis assaltos piratas. A partir da análise da obra *Memória histórica sobre São Sebastião*, de Antônio Paulino de Almeida, compreende-se que, para garantir a segurança dos navios mercantes, foram estabelecidas as capitânicas, que tinham a missão de proteger os produtos exportados. Com o intuito de assegurar a navegação, o governo elaborou regras que proibiam a navegação solo de navios mercantes e estabeleceu datas específicas para determinadas tarefas, conhecidas apenas pelos capitães-gerais e capitães (Souza, 2014).

Com a invasão do inglês Thomas Cavendish ao porto de São Vicente em 1591, as capitânicas do litoral norte priorizaram a defesa dos portos. Enquanto piratas franceses tentavam saquear São Sebastião, em 1655, o conde general D. Jerônimo

de Ataíde solicitou ao provedor da Fazenda Real, Sebastião Fernandes Correia, a restauração da Fortaleza de N. S. do Montserrat, em Santos, com a inclusão de peças de artilharia.

Em 1767, o capitão-general João Carlos Augusto Oeyhausen iniciou o projeto para a construção de oito fortins no litoral norte, sendo 4 em São Sebastião e outros 4 em Villa Bella (atual Ilhabela). A decisão foi interpretada por alguns como perda de território, levando a movimentações militares na região.

Souza ainda acrescenta que:

Na origem grega pirata é traduzido como assaltante. Em latim italiano pirata é rotulado como Marginal. Em ambas as línguas trata-se de ladrões que atuam de forma autônoma ou grupal, com o único objetivo de adquirir para se as riquezas de outrem. O Corsário em si é aquele que comanda o navio, acima de tudo é um pirata superior aos demais por possuir a carta de corso (Souza, 2014, p.98).

A carta de corso era um documento oficial emitido por um governo, que autorizava o capitão da embarcação a atacar e saquear cidades, vilas e navios inimigos. Com essa autorização, o corsário podia agir livremente contra qualquer nação que não fosse a sua de origem, e os que possuíam tal carta eram isentos de condenações por pirataria, sendo vistos, perante os tribunais, como navegadores comerciantes. Aqueles que não possuíam esta carta eram tratados como meros ladrões, enfrentando penas como aprisionamento, venda como escravos ou mesmo execução.

Numerosos corsários, amparados por cartas de corso fornecidas por monarcas, navegavam representando seus respectivos países, incluindo nações proeminentes como Espanha, França, Inglaterra e Portugal. Muitos destes navegadores tinham como objetivo os lucrativos portos comerciais localizados nas cidades litorâneas. As regiões de Santos e São Vicente, por exemplo, destacavam-se pela intensa atividade comercial, assim como pelos lucrativos engenhos e pelas embarcações que transportavam escravizados da África e Angola para serem comercializados (Souza, 2014).

Devido à vasta distância entre suas nações de origem e as vilas do litoral brasileiro, muitos piratas chegavam ao Brasil em condições precárias, com suas embarcações frequentemente danificadas devido às adversidades oceânicas. Assim, buscavam territórios isolados e seguros para realizar os reparos necessários e

reabastecer seus navios. Nestas pausas, planejavam estratégias de saque aos portos, que frequentemente estavam munidos de vigias e canhões defensivos.

Durante o século XVI, Ilhabela constituía um porto estratégico para os corsários provenientes de países como Espanha, França, Inglaterra e Portugal. O Canal de Toque-Toque oferecia múltiplos pontos de acesso, tanto pelo sul quanto pelo norte, adaptando-se a embarcações de diferentes envergaduras devido às suas propícias condições de fundeio. A escassa população da ilha, em sua maioria concentrada na região central, juntamente com a abundante oferta de frutas e água potável, faziam de Ilhabela um local ideal para abastecimento (Simões, 2005).

As regiões costeiras de Sombrio, Eustáquio, Mansa, Castelhanos e Jabaquara serviram como cenário para as meticulosas estratégias de ataque dos piratas. Dadas as particularidades geográficas e topográficas de Ilhabela, especialmente a presença de diversas baías no lado leste com frente para o mar aberto, os corsários tinham a facilidade de ocultar suas embarcações atrás das enseadas, aguardando o momento oportuno para interceptar navios mercantes (Souza, 2014).

Considerando a baixa densidade populacional da ilha, muitos piratas optavam por Ilhabela como esconderijo de seus tesouros. Cientes dos riscos de navegar com cargas valiosas, os corsários ancoravam suas embarcações a certa distância da costa, transportando os tesouros em embarcações menores até a terra firme. Uma vez em terra, um pequeno grupo, sob a supervisão do capitão, era encarregado de enterrar os bens em locais estratégicos, como grutas ou matas densas (Simões, 2005; Souza, 2014).

No entanto, durante o transporte para a costa, algumas cargas eram perdidas no mar devido às ondas adversas. Posteriormente, resquícios destas cargas, como artefatos e gemas preciosas, foram recuperados em Ilhabela por meio de detectores de metal e investigações arqueológicas. Aqueles encarregados de ocultar os tesouros, após cumprir sua missão, eram frequentemente eliminados para manter a localização secreta. Contudo, acredita-se que alguns sobreviveram a tais execuções.

Muitos relatos locais associam as mortes desses indivíduos a uma suposta maldição que protegeria os tesouros enterrados, atribuindo aos espíritos desses piratas a responsabilidade de sua guarda eterna. Para registrar a localização dos tesouros, os capitães confeccionavam mapas, mantidos em sigilo. Com o tempo, alguns destes mapas foram perdidos, enquanto outros foram transmitidos de geração

em geração. Em Ilhabela, foram descobertos diversos mapas e chaves antigos, alimentando as lendas locais sobre tesouros escondidos (Souza, 2014).

Em Villa Bella, a primeira divisão militar foi posicionada sob o comando do Marechal Arouche. Em 1819, o Sargento Mor Maximiliano Augusto Penedo assumiu a governança das vilas do litoral norte, responsabilizando-se pela proteção. Algumas das fortificações, estrategicamente planejadas, foram concluídas pelo Capitão Francisco Arbues Moreira, que também erigiu o Forte principal em Villa Bella.

Durante a Guerra da Cisplatina, iniciada em 1825, houve resistência contra as invasões piratas, como o ataque à escuna de guerra *Sarandy*, em novembro de 1826, que foi repellido pelo Almirante Guilherme Brown. Após gastos significativos na guerra, os fortes de Villa Bella receberam mais munições, armamentos e soldados.

Com o término da guerra em 1828, a paz retornou ao litoral norte. Em 11 de abril de 1831, o governo retirou as tropas, abandonando os fortins construídos para a defesa costeira. A partir de então, a paz foi estabelecida na região, permitindo o retorno ao comércio e à agricultura. Poucos vestígios históricos dessa época turbulenta permanecem, sendo agora exibidos nos centros das cidades (Simões, 2005).

Numerosos naufrágios marcam as costas do Arquipélago de Ilhabela. Acredita-se que esses acontecimentos trágicos eram consequência de alterações inexplicáveis nos instrumentos de navegação das embarcações, ocasionadas por um campo magnético particular, que levava a um desvio significativo das rotas previamente traçadas e a colisões violentas com as rochas e lajes submersas da Costeira da Ilha de São Sebastião. Embora se possa exagerar na descrição, é inegável que, por um lado, a perigosa costa ganhou notoriedade, sendo comparada ao famoso Triângulo das Bermudas. Por outro lado, o Arquipélago de Ilhabela é reputado como um paraíso para o mergulho em naufrágios (Simões, 2005).

Muitas embarcações além de servirem como habitat para a fauna marinha, tornaram-se pontos de interesse para mergulhadores. Durante as navegações, os comandantes utilizavam uma variedade de instrumentos, como astrolábios, cartas náuticas, portulanos, globos, bússolas giroscópicas e elétricas, quadrantes, sextantes, octantes, grafômetros, esfera armilar, lunetas, binóculos, radares, sonares e GPS. Esses instrumentos estão detalhados no livro *O Tesouro dos mapas: a cartografia na formação do Brasil*, publicado pelo Instituto Cultural Banco Santos (Simões, 2005).

A lista extensa de naufrágios registrados começa com o vapor inglês Dart, uma embarcação de transporte misto, que em 1884 colidiu com a Costeira da Itaboca, oculta pela neblina. Entre as embarcações naufragadas perto da Eletro Sebastião, destacam-se os vapores brasileiros Aymoré, Therezina e Atílio, e o vapor de carga britânico Whator.

Houve também o naufrágio do luxuoso transatlântico espanhol Príncipe das Astúrias, que afundou em 1916, após chocar-se contra uma laje. O comandante José Latina, entre os centenas de outros mortos oficialmente registrados, tirou a própria vida. Circula-se a informação de que centenas de refugiados da Primeira Guerra Mundial também pereceram no incidente, que é considerado um dos naufrágios mais famosos da região, e sua maquete é apresentada no Museu Náutico de Ilhabela, visto na figura a seguir. Próximo à maquete, há diversos banners com explicações sobre o naufrágio.



Figura 14 – Maquete do transatlântico Príncipe das Astúrias, exposta no Museu Náutico de Ilhabela em 2023. Fonte: Fotografia realizada pela autora, fev/2023.

Às vezes, o mar fica consideravelmente revolto, afetando até o quase sempre tranquilo canal de São Sebastião. Fortes ventos do quadrante sul, juntamente com a falta de locais abrigados, fazem do extremo sul de Ilhabela um dos trechos mais perigosos do país para a navegação, considerando portes pequenos e médios de embarcações (Simões, 2005).

Esta região do arquipélago, voltada para o mar aberto e sem ocupação humana significativa, mantém aspectos semelhantes aos avistados pelos primeiros portugueses que navegaram por essas latitudes no início do século XVI. É exatamente nesse trecho, entre as pontas da Pirabura e da Cela, passando pela notável Ponta do Boi, que repousam dezenas de embarcações naufragadas ao longo dos anos. Esta região abriga o maior "cemitério" de navios naufragados do Brasil. De acordo com Simões (2005), é dito, sem comprovação, que cerca de 800 imigrantes foram transportados clandestinamente, com a maioria perecendo no naufrágio. Quanto às causas dos naufrágios, postula-se que as rochas magnéticas de Ilhabela causavam desvio nas bússolas, invertendo suas marcações. Num campo magnético, as agulhas acabavam sendo atraídas pelo magnetismo da ilha, direcionando a navegação erroneamente. A ausência de faróis dificultava a localização e, quando o capitão percebia os paredões rochosos à frente, muitas vezes era tarde demais: os navios frequentemente colidiam com as lajes submersas ou defronte às costeiras.

Alguns dos incidentes marítimos mais notáveis na região incluem os naufrágios do navio Crest (1882), Dart (1884), Transatlântico Velasquez (1908), cargueiro Hathor (1909), rebocador Guarany (1913), vapor brasileiro Therezina (1919), vapor Aymoré (1920), cargueiro americano Elihu B. Washburne (1943), Campos (1943), cargueiro Concar (1959), embarcação brasileira Urucânia (1961), petroleiro greco-Cipriano Alina P (1991), cargueiro Victoria (1905), cargueiro americano Western World (1931), navio Hipocampo (1947), transatlântico francês France (1906), vapor inglês São Janeco (1929), navio inglês Solana Star (1987), Embarcação pirata Pamelar (1721), embarcações Aurora e Menalia (1825), escuna Dois Amigos (1839) e o Brigue Cacique (1853) (Simões, 2005 ; Souza, 2014).

A ausência de relatos comprovados sobre a influência magnética nas agulhas das bússolas e a ocorrência de falhas humanas nos naufrágios desmentem qualquer teoria relacionada a essa fenomenologia. Um exemplo notável é o do próprio Príncipe das Astúrias que, sob forte nevoeiro, aproximou-se demasiadamente da Ponta da Pirabura, resultando em tragédia. O maior derramamento de petróleo no Brasil,

inclusive, ocorreu nas águas do canal de São Sebastião, evidenciado pelo acidente com o petroleiro Brazilian Marina na década de 1970 (Souza, 2014).

Os fatores responsáveis pela maioria dos naufrágios na região incluem a topografia da Ilha de São Sebastião, nevoeiros densos, tempestades e inexistência de faróis e de sinais de rádio. Iniciativas como o museu Náutico de Ilhabela, criado pela fundação mar de São Sebastião e pelo grupo Ancoradouro, têm proporcionado acesso a réplicas de embarcações, relatos históricos e objetos retirados do fundo do mar, relacionados a esses incidentes marítimos.

A região também é conhecida pelo "mistério de Trindade," uma lenda que fala sobre tesouros enterrados em algumas das ilhas do Arquipélago de Ilhabela. Registra-se que saques ocorreram ao longo do século XX nos naufrágios do arquipélago, inclusive no famoso Príncipe das Astúrias. Relatos sobre o desaparecimento de objetos de valor, como 40 mil libras em ouro e lingotes de prata, contribuíram para essa narrativa.



Figura 17 – Fotografia interna do museu Náutico de Ilhabela, a exibição apresenta diversos artefatos encontrados no arquipélago. Contando também com maquetes e explicações sobre os acontecimentos. Fonte: Fotografia realizada pela autora, fev/2023.

O engenheiro belga Paul Ferdinand Thiry dedicou 30 anos a pesquisar sinais existentes no saco do Sombrio, acreditando estar relacionado ao mistério de Trindade, envolvendo uma fortuna estimada em 5 milhões de libras esterlinas em ouro e pedras preciosas. Algumas versões apontam para tesouros oriundos da emancipação da América espanhola ou até mesmo parte do famoso tesouro de Monte Cristo, remanescente de anos de pirataria. Estas narrativas, embora intrigantes, permanecem no domínio da especulação e do folclore local (Souza, 2014).

No entanto, o verdadeiro "tesouro" de Ilhabela não se limita aos bens enterrados pelos piratas. A rica herança cultural da ilha, refletida nas marcas da escravidão, nos casarões históricos, nas ruínas de antigas fazendas e nas tradições dos caiçaras, é também parte integral da identidade local.

4.2 Patrimônio arqueológico e cultural de Ilhabela

4.2.1 Patrimônio Arqueológico

Ilhabela detém um patrimônio cultural e ambiental diversificado. Seu acervo também envolve a Mata Atlântica, situada no Parque Estadual de Ilhabela, que representa 83% da área total do município. Há também manifestações folclóricas e um conjunto arqueológico no estado de São Paulo (Cali, 2003).

Uma importante figura para o desenvolvimento de produção científica quanto à arqueologia da região foi o arqueólogo e historiador Plácido Cali, que tem contribuído significativamente para o arquipélago de Ilhabela desde 1999. Sua atuação concentra-se na arqueologia pública, através da colaboração com prefeituras e fundações locais na administração do patrimônio arqueológico. Cali tem sido fundamental na fundação de museus e outras instituições patrimoniais, além de desempenhar um papel crucial na identificação, proteção e valorização do patrimônio histórico e arqueológico. Seus projetos, que se focam principalmente na arqueologia histórica, abordam estudos através da arqueologia da paisagem e da análise de padrão de assentamento, destacando-se em seu trabalho com os remanescentes materiais das comunidades caiçaras do litoral paulista.

Dentro do município, existem quatro categorias de sítios arqueológicos. Os mais antigos são denominados concheiros, com aproximadamente 2.500 anos. Em comparação com os sambaquis, as conchas nos concheiros estão menos compactadas, estando agrupadas em bolsões. Os estudos realizados nesses sítios

indicam uma predominância de restos de peixes, enquanto as conchas surgem em quantidades menores. Nestes locais, são comuns os sepultamentos (Cali, 2003).

Há distintas interpretações arqueológicas sobre estes sítios. Algumas sugerem que sejam oriundos da mesma população dos sambaquieiros, que teriam sofrido adaptações ecológicas e/ou culturais. Outras perspectivas defendem a ideia de uma cultura diferente.

Na década de 1960, Dias Jr., ao estudar sítios costeiros no Rio de Janeiro, propôs a tradição Itaipu para englobar tais sítios. Posteriormente, essa tradição foi subdividida com base em diferenças temporais, ecológicas e culturais identificadas em determinados locais.

Em São Paulo, poucos sítios concheiros foram investigados. A análise dos sítios em Ilhabela indica uma preferência desses grupos por ilhas menores do arquipélago que atualmente compõem o município, situando-se em áreas próximas ao mar, nas encostas dos morros.

Outra categoria identificada em Ilhabela são os abrigos sobre rocha, utilizados para acampamentos ou propósitos funerários. Nestes, observam-se cerâmicas, resíduos de fogueira e, em alguns, restos alimentares, instrumentos de pedra e sepultamentos (Cali, 2003).

Adicionalmente, existem evidências de aldeias indígenas em Ilhabela, como demonstrado pelos objetos encontrados como a cerâmica, que também foi localizada em outros nove sítios, alguns na superfície de concheiros e outros em abrigos rochosos. A cerâmica encontrada na região apresenta características distintas, sugerindo que não seja de tradição tupi-guarani. Uma hipótese é que seja cerâmica da tradição Itararé, ligada a grupos indígenas da família linguística Jê, que compartilhavam elementos culturais.

A última categoria de sítios refere-se a vestígios da presença europeia desde a colonização, contendo os resquícios de fazendas, engenhos, fortes, alambiques, igrejas, serrarias e outras edificações (Cali, 2003). O estudo da cultura material no sítio determinou o período de ocupação do local. A faiança, particularmente, foi fundamental para esta determinação, uma vez que seu padrão decorativo possibilita a identificação do fabricante e do período de produção. A faiança do século XIX sugere a ocupação do sítio neste século, corroborada por outros materiais encontrados que são compatíveis com essa época. Exemplos desses materiais incluem vidros de garrafas com indícios de produção artesanal por sopro, cerâmica vitrificada, cerâmica

neo-brasileira, cachimbos e moedas datadas de 1820, 1869 e 1879. A documentação textual disponível a partir de 1836 sustenta esta interpretação (Cali, 2003).

Nos XVII e XVIII, o desenvolvimento de Ilhabela foi significativamente impulsionado pela agricultura da cana-de-açúcar, que servia como a principal atividade econômica para a produção de açúcar. Este produto era então exportado utilizando os portos estrategicamente localizados em São Sebastião. No século XIX, o café tornou-se uma fonte mais rentável, levando à transformação de muitas fazendas de cana em fazendas de café. Apesar disso, após o declínio do mercado cafeeiro, houve um retorno ao cultivo de cana para a produção de aguardente.

Em Pacuíba, o engenho era de tração animal. Índícios como terra preta, carvão e artefatos atrás das ruínas sugerem atividades associadas à moagem da cana. Adicionalmente, o terreno circundante foi nivelado e alterado para a construção de uma casa caiçara (Cali, 2003).

Vários engenhos de cana foram identificados em Ilhabela, a maioria em ruínas. Dois deles são tombados: o Engenho D'Água, protegido pelo Condephaat, e a Fazenda São Mathias, protegida pelo Iphan. Na Fazenda São Mathias, a parte designada para a fabricação de açúcar era de pedra e cal, enquanto a residencial era de taipa de mão. Já o Engenho D'Água está mais bem preservado. Além disso, existem ruínas de outros engenhos em locais como Furnas, Jabaquara, Água Branca, Castelhanos, Laje Preta, Serraria e Cocaia (Cali, 2003).

Vários locais de importância histórica foram revelados pelo Projeto Arqueológico de Ilhabela, posicionando o arquipélago como uma área significativa para o entendimento do povoamento pré-colonial no Sudeste brasileiro, além de integrar o patrimônio arqueológico nas políticas de gestão patrimonial do município. Este projeto foi viabilizado por meio de uma parceria entre a Prefeitura Municipal de Ilhabela e o Centro de Estudos e Defesa do Patrimônio Cultural (Cedepac), estabelecida com o objetivo de mapear, preservar e valorizar os vestígios arqueológicos locais por meio de métodos científicos e da implementação de políticas municipais específicas para essa finalidade.

Os detalhes desse quadro de análise emergem dos estudos realizados por Plácido Cali, que contribui para esta análise.

No contexto da agricultura e cerâmica, foram encontrados vestígios de comunidades agrícolas, com destaque para o sítio Aldeia Viana. Fragmentos de cerâmica indígena foram localizados em dez locais, quatro em acampamentos

concheiros e seis em abrigos sob rocha. A presença de cerâmica no arquipélago era esperada, mas as peças encontradas não se alinham com as características da cerâmica tupi-guarani, sugerindo uma possível influência da tradição Itararé, relacionada a grupos indígenas da família linguística Jê, conhecidos por compartilharem elementos culturais similares. A descoberta dessa tipologia cerâmica desafia a compreensão prévia sobre a distribuição cultural no litoral paulista (Cali, 2001).

Há uma significativa quantidade de sítios relacionados à colonização europeia, compreendendo ruínas de estruturas do século XIX ou do final do XVIII. Estes incluem as fundações de fazendas de cana-de-açúcar e café, fortificações, engenhos, destilarias, igrejas, serrarias e habitações, todos construídos com técnicas tradicionais de alvenaria de pedra e cal, típicas das edificações costeiras da época. A localização de vários desses sítios pode ser analisada no Mapa de Zoneamento de Ilhabela.

Além disso, os sítios arqueológicos têm enfrentado a destruição provocada por ações humanas. O interesse em caçar tesouros levou à escavação indiscriminada em lugares como o sítio Fazenda Laje Preta. Na ilha dos Búzios, o impacto do vandalismo e da busca por artefatos atingiu vários sítios pré-coloniais, com evidências de remoção de restos mortais humanos e a construção irresponsável sobre áreas de relevância histórica.

Plácido Cali ainda acrescenta que:

Loteamentos, condomínios e grandes obras também podem ameaçar a integridade de sítios arqueológicos. Um desses casos é um abrigo sob rocha, que foi ocupado por indígenas, como se comprova pelos fragmentos de cerâmica e restos de carvão de fogueira encontrados no local. Na mesma área também há uma jazida de cristal de quartzo, matéria-prima utilizada pelos primeiros habitantes do arquipélago para a confecção de instrumentos de corte. Esse sítio está dentro de um loteamento em implantação no bairro Saco da Capela, cuja área deve ser objeto de salvamento arqueológico e preservada do empreendimento. O mesmo aconteceu no loteamento Mirante da Ilha I, no bairro da Feiticeira, que possui as ruínas de um engenho do século XIX, cujos proprietários dos lotes correspondentes ao sítio foram impedidos de destruir o bem para construção de novas casas. Outro caso foi um condomínio localizado na praia de Pacuíba, cujo projeto atingiria o local de dois antigos engenhos, sendo o empreendimento embargado pela Prefeitura até que os sítios sejam salvos e as ruínas do engenho e uma área de ambiência seja preservada (Cali, 2001, p. 9).

O Projeto Arqueológico de Ilhabela representa um avanço na esfera da arqueologia ilhabelense, oferecendo uma compreensão mais aprofundada do passado pré-colonial e histórico da região. A parceria estratégica entre órgãos

governamentais e entidades de preservação culminou em uma iniciativa sistemática de mapeamento, proteção e educação. A atenção dada à proteção e à promoção dos sítios arqueológicos não apenas fortalece a identidade cultural e histórica de Ilhabela, mas também estabelece um modelo de gestão patrimonial que pode ser replicado em outras localidades.

Ilhabela também é um sítio de interesse para arqueólogos submarinos, dada a grande concentração de naufrágios na região. Há registros de aproximadamente 45 embarcações naufragadas, mas estudos sugerem mais de 100 naufrágios ocorridos entre os séculos XVI e XX. Este foi um período de intensa atividade marítima, marcado por disputas entre colonos europeus, piratas, traficantes de escravos e outros comerciantes. A prática do mergulho revela também uma rica biodiversidade marinha, incluindo baleias, golfinhos, tartarugas, raias, polvos, corais e variadas espécies de peixes (Lupo e Bortolusso, 2012).

4.2.2 Cultura tradicional e Saberes Locais de Ilhabela: Um Olhar sobre a Pesca, a Culinária e o Artesanato Local

A atividade econômica preponderante da comunidade caiçara é a pesca, transmitida ao longo de diversas gerações. A prática pesqueira é realizada nas proximidades do continente utilizando ferramentas frequentemente produzidas pelos caiçaras, tais como embarcações de madeira, redes, remos e caniços.

Para a confecção de novas embarcações, é necessária a utilização da madeira da árvore Bicuíba, considerada a espécie mais adequada devido às suas propriedades de leveza e resistência. Contudo, apesar da importância crucial dessa espécie para os pescadores, não existem estratégias de cultivo ou manejo sustentável implementadas. Diante da exploração intensiva, há o risco iminente de esgotamento desta espécie na região da Praia do Bonete, salientando a necessidade de um plano de manejo eficiente.

As principais capturas da pesca artesanal incluem tainha, parati, pescada, corvina, enchova, lula e peixe espada, espécies comuns nas águas circundantes do arquipélago. A eficácia na pesca requer um conhecimento aprofundado do ambiente marinho, abrangendo aspectos como ciclos reprodutivos, fases lunares, marés e locais ideais para a captura de determinadas espécies. Este conhecimento é transmitido aos jovens pescadores durante a adolescência, período em que auxiliam

os mais experientes. Nos últimos 12 anos, a comunidade pesqueira tem enfrentado a crescente presença de embarcações de pesca industrial, que intensificam a competição pelos recursos pesqueiros (Simões, 2005).

A prática agrícola, por sua vez, é realizada em escala reduzida, compreendendo cultivos de mandioca, milho, verduras e coqueiros, predominantemente para consumo local. Adicionalmente, parte da comunidade dedica-se a trabalhos de manutenção predial e construção civil, enquanto outros exploram o turismo, gerenciando pousadas, restaurantes e outros estabelecimentos. Durante o verão, a chegada de turistas amplia a demanda por esses serviços, potencializando a economia local. Em termos socioeconômicos, a comunidade caiçara, em sua maioria, apresenta um poder aquisitivo limitado, possivelmente refletindo as restrições geográficas e econômicas da região (Simões, 2005).

A culinária de Ilhabela destaca-se pela sua diversidade e riqueza de sabores, sendo predominantemente influenciada pelos ingredientes marinhos. Embora a região seja renomada por seus peixes e frutos do mar, também apresenta uma variedade de opções culinárias internacionais, que incluem cozinhas japonesa, portuguesa, mediterrânea e italiana, entre outras, que satisfazem um amplo espectro de preferências gastronômicas. A expertise dos cozinheiros locais reside em sua habilidade de metamorfosear ingredientes modestos em pratos requintados.

Historicamente, a gastronomia da região tem suas raízes nas comunidades caiçaras, que fazem uso extensivo de peixes, frutos do mar, bananas e outros produtos abundantes no arquipélago. Uma das oportunidades mais notáveis para apreciar a culinária local é o Festival de Camarão de Ilhabela, que permite aos visitantes degustar uma variedade de pratos elaborados com este crustáceo.

Um prato emblemático da culinária caiçara é o Azul Marinho, que combina peixe, pirão e banana verde. Esta denominação é oriunda da reação que ocorre durante o cozimento da banana, que, ao entrar em contato com o ferro da panela, libera um líquido de tonalidade azulada. Entre os peixes escolhidos para esta preparação estão o badejo, pirajica, garoupa, cavala e bijupirá, frequentemente temperados com coentro. Quanto às bananas, a variedade São Tomé é a mais comum, embora a nanica também possa ser empregada (Simões, 2005).

Outro prato que se destaca é o peixe assado na folha de bananeira. Neste preparo, o peixe é condimentado e envolvido na folha de bananeira, que atua como uma alternativa ao papel alumínio, retendo os sabores e auxiliando no cozimento.

As moquecas e risotos também ocupam um lugar de destaque na gastronomia de Ilhabela. A moqueca caiçara, um ensopado de peixe com leite de coco, é frequentemente acompanhada de camarão, tomate, cebola, pimentão e ervas. Analogamente, o risoto de frutos do mar, elaborado com arroz arbóreo, vinho, camarão, lula, mexilhões, polvo e ervas, é uma das especialidades da região.

Finalmente, a caldeirada é uma herança gastronômica caiçara que se mantém presente em Ilhabela. Este prato reúne tentáculos de polvo, mariscos, lula e filé de badejo, consolidando-se como uma experiência culinária essencial para aqueles que buscam explorar a riqueza de sabores marinhos da região.

Ilhabela também é caracterizada por um artesanato diversificado, resultante da combinação da habilidade e criatividade dos artesãos caiçaras e da técnica agregada dos seus descendentes. Artistas locais utilizam elementos naturais para criar peças de arte, como os trabalhos realizados nas comunidades tradicionais do arquipélago. Em Búzios, algumas famílias utilizam técnicas ancestrais para produzir cestos, fruteiras, bandejas, luminárias, bonecas, esculturas, chapéus, bolsas, cortinas, esteiras e tapetes com materiais como bambu, fibra de bananeira, cipó, troncos, folhas de milho, sementes e barro. Estes artefatos estão disponíveis em ateliês e lojas da Ilha de São Sebastião, incluindo o Espaço do Artesão e a Secretaria da Cultura, na Vila (Simões, 2005).

Em 06 de setembro de 2023, ocorreu a inauguração da Loja dos Artesãos de Ilhabela, situada na Avenida Ernesto de Oliveira, 1.130, adjacente à Divisão de Trânsito, na Barra Velha. O estabelecimento é destinado exclusivamente à produtos artesanais, que por sua venda representam a principal fonte de sustento das famílias participantes. Esta iniciativa simboliza um compromisso significativo para a salvaguarda e promoção da arte local, valorizando e incentivando seus atores, o projeto também contribui na ampliação de oportunidades econômicas. A gestão do local está sob a responsabilidade do Fundo Social de Solidariedade e alinha-se a outros projetos como a loja Mãos Encantadas da Ilha, em colaboração com a APAE de Ilhabela, e a Loja de Artesanato das Comunidades Tradicionais. Estes estabelecimentos encontram-se na Vila, juntamente com o Café do Engenho, situado no Parque Fazenda Engenho D'Água.

Tendo estabelecido o contexto da tradição artesanal em Ilhabela, especialmente em termos de artesanato, a influência da cultura caiçara é evidente não apenas em artefatos tradicionais, mas também em embarcações, como as canoas.

Estas embarcações, intrinsecamente ligadas à vida cotidiana e à história do arquipélago, ilustram a interação profunda entre a comunidade e o ambiente natural circundante. O trabalho meticuloso dos mestres canoeiros reflete a habilidade que os artesãos empregam em suas criações. Assim, é crucial compreender a importância da canoa caiçara, que representa uma herança cultural e um reflexo da identidade local.

A socióloga Wanda Maldonado (2001) conduziu um estudo sobre a construção física e simbólica da canoa caiçara no arquipélago de Ilhabela, composto pela ilha de São Sebastião e pelas ilhas de Búzios e Vitória, juntamente com outras onze ilhas menores e duas lajes. Segundo a autora, a canoa de voga desempenhou um papel crucial como principal meio de transporte para cidades adjacentes, o litoral sul do Rio de Janeiro e o porto de Santos.

Anteriormente a 1930, o arquipélago possuía uma frota aproximada de 30 canoas de grande porte, esculpidas a partir de troncos únicos, estabelecendo-se como o principal núcleo de construção dessas embarcações no litoral de São Paulo. É importante destacar que a Mata Atlântica na região, rica em árvores de grande porte, fornecia o material primordial para a elaboração das canoas (Maldonado, 2004b).

As canoas produzidas no arquipélago eram distintas, variando conforme sua finalidade. Existiam modelos destinados à pesca costeira, com dimensões entre 3 e 4 metros, manejados com remos e de fácil navegação. O batelão, por sua vez, era utilizado para pesca com rede e tinha entre 4 e 7 metros. A canoa de voga, ou canoa caiçara, visava à pesca oceânica e ao transporte, com dimensões superiores a 7 metros, equipada com motor e notável resistência. Além dessas, havia a canoa regata, designada para velocidade e não particularmente adequada para a pesca regional. Estas últimas eram produzidas em Ilhabela e comercializadas principalmente em Santos e no litoral sul (Maldonado, 2004b).

O período necessário para a confecção de uma canoa estava intrinsecamente ligado à identificação da árvore ideal. Paulo de Oliveira, mestre-canoeiro, elucidou a complexidade do processo, ressaltando a busca meticulosa na mata por madeira adequada, sendo o cedro reconhecido como a opção primordial, seguido pelo jequitibá, ingá, entre outras espécies.

Segundo Paulo de Oliveira, alcançar uma construção perfeita exige meticulosidade, evidenciando a complexidade da arte da confecção de canoas. Ainda que a funcionalidade seja um aspecto crucial, o aspecto estético da embarcação não

é negligenciado. Após esculpir o tronco, utiliza-se a ferramenta denominada enxó-goiva para aprimoramentos. A densidade tanto da proa quanto do fundo da canoa é determinada pelas características do local de uso da embarcação. Por exemplo, dada a granulometria média-grossa das areias das praias de Ilhabela, há uma justificativa para reforçar a proa a fim de reduzir o desgaste. Uma canoa de porte menor demanda aproximadamente um mês para sua confecção (Maldonados, 2004b).

Quanto às embarcações maiores, o processo denominado "puxada de canoa" é um reflexo da integração social da comunidade. Esta etapa é considerada a mais laboriosa da confecção e requer uma colaboração intensiva da comunidade, seja para angariar voluntários – o que pode depender do reconhecimento do mestre-canoeiro ou do proprietário da canoa – ou para a logística da remoção da canoa da floresta.

Os alimentos fornecidos aos colaboradores durante o processo de "puxada de rede" não são percebidos como remuneração, mas sim como expressão de coletividade e solidariedade entre os membros da comunidade. As embarcações menores costumam ser pintadas em uma ou duas cores, enquanto as de maior porte podem exibir até cinco tonalidades distintas. O proprietário determina a nomenclatura da canoa, sendo esta etapa essencial para a identificação e registro junto à Capitania dos Portos, permitindo a navegação costeira. Nomes femininos, muitas vezes referentes às esposas dos proprietários, são frequentes, assim como denominações que aludem a localidades ou elementos naturais, algumas canoas recebem nomes inspirados em telenovelas, como *Tieta* (Maldonado, 2004b).

Wanda Maldonado indica que apenas três indivíduos em Ilhabela eram oficialmente reconhecidos como mestres-canoeiros. Estes eram responsáveis por transmitir ao grupo social os saberes necessários para a confecção, tanto material quanto simbólica, da canoa. No ano 2000, o valor de uma canoa ampla e recém-fabricada era aproximadamente 3 mil reais, enquanto uma de dimensões menores (4 a 5 metros) possuía preço médio de 200 reais. A autora distingue o pescador que confecciona canoas do mestre-canoeiro. Enquanto o primeiro detém uma competência básica em construção de canoas, não desfruta do mesmo prestígio social conferido ao mestre-canoeiro. Este último, devido ao seu conhecimento, supervisiona integralmente o processo de construção e coordena os auxiliares, que desempenham o papel de aprendizes. O resultado é a busca de uma embarcação de alta qualidade, tanto em termos de navegabilidade quanto estética, amplamente reconhecida pela comunidade pesqueira (Maldonado, 2004b).

A relação dos caiçaras com o mar transcende a mera observação física e se aproxima das descrições poéticas que exaltam a liberdade, a vastidão e os desafios inerentes ao oceano. Para o caiçara, o mar não representa apenas um reflexo físico, mas uma extensão de sua identidade. Esta conexão profunda é reforçada por simbolismos e manifestações culturais que os jogos tradicionais evocam.

O mar, neste contexto, não é apenas um campo de jogo, mas um reflexo das identidades dos caiçaras. Ao observar as ondas que quebram na costa, eles não enxergam um reflexo literal de si mesmos, ao contrário do mito de Narciso, mas sim uma projeção simbólica de sua cultura e existência. Assim, o caiçara e o mar se tornam uma entidade única e inseparável (Silva, Zimmermann e Saura, 2020).

O papel dos jogos caiçaras vai além da mera competição, pois eles veiculam símbolos poderosos, sensações de pertencimento e exteriorização cultural, promovendo um reencontro com o "Ser" caiçara em sua totalidade. Ao participar de uma corrida marítima, o caiçara não apenas interage com o ambiente, mas também se reconecta com seu passado, sua identidade e sua cultura. Esta interação não se limita a um momento presente, ela proporciona uma reconexão com o passado e uma visão para o futuro. Analisando relatos e testemunhos, é evidente que essa experiência permite ao indivíduo reconhecer-se como parte integrante da comunidade caiçara, ligado intrinsecamente ao mar e à sua cultura (Silva, Zimmermann e Saura, 2020).

Conclui-se que a cultura caiçara de Ilhabela se manifesta de diversas formas, desde atividades econômicas tradicionais, como a pesca e o artesanato, até expressões gastronômicas e artísticas ricas e diversificadas. A essência da relação dos caiçaras com o mar é multifacetada, atuando não somente como uma ferramenta de sustento, mas também como um elemento simbólico que reflete sua identidade e herança cultural. A sustentabilidade dos recursos naturais e a preservação das tradições são essenciais para garantir a continuidade dessa rica tapeçaria cultural. Iniciativas recentes de apoio aos artesãos locais, assim como a valorização de manifestações culturais, como os jogos vinculados à sua identidade local, destacam a importância de reconhecer e preservar o patrimônio caiçara em um contexto contemporâneo.

4.2.3 Manifestações da cultura imaterial

O conceito de patrimônio tem evoluído com o tempo, com uma crescente valorização do patrimônio imaterial, entendido não apenas como um conjunto de práticas e expressões, mas como a alma e o coração das culturas humanas (Unesco, 2003).

O patrimônio imaterial, conforme definido pelo Iphan, engloba

práticas, representações, expressões, conhecimentos e habilidades – bem como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais associados a eles – que as comunidades, grupos e, em alguns casos, indivíduos reconhecem como parte de seu patrimônio cultural (Iphan, 2014, n. p).

Em sua obra *Culturas Híbridas*, Néstor García Canclini destaca a complexidade e o dinamismo dos processos culturais, abordando a maneira como as tradições são reinterpretadas e transformadas no contexto contemporâneo (Canclini, 1995).

No contexto de Ilhabela, o patrimônio imaterial ganha vida através das inúmeras lendas e narrativas enraizadas na história local. As narrativas descritas a seguir, que vão desde episódios misteriosos a fenômenos sobrenaturais, ilustram a profundidade e a vivacidade desse patrimônio intangível, oferecendo uma janela para o passado e para as crenças que moldaram a identidade cultural da região.

Ilhabela, caracterizada por uma diversidade de paisagens e marcada por numerosos eventos históricos, tornou-se palco de diversas lendas e narrativas. Estes relatos têm origens variadas, abrangendo desde histórias de piratas e senhores de escravos até mitologias indígenas.

Uma das lendas características de Ilhabela é a da Pedra do Sino. De acordo com registros históricos, em 1647, durante uma noite, o som dos sinos alarmou a população local. Ao investigar, os habitantes observaram, à margem da praia, um caixão cercado por quatro velas flutuando. Muitos acreditam que era a imagem do Bom Jesus que, mais tarde, foi descoberta em Iguape, onde ainda hoje é reverenciada como Bom Jesus da Cana Verde. Essa narrativa tem fundamento histórico. O historiador Calixto argumenta que foi o navio de guerra de Segismundo Van Schkope que atacou a embarcação portuguesa responsável pelo transporte da imagem religiosa, que originalmente era destinada à igreja de Pernambuco. Este incidente ocorreu em fevereiro de 1647, e a imagem, transportada pelas correntezas, chegou a

Iguape em dezembro do mesmo ano. Essa lenda é corroborada por outras fontes, como os trabalhos de Maria Cecília França e Hipólito do Rego (Simões, 2005).

Outra lenda notável é a da Toca do Come Bala, situada na Praia da Armação, ao norte da ilha de São Sebastião. A origem do nome advém de um antigo combatente que, após ser ferido e perder uma perna em combate, buscou refúgio em uma caverna na região. Este homem, descrito como bondoso, tornou-se uma figura popular entre os locais, narrando histórias sobre batalhas e sonhos perturbadores nos quais era cercado e atacado. Após sua morte, a caverna foi então batizada, em sua memória, como Come Bala (Simões, 2005).

Permeando a cultura e o imaginário popular ainda há a lenda da Toca do Estevão. Durante o período de escravidão em Ilhabela, no Engenho D'Água, Estevão, um escravo alfabetizado, foi aprisionado após seu talento ser descoberto. Posteriormente, com a ajuda de pessoas próximas, conseguiu fugir, refugiando-se numa toca próxima ao Engenho D'Água. Essa toca é, até hoje, associada ao seu lamento, denominada como Toca do Estevão (Simões, 2005).

Outra lenda é a da Toca da Serpente, situada no bairro da Armação, ao norte da ilha. Conforme a narrativa, uma imensa serpente atacava pescadores locais. Em busca de proteção, a comunidade local solicitou a benção de um padre. Posteriormente, a serpente teria mordido uma pedra e se afastado para o mar, deixando, no entanto, uma marca de seus dentes na rocha (Simões, 2005).

A Cachoeira da Laje é palco de mais uma lenda, onde duas jovens loiras foram avistadas penteando longos cabelos com pentes de ouro. Na mesma cachoeira, também se fala sobre uma panela encantada de ouro, resguardada por entidades mágicas. Esta narrativa foi documentada por Nivaldo Simões com base em depoimentos de Antônio Leite Santana, descendente de Manoel Leite Santana. Na Cachoeira da Água Branca, localizada no bairro homônimo, a tradição oral menciona a existência da Mãe d'Água ou Mãe do Ouro, uma entidade que protege um tesouro e atrai aqueles que tentam roubá-lo. A lenda narra que esta figura misteriosa aparece em noites de luar, penteando seus cabelos prateados com um pente de ouro (Simões, 2005).

Por fim, a lenda da Pedra do Sino II se situa em Garapocaia. De acordo com a tradição, no século XVII, uma caravela de piratas ameaçava a Ilha de São Sebastião. À medida que os sinos tocavam, a população local se preparava para o combate. Nesse contexto, surge uma figura mística, identificada como São Sebastião, que ajuda

a repelir os invasores. A origem dos sons dos sinos, desconhecida para a maioria, é atribuída às pedras da praia, que, quando percutidas, ressoam como sinos, originando o nome Pedras do Sino. Essa narrativa também se entrelaça com lendas da cidade de São Sebastião (Simões, 2005).

4.2.3.2 Poemas

A paisagem, em sua contextualização histórica e estrutural, posiciona-se entre uma concepção simbólica do lugar, prevalente na Antiguidade clássica e na Idade Média, e uma abordagem científica do espaço emergente na Modernidade. O lugar é caracterizado por limites topográficos e culturais precisos, delimitando o território de uma comunidade com códigos de valores, crenças e significados comuns. Em contraste, a paisagem está mais associada à perspectiva de um indivíduo, cujo horizonte simultaneamente define e transcende o visível. A paisagem atribui ao mundo um significado não mais ancorado em um credo religioso coletivo, mas oriundo de uma experiência individual, perceptível e apta a uma singular elaboração estética (Cervini, 2020).

O saber científico se desvincula tanto da abordagem simbólica quanto da experiência perceptiva, objetivando o espaço como uma extensão homogênea, isotrópica e passível de matematização. Tal conhecimento, ao possibilitar ao ser humano moderno dominar a natureza, dilui o vínculo sensorial, simbólico e afetivo que ele tinha com ela. Este laço agora encontra refúgio na experiência e na representação artística da paisagem.

Neste contexto, a paisagem em uma obra pode não ser retratada no sentido tradicional. A arte moderna, ao se desvencilhar dos limites e ilusões de uma representação objetivamente mimética, potencializou a expressão dos aspectos subjetivos da paisagem e das emoções a ela vinculadas (Henry, 2012b).

Para entender a influência da sensação moderna na reconfiguração da paisagem, é vital diferenciar sensação de percepção. A fenomenologia postula que a percepção, especialmente a visual, não é a assimilação puramente passiva de estímulos, mas sua interpretação e organização em uma estrutura definida. No entanto, nossa experiência com o mundo também engloba a sensação, uma apreensão pré-perceptiva do sensível. Neste estado, o interior e o exterior se

mesclam, e a arte aspira a retratar essa dimensão primordial da nossa relação com o mundo.

Na poesia e na arte, a expressão de sensações exige uma transcrição em um código simbólico. A poesia envolve a reativação de sensações e emoções, mas deve, para articulá-las e compartilhá-las, aderir, mesmo que de forma adaptada, às convenções desse código.

Visto que a paisagem impulsiona a construção de significados da experiência individual, é possível traçar paralelos com iniciativas como o concurso de poesia promovido em Ilhabela. Tais competições, ao incentivarem a expressão de experiências locais por meio da poesia, convidam os indivíduos a articularem suas relações sensoriais, simbólicas e afetivas com o ambiente circundante.

A contextualização da paisagem, conforme discutido anteriormente, se desloca entre uma concepção simbólica do Lugar e uma abordagem científica do espaço. Em Ilhabela, uma região com características geográficas e culturais distintas, a paisagem se torna não apenas um pano de fundo físico, mas também um repositório de memórias, tradições e interações comunitárias. As nuances da experiência local, moldadas por essa paisagem e pela vida cotidiana na ilha, têm potencial para serem profundamente ricas e variadas.

O Concurso de Poesia da Biblioteca Pública Municipal de Ilhabela, promovido pela Prefeitura de Ilhabela em parceria com a Secretaria de Cultura e a Fundação Arte e Cultura de Ilhabela (FUNDACI), foi estabelecido em 2004. Este visa fomentar a leitura e a escrita, bem como destacar a produção poética local.

As obras inscritas, atendendo aos critérios estipulados pelo regulamento, compõem uma antologia poética do concurso, que será publicada em formato de livro pela Secretaria Municipal de Cultura. O concurso abrange três categorias: Infantil, Juvenil e Adulto. As inscrições, sem custos, estão disponíveis para residentes de Ilhabela que apresentem trabalhos conforme as diretrizes do regulamento.

Os concursos de poesia servem como plataformas que incentivam os residentes a explorarem e expressarem suas sensações, percepções e reflexões acerca de Ilhabela. Esta prática ecoa a noção da fenomenologia que destaca a importância da experiência e vivência do sujeito, tendo não somente a ênfase nos estímulos sensoriais para conferir estrutura e significado, como também abrangendo as diferentes formas em que os fenômenos se apresentam ao longo da vivência humana. Assim, ao se engajarem na escrita poética, os participantes do concurso

estão, de certa forma, participando de um exercício fenomenológico, onde suas experiências e sensações são traduzidas em versos.

Os poemas selecionados trazem nuances diversificadas da relação humana com o ambiente insular e com os elementos naturais, refletindo em múltiplas dimensões a vivência em um arquipélago como Ilhabela. Os poemas apresentam perspectivas imersas na vivência insular, conectando-se diretamente ao texto discutido anteriormente a partir dos arquétipos abordados por Jung.

Nota-se que os poemas Ilhabela Afrodisíaca e Maré fazem alusões às características geográficas de Ilhabela. Os poemas abordam a vivência insular a partir de imagens que remetem a elementos naturais, como a areia, a mata, a água, o mar, o luar e as estrelas, articulando a fusão entre o ser humano e a natureza. Notam-se ressonâncias com o conceito discutido anteriormente, no qual ilhas são vistas como arquétipos de refúgio, segurança e renovação. O lirismo utilizado captura a essência de uma ilha como refúgio, como um lugar onde a alma encontra paz, rejuvenescimento e, acima de tudo, uma profunda conexão com a natureza. A descrição de elementos naturais também coincide com a representação de Ilhabela em promoções de turismo, enfatizando seu potencial como destino de ecoturismo.

ILHABELA AFRODISÍACA

Corpos que devaneiam
Na areia da praia enluarda
Amarro-me em teus braços
Prendo-me em teu peito
Laços eternos

Perco-me em teu corpo
Mata adentro
Nada é restrito...
Serpenteias e gritas queda d'água abaixo

Teu cheiro tonteia...

[embriaguez] de flor em flor...

Mar reflete ilha e luar
Pele na pele macia
Deslizam estrelas à beira-mar
Sussurros a subir, beijos a descer do Baepi
Banhos de cachoeiras;
Tucanos e bentevis...
Mergulho em pôr-do-sol enxergando arco-íris
Minh'alma respira lembranças
Que o vento traz a navegar...
Quão bom é amar numa ilha paradisíaca!

(Marília Kim de Oliveira Nafalski)

Antologia Poética – V Concurso de Poesia da Biblioteca Pública Municipal Dr. Renato Lopes Corrêa, 2008 – Categoria Adulta – 2º Colocado

MARÉ

Mar e mato - aroma raro:
no meio do canal se sente, em meio à brisa
serena
do porto natural,
profundo e calmo.

Vento, brisa, ondas, marulhar:
alguns guapuruvus – deitados – navegando, rumo a pontas...
“- Escavou, tirou madeira, saiu canoa!...”
intervenção de mão humana
recriando, ampliando a obra natural...

Perfumes de orquídeas, epífitas, bananas, jacas,
samambaia sem fim;
facas matando peixe,
matando desejo, o apetite, a fome.

Pás cavando a terra, virgem; humana obra,
abrindo espaço e rumos:
impactos antrópicos nos trópicos...
sem estudos, nem relatórios...

Relatos...

No Encantado o tempo parou
e, do meio da névoa, a feiticeira chamou...
e, ao entrar no rio de chuva, na cachoeira,
chuva de ouro encanta o turista desencantado...

Aros de ferro na pedra – caminho do camarão –
não deixam se perca a memória dos dores, violência
Passada? Presente? Sem fim?
– Quem fica ainda hoje algemado?
Quem se amarra na ilha,
Quem ata laços de amores?

Ilha de campos magnéticos,
bela que desnor-teia compassos, mentes, corações...

Naufra-gios de vidas, afetos, amores,
buscando refúgio, porto seguro, tocas, tesouros...
sombrios remansos de profundidade sem preço...

Odores, aromas, fedores,
tostões, milhões, escusos interesses, sem piedade
compaixão.
nos engenhos a vida prossegue...
nos mercados repositores são formados, e vidas escoam
como mercadorias pelos *check-outs* ...
Desde há muito, reis de outros continentes,
reis de tempos havidos, tornados pó,

esmagados como os cascos na rebentação dos arrecifes,
destroçados como as cascas nos mangues aterrados,
tornados lixões,
e novamente aterrados, e tornados édens
seguem sedentos reclamando a água perdida
e arrotando os gases do protesto vivo...

Chora a princesa.

Pedras. Pedras. Muitas pedras, a manter a terra, areia
seca, sem chover, úmida na aparência...

Chuvas – não tantas: o ventos leva, via canal, ao norte
a manter a aparência abundante de tantas cachoeiras
uma ao dia, mais de ano a conhecer...

Velas! Velas! – Grandes, médias, pequenas...
Festivais de cores, como os banhos da Dorotéia...
Quebra-Chiquinha restaurada, realizado perdido, por
insegurança,
resiste a Congada, na lua de maio... Mas o boi
morreu... Que será de nós?

Das vertentes altas a linha d'água, olhar sereno e
consciente contempla
crescimento do aterro, do porto, do tráfego, das ruas, das
casas;
das mangueiras plásticas, nos canos de esgoto;
dos filhos, das filhas, das docas, das bocas...
e o crescimento das escolas, postos, hospitais,
hotéis, pousadas, restaurantes, salões, salinhas, salas,
pistas,
postas, porções, bares, botecos, capelas, conjuntos e
condomínios
habitacionais...

Ondinhas sobem e descem na areia grossa,
cortante de múltiplas conchas.
Casas de farinha ressecam, trituram, moem...
Enquanto o ar se enche do aroma do peixe, da banana, do
azul-marinho,
caminho caiçara à beira-mar, sua imagem dissolvendo-se no crepúsculo:
Maré...

(Leo Ladislau Nafalski)

Antologia Poética – VII Concurso de Poesia Arquipélago da liberdade –
Secretaria Municipal de Ilhabela, 2010 – Categoria Adulta – 3º Colocado

Comunidade Isolada e A Lenda do Caiçara oferecem uma visão tanto subjetiva como concreta sobre a prática da vida insular, focando na existência cotidiana dos caiçaras, como também apresentam imagens a partir do imaginário coletivo que a população preexistente de Ilhabela evoca. O ritmo da vida é determinado pelas condições do mar e pelo trabalho manual. O título do poema, Comunidade Isolada, e as referências à "vida dura de caiçara" ecoam as discussões apresentadas neste

estudo sobre o isolamento geográfico e a natureza multifacetada da relação entre o homem e a ilha. Abordam-se as realidades tangíveis que as comunidades insulares enfrentam, contrastando com a visão mais idealizada, comercializada.

COMUNIDADE ISOLADA

Redes n'água, sorte lançada;
 Mar revoltoso, mão na enxada;
 Peixes, sustento (a pescar);
 Verduras, legumes, alimentos (a plantar);
 Vida dura de caiçara;
 Nascido artista, por natureza;
 Canoa, barco, cesto, balaio, esteira;
 Pés chato, firme em costeira;
 De pedra em pedra mariscar;
 Cedendo madrugada, homens ao mar....

(Riccelli dos Santos)

Antologia Poética – VI Concurso de Poesia Navegando na Arte da Poesia –
 Secretaria Municipal de Ilhabela, 2009 – Categoria Adulta – 2º Colocado

A LENDA DO CAIÇARA

Contou-nos certo pescador que uma grande lenda chegou,
 Nessas praias brasileiras um grande navio aportou.
 Tendo do navio descido uma mulher de pele clara
 Só mais tarde ficamos sabendo que seu nome era Sara.
 Acompanhada de soldados e vigilantes bem armados
 Escutavam a rainha que trazia objetos raros.
 Ao começaram a andar na praia e sentir a maresia
 Houve um grande tiroteio de piratas que se escondiam.
 Diante de toda correria entre os tiros e confusão
 Os guardas em gritos gritavam protegendo Sara com as mãos.
 Corre, Sara! Corre, Sara! Era o grito que se ouvia
 Até que outro grito diante daquela correria:
 Cai, Sara! Cai! Cai, Sara, por favor!
 E Sara se lança no chão se defendendo do Tropeço
 Assegurando a barriga de todo aquele arremesso.
 Entre toda confusão e aquela barulheira
 Uma vida ali na cera da grande barriga de Sara
 Que foi logo batizado com o nome de Caiçara.
 Caiçara nasceu na praia e cresceu dentro do mar
 Nunca esqueceu sua história e só agora pode falar.
 Que sua origem é a água e esse oceano sem fim
 Filho de Sara, a mãe natureza, e o grande mistério em mim.

(Hélio Inácio Santana)

Antologia Poética – VII Concurso de Poesia Arquipélago da liberdade –
 Secretaria Municipal de Ilhabela, 2010 – Categoria Adulta – 2º Colocado

O poema Náufrago aborda a sensação de deslocamento e a busca por um porto seguro na vida, relaciona-se com o arquétipo do indivíduo perdido ou deslocado, e o poema evoca o tema da busca humana por significado, pertencimento e conexão. Este poema se relaciona com o texto onde é discutida a dualidade da experiência insular – um lugar de refúgio e isolamento, mas também de desafios e introspecção. Enquanto o poema Do Tempo explora a relação temporal e a marca do tempo na natureza, refletindo o trecho do texto que discute a percepção particular do tempo pelos ilhéus em comparação com os continentais.

NÁUFRAGO

Náufrago da nau fantasma.
à deriva da vida.
a mim mesmo agarrado
vim para cá neste porto.

Pensei:
se a ilha é
a vida pode ser bela!

Na contramão, o encontro.
Na balsa, a aproximação,
a ligação com a despedida,
a volta da emoção.

depois de sete anos a descoberta:
eu me agarrara a uma mentira.
Então vem a tempestade,
na caldeira do diabo,
alimentado pelo fogo da intriga,
o trovão rompeu a noite
iluminado pelo relâmpago.
Não existe pior castigo
que a mão de amigo
porque já tive a boca beijada
três vezes recusada.
A vida perde o sentido
passa a ser seara árida.
A ilha nunca existira
o meu porto é a loucura!

(Carlos Eduardo Martins)

Antologia Poética – X Concurso de Poesia – Secretaria Municipal de Ilhabela,
2013 – Categoria Adulta – Menção Honrosa, p.9.

DO TEMPO

A mim, que trago
Nos olhos a fumaça
Achei graça
Quando o vi a conversar com o vento.

Fiquei atento
E observei calado,
Aquele rosto vincado
Pelo sol e pelo sal.

Lançou-se nas águas,
Dançou com o barco,
Riscou no ar um arco
Inspirou, sereno, a maresia.

Desenhou com o dedo
O percurso do sol,
Enquanto puxava no anzol
O alimento do dia.

De olhos fechados,
Sabia do tempo,
Se o assovio do vento
Convidava a ir ou a ficar.

Não era dono de nada
Nem do mar, nem do tempo.
Só ouvia o conselho do vento,
Amando-os sem dominar.

(Andrea Cristina Garcia)

Antologia Poética – XIV Concurso de Poesia – Secretaria Municipal de Ilhabela, 2017 – Categoria Adulta – Menção Honrosa, p.7.

Já nos poemas *Águas, Por Si Mesma...* e *Sob sua pele* ou *Poema Estranho* de um Ilhéu, nota-se a importância dada a partir da escolha do tema para o concurso pela Secretaria Municipal de Ilhabela como também o reflexo da importância do arquétipo da água em suas diversas formas, reconhecido em diversos poemas apresentados nos concursos. As obras sugerem uma mensagem subjacente de preservação e sustentabilidade, tema que ressoa como uma necessidade reconhecida por seus próprios habitantes de que haja esforços no desenvolvimento sustentável do arquipélago.

ÁGUAS, POR SI MESMA...

Lágrimas, Suor, Saliva, Transpiração,
Nuvem, Vapor, Vento, Cerração.
Serenos, Chuva, Brisa, Estiagem,
Neve, Neblina, Nevoeiro, Aragem.

Mar, Oceano, Cachoeira, Rio,
Calor, Primavera, Outono, Frio.
Flora, Fauna, Planta, Bicho,
Fungi, Algas, Germes, Nicho.

Corrente, Parada, Viscosa,
Sólida, Líquida, Gasosa.
Poço, Cisterna, Cacimba,
Açude, Represa, Mina.

Vida, Corpo, Ventre,
Passado, Futuro, Presente.
Lixo, Descaso, Poluição.
Esperança, Consciência, Preservação!

(Rosilva Silva dos Santos)

Antologia Poética – VIII Concurso de Poesia Água, origem da vida –
Secretaria Municipal de Ilhabela, 2011 – Categoria Adulta – 1º Colocado

SOB SUA PELE OU POEMA ESTRANHO DE UM ILHÉU

escreve-se sempre com raiva
quando se escreve hoje sobre algo como natureza.
mais que tudo, escreve-se com justa indignação
quando, recusando-se a escrever “sobre”,
inscreve-se sob sua pele-pluma sendo-a.

daí que não seja possível o gesto exterior de louvação disto: a natureza
ou mesmo disto: a natureza ilhabelense.
perfil transbordante de uma superfície sempre se fazendo em acoplamentos
de desejos como os homens, como as máquinas,
importa que se diga dali, de dentro do seu próprio caos compartilhado.

menos conceitos com seus sons estúpidos e
talvez poderemos escutar uma voz imperial
que, a de nunca ter tido dono
(quem usaria dizer que possui o ventre da própria mãe?),
e não possui destino.

tomamos como exemplo a voz dura desta ilha que me disse
no outro tempo ser como o espírito que sopra aonde quer.
ninguém sabe de onde vem, nem para onde vai.
daí porque o seu mais próprio seja
o misturar-se com os ventos
que nos empurram a todos
como velas,
para além.

pensava nisso quando decidi nada falar sobre natureza.
prefiro que minha mensagem cresça em círculos concêntricos de silêncio.

(Tovar Nelson Pereira Júnior)

Antologia Poética – XVI Concurso de Poesia A natureza sob o olhar
ilhabelense – Secretaria Municipal de Ilhabela, 2017 – Categoria Adulta –
Menção Honrosa, p.9.

O poema sugere uma conexão transcendental entre o indivíduo e o mundo natural, promovendo uma compreensão que vai além da simples observação, também o faz por integrar elementos dos arquétipos junguianos.

Nota-se que o indivíduo e o mundo são inseparáveis nas composições, com o primeiro sendo reflexo do segundo. Este enfoque indica uma interconexão que transcende o mero observador e o observado, implicando uma fusão entre o sujeito e o objeto. A interação entre os conceitos psicológicos de Jung e a composição literária oferece uma abordagem subjetiva e profunda para a análise, realçando sua complexidade na interação entre o homem e o seu ambiente.

Além disso, como postulado anteriormente, a arte e a poesia, ao explorarem a dimensão originária da relação humana com o mundo, muitas vezes necessitam reconfigurar ou desfigurar paisagens para expressar o que é intrínseco à experiência primária. No contexto de Ilhabela, os poemas submetidos aos concursos podem refletir essa reconfiguração, apresentando a paisagem local de maneiras novas e inovadoras, desafiando ou expandindo as convenções tradicionais de representação.

Em conclusão, a promoção de concursos de poesia em Ilhabela pode ser vista como um esforço para cultivar e documentar a rica tapeçaria de experiências individuais e coletivas moldadas pela paisagem única da região. Esta iniciativa, ao aliar-se às reflexões sobre paisagem, sensação e arte, ressalta a importância de espaços que permitem a expressão autêntica das interações humanas com o ambiente e a cultura locais.

4.2.4 Eventos e Manifestações Culturais

No contexto do catolicismo com influências folclóricas introduzido no Brasil, o culto aos santos é preponderante em Ilhabela. Conforme registros da Escola de Folclore, o epicentro da vivência religiosa católico-folclórica é pautado no culto às imagens dos santos e à sacralidade atribuída a elas. Os santos considerados mais venerados são aqueles antigos, valorizados por terem sido descobertos e não meramente produzidos e comercializados (Corrêa, 1981).

Tanto em Portugal, origem deste culto, quanto no Brasil, é comum que cidades, povoados e bairros tenham um santo padroeiro ou uma figura sagrada celebrada em datas específicas. Em Ilhabela, embora São Benedito não seja o santo padroeiro, é amplamente celebrado. Denominado de "o preto" ou "o Mouro" devido à tonalidade escura de sua pele e reconhecido por sua humildade e virtudes, sua canonização ocorreu em 25 de maio de 1807, período marcado pela escravidão (Corrêa, 1981).

Sua veneração é evidente em diversas localidades litorâneas, sendo particularmente reverenciado entre as camadas mais humildes da população, possivelmente pela sua associação como cozinheiro e sua identidade racial. A devoção a São Benedito no Brasil remonta ao início do século XVII, anteriormente à oficialização pela Igreja. Em Ilhabela, destaca-se a intensa relação dos fiéis com o santo, ao ponto de afirmarem: "Deus no céu e São Benedito na terra".

No período escravocrata, os africanos buscavam formas de organização social, frequentemente estabelecendo irmandades ou confrarias em nome de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, os quais, dada a associação cromática, eram vistos como protetores dos negros. A figura de São Benedito permeia o cotidiano, estando presente em conversas e momentos de aflição. Muitos recorrem a ele em momentos de enfermidade, fazendo promessas que, por vezes, são desafiadoras de serem cumpridas. O compromisso com o santo é tão enraizado que há uma prevalência notável de indivíduos nomeados "Benedito" na região, muitas vezes em decorrência de promessas realizadas (Corrêa, 1981).

Quanto à congada, Caponero insere ainda a questão racial e a influência das diversas culturas encontradas em Ilhabela:

Uma outra versão para a congada de Ilhabela – a mais aceita por constituir uma temática de predominante aculturação africana – é a que representa o desentendimento entre dois grupos que desejam festejar São Benedito, mas no final todos se unem e os pagãos são batizados no último baile (Caponero, 2009, p. 219).

(...) que há de comum em todas as versões sobre a história da congada é que ela sempre simboliza uma guerra entre congos dirigidos pelo embaixador e pelos fidalgos do rei. O embaixador é feito prisioneiro e há uma festa em homenagem a São Benedito (Caponero, 2009, p. 218).

A festividade em honra a São Benedito é particularmente notável por sua capacidade de reunir a comunidade de Ilhabela. O envolvimento comunitário na preparação é intensivo e inicia-se meses antes do evento. Embora os relatos atuais não alcancem o brilho descrito por moradores mais antigos, a dedicação ainda é palpável. No passado, as praias da antiga Villa Bella recebiam inúmeras canoas, com pessoas enfrentando adversidades naturais para participar da celebração. A presença massiva de devotos em Villa Bella proporcionava um ambiente festivo, com bailes tradicionais e a degustação de bebidas típicas, como a "consertada" (Caponero, 2009).

A congada é considerada a principal manifestação folclórica e cultural da comunidade caiçara. Estima-se que este ritual perdura por mais de um século e meio, conservando discursos, músicas e representações. Com evidentes traços de cultura africana, destaca-se por representar dois grupos que disputam a honra de celebrar São Benedito. Esta manifestação incorpora declamações, canções e danças, acompanhadas pelo som da marimba e atabaques. Nota-se a influência da narrativa mouro-cristã, ilustrada no livro *Carlos Magno e os 12 Pares de França* (Simões, 2005).

Aqueles que participam da Congada, seja dançando ou tocando instrumentos, frequentemente o fazem em cumprimento de promessas pessoais ou de familiares. Os congueiros se identificam como devotos de São Benedito e reservam sua apresentação exclusivamente para a festa em honra ao santo. Historiando, a celebração de São Benedito era anteriormente organizada pela Confraria de São Benedito. No entanto, autoridades religiosas interromperam sua execução na década de 1940, quando os padres desaprovaram a junção da congada à festa religiosa, chegando a proibir a entrada dos congueiros na igreja com seus trajes típicos. A congada esteve interrompida entre 1944 e 1956, conforme Simões (2005). Atualmente, a organização da parte religiosa e da quermesse está sob responsabilidade do Conselho Paroquial, com receitas destinadas à Igreja Matriz, a qual foi restaurada posteriormente. A celebração religiosa tem início com um tríduo preparatório, culminando em uma festa eclesial de três dias.

Tradicionalis Féstas do Glorioso
São Benedito
 Na Paroquia de ILHABELA

Programa (Religioso)

JULHO DE 1969

das 24-25-26 - às 19 hs. - Tríduo, com reza do terço, Sermão pelo Rvmo.
 Padre Oswaldo, Vigário da Paroquia.

dia 27 - as 6 hs.: Alvorada com repique de sinos e fôgos.

" 8 " : Missa com comunhão geral.

" 10 " : Missa solene, Sermão.

" 17 " : Solenissima Procissão em homenagem ao glorioso São Benedito, percorrendo o itinerário de costume. Encerramento na Igreja Matriz, com Bênção ao SS Sacramento e Sermão pelo Rvmo. Padre Oswaldo.

Quermesse

do dia 20 a 27 - A partir das 20 horas, na sede do Esporte Clube Ilhabela, com Leitão de prendas, Barracas com churrasco, quentão, jogos p/ crianças e adultos. Nos dois últimos dias, Bailes com conjunto de Ritmos. Brincadeiras p/ crianças; pau de sebo, pega pato, corrida de saco, etc.

Atrações

Tradicional congada, que se apresentará no período diurno, nos dias 25, 26 e 27 nas ruas de Ilhabela.

Responsável pela Congada

Noel Nivaldo da Silva (néca) Rei do Congo.
 Iro Quinteiro de Freitas-Embalsador.
 Iro Rodrigues dos Santos-Cordenador.

Comissão de Festeiros

Roberto Fazzini-Presidente - José Ribeiro dos Santos-Tesoureiro
 Otivaldo Kraushe Melra-Secretário - Wladimir Alves Lins
 José Carlos de Carvalho - Waldemar Caruso - Decio Cardeal.

Ilhabela, Julho de 1969

VISTO:

Padre Oswaldo

Figura 18 – Programa da Festa de São Benedito do ano de 1969. Fonte: Material exposto no Centro Cultural Waldemar Belisário em Ilhabela.

Recentemente, a congada de Ilhabela é composta, em média, por 45 integrantes. No passado, chegou a reunir cerca de 100 pessoas. Um caiçara idoso relatou que a Congada chegou a contar com a participação de 200 pessoas, oriundas de diversas praias do arquipélago. Para os caiçaras, assumir um papel na congada possui um caráter sagrado e reverbera em sua vida diária. As gerações mais jovens

frequentemente são descendentes de antigos participantes e, por isso, estão familiarizados com a trama da representação desde cedo. A composição dos participantes modificou-se ao longo do tempo: antes predominantemente pescadores, agora engloba diversos profissionais (Simões, 2005).

A motivação para integrar a congada reside, primordialmente, na esfera religiosa, seja por devoção ou cumprimento de promessas. Além disso, alguns voluntários auxiliam na preparação da festa, seja na confecção de espadas de madeira, montagem das barracas para quermesse, preparo de refeições ou atuação como músicos. A congada é estruturada em dois grupos distintos: os congos de cima, que representam os vassalos ou "cristãos", e os congos de baixo, simbolizando os "não batizados" ou mouros. A organização da congada é fixa, destacando-se figuras como o Rei, a Embaixadora e o Secretário.

Em suma, a festa revela dois componentes intrínsecos à cultura brasileira: a expressão da fé religiosa e a manifestação folclórica coexistindo. A congada, em especial, simboliza um ápice da celebração, evidenciando a profunda conexão entre religiosidade e tradição folclórica.

4.3 Ilhabela na contemporaneidade

Além de seu patrimônio natural, Ilhabela conserva a riqueza cultural dos caiçaras. Essa cultura, fruto da interação entre diversos grupos étnicos – europeus, indígenas e africanos – é evidenciada na arquitetura e nas práticas materiais e imateriais.

As tradições das comunidades locais também são destacadas por meio da Casa do Caiçara, uma edificação de pau a pique situada na Secretaria da Cultura, equipada com fogão a lenha e objetos que ilustram o modo de vida caiçara.

Na mesma localidade, a Fundaci mantém um espaço dedicado à exibição de artesanato caiçara, abrangendo uma variedade de itens confeccionados pelos habitantes das comunidades tradicionais do arquipélago.

Ilhabela oferece ainda outros dois pontos de grande interesse para visitantes: o espaço Arte na Tenda, que dispõe de artigos produzidos por artesãos do sul, localizado na Praia Grande, e o Arte na Praça, onde ocorre a exposição e comercialização de obras de artistas plásticos e artesãos locais, situado na Praça Coronel Julião, na vila.

4.3.1 Patrimônios

Considerando que o patrimônio cultural do município, que engloba não apenas os bens tombados mas também sítios históricos, paisagens naturais e sambaquis, a Secretaria de Cultura sinalizou a elaboração de planos de ação interligados ao turismo. Há menção, por exemplo, à criação de roteiros culturais que abranjam capelas históricas e sítios arqueológicos. Atualmente, as atividades culturais e turísticas estão entrelaçadas, evidenciadas, por exemplo, na promoção de visitas a centros culturais e na utilização de edifícios históricos para exposições de acervos patrimoniais.

Embora não haja uma legislação municipal específica para o tombamento, alguns patrimônios da região foram devidamente tombados por instituições como Iphan e Condephaat, conforme indicado no Mapa Patrimônio Cultural (Figura 19). Entre eles, destacam-se a Cadeia e o Fórum de Ilhabela, tombados conforme a Resolução Condephaat nº 48 de 31/08/2001. A Sede da Fazenda Engenho D'água foi reconhecida tanto pela Resolução Ex-Officio do Condephaat em 04/06/1979 quanto pelo Processo de Tombamento Iphan nº 347/1945. Já o Parque Estadual de Ilhabela foi designado pela Resolução Condephaat nº 40 de 06/06/1985.

Fato evidenciado pelos tombamentos realizados no Arquipélago, demonstrado no Mapa de Patrimônio Cultural, base para a revisão da Lei do Plano Diretor de Ilhabela em 2023, organizado pela Geo Brasilis.

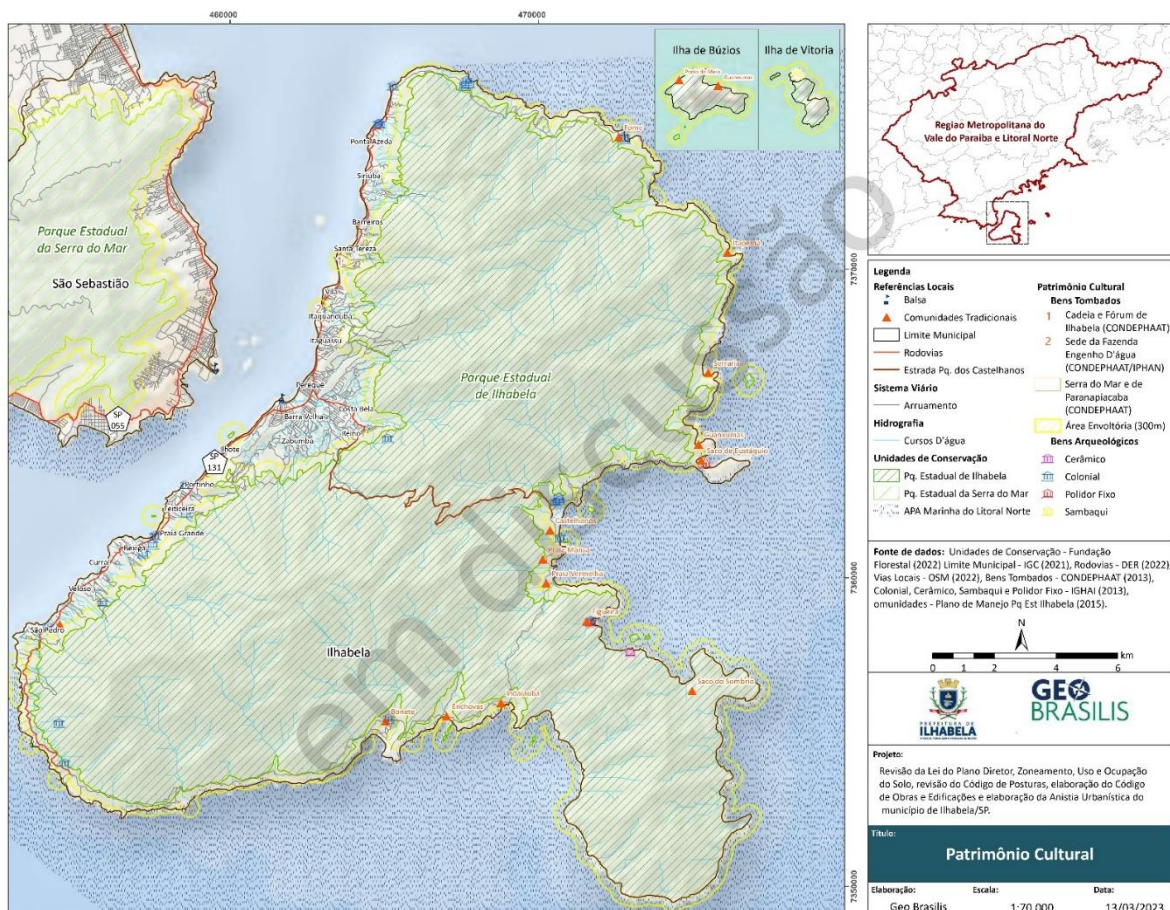


Figura 19 – Mapa em Discussão sobre o Patrimônio Cultural de Ilhabela. Revisão do Plano Diretor de Desenvolvimento Socioambiental de Ilhabela. Fonte: Elaboração Geo Polis, Inteligência Territorial Planejamento Estratégico Gestão Ambiental.

Durante o século XIX, as funções de câmara e cadeia de Ilhabela estavam centralizadas em uma única edificação. Contudo, com a Proclamação da República, surgiu uma determinação governamental para a edificação de prédios que combinassem as funções de cadeia e fórum, deixando as câmaras em edifícios separados. O edifício abrigaria a Cadeia e o Fórum de Ilhabela foi finalizado em 1913 com um estilo eclético. O nível térreo do edifício era destinado à cadeia, enquanto o pavimento superior acolhia o fórum.

O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) reconheceu oficialmente a Cadeia e o Fórum de Ilhabela como patrimônio. Esta edificação está localizada na Praça Coronel Julião, nº 40, em Ilhabela, São Paulo. O tombamento foi processado sob o número 41784/01, sendo formalizado pela Resolução 48 em 31 de agosto de 2001. A oficialização desta decisão foi publicada no Diário Oficial em 07 de setembro de 2001. Posteriormente, a

propriedade foi inscrita no Livro do Tombo Histórico sob o número de inscrição 329, nas páginas 83 e 84, em 28 de setembro de 2001.

Trata-se de exemplar característico e representativo da corrente arquitetônica vinculada aos códigos formais e compositivos do ecletismo, de marcante presença no cenário arquitetônico paulista no período de transição do século XIX ao século XX, refletindo a tendência internacional de associação desta linguagem plástica e técnica às visões específicas de progresso e civilidade inerentes a uma sociedade que aspirava por mudanças. A Cadeia e Fórum de Ilhabela se inscreve neste panorama de maneira notável e monumental, guardadas as proporções pertinentes à localidade, cujas características geográficas lhe impunha certo isolamento. Este fato, habilita ao mencionado monumento a ser contemplado pelo tombamento como um dos exemplares do ecletismo paulista (Condephaat – Processo de Tombamento).

Após cessar suas funções originais, o prédio serviu de sede para diversas outras instituições. Vale ressaltar que as restaurações no edifício tombado foram como parte do Projeto de Ecoturismo da Mata Atlântica, sob a supervisão da Secretaria do Meio Ambiente do Estado. Em momentos distintos de sua história, o prédio que outrora foi a Cadeia e Fórum de Ilhabela serviu como centro de visitantes do Parque Estadual de Ilhabela e, atualmente, é a sede do Museu local.

O museu em questão possui uma coleção que engloba itens como prataria, utensílios de mesa, cristais e artefatos oriundos de navios naufragados nas adjacências da ilha desde o século 18. Itens diversos, incluindo âncoras, bússolas e escotilhas, foram resgatados por especialistas em mergulho e por indivíduos interessados em descobertas subaquáticas durante o século anterior. Alguns desses exploradores submersos buscaram grandes quantidades de ouro, as quais, conforme narrativas que tangenciam lendas, estariam a bordo de um navio transatlântico de origem espanhola. Documentos indicam a presença de 16 embarcações naufragadas no entorno de Ilhabela, além de outras 12 aguardando validação e várias ainda não catalogadas, descobertas ocasionalmente por mergulhadores.

Os registros dos primeiros sinistros marítimos datam entre 1882 e 1890, sendo que, aproximadamente, metade das embarcações, incluindo o Príncipe de Astúrias, encontrou seu destino fatal entre 1900 e 1920. Relíquias anteriormente armazenadas agora estão em exibição, totalizando aproximadamente 1.200 artefatos datados predominantemente do século 18, juntamente com modelos em miniatura das principais embarcações submersas na área. Parte dessa coleção foi adquirida pelo município através das investigações do mergulhador grego Jeannis Platon. Adicionalmente, a exposição dispõe de 21 painéis elucidativos com representações e

detalhes dos destroços subaquáticos e uma representação temporal extensa, abrangendo naufrágios desde 1825 até 1990.

Esta apresentação sobre os sinistros marítimos é fruto das investigações recentes realizadas pelo historiador e arqueólogo Plácido Cali. Ele incorporou novos achados e imagens dos naufrágios, estruturando as informações com base em documentos coletados em diversas instituições, incluindo o Arquivo Público do Estado de São Paulo, Museu da Imigração, Porto de Santos, entre outras entidades nacionais e internacionais.

4.3.1.1 Fazenda Engenho D'Água

A Fazenda Engenho D'Água, situada em Ilhabela, é reconhecida como um importante patrimônio histórico e cultural da região. Edificada entre os finais do século XVIII e início do século XIX, o imóvel ganhou status de patrimônio através do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em 1945, e posteriormente pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico (CONDEPHAAT) em 1973. Contudo, enquanto permaneceu como propriedade particular, a visitação era restrita. Em 2015, a Prefeitura Municipal de Ilhabela adquiriu a propriedade, que incluía a casa principal, o Engenho D'Água, aqueduto, uma pequena represa, alambique, tonéis e outras estruturas, bem como dois veículos. Em setembro de 2021, o local foi aberto ao público, tornando-se um centro de atividades culturais, exposições e educação patrimonial.

A Fazenda Engenho D'Água não apenas representa um segmento significativo da história de Ilhabela, mas também ocupa um espaço proeminente na memória coletiva local. Este acesso a heranças culturais e locais de importância histórica fortalece o sentido de pertencimento da comunidade, garantindo que sua história seja transmitida às futuras gerações.



Figura 20 – Fotografia da fachada da fazenda que no momento estava aberta para visitação, oferecendo também visitas guiadas por habitantes da ilha, os guias passaram por uma capacita o fornecida pela prefeitura de Ilhabela. Fonte: Fotografia realizada pela autora, fev/2023.

O estabelecimento da fazenda   rastreado até o final do século XVIII, período em que a produ o de a u ar na região estava em ascensão. No entanto, a documenta o existente não fornece uma trajetória completa desde sua funda o. No século XIX, era de propriedade do Coronel Alexandre Martins de Oliveira Filho e seu irmão, Francisco Alexandre de Paula Martins. Inicialmente, operava como uma fazenda de cana-de-a u ar. No entanto, como vários outros estabelecimentos em Ilhabela, a produ o se voltou para a cachaça, que eventualmente se tornou a principal atividade.

No século XX, um grupo de imigrantes japoneses cultivava arroz e hortaliças em parte da terra. Em 1939, a propriedade, então em estado de degrada o, foi adquirida por Maria Leonor de Souza Dias da Silva Gontier e Bernard Gontier. Após a aquisi o, a restaura o começou sob a orienta o do Iphan. A produ o de cachaça foi retomada e manteve-se até a década de 1970.



Figura 21 – Fotografia do interior da fazenda, nota-se o maquinário utilizado para a produção de cachaça e moveis originais restaurados em exposição. Fonte: Fotografia realizada pela autora. fev/2023.

O local originalmente usado para a produção de cachaça foi posteriormente convertido em uma sala de estar. A água utilizada no processo vinha de uma cachoeira no terreno, controlada por uma comporta, e seguia pelo aqueduto até o engenho. O edifício principal tinha funções mistas, servindo como residência e centro de produção. Sua arquitetura refletia influências lusitanas, com características particulares adaptadas às condições brasileiras, como o alpendre, que facilitava a interação entre espaços públicos e privados. A estrutura totalizava 674 m², distribuídos em dois pavimentos com alturas distintas.

4.3.2 Engenhos de cana-de-açúcar

Os registros iniciais de engenhos de cana em Ilhabela datam de 1608, com a chegada, já mencionada anteriormente, de Francisco de Escobar Ortiz, que se mudou de Espírito Santo para a Ilha de São Sebastião, ele foi o primeiro a estabelecer um engenho na região. Esta informação é derivada da obra *Memória Histórica de São*

Sebastião de Antônio Paulino de Almeida (1958), na qual se menciona que Ortiz possuía dois engenhos de açúcar, considerados os pioneiros da ilha. No entanto, não foi possível associar esses engenhos aos vestígios atualmente identificados em Ilhabela.

A produção canavieira do século XVII em Ilhabela é pouco documentada, e não se encontram registros de ruínas de engenhos desse período. No entanto, o século XVIII viu uma expansão desta atividade. Em 1788, existiam 39 engenhos no litoral norte de São Paulo. Esses estabelecimentos frequentemente exportavam sua produção através do porto do Rio de Janeiro, que apresentava condições de mercado mais favoráveis. Contudo, em 1789, uma regulamentação governamental determinou que os produtos de São Paulo deveriam ser comercializados exclusivamente pelo porto de Santos. Tal medida prejudicou a economia local, sendo revertida apenas em 1798, com a reabertura de todos os portos ao comércio. Como resultado, em 1799, o número de engenhos aumentou para 44 no litoral norte paulista, com produção que superava os números pré-proibição, conforme indicado por Cali (2021).

No século XIX, a produção de açúcar foi gradualmente substituída pela de aguardente. Em 1825, foram produzidas 158 pipas de aguardente. Na década de 1830, os canaviais começaram a ceder espaço para o cultivo do café, que se tornou mais lucrativo, modificando a paisagem de Ilhabela. No entanto, entre 1870 e 1880, a economia cafeeira da ilha entrou em declínio, e a produção de aguardente, que persistiu nos antigos engenhos, emergiu como o principal produto comercial da região.

Segundo Cali (2021), a interrupção da produção açucareira não implicou o abandono total da indústria canavieira. Muitos engenhos adaptaram-se para produzir aguardente, que era utilizada como moeda em transações comerciais na África, especialmente para a aquisição de escravizados. Esta tendência foi observada em diversas propriedades rurais no litoral norte de São Paulo, onde a transição para a produção de aguardente não resultou necessariamente na desativação ou demolição das estruturas dos engenhos.

4.3.2.1 Engenho São Matias

O Engenho São Matias, localizado em uma fazenda com casa sede, foi edificado entre o século XVIII e século seguinte. Este estabelecimento multifuncional desempenhava funções tanto industriais quanto residenciais para seus proprietários.

O Engenho São Matias se destaca pelo seu requinte arquitetônico, bem como pela organização e integração dos espaços de trabalho e moradia. No local, também se ressaltava uma capela adjacente ao alpendre, acessível tanto por ele quanto por um dos quartos da casa. Este oratório, datado de 1824, pode ter sido uma adição posterior ao prédio original. Parte do acervo do local foi doada ao Museu de Arte Sacra de São Paulo.

4.3.2.2 Engenho da Toca

Construído na década de 1930, o Engenho da Toca, feito de alvenaria de terra e movido à água, foi projetado para a produção de cachaça. A sua disposição "partido aberto" indica que a residência dos proprietários era separada da área industrial, diferindo da configuração dos engenhos anteriores, como o São Matias. A propriedade pertenceu inicialmente a Rafael Penteado de Barros e, desde 1959, está sob a posse da família belga Van Sebreeck. O local sofreu adaptações a partir de 2014 para retomar a produção de cachaça e está aberto à visitação pública, situado na Estrada da Toca, nº 1000 (Oliani, 1972).

4.3.2.3 Engenho dos Reale, Castelhanos

Próximo à praia dos Castelhanos, o Engenho dos Reale foi instituído na década de 1930, com sua estrutura em alvenaria de tijolos. Elementos arquitetônicos e maquinários originam-se do antigo Engenho Velho de Castelhanos. Pascoal Reale, um imigrante italiano que chegou a Ilhabela no início do século XX, trouxe consigo o jovem Leonardo Reale, que se tornaria o responsável pelo engenho e, posteriormente, Prefeito Municipal de Ilhabela entre 1964 e 1968. A produção de cachaça, denominada Favorita, era reconhecida localmente e continha ingredientes específicos que lhe conferiam uma coloração azulada. Este engenho operou até 1967.

De acordo com pesquisas realizadas pelo projeto Arqueológico de Ilhabela, coordenado por Plácido Kali entre 1999 e 2006, foram identificados e catalogados 21 engenhos. Esta contagem se aproxima dos registros do mapa da Comissão Geográfica e Geológica de 1912, que indicava a existência de 27 engenhos em Ilhabela (Oliani, 1972).

4.3.3 Matriz Nossa Senhora D´Ajuda e Bom Sucesso

A Matriz Nossa Senhora D´Ajuda e Bom Sucesso foi construída no século XVII. Há registros do padre português Manoel Gomes Pereira que, em 1697, autorizou a edificação para que em dedicação a santa, essa fosse a primeira capela. Segundo o pároco Daniel Inácio, essa construção foi realizada por escravizados e era constituída por materiais pedras, conchas e óleo de baleia, tendo sido concluída por volta de 1718 (Oliani, 1972).

A responsabilidade da administração do local era dos Reverendos Vigários até a metade do século. Posteriormente, pescadores da praia da Armação assumiram a manutenção em troca de esmolas. Contudo, a falta de conservação levou à necessidade de uma reconstrução, que ficou sob a responsabilidade de Matheus José Bittencourt, nomeado zelador em 1793. Após seu período como zelador, a administração da capela passou por dificuldades e muitos itens foram perdidos ou danificados (Oliani, 1972).

Um relato de Alfredo Oliani destaca que, em um determinado momento, a capela estava em péssimas condições, o que levou a uma nova reconstrução, concluída em 1785, conforme mencionado por Oliani (1972). Posteriormente, uma reforma foi realizada em 1793, e em 1800 iniciou-se a construção da igreja, tendo sido concluída em 1803 (Comunale, 2014).

Próximo à Matriz, há a praça Coronel Julião de Moura Negrão, que antes era um pelourinho. Há também um cruzeiro que, inicialmente, era de madeira e, em 1962, foi substituído por uma peça de cimento armado. Atualmente, há uma estátua do artista local Gilmar Pinha, uma cruz em aço.

Em 1961, para facilitar o acesso à igreja situada em um morro, o padre responsável construiu um lance de escadas, conforme relatado por Oliani (1972). A igreja possui estilo jesuítico e destaca-se a torre, que, segundo Oliani, parece estar fora do prumo e é relativamente baixa.

Algumas das características notáveis da igreja incluem esculturas de Oliani, como as de São Sebastião e São Benedito, além das representações de São Paulo e Pedro na escadaria. Contudo, essas esculturas mostram sinais de desgaste devido ao ambiente e à manutenção inadequada.

Oliani (1972) também registra que, durante a restauração, lampiões a querosene de antigas estações de trem foram instalados, embora apenas dois postes

tenham sobrevivido. O interior da igreja é iluminado por amplas janelas e compreende uma nave central e uma capela-mor. A igreja enfrentou desafios com o telhado, o que impactou a conservação da pintura interior. Contudo, em 1949, o forro da nave foi renovado e a decoração ficou a cargo de Oliani (Comunale, 2014).

A igreja abriga um painel significativo representando a Nossa Senhora D´Ajuda, feito em óleo sobre insulite. O painel é emoldurado por gesso, com um design inspirado em elementos arquitetônicos da antiga Catedral da Sé de São Paulo e cercado por um resplendor de cedro.

O piso da igreja se destaca pelo uso de mármore de várias origens, criando uma tapeçaria de fragmentos de mármore doados por um devoto e instalados com a assistência de uma marmoraria local, finalizados também no dia da padroeira, mas dois anos após, em 1954. A igreja presta homenagem a figuras históricas e mostra estudos de urbanismo através de uma placa e uma maquete.

No batistério, encontram-se uma pia batismal em mármore e um retrato do batismo de Jesus, que foi posteriormente restaurado pelo artista responsável por outras obras na igreja. Os altares são dedicados a diferentes santidades e adornados com imagens e esculturas. Além disso, são provenientes de uma oficina de marcenaria de um orfanato que ensina ofícios a jovens órfãos, recebendo apoio da família do artista.

Mudanças foram feitas em um altar que inicialmente homenageava a Imaculada Conceição, mas, mais tarde, foi rededicado à Nossa Senhora da Aparecida, após a aquisição de uma nova imagem. A escultura original da Imaculada Conceição foi realocada para a capela-mor após uma restauração feita por um entalhador italiano. Outros altares também passaram por restaurações e contêm várias imagens de santos (Comunale, 2014).

Planos para converter as ruínas da antiga casa paroquial em um centro cultural não foram realizados; em seu lugar, foram construídas instalações para uma loja de lembranças e novas acomodações paroquiais. A igreja também exhibe uma imagem do século XVII de Santa Bárbara, redescoberta durante as restaurações.



Figura 15 - Fotografia da praça Alfredo Oliane, em primeiro plano se encontra a escultura de Lata Cruz e Cristo do artista local Gilmar Pinna e ao fundo a fachada da Matriz Nossa Senhora D´Ajuda e Bom Sucesso. Fonte: Fotografia realizada pela autora, mar/2022.

A igreja, com sua tapeçaria de arte sacra e patrimônio cultural, é um emblema da fé e da história locais. As contribuições, sejam em forma de arte, como os painéis e esculturas, ou em melhorias estruturais, como o piso de mármore e as atualizações da iluminação, refletem a participação e empenho da comunidade. As alterações e restaurações ao longo do tempo não apenas preservaram, mas também enriqueceram o legado da igreja, garantindo que sua relevância cultural seja mantida e apreciada pelas gerações futuras. A integração de elementos históricos e artísticos, ao lado das práticas de devoção, evidenciam o papel central que este local de culto desempenha como coração de sua comunidade.

4.3.4 Centro Cultural Waldemar Belisário

Ilhabela também se tornou palco de inspiração e criação artística, atraindo uma plêiade de artistas ao longo dos anos. Um marco inicial desta tradição artística foi a chegada de Waldemar Belisário à ilha em 1929. Com a missão inicial de captar a

exuberância da natureza local e apresentá-la na Europa, uma viagem financiada pelo governo federal, Belisário acabou por estabelecer-se permanentemente em Ilhabela devido a circunstâncias políticas da época. Durante sua estadia prolongada, Belisário integrou-se à comunidade local, culminando em seu casamento com Celina Guimarães.

De acordo com a Fundaci³⁹ e o site oficial de turismo de Ilhabela no site oficial da prefeitura⁴⁰, as contribuições de Waldemar Belisário à cultura de Ilhabela foram fundamentais, com suas obras sendo instrumentais para colocar a ilha no panorama artístico, especialmente entre os círculos de São Paulo. Celina Guimarães, por sua vez, teve um papel ativo no estímulo e desenvolvimento dos talentos nativos, os caiçaras, que começaram a expressar-se artisticamente sob sua influência. Esse movimento resultou em um fortalecimento das artes plásticas na ilha, que se tornou um polo de atração para artistas de várias localidades, muitos dos quais escolheram Ilhabela como sua morada definitiva.

Em um passo significativo para a cena artística da ilha, em 1968, um agrupamento de artistas locais buscou um meio para a exposição de suas obras. Este esforço colaborativo, juntamente com o suporte do prefeito em exercício na época, resultou na alocação de um espaço para exposições, que veio a ser o palco para o I Salão de Artes Plásticas de Ilhabela. Esta iniciativa foi não apenas uma celebração da arte local, mas também um tributo a Waldemar Belisário, cujo nome foi eternizado no evento.

O Salão de Artes Plásticas Waldemar Belisário emergiu com o propósito de reunir, reconhecer e promover o trabalho de artistas em uma amplitude de modalidades e especialidades, destacando suas obras mais expressivas. O evento tinha como meta a promoção da educação artística na comunidade, incentivando o apreço e o crescimento das Belas Artes. O escopo de influência do salão estendeu-se além das fronteiras de Ilhabela, impactando o litoral norte, Vale do Paraíba, região

³⁹ Fundaci - 42º Waldemar Belisário. Fundaci. Disponível em: <https://fundaci.org/ilhabela/index.php/eventos/cultura/241-42-waldemar-belisario>. Acesso em: 28 out. 2023.

⁴⁰ Centro Cultural da Vila - Espaço Cultural Waldemar Belisário. Turismo Ilhabela. Disponível em: https://turismoilhabela.com/o_que_fazer/centro-cultural-da-vila-espaco-cultural-waldemar-belisario/. Acesso em: 27 out. 2023.

serrana e interior, além de alcançar a capital do estado de São Paulo e projetar-se no cenário artístico nacional.⁴¹

O complexo cultural em questão dispõe de uma arquitetura interna multifacetada, compreendendo áreas alocadas para diversas práticas e expressões artísticas. Entre elas, encontram-se espaços dedicados a atividades de dança clássica, especificamente oficinas de balé, e à Orquestra Municipal, refletindo o compromisso com as artes performáticas. Além disso, o local abriga exposições contínuas que celebram aspectos significativos da cultura local, como a Congada de Ilhabela, um evento cultural e religioso com raízes afrodescendentes, que ocorre tradicionalmente em maio, e exibe valores e padrões culturais dessa comunidade.

Complementarmente, o Parque Estadual de Ilhabela é representado através de uma exposição que enfatiza a diversidade biológica da região, destacando espécies de sua fauna e flora, além de elementos representativos do artesanato caiçara.

⁴¹ Portal de Ilhabela. Waldemar Belisário e Ilhabela. Disponível em: <http://www.portaldeilhabela.com.br/historias-ilhabela/waldemar-belisario-e-ilhabela>. Acesso em: 28 out. 2023.



Figura 16 - Fotografia da exposição sobre a Congada de Ilhabela, ocorrida em uma das salas do Centro Cultural Waldemar Belisário. Fonte: Fotografia realizada pela autora, mar/2022.

Adjacentes a essas instalações, encontra-se uma sala de cinema, acessível aos residentes e visitantes sem custo, cujas exhibições seguem uma programação e um calendário pré-estabelecidos. Em contrapartida, posicionado em frente ao cinema, o espaço conta com uma área designada para a realização de shows e eventos de natureza variada.

No que se refere ao patrimônio histórico e artístico, o museu local, homônimo ao espaço, possui uma sala de exposição permanente dedicada à Vida e Obra de Waldemar Belisário, juntamente com outras duas salas destinadas a exposições temporárias de artistas de diferentes espectros.

Por fim, o espaço sedia anualmente, em agosto, o Salão de Artes Plásticas Waldemar Belisário, uma iniciativa que congrega a produção artística de indivíduos da região e de participantes internacionais, consolidando-se como um evento de importância significativa para o panorama cultural tanto local quanto mais amplo.



Figura 17 - Fotografia da exposição de artes plásticas contendo obras de diferentes meios artísticos, ocorrida em um dos corredores do Centro Cultural Waldemar Belisário. Fonte: Fotografia realizada pela autora, mar/2022.

4.3.5 Fundaci

A Fundação Arte e Cultura de Ilhabela (FUNDACI) é uma instituição dedicada à formulação de estratégias culturais para o município, atuando no estímulo e no financiamento de iniciativas artísticas. Estabelecida em um edifício histórico de arquitetura colonial situado na Rua Dr. Carvalho, número 80, na região central conhecida como Vila, a Fundaci é um ponto cultural vibrante que hospeda exposições de arte e artesanato, cujos acervos são atualizados com regularidade.⁴²

⁴² O conteúdo apresentado se baseia nas informações apresentadas nos folders e no site oficial da instituição.

FUNDACI. **Ilhabela**. Disponível em: <https://fundaci.org/ilhabela/>. Acesso em: 28 out. 2023.

A fundação tem um alcance significativo na comunidade, com mais de 1.000 alunos participando de suas Oficinas Culturais. Essas oficinas englobam uma ampla gama de disciplinas artísticas e artesanais, ofertando cursos em áreas como papel machê, danças urbanas e estilizadas, violão, xilogravura, coral infantojuvenil, desenho e pintura, mosaico, artesanato, teatro e balé. A proposta desses cursos é fornecer à população local uma janela de acesso ao aprendizado e à prática de diferentes expressões culturais de maneira contínua e aprofundada.

Além disso, a Fundaci é a entidade mantenedora de importantes agrupamentos musicais da região, incluindo a Banda Marcial de Ilhabela (BAMIF), a Orquestra Jovem de Ilhabela e a Orquestra Sinfônica de Ilhabela.

As oficinas mantidas pela fundação visam não apenas ao desenvolvimento das habilidades artísticas dos participantes, mas também ao fomento da sensibilidade estética e ao aprimoramento da capacidade de expressão e comunicação. Estas atividades são consideradas essenciais para o reforço da autoestima dos alunos, além de contribuírem para sua formação integral como cidadãos conscientes e respeitosos.

A abrangência da Fundaci se estende para além de sua sede, com oficinas que são realizadas por todo o arquipélago, tanto na região norte quanto na região sul. A fundação também colabora estreitamente com a Secretaria Municipal de Educação de Ilhabela, integrando projetos culturais dentro do currículo das escolas municipais, incentivando o desenvolvimento da cultura no contexto escolar.

4.3.6 Espaço Cultural Pés no Chão

O Espaço Cultural Pés no Chão, instituído como Organização Social, tem desempenhado um papel ativo na esfera sociocultural de Ilhabela, São Paulo, desde o ano de 2001. Ao longo de duas décadas, esta entidade desenvolveu uma série de iniciativas focadas no público infantojuvenil, empregando variadas expressões artísticas como mecanismos para fomentar o protagonismo juvenil. Isso se reflete, na prática, no fato que a maioria dos estudantes tem a oportunidade de apresentar-se em palco, contribuindo para o seu desenvolvimento pessoal e artístico⁴³.

Desde a sua fundação, a organização cultivou o suporte e a confiança da comunidade local. Durante os primeiros três anos, os esforços socioculturais foram

⁴³ Informações retiradas do site oficial da organização.

PÉS NO CHÃO. Disponível em: <https://pesnochao.org.br>. Acesso em: 28 out. 2023.

sustentados por um trabalho voluntário dedicado da equipe fundadora e de colaboradores que se uniram para fortalecer a iniciativa.

No ano subsequente à sua criação, em 2002, o Pés no Chão foi reconhecido como uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Ministério da Justiça, o que constituiu um marco relevante em sua trajetória.

Além disso, o Pés no Chão estabeleceu-se como um vetor de difusão cultural, promovendo a democratização do acesso à cultura, a formação de público e utilizando a arte como uma ferramenta para a transformação social. O espaço apresentou uma vasta gama de espetáculos, tanto profissionais quanto amadores, oferecidos gratuitamente ao público de Ilhabela e arredores.

Em uma vertente de preservação cultural, a entidade empreende esforços na investigação e na salvaguarda da cultura caiçara. Isso se manifesta por meio de projetos nas Comunidades Tradicionais de Ilhabela, que visam registrar as memórias de figuras centrais desta cultura, com ênfase nos anciãos, muitos dos quais já faleceram. Os resultados desses esforços culminaram na criação de um valioso acervo de documentários em vídeo e de outros materiais que contribuem para o enaltecimento e a divulgação do legado cultural caiçara.

Atualmente, para sustentar suas atividades e continuar seu engajamento com o público-alvo, o Pés no Chão recorre à inscrição em editais de financiamento, tanto públicos quanto privados, em níveis municipal, estadual e federal, garantindo assim a continuidade e a expansão de suas ações.

4.3.7 Esportes praticados no Município

Ilhabela, reconhecida como a Capital Nacional da Vela, é privilegiada com ventos intensos e correntes marítimas significativas, destacando-se como um dos poucos lugares no Brasil onde os picos diários de vento ultrapassam 10 nós em aproximadamente 80% dos dias do ano. A ilha sedia clubes náuticos, marinas e uma escola municipal de vela, além de ser o cenário de importantes competições, como a Semana Internacional de Vela, o maior evento náutico da América Latina, que congrega centenas de embarcações e competidores de diversas nações. Oferecendo cursos de vela, passeios e locação de veleiros, a região das praias da Armação, conhecida pelo seu histórico na vela, e Perequê são destacadas. Os encontros ocorrem nas praias do Perequê e Pinto, favorecidas pelos ventos sudoeste, enquanto

a praia da Armação, com ventos noroeste, e a Ponta das Canas, com ventos leste ou sudeste, são igualmente valorizadas (Lupo e Bortolusso, 2012).

A praia do Bonete, junto com outras praias castelhanas, são apontadas como ideais para o surf, destacando-se pela constância das ondas que respondem sensivelmente às variações marítimas. Mesmo em dias de mar calmo no continente, pode-se observar ondas de até meio metro em Ilhabela, enquanto o canto bravo do Bonete oferece condições excepcionais para o surf técnico, com ondas que podem alcançar até 3 metros de altura, propiciando condições para manobras avançadas. O termo *swell* refere-se ao conjunto de ondas geradas por distúrbios meteorológicos distantes, que viajam através do oceano até atingirem a costa. Na praia dos Castelhanos, os ventos predominantes são oeste e sudoeste, resultando em ondas de 2 a 7 pés (Lupo e Bortolusso, 2012).

Dada a intensidade e regularidade dos ventos, Ilhabela também é um local excepcional para o windsurf, particularmente na Ponta das Canas, onde os ventos variam de 10 a 30 nós, vindos do leste e sudeste. O canal de São Sebastião, por exemplo, apresenta condições ideais para a navegação, com correntes fortes e ventos que favorecem a prática do esporte. A municipalidade incentiva a prática esportiva, organizando competições nas praias do Perequê e da Armação (Lupo e Bortolusso, 2012).

A canoagem é outra atividade aquática relevante em Ilhabela, especialmente no canal de São Sebastião. O aluguel de caiaques é disponibilizado em várias praias, e a volta na Ilha de São Sebastião, que leva de 3 a 4 dias, representa um desafio atraente para remadores habilidosos, sendo também uma oportunidade de enfrentar o mar aberto e suas variáveis condições climáticas.

Para o mergulho, o arquipélago oferece uma diversidade de ambientes, incluindo lajes, parcéis, grutas e costões. Com uma temperatura média da água em torno de 22 graus e uma fauna marinha diversificada, as condições são favoráveis durante a maior parte do ano. O Santuário Ecológico da Ilha das Cabras é um ponto de mergulho popular entre iniciantes, enquanto mergulhadores mais experientes buscam os desafios oferecidos pelos naufrágios nas proximidades das ilhas dos Búzios e da Vitória.

Além disso, Ilhabela é citada como um ponto de referência para o kitesurf, devido às suas condições de vento favoráveis e à presença de diversos *swells*. A região acolheu esportistas renomados e continua a ser um local procurado para a

prática desse esporte, assim como o wakeboard e o stand up paddle, atividades que são acessíveis a diversas faixas etárias e que aproveitam as condições costeiras únicas da região (Lupo e Bortolusso, 2012).

Ilhabela também demonstra potencial para se tornar um centro de escalada no estado de São Paulo, tendo visto o desenvolvimento da atividade desde 1989, com a abertura da primeira via no Pico do Baepi pelo Clube Alpino Paulista. Desde então, a variedade de rochas tem permitido a prática de diversos estilos de escalada. Outra atividade praticada na ilha é o slackline, que atrai entusiastas de todas as idades e pode ser visto em muitas praias locais. É imperativo, portanto, que o poder público desenvolva e implemente políticas que estimulem a proteção e o fomento da cultura caiçara. Tais políticas devem incluir estratégias para o reconhecimento, a valorização e a comercialização dos artefatos fabricados manualmente pelas comunidades caiçaras. Ademais, nota-se a implementação de programas educacionais e iniciativas de conscientização ambiental dirigidas ao público amplo, com o intuito de reforçar a importância do resguardo da cultura caiçara e da conservação ambiental.

O presente estudo examina o patrimônio imaterial associado à cultura caiçara, compreendendo também sua vinculação com a confecção de artefatos tradicionais. Os achados demonstram uma conexão intrínseca entre as narrativas orais – lendas e tradições – e as práticas artesanais, as quais desempenham um papel crucial na perpetuação da identidade cultural caiçara e na interação sustentável com o ecossistema local. Contudo, identifica-se que as comunidades caiçaras confrontam obstáculos significativos na salvaguarda de seus usos e costumes, exacerbados pelo processo de urbanização, pela crescente atividade turística na região litorânea e pelo déficit de políticas de fomento e respaldo estatal. Procura-se contribuir para a valorização da cultura caiçara, sublinhando sua importância no espectro da diversidade cultural do Brasil. Espera-se que seja desenvolvido um alicerce para a elaboração de políticas públicas e iniciativas educacionais que visem não apenas a preservação da identidade cultural caiçara, mas também a valorização de suas manifestações materiais e imateriais experienciados por meio do espaço.

5. DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO TURISMO: CASO DE ILHABELA

Na investigação acadêmica sobre a expansão urbana de Ilhabela, destaca-se a relevância do turismo, considerado um campo transdisciplinar nas ciências sociais. Rodrigues (1997) enfatiza essa interseção, abordando a multidimensionalidade do turismo. Cruz (2001), por sua vez, ressalta a singularidade do turismo no consumo espacial, evidenciando a necessidade de compreender sua relação com a Geografia.

O conceito de turismo, segundo Seabra (2003), tem raízes históricas mais profundas do que a própria terminologia, originando-se de eventos como os primeiros Jogos Olímpicos e as peregrinações a Jerusalém. Este fenômeno é resultado de uma convergência de conhecimentos de diversas disciplinas, como a Geografia e a Antropologia.

Neste contexto, a Organização Mundial de Turismo (OMT, 2001) oferece uma definição abrangente de turismo, incluindo todas as atividades realizadas em viagens fora do ambiente habitual por menos de um ano, independentemente do propósito. Tal definição sugere uma sinergia entre viagem e turismo, embora isso possa levar a uma superestimação de estatísticas e conceitos relacionados ao turismo.

Além disso, Rodrigues introduz o conceito de "espaço turístico", para o autor, o conceito apresenta a questão de como o turismo influi no espaço, considerando as territorialidades e intencionalidades envolvidas. Esse conceito é fundamental para compreender a expansão urbana em Ilhabela, pois o turismo não se limita apenas a aspectos econômicos e sociais, mas também abrange relações culturais e impactos temporais no espaço. A análise da configuração espacial do turismo, portanto, é crucial para entender as dinâmicas da expansão urbana em Ilhabela (1997).

5.1 Desenvolvimento econômico e o turismo

A relação entre o desenvolvimento econômico e o turismo em Ilhabela constitui um campo de estudo multifacetado, cuja análise abrange diversos aspectos socioeconômicos e culturais. O turismo, como um motor significativo do desenvolvimento econômico, tem influenciado a dinâmica de Ilhabela, refletindo-se desde a criação de empregos até a geração de receita para o município. Esta atividade tem atraído uma variedade de categorias de turistas, cada uma com suas preferências e padrões de consumo específicos, contribuindo assim para a diversificação e o

enriquecimento da economia local. As principais categorias de turistas em Ilhabela demonstram a riqueza e diversidade das atrações oferecidas pela região. A análise das interações entre esses turistas e a economia local oferece perspectivas de análise para estratégias de desenvolvimento sustentável, assegurando que o crescimento econômico estimulado pelo turismo seja equilibrado com a conservação ambiental e o bem-estar da comunidade local.

As características determinantes da demanda turística, segundo o MTur (2010a), incluem elasticidade, sensibilidade e sazonalidade. A sazonalidade, em particular, é um aspecto crítico devido à sua natureza instável, que afeta a oferta e a procura em diferentes épocas do ano.

A segmentação do turismo é feita identificando grupos de consumidores com base em suas especificidades, decisões, preferências e motivações. O MTur (2010a) reconhece diversos tipos de turismo, incluindo Ecoturismo, Turismo Cultural, entre outros.

A tipologia do turismo, conforme estabelecido pelo Ministério do Turismo do Brasil (MTur) e complementado por estudos acadêmicos como os de Ribeiro, oferece uma classificação detalhada das atividades turísticas, abrangendo diversas modalidades e contextos. Essas tipologias ajudam a compreender as multifacetadas funções turísticas que uma cidade pode desempenhar, como demonstrado no exemplo das grandes metrópoles.

Tendo em vista que a abrangência categorização realizada pelo Mtur, buscase concentrar o presente estudo na experiência específica de Ilhabela e a tipologia apresentada no turismo presente.

O conceito de turismo balneário, com suas origens na Europa do século XVIII, iniciou-se sob a premissa de benefícios terapêuticos associados ao banho de mar. Médicos da época prescreviam tais banhos para indivíduos com certas enfermidades, acreditando que o ambiente marinho contribuía para a recuperação física e mental, especialmente das classes mais nobres (Corbin, 1989).

Inicialmente concebido como um meio de saúde e bem-estar, com foco em banhos de mar para adultos, este segmento evoluiu no século XX para incorporar a vivência insular como uma atração turística, tendo uma relação com questões voltadas a saúde e ao entretenimento (BRASIL, 2007).

Na segunda metade do século XX essa categoria de turismo começou a se desenvolver também nas margens de rios, lagos e reservatórios interiores,

comumente referidos como "orlas". Atualmente, a região Nordeste do Brasil é notável como um destino de turismo de sol e praia, atraindo visitantes devido às suas condições climáticas favoráveis durante o ano, conforme indicado pelas pesquisas de Hábitos de Consumo do Turismo do Brasileiro de 2007 e 2009 (Ministério do Turismo, 2010).

Essa expansão do turismo de sol e praia é de particular relevância quando se considera o caso de Ilhabela, uma região com características geográficas e ecológicas singulares. Esta forma de turismo, de acordo com o Ministério do Turismo (2008), gera uma série de atividades e demandas relacionadas, desde a oferta de equipamentos e materiais de pesca até serviços de hospedagem, alimentação e entretenimento. O turismo de pesca tem demonstrado um crescimento significativo e contribui de maneira relevante para a economia das regiões onde é praticado.

Paralelamente, o turismo náutico, um subsegmento do turismo de sol e praia, ganhou impulso no Brasil após a liberalização da navegação de cabotagem em 1995, permitindo a inclusão do país nas rotas de embarcações turísticas internacionais (BRASIL, 2007). Este segmento inclui uma variedade de atividades, como cruzeiros marítimos e fluviais, passeios de barco e outras excursões náuticas.

O desenvolvimento destes segmentos turísticos em Ilhabela tem sido acompanhado por uma série de desafios e oportunidades. Por um lado, o crescimento do turismo tem estimulado a economia local, gerando emprego e renda. Por outro lado, tal expansão exige uma atenção cuidadosa à sustentabilidade ambiental e à capacidade de carga das regiões turísticas, especialmente em uma área de biodiversidade rica e sensível como Ilhabela.

A interação entre o desenvolvimento turístico e o meio ambiente em Ilhabela é complexa. A região, que abriga uma significativa porção de Mata Atlântica, possui 85% de seu território coberto por vegetação, existência do Parque Estadual de Ilhabela e da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte, ambas geridas pela Fundação Florestal, ilustra os esforços contínuos para equilibrar a preservação ambiental com o desenvolvimento turístico.

Conforme o Ministério do Turismo (2010) a definição de um perfil homogêneo para o turista do segmento de Sol e Praia apresenta complexidades, considerando que este segmento está intrinsecamente ligado a uma variedade de atividades e dinâmicas que variam ao longo do território. A compreensão dos interesses que influenciam os turistas com sua diversidade se torna fundamental, pois existem

diferentes grupos de consumidores, com uma ampla caracterização das necessidades, desejos e expectativas de cada representatividade.

Observa-se que, embora diversificado, o turista demonstra a procura não somente por descanso e recreação, mas também por interações com comunidades locais. De acordo com algumas análises gerais, o turismo litorâneo é particularmente sensível às variações de renda dos consumidores, indicando que um aumento na renda do turista pode levar a um incremento na demanda por destinos litorâneos.

Ademais, a qualidade e os tipos de serviços e infraestrutura disponíveis, incluindo as opções de hospedagem, também exercem influência no perfil do turista que frequenta essas localidades (Ministério do Turismo, 2010). A análise do turismo de sol e praia em Ilhabela, com suas ramificações em turismo náutico e de pesca, oferece uma visão abrangente de como o turismo deveria ser desenvolvido de maneira sustentável em regiões insulares e costeiras. Este desenvolvimento, ao mesmo tempo que contribui para o crescimento econômico, exige um planejamento cuidadoso para garantir que mesmo com as pressões da atividade turística a proteção do território se mantenha.

Tendo explorado as nuances do turismo de sol e praia em Ilhabela e a necessidade de um desenvolvimento turístico sustentável, é fundamental considerar as transformações residenciais que acompanham este crescimento. A transição do turismo sazonal para a estabilização de residências secundárias, um fenômeno abordado por Valenzuela (1988) e Sansbello (1993), representa um estágio evolutivo no uso e na ocupação do espaço litorâneo. Enquanto o turismo em Ilhabela demanda um planejamento consciente para a preservação ambiental e sustentabilidade econômica, a emergência e a popularização das casas de veraneio refletem alterações significativas no tecido socioeconômico e urbano da região. Essa expansão indica uma mudança na dinâmica de lazer e nos padrões de investimento imobiliário, temas essenciais para a compreensão do desenvolvimento contemporâneo em áreas costeiras como Ilhabela.

A residência secundária, era inicialmente possível somente para uma parte menor da sociedade, se expandiu significativamente durante o século XX, conforme estudado por Valenzuela (1988) e Sansbello (1993). No Brasil, a tendência das residências secundárias ganhou força na década de 1970, especialmente nas regiões litorâneas, onde o investimento imobiliário internacional se concentrou em desenvolver complexos residenciais e turísticos de alto padrão.

Tulik (1998) destaca que São Paulo e seus municípios metropolitanos são polos emissores de fluxos de turistas voltados para o veraneio, com uma significativa concentração de proprietários de segundas residências nas proximidades. Este processo foi impulsionado pela urbanização inicial, pelo turismo de massa e, posteriormente, pela industrialização da região metropolitana de São Paulo. O autor também identifica uma correlação entre a expansão dessas residências e a localização de importantes rodovias estaduais, como Presidente Dutra, Anchieta-Imigrantes, entre outras, apontando que as residências secundárias tendem a se concentrar em áreas turísticas em suas proximidades (Tulik, 2001).

A residência secundária, também referida como segunda residência, é um conceito imobiliário que varia em função e uso. Em diversos países, incluindo o Brasil, esses imóveis foram originalmente projetados para uso em fins de semana e férias, mas nem sempre mantiveram essa finalidade exclusiva. Tulik (2001) aponta que, frequentemente, essas propriedades passam a ser utilizadas permanentemente. No Brasil, a variedade de termos para essas residências reflete sua diversidade, incluindo "casa de praia", "sítio", "chácara", entre outros.

De acordo com Tulik (2001) distingue a residência secundária da principal, "um alojamento turístico particular, utilizado temporariamente, nos momentos de lazer, por pessoas que tem seu domicílio permanente num outro lugar" (1995, p.21). Esta classificação de residência secundária implica uma relação constante de deslocamento entre a origem e o destino, com implicações no tempo, custo e distância. Além disso, a existência de residências secundárias pode levar à formação de novas identidades e territorialidades, às vezes resultando em conflitos entre proprietários de tais residências e residentes permanentes locais.

A aquisição de residências secundárias envolve uma série de custos e responsabilidades financeiras significativas, que vão além da simples compra do imóvel. De acordo com Tulik (2001), possuir uma segunda residência implica ter a capacidade financeira não só para a aquisição, mas também para a manutenção contínua, incluindo despesas com pessoal, impostos, serviços públicos e transporte. Esta modalidade de alojamento implica também em uma relação constante com o território, frequentemente estabelecendo laços entre a área de origem e o destino. Assis (2001) destaca que tal vínculo pode gerar identidades e territorialidades específicas, como conflitos entre o habitante local e o estrangeiro. Além disso a posse

pode também representar um investimento significativo, refletindo aspirações sociais além da mera aquisição de propriedade.

Ilhabela, assim como outras localidades no Brasil e no mundo, tem experimentado um crescimento urbano substancial impulsionado pelo turismo litorâneo, particularmente através da proliferação de residências de veraneio. Esta tendência, que se manifestou a partir do final da segunda década do século XX, com o aumento do acesso à região, teve um impacto considerável nas transformações urbanas, sociais e ambientais, especialmente no litoral brasileiro.

A migração para Ilhabela intensificou-se nos anos 80. Esse fato foi recíproco ao aumento no setor da construção civil e a consolidação da região como um destino turístico de importância nacional. Especificamente, a morfologia do território de Ilhabela, caracterizada por uma combinação de praias e encostas, tem sido um fator determinante na localização das residências de veraneio que contribuíam para a demanda de serviços e mão de obra (Rocha e Silva, 2009).

A expansão do mercado imobiliário em áreas particulares no extremo sul e norte da cidade tem sido impulsionada pela exclusividade dessas zonas, criando uma dinâmica onde migrantes e proprietários de residências de veraneio coexistem, embora em alguns bairros, haja uma predominância de um grupo sobre o outro. O crescimento contínuo do turismo e do interesse em veranismo ao longo das últimas três décadas tem sido um catalisador para o desenvolvimento do mercado de construção civil em Ilhabela, tornando-o um setor econômico significativo para a população local.

Este crescimento contínuo é visto a partir dos dados do Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), observa-se um crescimento na quantidade de domicílios em Ilhabela que supera o ritmo de aumento populacional, evidenciando uma redução na média de moradores por residência - um indicativo típico de regiões com urbanização acentuada. Entre 2010 e 2020, houve um incremento de 32,4% no número de domicílios, passando de 9.042 para 11.975, enquanto a média de habitantes por domicílio teve uma leve queda de 2,4%, variando de 3,11 para 3,03.

Ilhabela, destacando-se por seu perfil turístico voltado ao veraneio, apresenta uma quantidade significativa de residências de uso ocasional, que servem como segunda moradia ou são destinadas à locação para turistas. Entre 2000 e 2010, esses domicílios aumentaram em 31,3%, atingindo 4.130 unidades, embora sua proporção no total de domicílios do município tenha diminuído de 32,4% para 28,2%, sinalizando

um reforço na população permanente. Adicionalmente, estimativas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo indicam cerca de 7.000 propriedades disponíveis para aluguel temporário, representando um acréscimo de 59% em comparação a 2010 (Geo Brasília, 2023).

A questão do veranismo em Ilhabela envolve complexidades relacionadas às conexões entre o indivíduo e o local. Os veranistas, que frequentemente pagam impostos e visitam a cidade mais assiduamente que os turistas comuns, vivenciam uma ambiguidade residencial. Muitos consideram a possibilidade de mudança permanente para Ilhabela, transformando suas casas de veraneio em residências principais. Esse fenômeno pode ser influenciado não apenas pelos atrativos de Ilhabela, mas também pelo descontentamento com as cidades de origem dos veranistas, marcadas por problemas urbanos (Rocha e Silva, 2009).

Silva ainda acrescenta que:

No que diz respeito à predominância de casas de veraneio nos condomínios fechados, deve-se destacar também o fato de que estes empreendimentos tornam-se lugares desprovidos de vida urbana. As casas de veraneio não são moradias em sentido estrito e, por isso, não estabelecem ligações entre o habitante e seu bairro, sua rua ou sua vizinhança. À medida que esse tipo de residência se impõe como maioria em alguns bairros residenciais, estes bairros tornam-se cada vez menos vivos. A ligação do indivíduo com a cidade torna-se, portanto, fragmentária e ocasional (2009, p.120).

Além disso, Silva destaca a tipologia de propriedade em grande escala nos condomínios fechados contribui para a formação de áreas urbanas desprovidas de vida cotidiana. Estas residências, não sendo moradias permanentes, falham em criar conexões comunitárias sólidas, resultando em bairros cada vez mais vazios e fragmentados em relação à dinâmica urbana da cidade (Silva, 2009).

5.2 Turismo Cultural e as Paisagens Culturais

A paisagem desempenha um papel crucial na seleção de destinos turísticos, como observado por Pires (1999, p. 162), que conceitua o turismo como uma "experiência geográfica" onde a paisagem é um elemento central. Destinos turísticos são frequentemente escolhidos com base nas características paisagísticas, que se constituem em recursos turísticos a partir dos valores a eles atribuídos. Silveira (2014)

argumenta que o uso de uma paisagem para o desenvolvimento turístico decorre da atribuição dada ao valor no contexto econômico do turismo. Para ser considerado um recurso turístico, um local deve ser acessível e valorizado no âmbito turístico.

A atratividade de uma paisagem é um fator determinante na sua transformação em recurso turístico. Uma vez avaliada, a paisagem adquire diferentes valores de uso, baseados na percepção e valorização por parte dos turistas e outros atores envolvidos na atividade (Silveira, 2014). Não é apenas a aparência real da paisagem que a constitui como recurso turístico, mas também sua imagem e representação. Como Silveira destaca, a essência do recurso turístico reside na paisagem concreta, mas é a imagem desta que acrescenta valor no contexto do turismo (2014).

Yázigi (2002) enfatiza que o apelo turístico de um lugar não se resume apenas às suas paisagens, mas também ao conteúdo simbólico que elas representam. A compreensão dos "cotidianos" amplia o entendimento das motivações de viagem, reconhecendo que o turismo não se limita a locais especificamente desenvolvidos para essa indústria, mas também inclui a busca por experiências em cotidianos diversificados. Entretanto, a massificação dos gostos e tendências, resultado de uma sociedade de consumo globalizada, pode levar à homogeneização das paisagens para o turismo (Cruz, 2000).

Calvente (2003) salienta a importância de elementos culturais na avaliação da paisagem, como atividades produtivas diversificadas, patrimônio arquitetônico e gastronomia típica, assim como elementos naturais como alto índice de insolação, relevo acidentado, a presença de culturas agrícolas diversificadas, vegetação irregular, superfícies d'água e atividades humanas, como estradas e construções, aumentam a diversidade paisagística pelo contraste de formas, volumes, linhas e cores. A autora ressalta que é a lógica social que determina se um aspecto dos sistemas naturais será considerado turístico ou não. A integração entre elementos de origem humana e natural resulta em uma rica diversidade e diferenciação das paisagens rurais.

A análise da paisagem no contexto turístico, conforme proposto por Pires (1999), aborda uma avaliação que transcende a percepção puramente visual dos usuários, estabelecendo-se como um método indireto para avaliar a qualidade visual e também como uma análise baseada em componentes específicos. Silva (1999) reforça que compreender a paisagem envolve muito mais do que a simples soma de

seus elementos individuais, indicando a complexidade inerente na percepção e interpretação de paisagens.

Este método considera a paisagem como composta de diversos elementos, incluindo experiências corpóreas que vão além da visão. Pires (1999) sugere a avaliação das paisagens litorâneas como por exemplo o caso de Santa Catarina com base em critérios como diversidade, naturalidade, singularidade e a ausência de detratores, oferecendo um quadro abrangente para a análise paisagística. Destaca-se a interação de diversos sentidos sensoriais na experiência turística. A compreensão e apreensão das paisagens envolvem um processo cognitivo complexo, influenciado pela experiência individual e pela bagagem cultural do observador (Rodrigues, 1999; Santos, 1997a). Esta abordagem holística reconhece a paisagem como um conjunto de elementos interconectados, cuja interpretação vai além da mera observação visual, inclui uma experiência sensorial, cognitiva e multifacetada.

Assim, a dinâmica de ocupação de Ilhabela, e a relação com o meio ambiente e o desenvolvimento imobiliário, revela um complexo processo no qual a paisagem é não apenas um recurso natural, mas também um produto moldado e influenciado pelas forças do mercado turístico.

5.2.1 Desenvolvimento da economia local

A análise do perfil econômico de Ilhabela demanda uma avaliação dos indicadores chave como o Produto Interno Bruto (PIB), o mercado de trabalho e as atividades produtivas predominantes na região. Em termos estaduais, Ilhabela ocupa a terceira posição entre 645 municípios de São Paulo e, em nível nacional, a sétima posição entre 5570 municípios (IBGE, 2017).

Ilhabela se destaca por sua beleza natural e conservação ambiental, sendo conhecida por suas praias que atraem significativo turismo de veraneio. Essa característica confere ao município um status de destaque dentro do segmento de turismo de Sol e Mar. Conseqüentemente, o setor de serviços, particularmente no que se refere a alojamento e alimentação, bem como o comércio varejista, emergem como os principais empregadores e fontes de renda para a comunidade local.

Adicionalmente, o início da exploração petrolífera na Bacia de Santos, particularmente em poços situados no território marítimo pertencente a Ilhabela,

representou uma fonte significativa de recursos financeiros para a municipalidade. Esse desenvolvimento impactou positivamente o PIB per capita da região, gerando novas receitas orçamentárias. Estes fatores, combinados, desempenham um papel crucial na configuração da economia local e no desenvolvimento socioeconômico do município.

A análise econômica de Ilhabela revela que grande parte da receita gerada é de fonte externa (IBGE, 2017), o que tende a gerar certa dependência, principalmente provinda do continente. Devido à sua localização geográfica, Ilhabela recebe repasses significativos de royalties relacionados à exploração de petróleo e gás natural (ANP, 2017; Geo Brasilis, 2023).

Além disso, observa-se que, entre 2008 e 2016, o setor de serviços gerou a maior quantidade de demanda por empregos em Ilhabela (PEREIRA et al., 2019). A análise do mercado de trabalho em Ilhabela, de acordo com o estudo de Pereira et al. (2019), revela que os setores de comércio e serviços, estreitamente ligados ao turismo, são os principais geradores de emprego no município. Esta tendência indica que o turismo é um setor vital para a criação de oportunidades de trabalho em Ilhabela, enquanto outras atividades contribuem de forma mais limitada para o emprego local.

Quanto a disponibilidade de empregos, em 2013 houve a retração, refletindo os impactos da crise econômica nacional na economia local. Uma característica notável da atividade turística em Ilhabela é a sazonalidade, pois durante o período de alta temporada, que normalmente abrange os meses mais quentes do ano, há um aumento significativo na oferta de empregos. Contudo, após o término da alta temporada, é observado um aumento nas demissões, com fevereiro apresentando o maior número de desligamentos e novembro registrando o pico de contratações para a temporada seguinte.

No estudo realizado por Pereira et al. (2019), a percepção da população local de Ilhabela quanto aos impactos do turismo no desenvolvimento social e econômico foi analisada por meio de um questionário quantitativo, 30% dos entrevistados na pesquisa realizada por Pereira (2019) concordam plenamente que as vagas de trabalho abertas pelo turismo são com um salário baixo, refletindo um desafio na qualidade das oportunidades de trabalho criadas.

A especulação imobiliária, impulsionada pelo turismo, é outra preocupação evidente, com 49% dos entrevistados acreditando que ela modifica as habitações e grande parte dos entrevistados afirmaram que consideram que o turismo é

responsável pelo aumento do custo imobiliário da região (Campanhola e Silva, 2002). Dias (2008) destaca que o desenvolvimento turístico em áreas costeiras populares pode gerar conflitos com usos tradicionais do solo pela comunidade local, como a pesca.

Outro desafio a ser abordado é o congestionamento urbano causado pelo turismo, com a maioria dos entrevistados no estudo realizado pelo Instituto Polis (2016) concordando que o turismo aumenta a congestão nas praias, vias públicas, supermercados e bancos. Essa situação é agravada pela característica demográfica peculiar de Ilhabela, onde a densidade demográfica e a "população flutuante" de turistas e veranistas aumentam a pressão sobre a infraestrutura local.

No estudo de Pereira et al. (2019), analisou-se a percepção local sobre o impacto do turismo no desenvolvimento social e econômico de Ilhabela. Constatou-se que 41% dos entrevistados consideram que a infraestrutura do município é inadequada para atender ao fluxo turístico, alinhando-se com as análises de Dias (2008) sobre a saturação da infraestrutura turística. Dias também destaca que a alta concentração de turistas em relação à população local pode levar a uma coexistência tensa, exacerbada pela falta de estatísticas turísticas detalhadas para o monitoramento e planejamento eficaz (Dias, 2008; Ministério do Turismo, 2023).

Em suma, a economia de Ilhabela, embora robusta e diversificada, enfrenta desafios intrínsecos à sua natureza, como a dependência de receitas externas, especialmente royalties de petróleo, e a sazonalidade do turismo. Este último, apesar de ser um motor vital para o desenvolvimento econômico local, gera empregos principalmente no setor de serviços, muitos caracterizados por sua instabilidade. A pesquisa de Pereira et al. (2019) sublinha a percepção local acerca dos benefícios e desvantagens do turismo, com a população reconhecendo a geração de emprego e renda, mas também enfrentando os impactos da inflação e a especulação imobiliária. Estes efeitos são amplificados pela alta concentração turística em comparação com a população residente, gerando pressões sobre a infraestrutura local e exacerbando problemas como congestionamento e demanda por serviços públicos.

Portanto, para um desenvolvimento sustentável e inclusivo de Ilhabela, é imprescindível uma gestão holística que equilibre o crescimento econômico com a preservação ambiental e o bem-estar social. A ênfase deve ser dada não apenas ao crescimento econômico, mas também à distribuição equilibrada e justa das vantagens proporcionadas pela demanda turística, melhorando a qualidade das oportunidades

de emprego e mitigando os efeitos adversos do turismo, como o aumento do custo de vida e as pressões sobre a infraestrutura. O desafio para Ilhabela, portanto, reside na criação de um modelo de turismo que seja economicamente vantajoso, socialmente inclusivo e ecologicamente sustentável.

5.3 Turismo predatório

Além das abordagens expostas, se torna pertinente na pesquisa salientar o fenômeno do turismo predatório, com foco específico na região de Ilhabela, Brasil. O termo "turismo predatório" refere-se a uma forma de turismo que resulta em impactos negativos substanciais no ambiente, na cultura e na economia local. Caracteriza-se pela exploração excessiva dos recursos naturais e culturais, muitas vezes levando à degradação ambiental, à perda de identidade cultural e a problemas socioeconômicos para as comunidades locais (Jafari, 2001).

No contexto de Ilhabela, o turismo predatório manifesta-se principalmente através da especulação imobiliária e da alteração da paisagem natural e cultural da região. As intervenções construtivas, especialmente nas áreas costeiras, resultam em alterações estéticas significativas, mas também em impactos profundos na biodiversidade e na dinâmica socioeconômica local.

Além disso, a expansão do turismo em Ilhabela tem contribuído para a gentrificação de áreas tradicionais, deslocando comunidades locais e alterando o tecido social, cultural e impulsionando o processo de expulsão da população de baixa renda para áreas de alto risco. Isso, por sua vez, gera desafios adicionais relacionados à gestão de recursos, infraestrutura e serviços públicos, exacerbando as desigualdades sociais e econômicas.

A discussão sobre turismo predatório é complexa e multifacetada, envolvendo uma série de fatores interconectados, como política, economia, meio ambiente e cultura. A compreensão desse fenômeno é crucial para desenvolver estratégias de turismo sustentável que respeitem e valorizem os valores locais, ao mesmo tempo em que proporcionem o desenvolvimento econômico local de forma equilibrada e inclusiva.

Há várias dimensões do turismo predatório em Ilhabela, no que diz respeito aos impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos. Por isso a pertinência de

discussões que promovam possíveis caminhos para um turismo mais sustentável e responsável na região, através de uma análise detalhada do desenvolvimento urbano e turístico com seus respectivos efeitos sobre a comunidade local e o ambiente, pretende - se fornecera possibilidade para uma visão abrangente do turismo predatório e suas consequências, com a finalidade de proporcionar um debate mais amplo sobre o turismo sustentável e gestão de destinos turísticos, principalmente diante do contexto de Ilhabela.

Enfatiza-se a necessidade de salvaguardar tanto monumentos isolados quanto conjuntos paisagísticos de significativa beleza artística ou pitoresca. De acordo com Zanirato (2020), embora medidas protetivas específicas não tenham sido formalizadas anteriormente, essa preocupação somente foi refletida na Constituição de 1937. Segundo Cabral (2019), esse período histórico destaca a evolução do pensamento brasileiro sobre a proteção paisagística, incorporando-a no contexto legislativo e constitucional, ressaltando sua relevância tanto para a preservação da identidade cultural quanto para a apreciação estética e histórica. Essa abordagem inicial delineou as bases para futuras políticas e práticas de conservação da paisagem no Brasil, antecipando a necessidade de uma instituição dedicada à proteção de paisagens significativas em âmbito nacional.

A eficiência na proteção da paisagem e do seu espírito do lugar⁴⁴, depende crucialmente da implementação de pactos de gestão envolvendo todos os atores relacionados ao espaço alvo de proteção, pactos esses que devem ser manifestados em políticas de ordenamento territorial. Este conceito que, de acordo com Moraes (2005), é uma ferramenta de articulação transectorial. O ordenamento territorial busca harmonizar as políticas e seus impactos no território, minimizando confrontos e contradições nas diretrizes de uso dos locais e recursos.

Desafios emergem devido à ausência de integração das políticas, são evidenciados tanto no contexto rural, com pressões do agronegócio e da mineração, quanto em áreas urbanas, afetadas pela especulação imobiliária, turismo e crescimento populacional.

⁴⁴ Termo amplamente utilizado na utilização da fenomenologia como metodologia na área de arquitetura e urbanismo, pode ser encontrado, por exemplo no texto: NORBERG-SCHULZ, Christian [1976]. O fenômeno do lugar. In NESBITT, Kate (org.). Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965–1995). São Paulo, Cosac Naify, 2006, p. 449.

Adicionalmente, a separação institucional e a falta de diálogo entre órgãos ambientais e culturais, bem como com outras políticas, resultam em ineficácias na proteção. Esta separação também leva à confusão sobre a responsabilidade pela gestão, seja ela ambiental ou cultural. A ausência de integração tende resultar em duplicação de esforços ou, a impedir que ações sejam realizadas (Zanirato, 2020).

A intensificação da atividade imobiliária em Ilhabela, especialmente a partir dos anos 1970, ocorreu paralelamente à expansão urbana da cidade, influenciando significativamente a economia local. Este período marcou também um aumento na migração populacional, caracterizado pela alocação de indivíduos de baixa renda em regiões menos valorizadas ou recém-urbanizadas, enquanto as camadas de maior renda tendiam a se estabelecer próximas à orla da ilha.

Essas mudanças demográficas e socioeconômicas impactaram o território e a paisagem, tanto no que se refere ao assentamento populacional quanto à instalação de equipamentos turísticos. Tal cenário revelou a natureza especulativa do mercado imobiliário na região, que, apesar de ser ambiental e turisticamente atrativa, possui limitações inerentes à sua condição insular (Zanirato, 2020).

A crescente construção de chalés e pousadas nas encostas de Ilhabela, motivada pela demanda por vistas panorâmicas do mar, resultou em alterações significativas na paisagem. Muitas dessas edificações, com acesso restrito por portões ou cercas vivas, limitam a visibilidade do canal e do oceano para os transeuntes. Este fenômeno foi documentado por meio de registros fotográficos durante um estudo realizado entre 2022 e 2024. Estas imagens evidenciam a mudança na paisagem e a consequente perda de conexão visual com o ambiente marítimo de Ilhabela.



Figura 18 - Registro da encosta de Ilhabela, vista do mar bloqueada pela fachada de uma pousada. Na lateral inferior direita se encontra a data do registro, as coordenadas do local e a altitude. Fonte: Acervo pessoal da autora, jan/2023.



Figura 19 - Registro da encosta de Ilhabela, vista do mar bloqueada pela fachada de uma pousada. Na lateral inferior direita se encontra a data do registro, as coordenadas do local e a altitude. Fonte: Acervo pessoal da autora, jan/2023.



Figura 20 - Registro da encosta de Ilhabela, vista do mar bloqueada pela fachada de uma casa de veraneio. Na lateral inferior direita se encontra a data do registro, as coordenadas do local e a altitude. Fonte: Acervo pessoal da autora, jan/2023.



Figura 21 - Registro da encosta de Ilhabela, vista do mar bloqueada pela fachada de uma casa de uma pousada. Na lateral inferior direita se encontra a data do registro, as coordenadas do local e a altitude. Fonte: Acervo pessoal da autora, jan/2023.

O bloqueio visual da paisagem marítima em Ilhabela, causado pela construção de chalés e pousadas nas encostas, afeta profundamente a proteção da paisagem cultural e o vínculo dos habitantes locais com os arquétipos vinculados à experiência insular. Joaquín Sabaté, em seus estudos sobre paisagens culturais, destaca que a paisagem é uma forma de exteriorização da relação entre o sujeito com seu ambiente, refletindo as interações entre homem e natureza (Sabaté, 2008). Neste contexto, o bloqueio visual do mar interfere diretamente nessa relação, desvinculando os habitantes locais de um elemento fundamental da sua paisagem cultural e identidade.

A paisagem, conforme conceituada por Sabaté, é dotada de significados culturais e simbólicos, incorporando crenças, tradições e valores afetivos e identitários (Sabaté, 2008). A obstrução da vista para o mar em Ilhabela pode ser vista como uma erosão desses valores, criando uma barreira física e simbólica entre os habitantes e um elemento central de sua identidade cultural. Além disso, a relação dos habitantes com o mar e os arquétipos associados à vida insular, como a liberdade, a vastidão e a interação com a natureza, são enfraquecidos.

O impacto na paisagem cultural não se restringe apenas aos residentes, mas também afeta a percepção e experiência dos visitantes. Conforme Gonzalez e Sabaté (2009) argumentam, a gestão eficaz dos recursos patrimoniais é crucial para a evolução na economia local, atraindo turismo e investimentos. A alteração da paisagem por construções que bloqueiam a vista do mar pode comprometer a atratividade turística da ilha, afetando seu desenvolvimento econômico e social.

Portanto, a proteção da paisagem cultural em Ilhabela exige uma abordagem que equilibre o desenvolvimento urbano e turístico com a conservação dos valores e símbolos culturais intrínsecos à vida insular, em conformidade com as premissas de ordenação territorial propostas por Sabaté (2008). Isso inclui a necessidade de políticas públicas e planejamento urbano que considerem a importância da vista do mar para a identidade cultural e a qualidade de vida dos habitantes, além de seu valor para a experiência turística. A participação social assume um papel crucial no processo de proteção de áreas patrimoniais.

O entendimento promovido na comunidade sobre a importância da preservação é essencial para contrabalancear interesses opostos que ameaçam a conservação dessas áreas. Para enfrentar as diversas pressões que afetam os espaços e manifestações culturais desejados, é necessário implementar políticas que integrem a paisagem no planejamento territorial e urbanístico. A implementação de estratégias

de gestão ambiental em Ilhabela requer o uso de ferramentas como catalogação de áreas de interesse, elaboração de planos de manejo e proteção específicos e realização de estudos de impacto ambiental. Essas medidas são fundamentais para assegurar uma coordenação eficaz das políticas públicas entre os diversos agentes territoriais envolvidos, promovendo uma gestão sustentável dos recursos naturais e a preservação do patrimônio ambiental da região.

A discussão sobre a gestão dos terrenos costeiros no Brasil, exemplificada pelas propostas legislativas PEC 39 e Projeto de Lei 4444 de 2021, é particularmente relevante para locais como Ilhabela. Esta ilha, conhecida por sua beleza natural e importância ecológica, enfrenta desafios semelhantes relacionados à gestão de suas áreas costeiras. As legislações em debate podem influenciar diretamente a maneira como esses territórios são administrados, impactando não apenas a paisagem natural, mas também a vida e a cultura das comunidades locais.

Ambas as propostas levantam questões importantes sobre conservação ambiental, desenvolvimento urbano e direitos de propriedade em áreas costeiras. Em Ilhabela, essas questões são particularmente críticas, dada a sua rica biodiversidade, a importância do turismo para a economia local, e o processo de expulsão do habitante local por conta da especulação imobiliária. Portanto, a forma como essas legislações serão implementadas pode ter um impacto profundo na ilha, exigindo um equilíbrio cuidadoso entre a proteção ambiental e as necessidades econômicas e sociais da comunidade local.

O debate contemporâneo sobre a gestão dos terrenos costeiros no Brasil está centrado em duas propostas legislativas principais: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 39 e o Projeto de Lei 4444 de 2021. A PEC 39 aborda especificamente os chamados terrenos de marinha, que são definidos como áreas situadas na zona costeira, margens de rios e lagoas, que alcançam até onde a influência das marés é perceptível, incluindo ecossistemas como manguezais e ilhas costeiras e oceânicas. Atualmente, essas áreas, embora possam conter propriedades particulares, são consideradas terras públicas, resultando na cobrança de impostos ao governo por parte dos proprietários privados.

A proposta da PEC sugere uma mudança na titularidade dessas terras, transferindo a propriedade do governo federal para governos estaduais e municipais. À primeira vista, essa transferência pode parecer uma simples realocação administrativa. Contudo, tal mudança abre espaço para uma série de possíveis

consequências, incluindo a privatização, edificação, degradação, aterramento ou mesmo a completa eliminação dessas áreas. Importante destacar que essa proposta já foi aprovada pela Câmara dos Deputados e agora avança para o Senado, onde está sujeita a votação iminente, sendo referenciada como PEC 03/2022 para futuras consultas e acompanhamentos.

Esta discussão sobre a gestão dos terrenos de marinha está inserida em um contexto mais amplo de políticas públicas e gestão ambiental, onde se ponderam os interesses de conservação ambiental, desenvolvimento urbano e direitos de propriedade. A decisão de transferir a propriedade dessas terras para instâncias governamentais locais pode ter implicações significativas para o uso sustentável e a preservação desses espaços, que são cruciais tanto do ponto de vista ecológico quanto para a manutenção da biodiversidade e proteção contra eventos climáticos extremos. Além disso, essa mudança na legislação pode impactar diretamente as comunidades locais, que muitas vezes dependem dessas áreas para seu sustento e práticas culturais.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 3 de 2022, atualmente sob análise no Senado, tem como objetivo modificar o status dos chamados "terrenos de marinha" no Brasil. Aprovada anteriormente pela Câmara dos Deputados⁴⁵, a PEC propõe revogar dispositivos constitucionais e transferir a propriedade dessas áreas para estados, municípios, e ocupantes atuais.

Comunidades tradicionais, ativistas e pesquisadores expressam preocupações quanto às consequências dessa mudança, incluindo a potencial criação de praias privadas e o aumento da especulação imobiliária, o que poderia intensificar conflitos e desigualdades sociais. Argumentam que os "terrenos de marinha" são zonas de proteção ambiental e cultural, essenciais para as práticas tradicionais, como a pesca, e para a conservação dos territórios de povos indígenas, caiçaras e quilombolas. A alteração proposta na PEC é vista como uma ameaça à integridade e à sustentabilidade das áreas litorâneas brasileiras (Ramos, 2023).

“[Isso aconteceu] juntamente com os migrantes que vieram para construir essas mansões que têm nessa região e que também foram excluídos. Um racismo ambiental muito forte. Um impacto direto ao meio ambiente, ao inserir grandes construções em áreas costeiras e um efeito negativo em cadeia para

⁴⁵ No ano de 2022.

essas comunidades tradicionais, que vão tendo seus territórios de vida cada vez mais diminuídos.”⁴⁶

Santiago Bernardes, biólogo e coordenador do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra dos Reis, Paraty e Ubatuba, destaca em entrevista ao jornal Estadão a relação entre desastres ambientais e a relocação de comunidades caiçaras. Bernardes aponta que os eventos trágicos no município de São Sebastião são consequência da expulsão das comunidades caiçaras de suas áreas naturais para as encostas dos morros. Esse movimento de deslocamento, segundo ele, tem implicado em impactos ambientais e sociais significativos, refletindo as transformações do uso do território e a vulnerabilidade dessas comunidades tradicionais.

O crescimento desordenado em Ilhabela, exacerbado pelo crescimento acelerado e migrações, resultou em uma distribuição desigual de habitações, variando de mansões em áreas costeiras a moradias precárias em encostas e zonas protegidas. Esse desenvolvimento desordenado gerou problemas significativos, como a escassez de água e a poluição dos rios, córregos e do Canal de São Sebastião, afetando negativamente a saúde pública e o turismo, devido à redução da balneabilidade das praias.

A criação do Parque Estadual de Ilhabela (PEI) transformou o território do arquipélago em área de preservação, foi uma resposta a esses problemas, limitando o crescimento urbano e ajudando a preservar nascentes de água. No entanto, a gestão eficaz do crescimento urbano fora do PEI permaneceu um desafio, levantando debates sobre a fiscalização ambiental e a legislação construtiva local, que limita edificações a dois pavimentos. Esses fatores evidenciam a necessidade de uma abordagem mais holística e eficiente no planejamento e gestão urbana e ambiental em Ilhabela.

Ilhabela, desde a década de 1980, apresenta significativos contrastes ambientais que influenciam diretamente na formação de disparidades socioeconômicas. O desenvolvimento do turismo na região tem impactado negativamente os aspectos sociais, culturais, ambientais e urbanos da cidade. Especificamente, a valorização das terras litorâneas tem deslocado a população caiçara para áreas periféricas e de risco, como encostas e morros, enquanto as

⁴⁶ Entrevista cedida por BERNARDES, Santiago. Entrevista [2023] Entrevistador: RAMOS, Vanessa. Meio Ambiente e Sustentabilidade, Na Perifa, Estadão, 2023.

regiões costeiras são cada vez mais destinadas ao turismo. Esse fenômeno é similar ao movimento de migrantes que se estabelecem nessas mesmas áreas em busca de emprego. Como consequência, surgem problemas sociais e culturais, como habitações insalubres, falta de saneamento básico, poluição dos recursos hídricos e conflitos por recursos e espaço. Além disso, o turismo traz oscilações demográficas sazonais acentuadas, impactando a capacidade da administração municipal de planejar e gerenciar de forma sustentável as necessidades de educação, saúde, habitação, emprego e meio ambiente ao longo do ano.

5.4 Planejamento e traços do turismo sustentável

A partir da intersecção entre turismo, desenvolvimento econômico e conservação ambiental em Ilhabela, busca-se explorar metodologias e práticas de planejamento que incorporam os princípios do turismo sustentável, tendo como referência os trabalhos e contribuições do acadêmico Joaquim Sabate Bel. Sabate que destaca a importância da integração entre natureza e cultura na gestão do território, promovendo uma abordagem que valoriza tanto o patrimônio natural quanto o cultural.

Desta forma, serão abordados os conceitos que orientam o planejamento do turismo sustentável, incluindo a necessidade de preservar a paisagem cultural e natural enquanto se fomenta o desenvolvimento econômico local. O papel do ordenamento territorial, como ferramenta estratégica para alcançar a sustentabilidade no turismo, é fundamental para a aplicação consciente de políticas e práticas de gestão pode resultar em benefícios mútuos para o ambiente, a comunidade local e os visitantes.

Além disso, a relevância da participação comunitária e da governança colaborativa no processo de planejamento, deve ser ressaltada sendo esta um elemento crucial para a implementação eficaz de estratégias de turismo sustentável. A análise de casos práticos e teóricos contribuirá para uma compreensão mais rica de como os princípios de sustentabilidade podem ser integrados no planejamento turístico de Ilhabela, refletindo as ideias propostas por Sabate.

Espera-se que uma visão abrangente sobre as práticas de planejamento que alinham o desenvolvimento do turismo, com a conservação do patrimônio natural e cultural, promova o fomento de um modelo de turismo que seja ecologicamente responsável, economicamente viável e socialmente justo.

5.4.1 Desenvolvimento a partir da Paisagem Cultural

A análise de Sabaté (2004) evidencia uma transição nos planos de ordenamento territorial do século XXI, que agora enfatizam a interação entre natureza e cultura, divergindo das abordagens anteriores que focavam na dinâmica populacional e no desenvolvimento industrial. A pesquisa colaborativa entre o Massachusetts Institute of Technology (MIT) e a Universidade Politécnica da Catalunha (UPC) realça as paisagens culturais e o conceito de parques patrimoniais. O objetivo do ordenamento territorial é preservar esses recursos patrimoniais, permitindo ao mesmo tempo a reativação econômica da região. Neste contexto, cidades e espaços diversos ganham importância como locais de comunicação e interação na era da informação (2004).

Os projetos em questão baseiam-se em premissas fundamentais para o desenvolvimento econômico sustentável e a valorização do patrimônio cultural. Estas incluem a identificação e interpretação atraente de recursos culturais e históricos, a criação de narrativas envolventes para atrair visitantes e investimentos, e o descobrimento de oportunidades de atividades e áreas de desenvolvimento de projetos. Tais iniciativas buscam integrar os recursos culturais em um conceito territorial coerente, proporcionando estrutura, validação através de propostas concretas e a ordenação eficaz do território.

O exemplo do projeto do eixo patrimonial do rio Llobregat ilustra a aplicação destas premissas, visando promover um desenvolvimento equilibrado e valorizar o patrimônio local. O objetivo é atrair atividades, estimular um turismo cultural respeitoso, fortalecer a autoestima dos habitantes e apresentar um modelo econômico mais sustentável e socialmente justo, em contraste com a industrialização massiva ou turismo de massa (Sabaté, 2001).

O planejamento da paisagem, entendidos como escolhas intencionais e conscientes, devem se orientar mais para o controle harmonioso do que para a

dominação da natureza. Isso envolve o planejamento baseado em princípios ecológicos para a transformação dos ecossistemas humanos em sustentáveis, conforme salientado por Lyle (1985).

A eficácia na gestão territorial e paisagística requer uma compreensão adequada dos conceitos e ferramentas necessárias para desempenhar um papel efetivo no planejamento e na implementação. Bueno (2006) enfatiza que o foco não deve ser somente na reprodução estética de paisagens, mas na gestão efetiva do território, considerando sua capacidade e complexidade.

Um planejamento ambiental consequente deve incorporar uma abordagem ecossistêmica que integre ecossistemas urbanos, agroecossistemas e ecossistemas naturais, superando as delimitações territoriais políticas tradicionais e reconhecendo a interconexão dos fluxos de energia, matéria e informações.

A gestão territorial e paisagística eficaz envolve reconhecer as múltiplas variáveis que interagem em um sistema ou sistema de sistemas. Isso inclui fatores físicos, biológicos e culturais, com a matriz espacial e sua estrutura morfológica sendo componentes cruciais (Bueno, 2006).

A estruturação do território respeitando o patrimônio paisagístico envolve a manutenção da funcionalidade das unidades territoriais que compõem o espaço. Segundo Bueno (2006), uma gestão eficiente promove a combinação de unidades territoriais densas com espaços naturais, criando um mosaico paisagístico diversificado. Conforme Folch (2003), a realidade percebida é fundamental, mas é sobre os fatos subjacentes que a gestão deve se concentrar. Terradas complementa que gerir uma paisagem não é apenas desenhar um cenário, mas reorganizar o sistema de acordo com restrições naturais e objetivos específicos (Terradas, 2003). Além disso, a formação de paisagens é um produto social que reflete pactos e mediações entre os agentes envolvidos na produção do território. Portanto, a inclusão de uma gama diversificada de atores na definição dos interesses que moldam a paisagem é mais eficaz e significativa do que a participação limitada de atores recorrentes.

Joan Cals, um economista especializado em turismo da Catalunha, conceitua o turismo como uma atividade que consome a paisagem, considerando-a um bem econômico escasso, especialmente em regiões turísticas como a costa mediterrânea. Ele argumenta que o setor, ao utilizar a paisagem, assemelha-se mais à indústria de comunicação do que à imobiliária. Além disso, Cals observa que loteamentos e

condomínios, tanto de residência primária quanto secundária, têm sido importantes consumidores de paisagem, seguindo um modelo de baixa densidade inspirado no estilo de vida suburbano norte-americano. Este padrão é frequentemente adotado sob a falsa premissa da disponibilidade infinita do território, uma realidade que não se aplica em locais como Ilhabela (Cals apud Bueno, 2006).

O planejamento territorial e urbano, especialmente em áreas litorâneas como Ilhabela e Florianópolis, enfrenta desafios significativos devido às tendências de desenvolvimento e valorização imobiliária. Neste contexto, observa-se que a primeira franja litorânea, frequentemente valorizada pelo mercado imobiliário, acaba sendo acessível apenas para um segmento econômico específico, excluindo grande parte da população devido a fatores como custo, padrão urbanístico e segregação. Consequentemente, há um impacto no acesso público à orla e na fruição da paisagem, evidenciando a dominância da perspectiva econômica, particularmente do setor imobiliário, sobre outras considerações (Santiago, 1995).

Essa abordagem de desenvolvimento, voltada principalmente para assentamentos de baixa densidade e orientada pelo turismo, não favorece a diversidade do mosaico paisagístico e tende a homogeneizar os padrões de ocupação. Além disso, resulta em um esgotamento da base ambiental e adota taxas de ocupação e densidade inadequadas. O modelo urbano-turístico de Ilhabela, semelhante ao observado em outras regiões turísticas globais, se coloca como insustentável, pois baseia-se na obsolescência de suas estruturas turísticas e urbanas. Portanto, é crucial buscar um equilíbrio entre o respeito ao ambiente e o desenvolvimento do turismo, considerando os diferentes interesses entre agentes do turismo e segmentos sociais com preocupações ambientais (Santiago, 1995).

A reconsideração da paisagem como um elemento central na ordenação territorial, especialmente em regiões Ilhabela, requer uma mudança na abordagem de planejamento. Em vez de priorizar primeiramente a ocupação e as atividades humanas no território, é essencial enfatizar onde as intervenções ocorreriam e como deve ser realizada a preservação. A abordagem em questão é derivada do entendimento de que a paisagem não é apenas vital para a qualidade de vida dos moradores, mas também um recurso valioso para atrair turismo, oferecendo alternativas econômicas para a cidade (Bueno, 2006).

Neste contexto, a configuração do espaço turístico deveria ser pensada de maneira distinta das orientações atuais para o espaço urbano. Legislações rigorosas

com relação a restrições e índices urbanísticos poderiam conter a especulação imobiliária, a massificação e excessos de construção, contribuindo para a preservação das características distintas do território. Assim, uma abordagem que reconhece a importância da paisagem pode mediar a relação muitas vezes ambígua entre turismo e urbanização, promovendo um desenvolvimento mais harmonioso e sustentável.

A integração dos aspectos ambientais na elaboração de destinos turísticos em Ilhabela é primordial, demandando uma abordagem que valorize e proteja os recursos naturais e culturais, bem como as tradições e interesses da comunidade local. Essencialmente, é imperativo monitorar os efeitos decorrentes das atividades turísticas, incluindo a implementação de estruturas e a operação de instalações turísticas, para assegurar um desenvolvimento sustentável e prevenir a ocupação desordenada do território. O que contribuiria para preservação da natureza e das atividades tradicionais e que também incentivaria a relação entre a comunidade local e o turista (Bueno, 2006).

A instalação e melhoria dos serviços como mudanças que favorecem o transporte coletivo e público para localidades turísticas, minimizando congestionamentos e melhorando a permeabilidade do sistema viário, são medidas vitais para facilitar a circulação em espaços insulares com rotas limitadas. A ordenação territorial, ao respeitar as qualidades paisagísticas locais, exige um modelo que considere a atratividade da capital para fluxos migratórios e as limitadas alternativas econômicas.

A urbanização progressiva e a relevância econômica do turismo em Ilhabela, particularmente na Ilha São Sebastião, são fenômenos inegáveis e interconectados. Contudo, a interação entre urbanização e turismo tem, até certo ponto, contribuído para a degradação da paisagem. Surge, portanto, a necessidade de reavaliar o papel destes dois elementos no contexto urbano, considerando os impactos diferenciados que cada um apresenta. A pesquisa sugere uma separação dos locais de influência de ambos, com o intuito de preservar paisagens ainda pouco afetadas pela urbanização, mantendo características naturais e culturais valiosas. Estas áreas, além de atrativas para um turismo de baixo impacto, são essenciais para a preservação do patrimônio paisagístico. Por conseguinte, a contenção da urbanização em áreas centrais e em determinadas regiões balneárias e interiores da ilha, parece ser uma estratégia coerente para sustentar a integridade paisagística e cultural da cidade (Bueno, 2006).

Para garantir a integridade das áreas de interesse paisagístico e turístico em Ilhabela, é necessário estabelecer diretrizes claras que definam os limites e possibilidades de uso urbano. Essas diretrizes devem considerar os padrões arquitetônicos e as especificidades de cada Unidade de Paisagem, com o objetivo de manter a pressão urbana reduzida e assegurar um impacto ocupacional baixo. A conservação dessas áreas deve focar na manutenção de sua atratividade paisagística e ecológica, tanto para residentes quanto para visitantes. Essa abordagem reconhece a natureza dinâmica da paisagem, influenciada tanto por fatores naturais quanto sociais. A estratégia de gestão proposta visa superar a tradicional conservação passiva, promovendo uma gestão ativa do território que fomente a valorização e o reconhecimento dessas áreas. A conservação ativa implica na utilização sustentável desses espaços, permitindo atividades de baixo impacto que não comprometam seus valores paisagísticos e ecológicos a longo prazo.

Regiões identificadas como de interesse paisagístico, podem manter-se menos ou não ocupadas. Este processo pode ser conduzido sem violar direitos existentes, através de negociações e mecanismos que promovam a transferência de índices de urbanização para áreas designadas como prioritárias. A seleção dessas zonas para adensamento deve considerar a disponibilidade de infraestrutura de saneamento, serviços urbanos e vias adequadas para fluxos veiculares constantes, inclusive durante as temporadas turísticas. A definição de limites de verticalização deve ser baseada em características paisagísticas e regionais, como geomorfologia, cobertura vegetal, hidrografia e demografia. Essencialmente, deve envolver a negociação com as comunidades locais afetadas, além de considerar estudos demográficos, econômicos e sociais. Este enfoque privilegia a paisagem como um elemento central na sustentabilidade sócio-ambiental e no desenvolvimento do turismo sustentável.

A idealização do desenvolvimento sustentável demanda a revisão de paradigmas de produção. Embora posturas extremamente protecionistas possam encontrar resistência em sociedades de economia de mercado, como indicado por Sunkel (1983), é imperativo buscar um equilíbrio entre a manutenção das condições ambientais e a integração do habitante local no processo de desenvolvimento, levando em conta os obstáculos que a proteção ambiental impõe (Bueno, 2006).

A paisagem, além de ser um elemento crucial na manutenção da identidade cultural, também desempenha um papel significativo no turismo. Sua preservação beneficia não apenas a demanda turística, mas também os residentes locais,

elevando a habitabilidade do local. Segundo Acselrad (1999, p. 97), discutir a personalidade de um lugar envolve o reconhecimento de suas múltiplas identidades, que abrangem desde aspectos físicos até a diversidade gerada por fenômenos contemporâneos como migrações. Em Ilhabela, a questão ambiental emerge como um catalisador potencial para transformações sócio-ambientais significativas. O desenvolvimento sustentável do turismo, integrando a proteção dos patrimônios locais e levando em conta a finitude dos recursos naturais, é fundamental para promover uma qualidade de vida melhorada e justiça social, garantindo um desenvolvimento territorial compromissada com o futuro sustentável.

5.4.2 Ordenamento territorial como propulsor da economia

A crescente valorização do âmbito sócio-territorial nas análises contemporâneas, equiparando-se às tradicionais abordagens socioeconômicas, revela a emergência de novas perspectivas no campo do planejamento urbano e ambiental. Essa tendência destaca a importância de um equilíbrio entre urbanização, turismo e sustentabilidade ambiental, sugerindo uma abordagem mais holística e integrada. O paradigma emergente enfatiza a necessidade de considerar a interconexão entre ecossistemas, a sustentabilidade de longo prazo e a preservação dos recursos naturais, indo além da noção de recursos naturais como mero capital social.

Inspirando-se na Agenda 21, que propõe combater a pobreza urbana através de um planejamento e gestão eficazes do uso do solo, este novo enfoque considera a capacidade de suporte ambiental, a funcionalidade, a fragilidade e as medidas de proteção dos recursos do solo. Assim, busca-se uma qualificação ambiental que abarque prevenção, recuperação e até mesmo aprimoramento das condições territoriais.

Além disso, ressalta-se a necessidade de compreender o turismo não apenas como uma dimensão econômica, mas como um processo de comunicação com implicações culturais profundas. Especificamente em Ilhabela, a paisagem se configura como um recurso material fundamental na atividade turística, ressaltando a importância da autonomia dos agentes locais na produção e consumo turístico. A exploração da paisagem, nesse contexto, não se limita à sua dimensão econômica,

mas engloba também aspectos culturais e sociais que influenciam a experiência turística.

A paisagem, tem seu valor semiótico afetado ao longo do tempo devido à degradação ambiental. Tal degradação, especialmente no contexto turístico, pode acarretar consequências socioeconômicas significativas, diminuindo a competitividade do destino no mercado global. Assim, torna-se fundamental a implementação de estratégias por parte dos empresários do turismo e órgãos governamentais para a recuperação e manutenção da paisagem.

O uso racional da paisagem, entendendo que é algo constituído por elementos finitos pode conduzir a duas abordagens principais: a restrição do uso ou a aplicação de legislações que assegurem o acesso público. A restrição de uso, apesar de desafiadora, é uma alternativa válida diante da natureza da paisagem como um bem público que, quando sujeita a externalidades negativas, resulta em custos sociais e impactos na indústria turística (CCRS Architects, 1993).

A recompensa pela utilização da paisagem, conforme sugerido, deve focar na apropriação e no uso consciente de espaços de relevância ecológica, cênica ou histórico-cultural, em contraste com a mera apreciação visual que não desgasta a paisagem. A tendência contemporânea no turismo valoriza identidades únicas e paisagens adaptadas tanto ao modelo turístico quanto ao território, sugerindo o setor turístico pode ser utilizado de forma a preservar a paisagem (CCRS Architects, 1993).

Segundo Bueno (2006), as medidas tomadas para a proteção e educação da comunidade, devem evitar abordagens tecnocráticas ou hierárquicas, e buscando incentivar comportamentos sustentáveis para com o território sem comprometer a evolução econômica da região. A legitimação de políticas e ações na gestão do território e turismo deve envolver a participação ativa dos moradores locais nas decisões de desenvolvimento turístico, equilibrando poderes e garantindo pactos sociais duradouros.

Para assegurar a sustentabilidade do turismo e sua relação harmoniosa com o território, é essencial promover a coleta e análise de dados quantitativos e qualitativos de forma metodologicamente coesa, visando comparações, análises e projeções eficazes da atividade turística. A gestão territorial ativa valoriza os espaços naturais como impulsionadores da economia local, gerando recursos econômicos através de intervenções adequadas (CCRS Architects, 1993; Bueno, 2006).

Contra-pondo-se à visão tradicional de conservação, que enfoca principalmente no controle e restrição do uso do solo, esta abordagem reconhece a importância de uma gestão dinâmica dos espaços naturais. O planejamento do desenvolvimento urbano, considerando relações horizontais de interdependência entre diferentes dimensões sociais, busca integrar-se aos parâmetros socioeconômicos, enriquecendo o processo de construção socioambiental através de uma perspectiva ampla que engloba tanto o projeto da paisagem quanto o planejamento urbano.

5.4.3 Uso misto do patrimônio

A paisagem, como elemento de identificação pessoal e coletiva, enfrenta alterações significativas no contexto contemporâneo. Essas mudanças não apenas impactam a função da paisagem enquanto referente de identidade individual, mas também afetam outros valores sociais importantes. Para preservar esses valores, é fundamental reconhecer que tanto a paisagem quanto o território são realidades em constante evolução, refletindo as transformações da sociedade que os molda. A preocupação central não deve ser a imutabilidade da paisagem, baseada na proteção, mas sim compreender que é necessário uma proteção de seus valores intrínsecos a identidade do habitante local. Sem que os valores sejam reconhecidos e que suas características sejam protegidas, de acordo com Gonzalez e Sabaté, não há possibilidade de gestão do território de forma que seja abarcada as necessidades de uma comunidade.

Joaquín Sabaté ao abordar o conceito de paisagem cultural, sublinha que sua base inicial deve ser voltada para aspectos administrativos, preservacionistas e políticos do que para a academia ou design de projetos. Isso levou ao desenvolvimento de conceitos que visam abordar de forma mais abrangente os elementos naturais e culturais presentes nos territórios, questões de suma importância não somente para os projetos e análises efetuadas pelo departamento do autor, pois estes também fornecem subsídios para uma leitura de paisagens de diferentes localidades (Sabaté, 2008).

A paisagem, como expressão formal da interação entre homem e natureza, reflete a relação sensível dos indivíduos e sociedades com seu ambiente em um contexto topográfico específico. Essa percepção de espaço implica que a paisagem é percebida e caracterizada com base na forma como um território é apropriado e observado por indivíduos ou comunidades. Além disso, a paisagem é dotada de significado cultural, incorporando sensibilidades, práticas, crenças, tradições e valores afetivos, identitários, estéticos, simbólicos, espirituais ou econômicos. Sabaté é reconhecido por seu trabalho em urbanismo e como fundador do Laboratório Internacional de Paisagens Culturais, o autor destaca que o vínculo entre patrimônio e paisagem evoluiu para o conceito de paisagem cultural, ressaltando a importância desses espaços na construção de identidades e na preservação de heranças culturais (Sabaté, 2008).

Para uma gestão efetiva do território, que respeite e valorize a paisagem e a identidade cultural, é necessário desafiar algumas das dinâmicas predominantes atuais na transformação do território. A paisagem, em sua definição ampla, abrangendo aspectos naturais e culturais, deve ser colocada como o eixo central nos planos de ordenação territorial. Esta abordagem considera a paisagem não apenas como um resultado final da cultura, mas como uma realidade em evolução contínua. Assim, as paisagens culturais, a identidade e o patrimônio devem desempenhar um papel crucial na ordenação territorial, representando a memória e a identidade de uma região.

O artigo "El Valor Estructurante Del Patrimonio En La Transformacion Del Territorio" de Julian Galindo Gonzalez e Joaquin Sabate Bel, destaca a crescente relevância da revitalização de áreas decadentes, impulsionada pela valorização do patrimônio. Este processo envolve a preservação do patrimônio e a promoção de atividades educativas e recreativas, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento econômico. Os autores analisam a emergência dos parques patrimoniais, demonstrando como a gestão inteligente do patrimônio pode ser um fator chave para o desenvolvimento econômico, atraindo turismo e investimentos, gerando empregos e reforçando a autoestima da comunidade (Galindo e Sabaté, 2009).

Essas iniciativas baseiam-se na identificação, hierarquização e interpretação dos recursos patrimoniais, ligando-os através de itinerários a centros de interpretação e museus. Observa-se uma tendência crescente de projetos similares em diferentes tipos de parques. Os autores concluem que a revalorização de cenários em crise pode

ser o ponto de partida para a transformação e desenvolvimento de novos futuros, utilizando o patrimônio como base para o planejamento regional.

A análise de projetos relevantes na área de desenvolvimento territorial demonstra que a administração eficiente de recursos patrimoniais é essencial para o crescimento econômico de diferentes regiões. Esta gestão não só atrai turismo e investimento, como também cria empregos e fortalece a autoestima da comunidade. Reconhece-se que cenários em crise podem ocultar oportunidades para transformações futuras, convertendo declínios em ativos valiosos para o desenvolvimento. Experiências recentes em planejamento territorial, que consideram o patrimônio em sua definição mais ampla, mostram que identificar recursos significativos, proporcionar interpretações atraentes e narrar histórias envolventes são essenciais para revitalizar territórios e iniciar um novo ciclo de desenvolvimento econômico. As premissas básicas mencionadas por Galindo e Sabaté (2009) sobre a valorização do patrimônio na transformação do território incluem a identificação dos recursos de maior interesse, o fornecimento de interpretações estruturadas e atraentes destes recursos, a implementação de narrar histórias que atraiam visitantes e investimentos, o descobrimento de oportunidades de atividade e áreas de projeto e, por fim, o ato de posicionar o território para iniciar um novo impulso de desenvolvimento econômico.

O conceito de "parques patrimoniais" surge como uma estratégia inovadora para o desenvolvimento territorial, conforme descrito por Sabaté (2008). Este modelo implica na catalogação e hierarquização de recursos, integrando-os em uma narrativa histórica coerente, e estabelecendo itinerários que os conectam com centros de interpretação e museus. Sabaté observa que essa abordagem, que combina natureza e cultura em um conceito unificado de patrimônio, propõe uma alternativa aos modelos anteriores, baseados principalmente no desenvolvimento industrial e econômico, conseqüentemente ao lucro financeiro, em detrimento da vivência e memória do morador da área afetada. As paisagens culturais e os parques patrimoniais emergem como espaços de diversidade e identidade, desafiando a uniformidade e segregação espacial típica dos processos de globalização. Contudo, Sabaté alerta para a tênue linha que separa parques patrimoniais de parques temáticos, ressaltando que muitas estratégias comerciais exploram a nostalgia e a reconstrução intencional do passado (Sabaté, 2008; Schwerz, 2009).

Na área de ordenação territorial, Joaquín Sabaté se destaca com uma vasta produção acadêmica e experiência prática em projetos de revitalização urbana. Entre seus trabalhos relevantes, destacam-se análises e metodologias aplicadas em diversos projetos, como o Plano Insular de Ordenação de Tenerife (PIOT), as intervenções do FONATUR no litoral mexicano, projetos em Tierra del Fuego (Chile), Quebrada de Humahuaca (Argentina), Patrimonio do rio Llobregat (Espanha) e o estudo de Lanzarote (Ilhas Canárias). Esses projetos oferecem exemplos do uso de uma metodologia que contribui para a discussão contemporânea sobre desenvolvimento urbano e ordenação territorial.

Em diferentes intervenções, nota-se na metodologia de ordenação do território a elaboração de um plano para a coordenação de intervenções setoriais, focando em infraestrutura, serviços e atividades econômicas em um território insular, requer a criação de um documento referencial obrigatório. Coloca-se ênfase na proteção e requalificação da paisagem como sua principal área de intervenção. Propõe-se uma distinção entre o desenvolvimento turístico e o crescimento urbano convencional, apoiando diferentes manifestações de atividades turísticas em categorias variadas de solo, incluindo urbano, urbanizável e não urbanizável. O incentivo é dirigido a intervenções que promovam valores urbanos e territoriais, seja por meio da inclusão de novos serviços, requalificação da paisagem, ou inclusão de novas alternativas de alojamento e experiências turísticas.

As primeiras medidas tomadas para o desenvolvimento de empreendimentos turísticos enfocaram a aquisição de terras de forma estratégica. Antes da criação da Comissão Interministerial, o Estado já possuía direito preferencial em transações imobiliárias nos setores geográficos selecionados para construção de unidades turísticas. A aquisição e urbanização precoce dos terrenos visavam a venda a preços equivalentes aos custos de desenvolvimento, prevenindo a especulação imobiliária e reduzindo custos. Consequentemente, os terrenos equipados puderam ser oferecidos a preços competitivos.

O plano de desenvolvimento turístico proposto foca na proteção e requalificação da paisagem, buscando dissociar o crescimento turístico do urbano convencional. Ele incentiva intervenções que acrescentem valor urbanístico e territorial, seja através da inclusão de novos serviços, requalificação da paisagem, ou introdução de novas alternativas de alojamento e experiências turísticas, com distintas categorizações de solo como urbano, urbanizável e não urbanizável.

A paisagem cultural de Ilhabela pode se beneficiar das contribuições estudadas ao abordar a paisagem não somente como um recurso natural ou estético, mas como um elemento intrínseco da identidade cultural e histórica da região. As abordagens de Sabaté e outros especialistas em ordenação territorial destacam a importância de integrar patrimônio natural e cultural na gestão de paisagens. Em Ilhabela, isso significa valorizar e preservar características únicas da ilha, como sua biodiversidade, história e tradições culturais, ao mesmo tempo em que se promove o desenvolvimento sustentável.

Ao reconhecer a paisagem como um elemento dinâmico e interativo da sociedade, estratégias como a criação de parques patrimoniais podem ser aplicadas para fomentar o turismo, a educação e a preservação cultural em Ilhabela. Essa abordagem mais holística permite não apenas a conservação do patrimônio material e imaterial, mas também a geração de desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida dos residentes, realçando a identidade e a autoestima da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo litorâneo, impulsionador do crescimento urbano, tem degradado os recursos naturais e contribuído para a segregação territorial em locais como Ilhabela, no estado de São Paulo, Brasil. Este arquipélago, dotado de vasta Mata Atlântica e rica diversidade cultural, necessita de um planejamento urbano voltado para a preservação de seus recursos naturais e culturais, assegurando a manutenção da memória e identidade das futuras gerações. O espaço construído e ordenado, conforme discutido neste estudo, não apenas serve como intermediário entre o ambiente externo e a identidade pessoal, mas também influencia o afeto individual e coletivo através da percepção, interação e experiência corporificada no território, entrelaçando objetividade, subjetividade, racionalidade, afeto, conhecimento, intuição, espaço e lugar.

A integração da Arquitetura e Urbanismo com estudos filosóficos, especialmente a fenomenologia e as análises arquetípicas de Carl Jung, é crucial para compreender profundamente a subjetividade humana e sua interação com o espaço. O espaço construído e ordenado, como abordado neste estudo, atua não somente como intermediário entre o ambiente externo e a esfera interna da identidade pessoal, como causador de afeto individual e coletivo. Essa mediação ocorre através da percepção, da ação interativa e da experiência corporificada do indivíduo em relação ao território, integrando aspectos de objetividade e subjetividade, racionalidade e afeto, conhecimento e intuição, espaço e lugar. Os arquétipos de Jung, evidenciados na paisagem e referenciados pelos moradores em poemas, paisagem assimilada e citada pelos moradores locais confirmando de que são elementos basilares na compreensão da paisagem insular de Ilhabela.

A fenomenologia contribui com a incorporação das ideias de Michel Henry sobre a “fenomenologia da vida” no debate acerca da fenomenologia do lugar com o foco na identificação de valores a serem preservados no território. Michel Henry, em seu trabalho filosófico, sublinha a relevância da vida afetiva e da subjetividade, contrastando com abordagens que priorizam a representação e a objetividade. Ele postula que a vida é uma realidade absoluta e irreduzível, que se revela por si mesma e é compreensível apenas através da experiência vivida e da afetividade (Henry, 2005).

A arquitetura, influenciando a relação do indivíduo com o espaço, tempo, vivência e memória, vai além de ser um mero elemento externo, pois estrutura percepções e desempenha papel vital na interação do indivíduo com o entorno, integrando a paisagem cultural e os habitantes na criação de um senso de lugar. A arquitetura, portanto, é reconhecida não apenas como uma construção física, mas como um ente que influencia e molda a experiência, integrando a paisagem cultural e os habitantes locais na formação do sentido de lugar.

Interpretar a fenomenologia da paisagem permite estudos sobre história e patrimônio, exigindo uma abordagem que abrange tanto elementos de várias disciplinas quanto componentes materiais e imateriais da cultura. A paisagem, como meio de expressão e ferramenta analítica, interpretativa e propositiva, transcende seu papel como objeto de estudo e se torna um instrumento para projetos de preservação e valorização patrimonial.

A interpretação da paisagem, além de ser um recurso analítico para a compreensão do território, também é instrumental na identificação de problemas e na proposta de soluções. O patrimônio cultural está intrinsecamente relacionado à vida cotidiana, manifestando-se através de intervenções humanas, símbolos, arquétipos e valores sociais, e seus laços com o meio. Desse modo, ele se estabelece como um mecanismo crucial para a preservação da memória coletiva e da identidade cultural.

O estudo de Ilhabela, fundamentado na Teoria da Paisagem Cultural da Universidade Politécnica da Catalunha, é complementado pela análise do caso de Lanzarote, nas Ilhas Canárias, diante da compreensão dos valores que embasaram seu planejamento de preservação. A investigação sobre experiências de planejamento em espaços turísticos costeiros, utilizando como exemplo o Plano Insular de Ordenação Territorial de Lanzarote, revela uma tendência e necessidade de qualificação desses espaços que emergiram espontaneamente sob influência das dinâmicas de mercado.

A pesquisa constatou um aumento populacional em Ilhabela, caracterizado por uma ocupação territorial irregular que desconsidera a conservação ambiental. Construções de alto padrão e infraestruturas turísticas, concentradas principalmente na orla e expandindo-se para áreas montanhosas, frequentemente carecem de infraestrutura adequada. Este crescimento populacional também tem sido um motor para a valorização imobiliária e especulação. Embora o turismo seja crucial para a geração de emprego e renda, seu impacto direto no custo de vida local, especialmente

durante a alta temporada, fomenta a especulação imobiliária, com um mercado voltado mais para visitantes do que para residentes, desafiando a sustentabilidade financeira de longo prazo de Ilhabela, que depende significativamente de receitas externas, como royalties do petróleo.

O intenso fluxo turístico gera congestionamentos e pressão demográfica, ressaltando a necessidade de estratégias colaborativas entre o poder público, o setor privado e a sociedade civil para equilibrar a interação entre turistas e moradores locais. A pesquisa revela a importância do turismo para a região e aponta a necessidade de estratégias colaborativas entre o poder público, o setor privado e a sociedade civil para equilibrar a interação entre turistas e moradores locais. Destaca-se também a importância da inclusão da comunidade local no planejamento das políticas públicas, promovendo um diálogo ampliado entre os cidadãos e as autoridades. Essa abordagem integrativa é fundamental para entender os impactos do turismo no desenvolvimento socioeconômico e cultural de Ilhabela. Reconhecer os efeitos do turismo na região é crucial para um planejamento eficaz da atividade, visando a sustentabilidade e o bem-estar da comunidade local.

A análise teórico-crítica destaca ainda as ações dos agentes do mercado imobiliário que limitam o acesso às praias para construção de condomínios fechados, impactando negativamente a fruição original da paisagem e forçando a população de baixa renda a ocupar áreas de difícil acesso e topografia acidentada. Destaca-se que a supressão da visualidade e do acesso direto ao mar e à paisagem original contribui para a desconstrução da identidade e autoestima da população local, além de promover a desintegração da coesão social.

Diante do desenvolvimento turístico em Ilhabela e sua área insular, surge o desafio de construir um futuro sustentável. A falta de consideração por modelos alternativos de ordenação territorial, alinhados às características ambientais locais, pode levar a consequências adversas. A associação descontrolada entre turismo e urbanização pode resultar na perda de espaços vitais e em ineficiências econômicas, ameaçando os principais atrativos da região: seus recursos naturais, riquezas culturais e assentamentos tradicionais. A ausência de um plano regulatório que leve em conta as particularidades do território insular e as injustiças históricas do seu desenvolvimento pode perpetuar impactos ambientais prejudiciais à sustentabilidade de Ilhabela.

A tese desta pesquisa enfatiza a importância das características geográficas e ambientais da ilha na identidade e memória de seus habitantes, salientando a necessidade de preservar a relação delicada entre homem e lugar. A vivência local é crucial para a formação e preservação da paisagem e de seus habitantes, que são os verdadeiros formadores, detentores e guardiões da cultura local. Considerando tanto a história quanto as iniciativas atuais de promoção cultural de Ilhabela, o estudo revela uma cidade empenhada em fomentar tanto a cultura material quanto imaterial, sugerindo uma investigação mais profunda dessas ações para propor usos alternativos para os patrimônios municipais, além dos tradicionais. Este planejamento deve abranger não apenas os bens patrimoniais, mas também a experiência e vivência caiçara, integrando a infraestrutura e promovendo um desenvolvimento econômico sustentável para o arquipélago.

O estudo de Ilhabela, considerando tanto sua história quanto suas iniciativas atuais de promoção cultural, revela uma cidade com ações diversificadas para o fomento da cultura material e imaterial. A proposta analisada, a partir da metodologia de Sabate e as teorias abordadas de ordenação do território, tem a potencialidade de investigar essas ações de forma mais aprofundada e assim, propor outros usos, além dos tradicionais, para os patrimônios do município. Este planejamento considera não apenas os bens patrimoniais, mas também a experiência e vivência caiçara, integrando infraestrutura e promovendo um desenvolvimento econômico sustentável para o arquipélago.

A presente investigação foi conduzida ao longo do período de 2020 a 2024, um intervalo temporal marcado significativamente pelos desdobramentos da pandemia de COVID-19. Este evento global trouxe consigo uma série de restrições, afetando diretamente o município de Ilhabela, onde houve períodos em que o tráfego pela balsa foi rigorosamente restringido em virtude das medidas de quarentena impostas tanto nas ilhas principais quanto nos ilhotes adjacentes. Tal contexto impôs desafios metodológicos à pesquisa, limitando a amplitude com que a interação e o engajamento com a comunidade local poderiam ser realizados. Métodos qualitativos primários, como entrevistas diretas com os habitantes, tiveram sua aplicabilidade reduzida, comprometendo a obtenção de informações acerca da vivência e experiência dos moradores.

A situação delineada destaca a necessidade imperativa de dar continuidade aos esforços investigativos nessa região. Embora a pesquisa atual tenha conseguido

estabelecer correlações significativas por meio da triangulação entre a fenomenologia, as contribuições metodológicas de Sabaté e a organização de relatos históricos e características distintivas de Ilhabela, é inegável que o acesso limitado à população local constituiu uma barreira incontornável, impondo restrições que transcendem o controle acadêmico.

A autenticidade e a profundidade da compreensão fenomenológica são intensificadas pela interação direta e pelo engajamento com os participantes da pesquisa, possibilitando uma imersão nas complexidades das experiências vividas. Dessa forma, a pandemia de COVID-19 não apenas influenciou os procedimentos metodológicos adotados, mas também reiterou a importância da flexibilidade e adaptabilidade das abordagens de pesquisa em face de circunstâncias imprevisíveis.

Portanto, a continuação desta pesquisa é recomendável para uma compreensão ainda mais holística e profunda das dinâmicas sociais, culturais e ambientais que permeiam o município de Ilhabela. A incorporação de estratégias metodológicas alternativas, que possam contornar as limitações impostas por crises globais como a pandemia da COVID-19, surgirá como uma necessidade primordial em futuras investigações acadêmicas nesse contexto.

Ressalta-se a importância de refletir, sob a perspectiva da arquitetura e da ordenação do território, sobre a necessidade de preservar a paisagem para evitar que o espaço se torne destituído de significado e vulnerável a intervenções predatórias. O desenvolvimento sustentável deve, portanto, considerar a manutenção dos vínculos entre homem e paisagem cultural, assegurando a coexistência harmoniosa entre o avanço urbano e a preservação ambiental e cultural.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

ACSELRAD, Henry. Discursos da Sustentabilidade Urbana. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, n.2, Recife, maio de 1999.

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (Brasil). Resolução ANP nº 680, de 05 de junho de 2017. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 06 jun. 2017.

ALMEIDA, Antônio Paulino de, **Memória histórica sobre São Sebastião**. Local: Editora, 1958

ANDREOTTI, Giuliana. O senso ético e estético da paisagem. Trad. Beatriz Helena Furlanetto. Ra'e ga, Curitiba, n. 24, p. 5-17, 2012.

ANDREOTTI, Giuliana. Paisagens Culturais e a Gestão do Patrimônio. **RAEGA – O Espaço Geográfico em Análise**, Curitiba, v. 25, n. 1, p. 243-257, 2013. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/raega/article/view/26191/17414>. Acesso em: 04 mai. 2023.

AQUINO, Mariana Barreto. **Desenvolvimento sustentável em cidades de pequeno porte: Ilhabela, um estudo de caso**. Campinas, SP: Tese de Doutorado [s.n.], 2011.

AQUINO, Mariana Barreto. **Desenvolvimento Sustentável em Cidades de Pequeno Porte: Ilhabela, um estudo de caso**. Campinas: Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo - UNICAMP, 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Engenharia Civil Arquitetura e Urbanismo, UNICAMP, 2011.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. 4. ed., rev. São Paulo: Moderna, 2009.

ARAÚJO, Adelita de Souza. **Lógica de organização territorial Guarani e as sobreposições produzidas pelos processos de urbanização**. Tese de Doutorado. PUC Campinas, 2016. Disponível em: <https://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/handle/123456789/16084>. Acesso em: 27 out. 2022.

ASSIS, Lenilton Francisco de. **A difusão do turismo de segunda residência nas paisagens da Ilha de Itamaracá-PE**. Boletim Goiano de Geografia. ISSN 0101 708X. Vol. 21–Nº. 2, jul./dez. 2001. p. 103-135.

ASSIS, Lenilton Francisco de. **Residências secundárias: expansão e novos usos no litoral cearense**. In: SILVA, José B. da; DANTAS, Eustógio Wanderley Costa; ZANELLA; Maria E.; MEIRELES, Antônio Jeovah de A. (Orgs.). Litoral e sertão: natureza e sociedade no Nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 289-305.

ASSIS, Lenilton Francisco de. **Turismo de segunda residência: a expressão espacial do fenômeno e as possibilidades de análise geográfica.** Revista Território. Rio de Janeiro. Ano VII-nº 11,12,13-set./out., 2003.

BACHELARD, Gaston. **A Poética do Espaço.** São Paulo: Martins Fontes, 2013.

BECK, Ulrich. Climate for Change, or How to Create a Green Modernity? **Theory, Culture & Society**, v. 27, n. 2–3, p. 254–266, 2010.

BENDAZZOLI, Cíntia. **O panorama da ocupação sambaqueira no arquipélago de Ilhabela, SP.** Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

BONTJE, Marco. **Islandness: the concept of northness and the politics of northern culture.** Amsterdã: Amsterdam University Press, 2018.

BOURDIN, Alain. **A questão local.** Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BRASIL – Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo 2023.** Disponível em: <http://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em: 22 ago. 2023.

BRASIL, Embratur. **Plano Aquarela - Marketing Turístico Internacional do Brasil 2007-2010.** Brasília: Embratur, 2007.

BRASIL, Embratur; FIPE. **Estudo da Demanda Turística Internacional. 2005-2007.** Brasília: Ministério do Turismo, 2009.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Marcos Conceituais.** Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2007/2010: uma Viagem de Inclusão.** Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo: Marcos Conceituais.** Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: Orientações Básicas.** Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

BRASIL, Ministério do Turismo; FIPE. **Hábitos de Consumo do Turismo do Brasileiro.** Brasília: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 4444/2021.** Institui o Programa Nacional de Gestão Eficiente do Patrimônio Imobiliário Federal, altera a Lei nº 9.636, de 1998, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2312502>. Acesso em: 22 ago. 2023.

BRASIL. **Lei n.º 12.187**, de 29 de dezembro de 2009. Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 29 dez. 2009.

BRASIL. **Lei n.º 9.985**, de 18 de julho de 2000. Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 18 jul. 2000.

BRASIL. **Lei n.º 12.608**, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 abr. 2012.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Publicações: **COBRADE: codificação, classificação, definição e simbologia dos desastres**. Disponível em: <http://www.mi.gov.br/publicacoes-sedec>. Acesso em: 10 nov. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Proposta de Emenda à Constituição n.º 3, de 2022**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/151923>. Acesso em: 22 ago. 2023.

BUENO, Ayrton Portilho. **Patrimônio paisagístico e turismo na Ilha de Santa Catarina**: a premência da paisagem no desenvolvimento sustentável da atividade turística. Tese de Doutorado. FAU/USP, 2006. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16138/tde-28022007-124752/pt-br.php>. Acesso em: 27 out. 2022.

CABRAL, Renata Campello. **A gênese da proteção legal para além do monumento no Brasil**: o projeto de José Wanderley de Araújo Pinho e seus diálogos com a legislação estrangeira. Anais do Museu Paulista, São Paulo, v. 27, e 26, 2019.

CAIÇARA. *In*: MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: [<https://michaelis.uol.com.br/palavra/WBa1/caiçara/>]. Acesso em: 24 set. 2023.

CALAZANS, Nesi Coelho Araújo. **A dinâmica sócio-espacial na orla do rio Paraná e o ordenamento do território pelo turismo**: a estância turística de Santa Fé do Sul/SP. Aquiduna, 2008. 143 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

CALI, Plácido. **A Fazenda Engenho d'Água e os Engenhos de Ilhabela**. Ilhabela: Secretaria Municipal de Cultura, 2021.

CALI, Plácido. A proteção do Patrimônio Cultural e o papel dos municípios. **Jornal da Ilha**, Ilhabela, n. 49, p. 10, jun. 2001a.

CALI, Plácido. Abrigos pré-históricos de Ilhabela. **Jornal da Ilha**, Ilhabela, n. 46, p. 11, mar. 2001b.

CALI, Plácido. Conservação e preservação dos sítios arqueológicos de Ilhabela. **Jornal da Ilha**, Ilhabela, n. 51, p. 8, ago. 2001.

CALI, Plácido. Engenhos, Fazendas e Fortificações: ruínas da História de Ilhabela. **Jornal da Ilha**, Ilhabela, n. 47, p. 5, abr. 2001.

CALI, Plácido. **História da Cultura Brasileira e Fontes Arqueológicas**. Revista Fronteiras, n. 11. Mato Grosso do Sul: Ed. UFMS, 2003.

CALI, Plácido. Projeto Arqueológico de Ilhabela. In: **Caderno de Resumos do XI Congresso da Sociedade de Arqueologia Brasileira**. Rio de Janeiro: SAB, 2001. p. 138.

CALI, Plácido. **Sítio Arqueológico Rio Comprido I e seu contexto no Vale do Paraíba**. Jacareí: Mirante do Vale, 1999.

CALI, Plácido. Turismo cultural e patrimônio arqueológico. **Jornal da Ilha**, Ilhabela, n. 50, p. 5, jul. 2001.

CALS i Guell, Joan. **Els Canvis Turístics**. Incidencia en els municipis costaners de Barcelona. Barcelona: Diputació de Barcelona, 1991.

CALS i Guell, Joan. **Entorno, Competitividad de la Oferta y Rentabilidad Social de los Proyectos Turísticos**. In: Arquitectura y Turismo. Planes y Proyectos. Barcelona: UPC, 1996, pp. 49-58.

CALVENTE, M. del C. M. H. **Elementos da potencialidade**. Londrina: UEL, 2003. Apostila apresentada no minicurso “A paisagem como recurso turístico”. Trabalho não publicado.

CALVENTE, Maria Del Carmen M.H. O Impacto do Turismo sobre as comunidades de Ilhabela (SP). **Geografia – Revista do Departamento de Geociências**, Londrina, n. 1, v. 8, 1999.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade**. São Paulo: Edusp, 1995.

CAPONERO, Maria Cristina. **Festejando São Benedito: a congada em Ilhabela, recurso cultural brasileiro**. 2009. 314 f. Dissertação (Mestrado) – Programa Interunidades de Pós-Graduação em Estética e História da Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

CARDOSO, Adauto Lúcio. Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro. **Cadernos Ippur**, v. 20, n. 1, p. 27-48, 2006.

CARMO, Roberto. Luiz; MARQUES, César; MIRANDA, Zoraide Amarante Irapura de. Dinâmica demográfica, economia e ambiente na zona costeira de São Paulo. **Textos Nepo**. v. 63. Campinas: NEPO/Unicamp, 2012. p. 110.

CARTA de Atenas. Atenas, 1933. Disponível em: http://www.revistacomplan.com.br/revistas/vol4_n2/v4_n2_a06.pdf. Acesso em: 29 maio 2023.

CARVALHO, A. M. *et al.* **Comunidades Isoladas**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, Serviço do Vale do Ribeira, DAEE, 1968.

CARVALHO, A.; CIOLFI, L. **Work Practices, Nomadicity and the Mediatonal Role of Technology**. Computer Supported Cooperative Work (CSCW). DOI: 10.1007/s10606-014-9201-6, 2014.

CARVALHO, M.C. V. O pescador do litoral do Estado de São Paulo. **Anais do Congresso de Geografia**, Rio de Janeiro, vol. 9, 1944.

CCRS Arquitectes. **PIOT – Plan Insular de Ordenación de Tenerife**. Santa Cruz de Tenerife: CCRS Arquitectes, 1993 (primeira versão).

CCRS Arquitectes. **PIOT – Plan Insular de Ordenación de Tenerife**. Santa Cruz de Tenerife: CCRS Arquitectes, 1994 (segunda versão).

CERVINI, Esther Aparecida. **Um lugar sulfuroso**: paisagem e subjetividade em Poços de Caldas. Tese de Doutorado. PUC Campinas, 2020. Disponível em: <http://repositorio.sis.puc-campinas.edu.br/xmlui/handle/123456789/16091>. Acesso em: 27 out. 2022.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. **Dicionário de símbolos**: mitos, sonhos, costumes, gestos, formas, figuras, cores, números. 12ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE, (CBH/LN). **A situação das águas no Litoral Norte**. Comitê de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte. São Paulo, 2015.

COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE, (CBH/LN); Instituto de Pesquisas Tecnológicas. **Diagnóstico da Situação atual dos Recursos Hídricos do Litoral Norte**. Relatório Zero CBH-LN/IPT. Relatório nº 49.963. São Paulo, 2000.

COMITÊ DE BACIAS HIDROGRÁFICAS DO LITORAL NORTE, (CBH/LN); Instituto de Pesquisas Tecnológicas. **Relatório I do Plano de Bacias Hidrográficas do Litoral Norte do Estado de São Paulo**, Ubatuba, 2016.

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO, CETESB. **Qualidade das praias litorâneas no estado de São Paulo – 2014**. Série Relatórios. Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental. São Paulo, 2014.

COMUNALE, Viviane. **A redescoberta da Igreja Matriz Nossa Senhora d’Ajuda e Bom Sucesso**: o trabalho de restauro feito pelo artista Alfredo Oliani. In: Anais Eletrônicos do XXII Encontro Estadual de História da ANPUH-SP, Santos, 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.sp.anpuh.org/resources/anais/29/1406558966_ARQUIVO_Anpuh_2014_artigo_AredescobertadaIgrejaMatrizNossaSenhoraDAjudaeBomSucesso.pdf. Acesso em: 27 out. 2023.

CONSEIL DE L'EUROPE. **Convenção Europeia da Paisagem**. Florença, 2000.

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL, (CEDEC). **Mapeamento De Áreas De Risco De Municípios**. São Paulo, 2006.

CORBIN, Alain. **Território do Vazio**: a praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORRÊA, Iracema França Lopes. A Congada de Ilhabela na festa de São Benedito. São Paulo: **Escola do Folclore/ Livramento**, 1981.

Cosgrove, D. **A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas**. In: Rosendahl, Z.; Corrêa, R. L. (Orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1998. p. 92-122.

COSGROVE, Denis. **A geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). Paisagem, tempo e cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998, p. 92-123.

COSTA, F. S. C.; PIMENTEL, M. A. **Integrated Flood Risk Management And Local Communities in Portugal And Brazil**: Theoretical Contributions. *Geography Papers*, v. 63, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.6018/geografia/2017/294901>. Acesso em: 10 nov. 2023.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

Cruz, R. de C. A. da. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000.

CUTTER, Susan. L. A ciência da vulnerabilidade: modelos, métodos e indicadores. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 93, p. 59-69, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/rccs.165>.

DAL FIORE, Filippo. “**Nomads at last**”? A set of perspectives on how mobile technology may affect travel. *Journal of Transport Geography*, v. 41, p. 97-106, 2014.

D'ANDREA, Anthony. **Neo-nomadism**: A theory of post-identitarian mobility in the global age. *Mobilities*, v. 1, n. 1, p. 95-119, 2006.

DAY, Christopher. **Places of the Soul**: Architecture and Environmental Design as a Healing Art. Londres: Routledge, 2007.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Ilhas e Mar**: Um Estudo sobre as Sociedades Insulares. São Paulo: Hucitec, 1998a.

DIEGUES, Antonio Carlos. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1998b.

DUNCAN, James. O supraorgânico na geografia cultural americana. **Revista Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro: Eduerj, 2002, n. 13, p. 7-33. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/view/7423/0>. Acesso em: 24 abr. 2015.

ELIADE, Mircea. O mito do eterno retorno. Tradução José A. Ceschin. São Paulo: **Mercuryo**, 1992.

FILET, Martinus. et al. Gerenciamento costeiro e os estudos do Quaternário no Estado de São Paulo, Brasil. **Pesquisas em Geociências**, v. 28, n. 2, p. 475-486, 2001.

FOLCH, R. (Coord.). **El territorio como sistema**. Barcelona: Diputación de Barcelona, 2003.

FONT, J. N. **Turismo, percepción del paisaje y planificación del territorio**. Estudios Turísticos, 115, 1992, p. 45-54.

FORMAGGIA, DME. Relatório de situação das soluções alternativas de abastecimento de água do Litoral Norte do Estado de São Paulo. **Comissão Permanente de Acompanhamento da Qualidade da Água para Consumo Humano do Litoral Norte**. 14p. 2008.

FUÃO, Fernando. **Construir, Morar, Pensar**: Uma Releitura de 'Construir, Habitar, Pensar (Bauen, Wohnen, Denken) de Martin Heidegger. Revista Estética e Semiótica, Volume 6, Número 1. Brasília. Jan/Jun 2016.

FUNDAÇÃO FLORESTAL - FF. **Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela**. São Paulo, 2015.

FUNDAÇÃO FLORESTAL. **Plano de Manejo do Parque Estadual de Ilhabela**. São Paulo, 2015.

FURTADO, José Luiz. **Ensaio de fenomenologia: ontologia e estética**. Ouro Preto: Editora UFOP, 2015.

GEO BRASLIS. Revisão – **Plano Diretor de Desenvolvimento Socioambiental de Ilhabela** – Em Discussão. Versão I. Contrato nº306/2022. São Paulo, abr. 2023. geoconservação. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Geociências. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

GOMES, Nathália Silva. **Nômades digitais: quem são estes novos turistas?** Dissertação de Mestrado. Universidade de Évora. 2019.

GONÇALVES, Carmem Diego. **Desastres naturais**: Algumas considerações: vulnerabilidade, risco e resiliência. **Territorium**, n. 19, p. 5-14, dez. 2012. Disponível em: <https://impactum-journals.uc.pt/territorium/article/view/3067>. Acesso em: 10 nov. 2023.

GRIGOREVA, Olga V. et al. **Human behavior in digital economy**: the main trends. 2017.

GUIMARÃES, S. M. Análise do crescimento urbano de Ilhabela: seus reflexos e as perspectivas de planejamento para o município. **São José dos Campos. São Paulo**. Universidade do Vale do Paraíba – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento. 2006.

HALL, Grant et al. **Motivations, mobility and work practices**; the conceptual realities of digital nomads. In: Information and communication technologies in tourism 2019. Cham: Springer, p. 437-449, 2019.

Heidegger, M. **Ser e tempo**. Vozes. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988. (Trabalho original publicado em 1927).

Henry, M. **Généalogie de la Psychanalyse**. Paris: Presses Universitaires de France, 1985.

HENRY, Michel. **A Barbárie**. São Paulo: É Realizações, 2012a.

HENRY, Michel. **A felicidade de Espinosa**. Mathesis: Lisboa, 2005. Tradução de Florinda Martins. In: MARTINS, Florinda. A felicidade – Fênix Renascida do Niilismo. Obra organizada por Florinda Martins e Olga Lourenço.

HENRY, Michel. **Fenomenología material**. Madrid: Ediciones Encuentro, 2009.

HENRY, Michel. **Genealogia da Psicanálise: o começo perdido**. Tradução de Rodrigo Marques. Apresentação de Florinda Martins. Curitiba: UFPR, 2003.

HENRY, Michel. **La fenomenologia Radical, la cuestión de Dios y el problema del mal**. Buenos Aires: Encuentro, 2013.

HENRY, Michel. **L'essence de la manifestation**. Paris: Presses Universitaires de France. 1963.

HENRY, Michel. **Ver o invisível: sobre Kandinsky**. Trad. Marcelo Rouanet. São Paulo: É Realizações Editora, 2012b.

HOGAN, Daniel Joseph; MARANDOLA JR. Marandola Junior (Ed). **População e mudança climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais**. Campinas: NEPO/Unicamp; Brasília: 2009.

HOLL, Steven. **Parallax**. Nova York: Princeton Architectural Press, 2006.

Husserl, E. **Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**. Tradução M. Suzuki. São Paulo: Ideias & Letras, 2006. (Original publicado em 1913).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Aglomerados Subnormais: o que é**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-doterritorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 12 abr. 2023.

ILHABELA. História. Disponível em: <https://www.ilhabela.com.br/historia/>. Acesso em: 06 fev. 2023b.

ILHABELA. **Plano Gestor de Turismo de Ilhabela**. Ilhabela, 2020. v.1.

ILHABELA. **Plano Municipal de Saneamento Básico nos Componentes: Água, Esgoto e Drenagem Urbana**. Ilhabela, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E PESQUISA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2010/inicial>. Acesso em: 10 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E PESQUISA - IBGE. **Censo Demográfico 2022** - Prévia da População dos Municípios. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/22827-censodemografico-2022.html>. Acesso em: 10 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E PESQUISA - IBGE. **IBGE Cidades** - Ilhabela. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ilhabela>. Acesso em: 10 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E PESQUISA - IBGE. **Produto Interno Bruto dos Municípios – 2020**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contasnacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=resultados>. Acesso em: 10 mar. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta da Paisagem Cultural Brasileira**: Carta de Bagé. 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20da%20Paisagem%20Cultural%20Brasileira.pdf>. Acesso em: 28 maio 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Consulta pública sobre a normativa da Paisagem Cultural Brasileira**. 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/4062/consulta-publica-sobre-a-normativa-da-paisagem-cultural-brasileira>. Acesso em: 28 maio 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Memorando nº 384**, de 11 de setembro de 2015. Brasília, DF: Iphan, 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Mundial**. s.d. 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/24>. Acesso em: 12 set. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Portaria nº 127, de 2 de abril de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 abr. 2009. Seção 1, p. 15.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Relatório técnico do grupo de trabalho sobre aprimoramentos do instrumento da chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Brasília, DF: **Iphan**, 2018.

INSTITUTO GEOLÓGICO. **Cadastro de Eventos Geodinâmicos e Desastres do Estado de São Paulo**. Arquivos eletrônicos. Disponível em: <https://goo.gl/2yxX4W>. Acesso em: 10 nov. 2023.

INSTITUTO PÓLIS. **Diagnóstico Urbano Socioambiental** – Município de Ilhabela. São Paulo, 2013.

INSTITUTO PÓLIS. **Resumo Executivo de Ilhabela**. São Paulo, 2012. Disponível em: <https://polis.org.br/wp-content/uploads/2020/03/Resumo-Executivo-ILHABELA-Litoral-Sustentavel.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2023.

IWAMA, Allan Yu; BATISTELLA, Mateus; FERREIRA, Lúcia da Costa. **Riscos geotécnicos e vulnerabilidade social em zonas costeiras**: desigualdades e

mudanças climáticas. **Ambiente & Sociedade**, v. XVII, n. 4, p. 251-272, out.-dez. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/CzpDrrP5g9NLgRTYQJzVxxg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 dez. 2023.

JACKSON, John Brinckerhoff. **Discovering the vernacular landscape**. New Haven, London: Yale University Press, 1984.

JARRAHI, Mohammad Hossein et al. **Personalization of knowledge, personal knowledge ecology, and digital nomadism**. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, v. 70, n. 4, p. 313-324, 2019.

JUNG, Carl Gustav. A natureza da psique. Petrópolis: **Vozes**, 2013.

JUNG, Carl Gustav. **O homem e seus símbolos**. Trad. Maria Lucia Pinho. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2000.

JUNG, Carl Gustav. Os arquétipos e o inconsciente coletivo. 7. ed. Petrópolis: **Vozes**, 2002.

JUNG, Carl Gustav. **Símbolos da transformação**. Petrópolis: Vozes, 1986.

JÚNIOR, X. S.; ITO, C. A. **Turismo e Espaço**: uma leitura geográfica da interferência da atividade turística no processo de (re)organização sócio-espacial do município de João Pessoa-PB. *Scripta Nova, Barcelona*, v. IX, n. 194 (116), 1 de ago. de 2005.

KELLY, Robert L. **Mobility/sedentism**: concepts, archaeological measures, and effects. *Annual Review of Anthropology*, v. 21, n. 1, p. 43-66, 1992.

LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. **Economia do Turismo**. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LAMPTON, K. (Ed.). **The Roadscape Guide** – Tools to Preserve Scenic Road Corridors. Champlain Valley Greenbelt Alliance for the Vermont Forum on Sprawl: Vermont, 2006.

LICKORISH, J. L.; CARSON, J. L. **Introdução ao Turismo**. 6ª ed. São Paulo: Editora Campus, 2000.

LOWENTHAL, David. **The Past Is a Foreign Country**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

Luchiari, M. T. D. P. **Urbanização turística**: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: Serrano, C.; Bruhns, H. T.; Luchiari, M. T. D. P. (Orgs). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas, SP: Papius, 2000. p. 105-130.

LUPO, F.; BORTOLUSSO, M. Viagens ecológicas e culturais. **Ilhabela: Photoverde**. vol. 2, p. 194, 2012.

LYLE, J.T. **Design for Human Ecosystems**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1985.

MacRAE, Graeme. **Community and cosmopolitanism in the new Ubud**. Annals of Tourism Research, v. 59, p. 16-29, 2016.

MAKIMOTO, Tsugio; MANNERS, David. Digital nomad. Chichester: Wiley, 1997.

MALDONADO, Wanda de Vasconcellos. **Da mata para o mar: a construção da canoa caiçara em Ilhabela/SP**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

MALDONADO, Wanda. **A construção material e simbólica da canoa caiçara em Ilhabela**. In: DIEGUES, Antonio Carlos (org). Enciclopédia Caiçara, v.1, São Paulo: Hucitec – Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras – CEC/USP, 2005.

MANCINELLI, Fabiola. **Digital nomads: freedom, responsibility and the neoliberal order**. Information Technology & Tourism, v. 22, n. 3, p. 417-437, 2020.

MANSANO, Candice Filipak. **Do “tempo dos antigos” ao “tempo de hoje”**: o caiçara de Cambury entre o mar e a terra. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

MANSANO, Cândice. **Do “tempo dos antigos” ao “tempo de hoje”**: o caiçara de Camburi, entre a terra e o mar. IN: Antônio C. Diegues (org.) Enciclopédia Caiçara, Vol. 1. São Paulo: Hucitec: Nupalb: CEC/USP, 2004, pp. 193-224.

MARTINS, Florinda. Apresentação. In: HENRY, Michel. **Genealogia da psicanálise: o começo perdido**. Curitiba, PR: Editora UFPR, 2009, p.09-33.

MATOS, Renata Santos da Frota. **Nômades digitais: perfis, motivações e viabilidade**. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) – Fundação Getúlio Vargas, 2016.

MAURI, Bianca. **As interfaces entre a arquitetura, o abstracionismo e a fenomenologia da vida**. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2010.

MAURI, Renato Garibaldi. A causalidade imanente na fenomenologia material de Michel Henry. In: Colóquio Internacional Michel Henry. **Anais do Colóquio Internacional Michel Henry e a Interdisciplinaridade**: resumos e trabalhos completos. 2016. São Paulo: [s.n.], 2016. p.75-86. Disponível em: http://newpsi.bvs-psi.org.br/eventos/Anais_coloquio_michel_henry_%202016.pdf. Acesso em: : 04 mai. 2023.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da percepção**. Tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **O Visível e o Invisível**. Tradução de Alceu Dias Lima. São Paulo: Perspectiva. 1964.

MILANESI, M. A. **Avaliação do efeito orográfico na pluviometria de vertentes opostas da Ilha de São Sebastião (Ilhabela – SP)**. 141p. Dissertação (Mestrado em

Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Marcos Conceituais**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf. Acesso em: 22 ago. 2023.

MLADENOVIĆ, Dušan et al. **CONCEPT OF “FIGURE OF MERIT” FOR PLACE MARKETING IN DIGITAL NOMADISM AGES**. *Marketing Identity*, v. 4, n. 1, p. 393-403, 2016.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da Formação Territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico**. In: BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, realizada em Brasília, em 13-14 de novembro de 2003. Brasília, DF: MI, 2005. p. 43-47.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Os Impactos da Política Urbana Sobre a Zona Costeira**. Programa Nacional do Meio Ambiente. Brasília, 1995.

MOREIRA, Sílvia. **O saber e fazer da comunidade tradicional caiçara da praia do Bonete na Ilhabela**. 2009. 147 f. Dissertação (Mestrado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/13432>. Acesso em: 27 out. 2022.

MÜLLER, Annika. **The digital nomad: Buzzword or research category?**. *Transnational Social Review*, v. 6, n. 3, p. 344-348, 2016.

MUSSOLINI, Gioconda. Aspectos da Cultura e da vida social no litoral brasileiro. In: CARONE, Edgar. **A Cultura Caiçara**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MUSSOLINI, Gioconda. O cerco da tainha em São Sebastião. **Revista de Sociologia**, São Paulo, v. 8, n. 3, 1946.

NASH, Caleece et al. **Digital nomads beyond the buzzword: Defining digital nomadic work and use of digital technologies**. In: International Conference on Information. Springer, Cham, p. 207-217, 2018.

NOGUEIRA, M. F. G. **Política nacional de turismo: distorções e participação**. *Revista de Administração Municipal*, n.178, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1986.

NORBERG-SCHULZ, Christian. **Genius loci: towards a phenomenology of architecture**. New York: Rizzoli, 1984.

OLIANI, Alfredo. **Guia Histórico e turístico da Igreja Nossa Senhora D'Ajuda de Ilhabela**. Datilografado, 1972.

OLIVEIRA, João Bertoldo de. **Mapa Pedológico do Estado de São Paulo**. Instituto Agrônomo, 1999. Escala 1:500.000. Acompanha legenda expandida. Campinas: IAC, 1999. Disponível em: http://www.iac.sp.gov.br/solosp/pdf/mapa_pedologico_Solos_Estado_de_Sao_Paulo.pdf. Acesso em: 24 set. 2023.

OMT, Organização Mundial do Turismo. **Introdução ao Turismo**. Madrid: OMT, 2001.

OREL, Marko. **Coworking environments and digital nomadism: balancing work and leisure whilst on the move**. *World Leisure Journal*, v. 61, n. 3, p. 215-227, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris, 1972.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Diretrizes para a Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural**. Paris, 1992.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Recomendação Relativa à Salvaguarda da Beleza e do Caráter das Paisagens e Sítios**. Paris, 1962.

PALLASMAA, J. **A geometria do sentimento**. In: NESBITT, K. (org.). *Uma nova agenda para arquitetura*. 2ª Ed. São Paulo: Cosac Naify, 2008. Pág. 482-489.

PALLASMAA, Juhani. **Os olhos da pele: a arquitetura e os sentidos**. São Paulo: Bookman, 2012.

PALLASMAA, Juhani. **The eyes of the skin: architecture and the senses**. 2ª ed. Chichester: Wiley, 2005.

PALLASMAA, Juhani. **The thinking hand: existential and embodied wisdom in architecture**. Chichester: Wiley, 2011.

PELLITERO, Ana María Moya. **La percepción del paisaje urbano**. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, S.L., 2011.

PEREIRA, K. T. B. et al. **Desenvolvimento social e econômico: os impactos do turismo no município de Ilhabela/SP**. *Informe Gepec*, v. 23, p. 154-171, 2019.

PEREIRA, Tiago de Melo. **O Brasil da paisagem cultural: bases legais e políticas públicas**. *Revista CPC*, São Paulo, n. 29, p. 8-35, jan./jul. 2020. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/172135>. Acesso em: 28 maio 2023.

PIRES, P. dos S. **A análise de indicadores da qualidade visual como etapa da caracterização de paisagens turísticas: uma aplicação no distrito-sede de Porto Belo-SC**. *Turismo: Visão e Ação*, 7 (3), p. 417-426, set./dez. 2005.

PIRES, P. dos S. **A paisagem rural como recurso turístico**. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). *Turismo rural: práticas e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 107-132.

PIRES, P. dos S. **Paisagem litorânea de Santa Catarina como recurso turístico**. In: Yázigi, E.; Carlos, A. F. A.; Cruz, R. de C. A. (Orgs.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 161-177.

PIRES, P. dos S. **Paisagem litorânea de Santa Catarina como recurso turístico**. In: YÁZIGI, E.; CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. de C. A. da (Orgs.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 161-177.

PIZZOL, R. A.; FERRAZ, F. T. **Riqueza e exclusão social**: o paradoxo dos royalties do petróleo. Revista Produção on Line, v. 10, n. 1, p. 771-794, 2010.

PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Consórcio PlanSan 123. **Plano Municipal Integrado de Saneamento Básico** – Versão Revisada com a Incorporação dos Comentários da SSRH. Ilhabela: Prefeitura Municipal de Ilhabela, 2013.

PLATON, Michail J. **Ilhabela seus Enigmas**: Histórias – Lendas – Tesouros – Naufrágios. São Sebastião: Editora do autor, 2006.

PM-PEIb. **Plano de Manejo** – Parque Estadual de Ilhabela. Fundação Florestal do Estado de São Paulo, 2015.

PNUD. **Sobre o PNUD**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/sobrepnud.aspx>. Acesso em: 06 ago. 2023.

PRAZERES, Janilce Silva. **Fenomenologia da Afetividade**: Um estudo a partir de Michel Henry. Dissertação de Mestrado UFSM,RS, 2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHABELA – Secretaria De Meio Ambiente. **Plano municipal de conservação e recuperação da Mata Atlântica**. 2015. Disponível em: < <https://www.ilhabela.sp.gov.br/servicos/plano-municipal-de-mata-atlantica/> > Acesso em: 24 set. 2023.

PROCHOROFF, R. **O patrimônio geológico de Ilhabela** – SP: estratégias de

RAMOS, Vanessa. Segundo especialistas, **PEC cria praias particulares e afasta os mais pobres**. **Meio Ambiente e Sustentabilidade**, Na Perifa, Estadão. Disponível em: <https://expresso.estadao.com.br/naperifa/segundo-especialistas-pec-cria-praias-particulares-e-afasta-os-mais-pobres/>. Acesso em: 22 jan. 2023.

REICHENBERGER, Ina. **Digital nomads—a quest for holistic freedom in work and leisure**. Annals of Leisure Research, v. 21, n. 3, p. 364-380, 2018.

REIS, Almir Francisco; SABATÉ BEL, Joaquín. Arte, arquitetura e paisagem. César Manrique e a construção da identidade contemporânea de Lanzarote. **Arquitextos**, São Paulo, ano 19, n. 223.00, Vitruvius, 2018. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/19.223/7245>. Acesso em: 27 out. 2022.

REIS-ALVES, L. A. **O conceito de lugar**. **Arquitextos**, São Paulo, 08.087, Vitruvius, agosto 2007. Disponível em:

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/225>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2022.

RIBEIRO, M. A. **Categorias Analíticas do Espaço e Turismo**: o exemplo da Fortaleza de Santa Cruz, Niterói/RJ. GEOgraphia, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 16, p. 83-98, 2006.

RICHARDS, Greg. **The new global nomads**: Youth travel in a globalizing world. Tourism Recreation Research, v. 40, n. 3, p. 340-352, 2015.

ROCHA, Erica Aparecida Vaz. **Avaliação do processo evolutivo e da dinâmica erosiva**: um estudo de caso no município de Ipameri-GO. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2007.

RODRIGUES, A. A. B. **Turismo e Espaço** - Rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: HUCITEC, 1997.

RODRIGUES, A. B. **Turismo e espaço**: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1999.

RUSCHMANN, D. **Marketing Turístico**: Um enfoque promocional. 2ª ed. Campinas: Papyrus, 1995.

SABATÉ BEL, Joaquín Sabaté. De la preservación del patrimonio a la ordenación del paisaje. **Identidades: territorio, cultura, patrimonio**, núm. 1, p. 15-33, 2005. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/41783111.pdf>. Acesso em: 27 out. 2022.

SABATÉ BEL, Joaquín. **Paisaje cultural**: Patrimonio y recurso. 1 ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2008.

SABATÉ, J. **Projectant l'Eix del Llobregat**. Paisatge Cultural y Desenvolupament Regional. Barcelona: upc-mit, 2001.

SABATÉ, J.; GALINDO GONZALEZ, J.; SABATE BEL, J. **Patrimonio y Proyecto Territorial**. In: "El Valor Estructurante Del Patrimonio En La Transformacion Del Territorio". Apuntes, v. 22, n. 1, p. 20-33, 2009. Acesso em: 15 out. 2022.

SABATÉ, J.; TIRONI, M. **Globalización y estrategias urbanísticas: un balance del desarrollo reciente de Barcelona**. Cuaderno Urbano: Espacio, Cultura, Sociedad, 7(7), 233-260, 2008.

SABATÉ, Joaquín. De la preservación del patrimonio a la ordenación del paisaje. **Revista de Geografía**, [S.l.], v. 44, n. 2, p. 61-80, 2010. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/41783111.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2023.

SABATÉ, Joaquín. **Paisajes Culturales y Proyecto Territorial**. In: NOGUÉ, Joan (ed.). El paisaje en La cultura contemporánea. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, S.L., 2008. p. 249-273.

SAITO, Sílvia Midori; *et al.* Urban population exposed to risks of landslides, floods and flash floods in Brazil. **Sociedade & Natureza**, [S. l.], v. 31, 2019. DOI: 10.14393/SN-v31-2019-46320. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/sociedadennatureza/article/view/46320>. Acesso: 10 nov. 2023.

SANSBELLO, Rosa M. Fraguell i. **Turisme residencial i territori: la segona residència a les Comarques Gironines**. Girona, 1993. Tese (Doutorado em Geografia). Departament de Geografia. Universitat Autònoma de Barcelona.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. São Paulo: **Editora da Universidade de São Paulo**, 1997.

SANTOS, S. R. dos et al. **Paisagem Sensorial e Turismo**: Estudo sobre as Percepções dos Turistas em Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade no Brasil. *Marketing & Tourism Review*, 2 (2), p. 1-23, 2017.

SAUER, Carl O. **A morfologia da paisagem**. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (orgs.). *Paisagem, tempo e cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998 [1925], p. 12-74.

SCHAMA, Simon. **Paisagem e memória**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986 [1ª Ed. Inglês "Landscape and Memory" em 1995].

SCHIMIDT, Carlos Borges. Alguns aspectos da pesca no litoral paulista. **Revista do Museu Paulista**, vol. I, Nova Série. 1947 – 1948.

SCHWERZ, João Paulo. **Valores e Conflitos na Preservação do Patrimônio Cultural**: O Olhar Técnico e o Olhar Comum na Identificação do Patrimônio Arquitetônico de Agudo – RS. Dissertação de Mestrado PGAU-Cidade, UFSC, 2009.

SEABRA, Lília. **Turismo sustentável**: Planejamento e gestão. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. *A questão ambiental: diferentes abordagens*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Informações dos Municípios Paulistas (IMP). Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br/frontend/#/tabelas>. Acesso em: 11 de março de 2023.

SEADE – FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. Seade Painel. Disponível em: <https://painel.seade.gov.br/>. Acesso em: 11 de março de 2023.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE/COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL – SÃO PAULO. **Meio Ambiente Paulista**: Relatório de Qualidade Ambiental 2011. Organizado por F. E. L. Figueiredo. São Paulo: SMA/CPLA, 2011a. 256 p.

SIGRH (Sistema de Informação para o Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado de São Paulo). **Base Documental. 2023**. Disponível em: <http://www.sigrh.sp.gov.br>. Acesso em: 03 ago. 2023.

SILVA, A. *et al.* **Projeto Santos-Iguape**. Relatório Final – Geologia. São Paulo: Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM)/ Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), 1977.

SILVA, Christian Deni Rocha e. **Mercado imobiliário, turismo e desenvolvimento urbano em Ilhabela**. Dissertação de Mestrado. FAU/USP, 2009. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16135/tde-03052010-094532/pt-br.php>. Acesso em: 27 out. 2022.

SILVA, Daniel Cobra; ZIMMERMANN, Ana Cristina; SAURA, Soraia Chung. O mar e o caiçara: a corrida de canoas como jogo tradicional e fortalecimento identitário. **Motrivivência**, v. 32, n. 63, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8042.2020e72453>. Acesso em: 12 set. 2023.

SILVA, Keli de Oliveira. A periferização causada pela desigual urbanização brasileira. **Revista Urutágua**, nº 11. Universidade estadual de Maringá, 2007.

SILVA, Paula Affonso de Araújo. 'É na terra e no mar que tá nossa subsistência': pesca e modo de vida na Baía dos Castelhanos, Ilhabela. In: **XII Reunião de Antropologia Do Mercosul**, 12, 2019, Porto Alegre. Disponível em: <https://www.ram2019.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6lnBhcmFtcyl7czozNDoiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUIFVSVZPIjtzOjM6ljc2OSI7fSI7czoxOiJoljtzOjMyOilzNDZhZGZiNmY1MjhhkZGVhMmZiYmY3ZDRjMTZmMjg1Myl7fQ%3D%3D>. Acesso: 10 nov. 2023.

Silveira, M. A. T. da. Geografia aplicada ao turismo: fundamentos teórico-práticos. Curitiba: InterSaberes, 2014.

SIMÕES, Nivaldo. **Uma Viagem Pela História do Arquipélago de Ilhabela**. São Paulo: Nova América, 2004.

SIMÕES, Nivaldo. **Uma Viagem Pela História do Arquipélago de Ilhabela**. São Paulo: Nova América, 2005.

SMA-SP (Secretaria de Estado do Meio Ambiente – Governo do Estado de São Paulo). **Fauna ameaçada no Estado de São Paulo**. Série Documentos Ambientais, SMA/CED. São Paulo, 1998.

SOUZA, Adelita Araujo De; SABATÉ, Joaquín. **Evolução No Tratamento Das Paisagens Culturais Na Espanha: Um Caso Paradigmático: O Plano Das Colônias Têxteis Do Rio Llobregat**. Oculum Ensaos 14, no. 2 (2017): 241-56.

SOUZA, C.R.G. Projeto SIIGAL: O SIGERCO para o Estado de São Paulo. **Gerenciamento Costeiro Integrado**, v. 2, n. 3, p. 35-37, 2004.

SOUZA, Edson dos Santos. **Estórias e histórias de Ilhabela**. Águas de São Pedro: Livronovo, 2014.

SOUZA, R. M.; PASSOS, M. M. dos; YAMAKI, H. **Paisagem cultural**: avaliação das paisagens cênicas de Guaraqueçaba. *Acta Geográfica*, 7 (15), p. 165-189, 2013.

STRASSER, S. **Fenomenologia e ciências do homem**. Tradução [nome do tradutor]. Pelotas: UFPEL, 2010.

SUNKEL, Osvaldo. **Por Que es Imprescindible y Urgente Incorporar las Preocupaciones Ambientales en la Problemática del Desarrollo**. In: Medio Ambiente y Turismo. Buenos Aires: CLACSO, 1983.

SUTHERLAND, Will; JARRAHI, Mohammad Hossein. **The gig economy and information infrastructure**: The case of the digital nomad community. Proceedings of the ACM on Human-Computer Interaction, v. 1, n. CSCW, p. 1-24, 2017.

TEIXEIRA, Leonardo Ribeiro. **Megaprojetos no litoral norte paulista**: o papel dos grandes empreendimentos de infraestrutura na transformação regional. Tese (Doutorado em Ambiente e Sociedade) – NEPAM-IFCH, Campinas, 2013.

TERRADAS, J. **El Paisaje y la ecología del paisaje**. In: FOLCH, R. (Coord.). El territorio como sistema. Barcelona: Diputación de Barcelona, 2003, pp. 57-72.

TIMOTHY, Ferriss. **The 4-Hour Workweek**: Escape 9-5. Live Anywhere, and Join the New Rich, 2007.

TOMINAGA, Lídia Keiko; SANTORO, Jair; AMARAL, Rosangela. Desastres naturais: conhecer para prevenir. São Paulo: **Editora Instituto Geológico (IG-SP)**, 2009.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Disponível em: <http://portal.tcu.gov.br/transparencia/>. Acesso em: 13 ago. 2023.

TULIK, Olga. **O espaço aberto à segunda residência**. In: LIMA, Luiz Cruz (org.). Da cidade ao campo: diversidade do saber-fazer turístico. Fortaleza: UECE, 1998. p. 201-218.

TULIK, Olga. **Residências secundárias**: presença, dimensão e expressividade do fenômeno no estado de São Paulo. São Paulo, 1995. Tese (Doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo.

TULIK, Olga. **Turismo e meios de hospedagem**: casas de temporada. São Paulo: Roca, 2001. 113 p.

UNESCO. **36ª Sessão da Conferência Geral** – Documento 36 C/RES.42. Paris, 2011.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris, 2003.

UNESCO. **Operational Guidelines for the Implementation of the World Heritage Convention**, Annex 3. Paris: UNESCO, 1992. Disponível em: [\[whc.unesco.org/archive/opguide12-en\]](http://whc.unesco.org/archive/opguide12-en). Acesso em: 21 jul. 2022.

UNESCO. **The effects of tourism on socio-cultural values**. Annals of Tourism Research, v. 4, n. 2, p. 74-105, 1976.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION. **Global Assessment Report on Disaster Risk Reduction** (2011): Revealing Risk, Redefining Development. Geneva: UNISDR, 2011.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION. **Living with Risk: A global review of disaster reduction initiatives**. Vol. II – Annexes. Geneva: UNISDR, 2004.

VALENZUELA, Manuel. **La residencia secundaria**. Mito social y conflicto urbanístico en los espacios turísticos-recreativos. Revista Urbanismo COAM, nº 4, vol. 9, 1988, p. 71-83.

VON ZUMBUSCH, Jennifer Sin Hung; LALICIC, Lidija. **The role of co-living spaces in digital nomads' well-being**. Information Technology & Tourism, v. 22, n. 3, p. 439-453, 2020.

WILLEMS, E. **A ilha de Búzios**. São Paulo: Nupaub-Ilucitec, 2002.

WILLMENT, Nina. **The travel blogger as digital nomad: (Re-) imagining workplace performances of digital nomadism within travel blogging work**. Information Technology & Tourism, v. 22, n. 3, p. 391-416, 2020.

WONDRACEK, A. **Michel Henry: Biografia e Filosofia**. In: Círculo Hermenêutico. Florianópolis, Ano 1, nº 1, p. 13-34, dez. 2010.

Yázigi, E. **A importância da paisagem**. In: Yázigi, E. (Org.). Turismo e paisagem. São Paulo: Contexto, 2002. p. 11-27.

ZANIRATO, S. H. **Paisagem cultural e espírito do lugar como patrimônio: em busca de um pacto social de ordenamento territorial**. Revista CPC, v. 15, n. 29, p. 8-35, 2020. DOI: 10.11606/issn.1980-4466.v15i29p8-35. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpc/article/view/161594>. Acesso em: 25 nov. 2023.